

Revista Científica

50ª Edição | Volume 11
Número 5 | julho/2024

ISCI

- **Ciências Agrárias**

- **Educação**

- **Empresarial**

- **Engenharia**

- **Jurídica**

- **MBA Executivo**

- **Saúde**

- **Social**

- **Tecnologia**

MULTIDISCIPLINAR



ISCI Revista Científica

Multidisciplinar

ISSN 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica

50ª Edição | Volume 11 | Número 5 | julho/2024



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica. n.5, v.11, Sinop, MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, julho, 2024.

Publicação Científica do Instituto Saber de Ciências Integradas - ISCI

Mensal

ISSN 2446-8436

1.Educação, 2.Problemas sociais e serviços sociais, 3.Administração e relações públicas, 4.Medicina e saúde, 5.Direito, 6.Engenharia, 7.Tecnologia.

370
360
650
610
340
620
000

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



Direitos Reservados

As responsabilidades pelo conteúdo de cada um dos trabalhos aqui publicados, bem como seus direitos autorais, são dos autores que os assinam.

Proibida a reprodução dos Artigos aqui publicados sem a autorização de seus respectivos autores.

(art. 184 do Código Penal e Lei n 1º 9.610, de fevereiro de 1998)

Sumário

EDITORIAL	9
EDUCAÇÃO	11
- A biblioteca escolar e sua contribuição para a leitura do aluno na escola Cecília Meireles do município de Matupá (Jéssica Santos Cordeiro; Maria José Ferreira dos Santos)A biblioteca escolar e sua contribuição para a leitura do aluno na escola Cecília Meireles do município de Matupá	13
- A Bruxinha Contemporânea reinventada por Eva Furnari (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)	58
- A importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças (Alessandro Spencer de Souza Holanda)A importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças	69
- A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho: aspectos relevantes a serem discutidos (Sarita Rafaela Vitor; Natália Aparecida Alves Chiquio; Cintia Rafaela de Souza; Juliana Slonik Teixeira; Isadora Mesquita Moreira)A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho: aspectos relevantes a serem discutidos	77
- A intervenção do pedagogo nas dificuldades de aprendizagem (Sandra Regina Aparecida Chiaroto Engles; Cristina Alves da Costa; Aline Rodrigues Cardim; Maria Paula Alves de Godoy; Aline Rocha Pereira)A intervenção do pedagogo nas dificuldades de aprendizagem	103
- A pesquisa-ação como possibilidade de estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de educação física: Uma revisão da literatura (Alessandro Spencer de Souza Holanda) A pesquisa-ação como possibilidade de estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de educação física: Uma revisão da literatura	126
- As diversas manifestações artísticas sobre a morte (Rebeca Aparecida dos Santos Lima)As diversas manifestações artísticas sobre a morte	134

- Brincar: a linguagem da infância (Elaine Cristina Nunes de Oliveira Dorta; Ligia Morande do Nascimento; Josy Aparecida Magnani Bonato) Brincar: a linguagem da infância	159
- Conservação e preservação de acervo (Iraci Zottis) Conservação e preservação de acervo.....	171
- Desafios da gestão de acervos bibliográficos (Iraci Zottis) Desafios da gestão de acervos bibliográficos	183
- Desafios do professor de Educação Física na Educação Infantil (Alessandro Spencer de Souza Holanda)	190
- Desvendando o TDAH: A Relevância da Avaliação Psicopedagógica (Ana Maria dos Santos Cagol; Mariluce dos Santos Silva; Lenir dos Santos do Nascimento) Desvendando o TDAH: A Relevância da Avaliação Psicopedagógica.....	200
- Educação Especial com ênfase em Autismo (Hariadny de Cássia Andrade; Kleiton Cristiano Calcete; Lays Buchetti Bressan; Natália Tatiane Maretti Calcete; Tamires Savella Cassiano) Educação Especial com ênfase em Autismo	214
- Estágio supervisionado e a formação de professores de educação física no ambiente escolar (Alessandro Spencer de Souza Holanda; Alana Carolina Costa Vêras) Estágio supervisionado e a formação de professores de educação física no ambiente escolar	240
- Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais (Magali Regina Trevisol Antonioli) Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais.....	248
- Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais (Magali Regina Trevisol Antonioli) Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais.....	258
- Impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento acadêmico e na saúde de estudantes em idade escolar (Alessandro Spencer de Souza Holanda) Impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento acadêmico e na saúde de estudantes em idade escolar	268

- Incentivando a leitura com o boneco Zeca (Daniela Aparecida Batista Titon; Meury Aparecida dos Santos; Michely Aparecida dos Santos; Nilson Carolino dos Santos).....	279
- Inclusão nas aulas de Educação Física Escolar: Desafios e possibilidades para realização de práticas pedagógicas (Alessandro Spencer de Souza Holanda; Alana Carolina Costa Vêras) Inclusão nas aulas de Educação Física Escolar: Desafios e possibilidades para realização de práticas pedagógicas.....	283
- O aluno com transtorno do espectro autista em sala de aula (Jossivania Costa Silva; Marilene de Souza Silveira Carvalho; Beatriz Nayara Ferreira da Silva; Veridiana de Araújo Sobrinho; Maura Sirlene Morilha Leão)	291
- O bibliotecário no processo de incentivo à leitura e a biblioteca (Iraci Zottis)O bibliotecário no processo de incentivo à leitura e a biblioteca ..	302
- O desenvolvimento do Psiquismo a partir do jogo de faz de conta na educação (Paula Caroline Alves de Oliveira)O desenvolvimento do Psiquismo a partir do jogo de faz de conta na educação	310
- O ensino de Línguas na educação de jovens e adultos mediado pelas novas tecnologias (Lucinéia Vicente Dias dos Santos) O ensino de Línguas na educação de jovens e adultos mediado pelas novas tecnologias	327
- O papel do profissional da informação como intermediário da informação (Iraci Zottis) O papel do profissional da informação como intermediário da informação	346
- O TRABALHO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (Alessandro Spencer de Souza Holanda) O TRABALHO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	365
- Organização da informação e do conhecimento (Iraci Zottis) Organização da informação e do conhecimento	374
- Os benefícios do ensino da Geografia para incluir o aluno autista (Germana Gonçalves de Lima Alves; Eduarda Graciele Passos Jacinto; Eleni Nascimento Ruozo).....	381
- Os efeitos do exercício físico em estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar: uma revisão narrativa (Alessandro Spencer de Souza	

Holanda)Os efeitos do exercício físico em estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar: uma revisão narrativa	395
- Prática pedagógica dos esportes alternativos nas aulas de educação física escolar (Alessandro Spencer de Souza Holanda).....	404
- Projeto Pequenos Leitores (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)Projeto Pequenos Leitores	413
- Psicomotricidade: Importância e Abordagens na Educação (Luzinete da Silva Mussi) Psicomotricidade: Importância e Abordagens na Educação	427
- Reciclagem divertida: os animais e suas curiosidades (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)Reciclagem divertida: os animais e suas curiosidades	449
- Reflexões sobre a dislexia no ambiente escolar (Neuzeli Rodrigues dos Santos) Reflexões sobre a dislexia no ambiente escolar.....	464
- TOD - Transtorno Opositor Desafiador: Uma Visão Teórica e Prática (Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior)TOD - Transtorno Opositor Desafiador: Uma Visão Teórica e Prática.....	479

EDITORIAL

O compartilhamento de conhecimento, hoje mais do que nunca, não conhece fronteiras, não limita culturas e não se prende em um único campo do saber. (pensador.com)

Vivemos em uma era em que o conhecimento se move com uma velocidade sem precedentes. As barreiras geográficas, culturais e disciplinares que outrora limitavam o alcance do saber estão cada vez mais tênues.

Na essência, o conhecimento é universal. Ele pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo. Quando compartilhamos nossas descobertas e ideias, não apenas enriquecemos nosso próprio campo de atuação, mas também contribuímos para o avanço de outras áreas, ampliando os horizontes da humanidade como um todo.

As fronteiras entre as disciplinas se tornam cada vez mais permeáveis, permitindo uma troca rica e frutífera de ideias. Nossos agradecimentos aos autores, leitores, parceiros e colaboradores, por juntos estarmos mantermos esta Revista Científica ativa e cumprindo seu papel de compartilhar conhecimento.

Neste espírito de abertura e colaboração, convidamos todos os autores e leitores a continuarem a compartilhar seu conhecimento, a buscar entender diferentes perspectivas e a contribuir para o avanço do saber em todas as suas formas. Afinal, é através desse compartilhamento contínuo que construímos um futuro mais conectado, inovador e inclusivo para todos.

Nossos agradecimentos aos autores, leitores, parceiros e colaboradores, por juntos estarmos mantermos esta Revista Científica ativa e cumprindo seu papel de compartilhar conhecimento.

Prof.^a Ma. Luzinete da Silva Mussi¹
Diretora Editorial da ISCI Revista Científica

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

EDUCAÇÃO

**- A biblioteca escolar e sua contribuição para a leitura do aluno na escola
Cecília Meireles do município de Matupá (Jéssica Santos Cordeiro; Maria
José Ferreira dos Santos)**

A biblioteca escolar e sua contribuição para a leitura do aluno na escola Cecília Meireles do município de Matupá

Jéssica Santos Cordeiro²

Maria José Ferreira dos Santos³

DOI: 10.5281/zenodo.12760327

Resumo

Este trabalho propõe uma maior compreensão da função da biblioteca escolar, dessa maneira foram realizadas pesquisas analisando como a biblioteca escolar pode atuar na contribuição no desenvolvimento da leitura dos alunos na escola estadual Cecília Meireles, verificar se a biblioteca oferece livros diversificados e adequados ao perfil de seus alunos, observar como os professores utilizam a biblioteca da instituição, pesquisar se as bibliotecas escolares são vistas apenas como depósitos de livros nas escolas, em especial compreender qual é a função da (a) bibliotecária (o) dentro da biblioteca e na comunidade escolar. O foco deste trabalho está na utilização da biblioteca como espaço de interação e vivências entre profissionais, bibliotecários e alunos. Discute-se também sua importância na vida do aluno para a sociedade, de que forma e ferramentas ela pode ser trabalhada para o incentivo da leitura do aluno. Nesta mesma forma elenca-se qual a função da biblioteca escolar e seus objetivos para a conquista de clientela praticante ao hábito de leitura, pois leitura deve ser desenvolvida no aluno desde os seus primeiros dias na escola e em casa. Para a realização desta pesquisa foi necessário utilizar a metodologia bibliográfica, através de consultas em materiais bibliográficos e para aquisição de dados utilizou-se a pesquisa de campo e observação de espaço, onde foram coletados dados através do questionário respondido por professores do 1º e 2º ciclo do período matutino e vespertino. Para a análise dos dados obtidos foi usado o método quantitativo. Este trabalho foi dividido em quatro capítulos descritivos de cada etapa elabora. Concluindo-se que a Biblioteca Escolar Escola Estadual Cecília Meireles utiliza como incentivo e mediação de leitura o projeto cantinho da leitura, onde a partir desse instrumento os professores e bibliotecária trabalham de forma diferenciada com seus alunos, que sabem as funções cabíveis á uma biblioteca dentro da escola. Porém esses profissionais possuem dificuldades em incentivar os alunos á leitura pela falta de interesse dos mesmos e por falta de incentivo dos próprios familiares.

Palavras-chave: biblioteca escolar. incentivo, leitura.

² jesscasts-cdo@hotmail.com

³ mariajf-2017@hotmail.com

ABSTRACT

This dissertation proposes a greater understanding of function in the school library, in this way research was carried out analyzing how the school library can act and makes contribution in the development of the reading students of the Cecília Meireles state school, to verify if the library offers books diversified and adapted to the profile such students, in order to observe how teachers use the institution's library department, to investigate whether school's libraries are offering only book repositories in the schools, in particular to understand what the librarian's role is in the library and in the school community. The focus of this work is on the use of the library as a space of interaction and experiences among professionals, librarians and students. It also discusses its importance in the life of the student to the society, in what form and tools it can be worked to encourage the reading of the student. In this same way, the function of the school library and its objectives for the conquest of the student's reading habit is delineated, since reading must be developed in the student from the first days of school and at home. For the accomplishment of this research it was necessary to use the bibliographical methodology, through consultations in bibliographical materials and for data acquisition was used the field research and space observation, where data were collected through the questionnaire answered by teachers of the 1st and 2nd cycle of the morning and evening period. For the analysis of the obtained data the quantitative method was used. This work was divided into four descriptive chapters of each stage elaborated. It is concluded that the School Library Cecília Meireles State School uses as an incentive and mediation of reading the reading corner project, where from this instrument the teachers and librarian work in a differentiated way with their students, who know the functions that can be assigned to a library within from school. However, these professionals have difficulties in encouraging students to read because of their lack of interest and lack of encouragement from their own relatives.

Key words: school library, encouragement, reading.

Introdução

A biblioteca escolar não é mais entendida apenas como um depósito de livros, mas se define em um espaço promovedor lúdico, dinâmico, cultural e incentivadora da leitura, através de vários meios para que sua clientela possa frequentar-la não por obrigação, mas por prazer. É extremamente importante que os professores juntamente com o bibliotecário escolar, saibam que tipo de leitura os alunos devem exercer dentro de tal ambiente, por esse motivo os professores juntamente com o bibliotecário devem desenvolver projetos e atividades diversificadas de leitura para que esses alunos se sintam motivados ao hábito da mesma. Pois é através do incentivo por parte da escola, que a criança se tornará uma leitora crítica e capaz de produzir bons textos. A biblioteca é a porta de entrada para os mais diversificados tipos de leitura, não ficando apenas em um tipo de texto

ou gênero textual. Desde uma leitura no dicionário, em uma revista ou em algum livro literário, o aluno adquire informações preciosas usadas em seu cotidiano e no futuro como adulto e na solução de problemas, não se prendendo apenas na leitura em livros. A família também desenvolve o papel importante de ser estimuladora de leitura, mas associada à escola, as duas se tornam praticamente imbatíveis proporcionando aos alunos fontes de leituras diversificadas nesse processo de aquisição de conhecimento e aprendizagem. Para que a biblioteca se torne mais incentivadora é necessário que à princípio ela se torne um ambiente agradável e que seus materiais sejam de fácil acesso para os alunos, onde eles sintam vontade de voltar sem encontrar dificuldades ao procurar o que pretendem. Ela precisa ter diversas atividades dinamizadoras e acolhedoras de diferentes opiniões e culturas. O projeto será também elencado nas ideias de Renata Junqueira Souza, em seu livro *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas*, onde a autora expressa ideias de como o professor e/ou bibliotecário podem contribuir para a formação e mediação da leitura. Tem o olhar atento para as bibliotecas escolares, e orienta algumas atividades que podem ser trabalhadas dentro e fora da biblioteca. Num contexto geral o projeto tem por objetivo a verificação de como a biblioteca escolar pode estar contribuindo para o incentivo da leitura, e como ela pode estar promovendo isto. O projeto se fez necessário pelo fato do mundo estar vivendo em constante transformação da sociedade, onde a tecnologia, algo que está se tornando um vício na vida e domina o lazer das pessoas, fazendo com que as crianças fiquem estimuladas a fazer o mesmo. Não se exclui o uso da tecnologia, pois ela também é uma grande fonte de aprendizado e conhecimento, porém não se deve substituir o uso da leitura no cotidiano, podendo assim estabelecer um cronograma para que associe o uso da tecnologia com a leitura, principalmente na biblioteca escolar. O objetivo geral a ser alcançado com esta pesquisa foi analisar como a biblioteca escolar pode atuar na contribuição no desenvolvimento da leitura dos alunos na Escola Estadual Cecília Meireles, e teve como objetivos específicos: verificar se a biblioteca desta instituição de ensino oferece livros

diversificado e adequado aos alunos de acordo com suas necessidades; observar como os professores a utilizam; pesquisar se as bibliotecas escolares são vistas apenas como depósitos de livros nas escolas e compreender qual é a função da (a) bibliotecária (o) dentro da biblioteca e na comunidade escolar. Este trabalho está dividido em quatro etapas, sendo que o primeiro capítulo descreve os processos de criação da Biblioteca Escolar, suas características e os aspectos legais do local da pesquisa. No segundo capítulo, está sendo descrito a importância da biblioteca e a leitura para o aluno, assim como ela pode estar contribuindo e quais são as formas da mesma. O terceiro capítulo relata-se a metodologia utilizada no trabalho e o instrumento da pesquisa para a aquisição dos dados. No último e quarto capítulos estão esboçados os gráficos com a quantificação do questionário aplicado na escola.

2. Capítulo I - Biblioteca escolar: e seu processo histórico como espaço social, educacional e favorável à prática de leitura

Neste capítulo discute-se o processo de criação da biblioteca e seu enraizamento na sociedade em especial na escola, também será dissertado o seu conceito do espaço que não é mais entendido como um lugar de depositar livros nas prateleiras apenas por enfeite, mas sim de transmitir conhecimento, informação e lazer. Será descrito também como deve ser organizada a biblioteca escolar desde seu espaço físico ao seu acervo, uma breve história de como surgiu da escrita e posteriormente o livro e a biblioteca, quais os tipos de biblioteca, pois cada uma deve ser inserida de acordo com o que cada ambiente necessita e quais as funções delas.

2.1. Os aspectos da escola estadual Cecília Meireles

A escola pesquisada foi a Escola Estadual Cecília Meireles localizada na Rua Quatro, nº. 23, no Bairro Centro do município de Matupá- MT. Ela teve seu primeiro local de funcionamento em 1990, na antiga Igreja São Cristóvão, na época de madeira, com salas anexas na Escola Estadual Antônio Ometto, até a construção de seu prédio próprio. Ela foi criada com o intuito de atender a clientela que morava no Bairro Centro e nos Bairros Vizinhos na cidade. Onde professoras pelas quais atendiam nas salas anexas juntas com a comunidade escolar começaram o movimento de emancipação da Escola de forma legal. Seu Decreto de é nº 194 13/05/91. Segundo uma das atuais coordenadoras da escola, até este momento a instituição não tinha biblioteca, ela possuía apenas um cantinho com alguns livros. Ela veio a possuir biblioteca própria após a posse de funcionamento de sua sede própria. Em setembro de 1991 a escola inaugurou sua sede própria, e em 2008 a escola renovou seu processo de autorização e reconhecem cimento para atender os alunos do ensino fundamental das séries iniciais. No início a escola teve dificuldades em dar aulas e realizar as atividades pedagógicas, pelo fato de terem sido poucos professores com formação e por não possuírem equipamentos adequados para a secretária a para os professores, a escola não era cercada e a energia era produzida por motor próprio quando faltava energia para o período noturno. Ela é mantida pela Secretária de Estado de Educação, com prédio cedido pela Prefeitura de Matupá, em convênio firmado entre SEDUC Prefeitura Municipal em 22/02/91. Onde atendia primeiramente de 1ª à 4ª séries, 5ª e 6ª séries e, gradativamente até a 8ª nos períodos diurno e noturno. Em 1992 foi implantado o curso de Suplência de Ensino Fundamental - Fase I, correspondente de 1ª à 4ª séries. E em 1997 a Suplência de Ensino Fundamental – Fase II que correspondia de 5ª à 8ª séries e teve seu fim em 1999. Em 1996 a escola passou a funcionar apenas com o ensino Fundamental Séries Iniciais e Suplência Fase I. Em 1999, foi implantado o CBA (Ciclo Básico de Alfabetização) e em 2000 o Estado

implantou a Escola Ciclada de Mato Grosso e até nos dias atuais se trabalha dessa mesma forma, por ciclos de formação. Atendendo alunos e 06 á 09 anos no 1º ciclo (1º, 2º e 3º ano) e alunos de 09 á 12 anos no 2º ciclo (4º, 5º e 6º ano), nos períodos matutino e vespertino. No ano de 2000 deu-se início o trabalho com alunos Portadores de Necessidades Especiais – PNEs com a primeira Classe Especial com 05 alunos avaliados pela Equipe Técnica da SEDUC. Com o aumento dos alunos PNEs, em 2014 houve a necessidade de se criar a Sala de Recursos. Em 2006 foi extinta a Classe Especial, levando os alunos PNEs para a inclusão nas salas de aulas regular sendo atendidos no contra turno na sala de recursos. A escola tem esse nome em relação á poetisa e escritora brasileira Cecília Meireles nascida e falecida no Rio de Janeiro, ela foi a fundadora da primeira biblioteca infantil do país, quando era Diretora do Centro Infantil do antigo pavilhão de Bota Fogo. A Escola Estadual Cecília Meireles atende no regime de uni docência alunos do 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano do 1º Ciclo; 4º Ano e 5º Ano do 2º Ciclo e no 6º Ano do 2º 17 Ciclo atende por disciplina nos períodos matutino e vespertino, distribuídos num total de 17 turmas, além de 02 turmas de Sala de Recursos Multifuncionais. No ano de 2017 estão matriculados aproximadamente 368 alunos sendo que, 189 são atendidos no período matutino e 179 no período vespertino, sendo uma clientela mista formada por alunos oriundos da Zona Urbana e da Zona Rural (Chácaras, sítios e fazendas próximas à cidade). O corpo docente da escola é formado por 27 professores sendo que, 22 atuam na sala regular, 01 no Laboratório de Aprendizagem, 02 na Sala de Recursos Multifuncional, e 02 na Coordenação Pedagógica e 01 na função de Gestora Escolar. Deste total 07 são efetivas e os demais contratados. A Equipe Gestora é formada pela Diretora Professora Especialista, por duas Coordenadoras Pedagógicas Professoras Especialistas e pela Secretária Escolar. Na equipe de Técnico Administrativo Escolar contém uma auxiliar de secretaria, uma técnica de laboratório e uma bibliotecária. Na equipe de apoio possuem quatro na limpeza e duas na merendo escolar.

2.1.2. Um breve histórico da biblioteca escolar da escola estadual Cecília Meireles

De acordo com alguns registros de imagens registradas por fotografias, pode-se perceber que a biblioteca da escola continha um acervo em pouca quantidade, com o tempo foi aumentando, adquirindo novos livros, materiais de estudos e pesquisas, jogos, computador, armários. Ela também era utilizada para guardar os materiais e utilizados nas apresentações em festividades como hora cívica, noite cultural, festas juninas, teatros, etc.. Porém como não havia espaço para guardar esses materiais, eles eram colocados em cima das prateleiras dos livros. Hoje atualmente esses materiais estão sendo guardado em outro espaço, próprio para este tipo de depósito fora da biblioteca e outros materiais, no caso um almoxarifado. Sua sala é improvisada em sala de aula comum, sendo que para os leitores desenvolvam suas atividades na biblioteca de forma plena e concentrada, é necessário que a biblioteca esteja em um local longe de ruídos e barulhos. Mas de qual quer forma ela está tendo um bom desempenho nas realizações das atividades atualmente ela possui um acervo amplo que atende toda sua comunidade escolar, com aproximadamente 2000 títulos de obras literárias diversificadas, além de videoteca, pelas quais todos tem acesso para estudo e pesquisa, dispõe de espaço físico disponível, acomodando estantes de livros, mesas, cadeiras, escrivaninhas, armários, arquivos, computador, etc.. Os livros direcionados para alunos estão organizados de acordo com cada faixa etária e dificuldade, estando cada grupo separado na prateleira. Os livros direcionados ao 1º ano fica em um lado na última parte de baixo da prateleira, ao lado os do 2º ano. Na prateleira do meio estão os livros do 3º e 4º ano, na penúltima e última prateleira situam-se os livros do 5º e 6º anos. Eles estão organizados dessa forma para que quando o aluno for procurar tenha uma maior facilidade para encontrar o que

desejam, claro que não necessariamente devem procurar apenas por livros de sua faixa etária, mas esse método ajuda na orientação aos alunos sobre o que procurar. A biblioteca possui como projeto o Cantinho da Leitura, onde a bibliotecária no primeiro bimestre organiza em média trinta livros para cada turma da escola usar em sala de aula de acordo com o planejamento dos professores. Os livros do primeiro ciclo são organizados de acordo com a lista do PNLD – PNAIC em parceria com o FNDE. Onde todo ano são mandados acervos novos para o 1º, 2º e 3º ano. Para as turmas do segundo ciclo são utilizados livros adquirindo com recursos próprios. Esses Cantinhos de Leitura são trocados entre as turmas por bimestre, ou seja, todo bimestre o aluno tem a oportunidade de encontrar livros diferenciados e qualificados. Com eles os professores podem estar interligando sua aula com os livros e/ou simplesmente colocar a disposição dos alunos em sala para uma leitura mais autônoma e prazerosa.

2.2. DEFINIÇÃO DE BIBLIOTECA

Á princípio deve-se ter o significado da palavra biblioteca e a sua definição. Segundo Pimentel (2007) ela tem seu termo origem grega com seguinte significado: *biblíon*, que significa livro e *theka* que significa caixa, ou seja, móvel ou lugar de guarda livros. Basicamente é um local de armazenamento de livros para consultas de leitores. Existem vários tipos de biblioteca, mas suas definições dependem muito de como é sua funcionalidade e que tipo de conteúdo ela possui. Elas são classificadas dessa forma para que seus usuários tenham maior facilidade ao realizar suas pesquisas. Logo abaixo estão descritos os tipos de biblioteca conforme Pimentel (2007). a) Escolar: Ela possui o caráter pedagógico. Está situada dentro do ambiente escolar, organiza-se de forma educativa e contribuinte no processo de ensino aprendizagem, tendo como objetivo

desenvolvimento pelo gosto à leitura e a informação. b) Especializada: é voltada à uma determinada área, ou seja, sua função é oferecer fontes de pesquisa para área de conhecimento em que a instituição atua. c) Infantil: seu principal objetivo é o atendimento de crianças com os diversos materiais que enriquecem as horas de lazer. d) Pública – Está encarregada de dar fontes de leitura e transmitir informações de forma generalizada para a toda comunidade, sem distinção de sexo, idade, raça, religião e opinião política. e) Nacional – Este tipo de biblioteca tem como função depositar patrimônio cultural de uma nação, conservando e acrescentado o acervo de sua bibliografia nacional. Cada país tem sua própria biblioteca e cada uma delas tem uma política diferente. f) Universitária – é parte integrante de uma instituição de ensino superior e sua finalidade é oferecer apoio ao desenvolvimento de programas de ensino e à realização de pesquisas num contexto geral. É importante que se tenha conhecimento dos tipos de biblioteca, para identificar qual o seu perfil dentro do ambiente em que está inserida. Isso faz com que o usuário tenha noção de qual biblioteca deve frequentar para realizar determinada atividade e obter mais conhecimentos, seja ela simplesmente para o lazer, ou especialmente para projetos de trabalho empresarial ou escolares. Com o decorrer dos anos e também com o aumento de compromissos das pessoas no dia-a-dia, elas estão à cada dia mais deixando as bibliotecas de lado, pode-se até dizer que a grande desculpa é falta de tempo de ir até ela. Mas isso pode não ser mais a desculpa para que as pessoas deixem de ler, pois com o avanço da tecnologia estão criando novas formas de busca do conhecimento, surgindo assim a necessidade de um novo tipo de biblioteca para atender o público dentro de casa, como por exemplo, o maior site de pesquisa Google que oferece um site onde as pessoas podem acessar e fazer a leitura de livros sem precisar sair de casa. É uma espécie de biblioteca virtual, com o nome é Google Acadêmico. Desde que a pessoa tenha acesso à internet em casa basta apenas realizar o cadastro para obter livros para leitura. Existem também formas de baixar livros comprados

pela internet em aparelhos, como nem todos gostam de carregar livros por questão de peso, existem aparelhos que são especialmente para esse tipo de recurso, funciona como uma biblioteca virtual portátil que se armazenam os livros em que se pretende ler dentro desse aparelho: específico para leitura. É a mesma coisa de estar foliando um livro, porém em forma digital.

2.3. Histórico da biblioteca escolar

Há muito séculos os mais velhos e os grandes sábios tinham apenas uma forma de transmitir seus conhecimentos e contar história que era através da oralidade, onde os mais novos recebiam o aprendizado ou conhecimento de seus antepassados repassando de geração em geração, infelizmente acontecia àquela dinâmica do telefone sem fio, as informações eram transmitidas, porém incompletas. Para facilitar a comunicação houve a necessidade de criar a comunicação escrita. Pimentel (2007) diz que não se tem certeza de forma absoluta da data exata do surgimento, mas alguns estudiosos dizem que ela poderia ter surgido na mesopotâmia, e localizando-se entre os rios Tigre e Eufrates, que foi um local onde apareceram as primeiras civilizações, isso aproximadamente no ano 4.000 a.C.. Mas não surgiram de cara as letras ou ideogramas, primeiramente criaram a pictográfica, pela qual as ideias eram representadas através de desenhos, e são utilizadas até hoje para identificar como, por exemplo, lugares e regras. Em seguida surgiu hieroglífica (inscrição sagrada) egípcia, surgida em torno do ano 3000 a.C. que possibilitou aos egípcios registrarem dados diversificados de sua cultura por meio de signos. Seguida pela cuneiforme: idealizada pelos sumérios em forma de figuras gravadas em tábuas de argila utilizando-se de estilete; A mnemônica utilizada pelos incas da América do Sul. A fonética: A imagem visual foi substituída pela sonora dando início à escrita silábica, em que os sinais representam

sons; e a ideográfica onde os objetos eram representados por sinais que interpretavam graficamente ideias. De acordo com Pimentel (2007) o alfabeto foi criado após muitos anos da evolução da comunicação escrita, os primeiros povos a fazer uso dele foram os povos de Ugarit, que atualmente é a Síria, depois os fenícios passaram a utilizar. s substituir s m por uma letra, formando assim o primeiro livro histórico ". Porém, a sociedade mundial aparenta estar retornando ao uso de símbolos, e desenhos para expressar palavras e sentimentos, mesmo com o avanço da escrita e da tecnologia. As pessoas estão abreviando palavras, ou nem mesmo completando ao escrever, principalmente nas redes sociais. Claro que em alguns casos há a necessidade da utilização desses símbolos como, por exemplo, nas placas de 22 transito, para uso da linguagem de deficientes auditivos, para localização, pois ao mesmo tempo é algo que facilita a vida do ser humano, mas ao escrever deve-se evitar este hábito. Depois dessa invenção, houve a descoberta do papel e sentiram necessidade de de fazerem os registros das histórias e das descobertas, criando os livros e multiplicando os mesmos. Surgindo juntamente o lugar de guardar esses registros para preservação e conservação. A primeira biblioteca escolar de Aristóteles foi criada no intuito de fazer uma aproximação entre os alunos e o mestre em um único espaço cercados de livros e documentos para terem um acesso mais fácil as suas pesquisas, contribuindo para um ensinamento melhor diante da ciência. Considerada por muitos como a mais importante antes da biblioteca de Alexandria. Aristóteles estabeleceu uma ligação entre a escola e o novo espaço intelectual que é a biblioteca. Foi por esse gesto que Aristóteles se transformou em uma das grandes figuras que marcou a história da escola. A segunda parte da história da biblioteca escolar foi a construção das histórias bibliotecas, da história da biblioteca escolar e da própria história a da humanidade, domina toda a Idade Média, todo o Renascimento e toda a modernidade. A atração e a fascinação desta biblioteca foi tão grande que resolveram reconstruir uma nova biblioteca após 2300 (Pinho & Machado) A próxima biblioteca a ser construída foi na

civilização árabe, onde cada cidade passou a possuir biblioteca de livre acesso tanto aos professores como aos estudantes. Depois do século X, outras bibliotecas foram surgindo paralelamente às dos mosteiros e conventos. Primeiro nas escolas catedrais a partir do século XII, nas inúmeras universidades que se constituíram na Europa. O Renascimento marcou o declínio das bibliotecas de tipo monástico: as primeiras coleções particulares dos humanistas podem ser consideradas como o ponto de partida das bibliotecas modernas. A biblioteca moderna, só chegou com a difusão da imprensa, no século XVI tornando possível a produção de livros começa a constituir algumas grandes bibliotecas universitárias, como a Bodleiana em Oxford (uma das mais antigas da Grã-Bretanha, restaurada e reorganizada em 1598, por Thomas B y).” Pinho e Machado. De acordo com Peres (2012) et al: A primeira biblioteca a ser instalada no Brasil, foi a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que foi fundada em 1810. Seu primeiro acervo foi trazido pela família real. Nesse período, os jesuítas que aqui chegaram tiveram a preocupação de formar acervos em seus colégios, porém esse acervo era voltado apenas para a elite, as classes mais altas da sociedade, elas eram as únicas que tinham acesso ao acervo da biblioteca. Infelizmente, assim como o acesso à escola, a biblioteca também não era um direito de todos. Hoje esse contexto de biblioteca escolar é totalmente diferente, sendo atualmente como direito de todos ao acesso à escola pública, a biblioteca escolar também é vista com esse mesmo mérito

Os papéis e as funções da biblioteca escolar

Todas as bibliotecas escolares estão centralizadas nos mesmos papéis em relação a aprendizagem, ao desenvolvimento pelo prazer e pelo hábito da leitura, a de formar leitor crítico da informação, ao desenvolvimento de métodos de estudo e de investigação autónoma. Ela funciona como

mediadora nos processos de ensino aprendizagem. Neste sentido Pinho e Machado comentam que a biblioteca escolar possui as seguintes funções:

Informativa: fornecer e transmitir informações confiáveis de forma prática e diversificada, devendo integrar-se as redes de informação regionais e nacionais;

Educativa: assegurar e oferecer meios, equipamentos e um ambiente favorável à aprendizagem: ter seleção e uso de materiais de informação, tudo isso de forma a interligar o ensino em sala de aula, ou ao menos transmitir informações de acordo com a faixa etária de aprendizagem dos alunos.

Cultural: melhorar a qualidade de vida mediante a apresentação e apoio a experiência, orientação na apreciação das artes, despertando a criatividade e desenvolvimento de relações positivas, geralmente essas informações são específicas da região em que a biblioteca está situada, ou seja, de acordo com seus costumes e cultura local.

Recreativa: tem como função a recreação onde seu público a utiliza em forma de lazer nos tempos livres através da leitura, seus materiais e programas são de valor recreativo e de orientação na utilização dos tempos livres. As bibliotecas escolares estão cada vez mais exercendo novos compromissos, deixando de ser apenas para guardar livros, mas também guardam equipamentos de pesquisas de multimídia, revistas e até mesmo alguns materiais pedagógicos, mas tudo voltados para o termo de leitura, pesquisa, ou seja, uma complementação à leitura, pois muitos alunos têm dificuldades de compreender qual mensagem o livro quer transmitir, as ferramentas citadas anteriormente podem de alguma forma auxiliar na compreensão desse aluno, através do apoio pedagógico e do apoio da bibliotecária (o). As bibliotecas escolares estão se tornando cada vez mais um espaço de aprendizagem do uso adequado da informação. Porém nem todas as BE possuem essa capacidade, onde a bibliotecária (o) ajuda nessa construção de conhecimento, pelo fato de que nem todos os professores trabalham com a biblioteca, geralmente apenas os da área de

português fazem o maior uso frequente da biblioteca, mesmo assim apenas para pegar livros emprestados, para que os alunos escolham e levam para lerem em casa. Ou fazem uso da biblioteca, mas geralmente para pesquisas ou para dar reforço aos alunos em contra turno de sua aula. As bibliotecas atualizadas no contexto funcional estão abrindo as portas para novos paradigmas, sendo um local de privilegiado dentro da comunidade geral da escola. Tendo como um de seus principais objetivos o incentivo ao hábito da leitura em seus alunos. Sena & Santos apud Amato & Garcia (2015), detalharam os objetivos da biblioteca escolar da seguinte forma:

Ampliar o conhecimento, por ser uma fonte cultural;

Ter à disposição dos alunos um ambiente favorável á formação e ao desenvolvimento para o gosto e o hábito de leitura e pesquisa;

Oferecer aos professores o material necessário à complementação de seus trabalhos;

Colaborar no processo educativo com bons recursos e complementar o ensino-aprendizado auxiliando no processo educativo juntamente com o professor; Informar aos professores e alunos quando os materiais de estudos chegam atualizados, em todas as áreas do saber;

Conscientizar os alunos de que a biblioteca é uma fonte segura e atualizada de informações;

Estimular nos alunos o hábito de leitura e na frequência a outras bibliotecas em busca de informação e/ou lazer, por ser também um espaço recreativo. Para que esses objetivos sejam realmente alcançados é necessário que a comunidade escolar esteja entregue de corpo e alma para a concretização deles, isso não se tratando apenas aos funcionários das escolas, mas também aos responsáveis dos alunos, que são os que menos participam dessa parte da formação do aluno. Alguns desses responsáveis pela criança ainda não são alfabetizados, podem até ser, porém não possuem o letramento para auxiliar o aluno na aquisição de compreensão da interpretação textual. Infelizmente o país ainda vive nessa realidade, pois o governo está cada vez mais oferecendo oportunidades para que os

jovens, os adultos e os idosos tenham estudo, não se trata apenas das escolas EJAs, pois eles têm a liberdade de também frequentar uma escola de ensino regular. Mas muitos dos casos dos pais e responsáveis não contribuírem para o bom desempenho da leitura de seus filhos é a falta de interesse no andamento da aprendizagem deles, com a desculpa de falta de tempo, ou por simplesmente achar que o papel e função são completamente das escolas. Claro que a escola tem sim esse papel, mas a família do aluno também deve participar desse processo tão importante para a vida no presente e no futuro dele. A leitura não é somente para saber o que está escrito, mas sim para saber e interpretar que mensagem está escrita quer transmitir á que lê. Não importa se esta família está em fase de desestruturação, a criança não pode ser deixada de lado. Outro fator que contribui para que a biblioteca escolar atinja os objetivos propostos, é a introdução das TICs dentro dela, muitas vezes não possui o livro adequado que o aluno necessita para a pesquisa, ou ele precisa complementar o que o livro diz com pesquisas na internet, então se faz necessário a complementa- 26 ção da biblioteca escolar com computadores. Mas por falta de espaço não é a realidade de todas as bibliotecas escolares.

Organização da biblioteca escolar

Cada escola tem um método de organização sendo da forma que achar melhor para que o público tenha um bom uso de todo o acervo. Isso pode ser de forma bem simples, definindo suas próprias regras, seus próprios horários, desde que o método seja explicado para todo o público que a utiliza.

Para organização do acervo é necessário que os livros estejam separados por coleção, classificação literária, didático, se é para aluno ou para professor. Criar etiquetas com cor onde cada uma delas representa

uma classificação de livro é bem interessante e funciona bem. Nas prateleiras deve funcionar da mesma forma, deve ser reservado o espaço para cada seguimento, e para a identificação deve ser fixado na parte superior da prateleira o tipo de livro em que se encontra no local, dá até para colocar essa palavra na cor em que representa a categoria dos livros. Em seguida, cole as etiquetas na parte inferior da lombada dos exemplares e crie espaços nomeados nas prateleiras para cada subtema. Um fator bem interessante na organização da biblioteca é sempre manter os livros organizados na prateleira, é necessário que ao menos a cada três dias o bibliotecário verifique nas prateleiras se há algum livro fora do lugar, principalmente se ele não passa muito tempo dentro da biblioteca, como em alguns casos em que a escola só tem um bibliotecário para atender os dois períodos, e, seu horário não é durante todo o período de funcionamento. Como os alunos são os maiores usuários da biblioteca escolar, o professor e bibliotecário também têm o dever estar orientando os alunos de como se comportar dentro da biblioteca e de como deixa-la organizada, exemplificando que quem guarda os livros nas prateleiras é o responsável pela biblioteca, pois o aluno nem sempre saberá onde devolver o livro em que pegou emprestado, isso não tratando só de livros, mas de todo o material pertencente á biblioteca.

Por tanto é necessário que se crie regras para o uso da sala de biblioteca e para o uso dos livros e dos materiais. Como por exemplo, ter um limite de empréstimos de livros, tempo de duração desse empréstimo, em caso de perda do livro, deve ser devolvido o mesmo exemplar ou de mesma classificação, para substituir o perdido, fazer silêncio dentro da biblioteca, não ingerir alimentos ou bebidas dentro dela, e entre outras regras de acordo com a política da escola. Essas regras devem também estar expostas no mural bem visível da biblioteca para que todos ao entrar leiam e sigam as mesmas. Uma regra que não deve faltar e nenhuma biblioteca é quanto a conservação e ao manuseio dos livros, pois de nada adianta ter uma grande quantidade de livros, mas esses livros não estarem

em bons estados de conservação, como por exemplo, com folhas rasgadas ou mofadas, com páginas faltando ou caindo, sem capa, entre outros tipos de danos. Até porque, ninguém quer ler um livro em péssimas condições de uso, muitas vezes uma pessoa indica o mesmo para ler, mas quando o leitor se depara com o mal estado de conservação, simplesmente abandona o livro por esse motivo. É necessário que se crie uma política de conservação para os usuários da biblioteca, isso se faz necessário para que esse grande acervo seja realmente um acervo completo e vivo, onde que seus leitores tenham um prazer em manuseá-los, por mais que seja obrigações do bibliotecário, a comunidade escolar também deve fazer parte dessas vivências, basta apenas que esses usuários tenham uma explicação da importância dos cuidados e do bom manuseio dos livros, e isso pode ser feito no primeiro dia em os alunos vão pegar os livros, ou até mesmo marcar com os professores horários, para vídeos, roda de conversa ou histórias de como conservar os livros e qual a sua importância no começo e no fim da vida das pessoas. E realizar uma apresentação para toda a escola no dia livro, contando a história do livro e como conservá-lo. Essas políticas devem funcionar de acordo com o regimento da escola, não adianta simplesmente criar regras por si só sem a participação de demais gestores e funcionários da escola. Para que ocorra um bom andamento é necessário que a comunidade escolar juntamente com o responsável pela biblioteca, tenha um controle e organização entre eles, não deixando apenas para o bibliotecário. Até porque a biblioteca é de toda comunidade escolar. E para que não haja confusão quando uma turma for usar a biblioteca e ao entrar dentro dela se deparar com outra turma desorganizando seu planejamento do dia, é importantemente necessário que se crie horários para cada turma, onde os professores se organizarão de acordo com ele para o uso da biblioteca. É interessante que o professor juntamente com o bibliotecário, façam os planejamentos juntos, pois o bibliotecário conhece todos os materiais disponíveis dentro da biblioteca e com isso haverá uma maior interação entre professor alunos e bibliotecário,

ao desenvolverem juntos, a aula dentro ou fora da biblioteca. Uma biblioteca deve ser bem atraente, principalmente, aos olhos do público infantil, contendo um bom acervo de livros atrativos, de variados assuntos onde instiga a curiosidade dos alunos, fazendo assim com que ele tenha aprendizagem bem expandida. Um bom ambiente atrativo, silencioso e que deixe o aluno e professor á vontade, onde os livros fiquem a disposição do público em geral também auxilia no processo do gosto pela leitura e aprendizagem. De acordo com Souza (2009) a biblioteca em especial escolar, deve de algum modo ser composta por momentos em que os alunos viagem por diversas culturas e memórias, onde aprendam inesquecivelmente de forma atrativa através de imagens, leituras e audiovisuais, como processo de aquisição de conhecimento. O que a autora descreve é que o espaço não deve ser necessariamente decorado, pintado, ou conter materiais de diversas culturas e lugares permanentemente, mas sim ter uma atenção ao preparar esse ambiente na mediação da leitura para o conhecimento, fazendo com que o próprio se interaja com o que se propõe, ou seja, ter fontes para a aquisição dessa interação entre aluno, professor e/ou bibliotecário na aula administrada. O acervo deve conter livros de acordo com a faixa etária de idade e necessidade dos alunos e sempre ao alcance dos alunos para que se sintam mais á vontade ao procurar um livro de seu gosto de leitura. Para chamar atenção dos leitores tanto mirins como adulto, o bibliotecário deve sempre estar expondo os livros novos que chegam na biblioteca, e como boa parte dos professores estão sempre em correria com seus afazeres pedagógicos e da rotina, muitas vezes acabam deixando de visitar a biblioteca. Como a tecnologia está cada vez mais sendo mais utilizadas dentro das escolas e principalmente as redes sócias, o bibliotecário pode estar divulgando esses livros para o professor em um desses meios de comunicação nos grupos da instituição ou da própria biblioteca mesmo. Para os alunos pode estar expondo dentro da própria biblioteca ou até mesmo fora dela, onde há mais aglomeração de público infantil. Claro que

sempre cuidando para que não haja extravios dos livros na amostra. Para Peres et al (2012, pg. 26) Em seu espaço físico, a biblioteca escolar deve ser bem iluminada, arejada e é claro bem organizada, ter acessibilidade á pessoas com necessidades especiais. A pintura das paredes não deve ser muito colorida, pois pode tirar o foco dos alunos, ela deve ser pintada com cores que quase passam despercebidas, a mais utilizada é branco, pois além de iluminar o ambiente, pode dar uma sensação de mais espaço. As paredes não devem ser muito coloridas porque os livros já são bastante coloridos, além disso, o foco principal dos alunos deve ser o livro, claro que não isso não quer dizer que a biblioteca não pode ter objetos coloridos. Pelo contrário, deve conter sim! Para que se torne um ambiente mais aconchegante, acolhedor, cheio de harmonia, com isso, de certa forma apresentar um espaço lúdico. Dessa forma uma biblioteca atrai mais alunos para fazer o uso da leitura dentro dela, sentindo-se mais á vontade, tendo mais curiosidade e vontade de visitar sempre. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura apud Quinhões (1999), é preciso que a biblioteca tenha um ambiente favorável à leitura para se conseguir a atração de uma sociedade consciente dos benefícios que a biblioteca traz ao ler onde os livros estejam ao alcance de todos. A biblioteca como todas as outras salas e da instituição deve sempre permanecer limpa e arejada, para impedir a proliferação de mofo e insetos. Deve ter segurança, evitando-se empilhamento de objetos nas prateleiras, como nem todas as escolas tem um espaço apropriado, elas devem ao menos diminuir e evitar alguns tipos de objetos por cima das prateleiras deixando apenas os que não caem fácil do alto. Seu mobiliário deve atender a faixa etária de cada turma da escola, se a instituição não tiver móveis adaptados, elas mesmas podem elaborar projetos na construção de mobília reciclável, como por exemplo, pulfs de garrafa pet, ou tecidos velhos, almofadas, tapetes, etc. Muitas escolas conseguem adquirir móveis de boa qualidade através de programas do governo, ou até mesmo arrecadação interna que geralmente sempre funciona através da cantina da

escola. Mas dependendo dos casos, pode-se entrar em contato com a secretária de educação da instituição seja ela do estado ou do município.

Perfil de quem atua na área

Para que uma biblioteca tenha um desempenho é necessário que se tenha um profissional capacitado para a área, de preferência alguém que esteja formado na mesma, no caso biblioteconomia. Mas como não é a realidade de boa parte das escolas, o bibliotecário deve ser um profissional de perfil que atenda as necessidades da biblioteca, tendo boa disposição, estar sempre de bom humor, pois está sempre lidando com o público. De acordo com Fragoso apud Eduvirges (2012, p. 35) o bibliotecário possui as seguintes funções:

Deve ser participativo do planejamento com os professores de todas as disciplinas, colocando a disposição todos os materiais e serviços disponíveis para a complementação da transmissão aprendizagem da classe;

Participar do processo de alfabetização, isso pode ser feito, passando de turma em turma tirando leitura de cada aluno; por ela;

Colocar a disposição dos alunos variados tipos de elementos que promovam a apreciação literária, a avaliação estética e ética, tanto quanto os conhecimentos dos fatos, sabendo interpretar os mesmos, sentindo assim vontade e curiosidade ao ver um livro, ou revista, gibis e etc.;

É imprescindível também que o bibliotecário seja criativo nas realizações de projetos para ter a interação do público, e saber que a informação é muito importante e a maior fonte de conhecimento que o aluno pode ter no seu dia a dia. Um fator indispensável para o profissional da biblioteca é o gosto pela leitura, não que seja algo obrigatório, mas que é essencial. Pois ele deve ser um estimulador e mediador da leitura ao seu público, principalmente os alunos. Com isso bibliotecário pode estar criando projetos

de leitura, onde toda comunidade escola participe, juntamente com os professores ele pode estar verificando qual o nível de cada turma para que ele desenvolva os projetos de acordo com o nível de cada. Por isso se faz a importância da interação entre professor e bibliotecário no planejamento de aulas e projetos. O bibliotecário também é considerado educador, ele precisa fazer com que seu papel seja reconhecido pela escola, por esse motivo, é necessário que ele participe também das formações e dos planejamentos dos professores, servindo de auxílio para a preparação didática das leituras em da sala de aula. Para que o bibliotecário faça um bom trabalho é necessário que ele se adapte ao seu espaço, faça sua própria organização para que não tenha dificuldades ao desenvolver o mesmo. Por mais que a biblioteca não tenha espaço, basta apenas que seja organizada e preparada para o acolhimento deles. Estar se qualificando também é uma forma de contribuir para a formação dos leitores na escola. Essa qualificação pode estar fazendo através de cursos online, o pró-funcionário, sala do educador ou formação continuada, pode estar até cursando um curso superior na área da educação ou na área da biblioteca mesmo.

Capítulo II: A leitura como instrumento de desenvolvimento para a sociedade

Neste capítulo está sendo abordada a importância da biblioteca no incentivo da leitura e no desenvolvimento de leitores críticos para a sociedade e de que forma ela pode estar contribuindo para essa formação. Está sendo demonstrado também algumas atividades que podem ser desenvolvidas dentro e fora da biblioteca escolar. Exposto alguns programas criados para o enxerimento da leitura literária dentro da escola a fim de colaborar com a construção de leitores e de dar oportunidades á alunos ao acesso à leitura na escola. Para que isso ocorra é necessário que a escola se comprometa com aprendizagem efetiva de seus alunos para que vejam na

leitura a possibilidade de acesso a outros conhecimentos e facilidades de um desenvolvimento melhor e integral. Infelizmente numa comunidade carente de interesse pelos livros por diversos fatores, se torna mais difícil despertar no educando o gosto pela leitura. A realidade das bibliotecas escolares é que ainda não está acontecendo de forma satisfatória, pois ainda está se tendo uma grande falência de profissionais capacitados para que ela cumpra com seu papel de eficácia, pois a biblioteca deve constar com o agente de atividades diferenciadas para colocar em ação seus reais objetivos.

A biblioteca escolar como mediadora incentivadora a leitura

Apresentado o livro, ou seja, lhe mostrado como foi criado, quem é o autor e ilustrador, onde foi criado, do que se trata a obra, enfim iniciar com a apresentação das características do livro. Mas antes mesmo de apresentar o livro o professor ou bibliotecário necessita de escolher bem a obra e encaixá-la em uma proposta para seu planejamento, para que o aluno saiba de alguma forma utilizar o assunto absorvido no seu cotidiano, procurar o que quer ler, não apenas ler por questão de necessidade, por que precisa naquele momento, mas sim procurar ler além do que se busca. É importante que o aluno independentemente de sua idade tenha o conhecimento da leitura e do que está lendo. De acordo com Souza (2009) aprender a ler é também compreender o sentido e os costumes do universo da leitura, do mesmo modo como as práticas e princípios do corpo, dos gestos, dos ambientes e as possibilidades trazidas pelos livros. Com isso, familiarizar o aluno é também dar suporte na aprendizagem em uma nova tipologia de leitura, ajudando-o a encarar um novo universo desconhecido. Não usando apenas textos escritos, mas também imagens que os façam interpretar o que estão vendo, algo que hoje em dia, muitos têm dificuldade. Cada vez o uso da leitura de livros literários está ficando escassa, pelo fato de nem todos os professores se importarem com isso,

deixando guardado o que tem de melhor para oferecer aos alunos, muitas das vezes usam a biblioteca como lugar de castigo para os alunos, colocando neles o receio de ir até ela por vontade própria, e até mesmo restringe quem quer ir por vontade própria, por achar que está matando aula ou por achar desnecessária a ida até a biblioteca para pegar livros sem ser na aula programada, sendo que raramente programa algo na biblioteca. Nem sempre a leitura é fonte de prazer, pois em muito dos casos ela é realizada apenas por necessidade, geralmente isso ocorre em escolas quando o aluno é forçado a ler para aquisição de nota ou porque apenas está buscando informações de algum assunto. Na busca pelo prazer literário, o leitor costuma procurar por leituras de comédia, romance, ficção e até mesmo livros de autoajuda, algumas pessoas tem a leitura como escapismo para fugir da realidade em que está vivendo para viver em um mundo imaginário, cheio de fantasias e esquecer os problemas do seu cotidiano. Na busca de informação e conhecimento, procura-se por jornalismo, revista de informações gerais e livros temáticos para o enriquecimento profissional. Para que o professor dê a seus alunos a leitura, seja ela por divertimento e/ou para pesquisa estipulada para determinada área ministrada no momento, é necessário que utilize várias estratégias, pois tudo varia de um leitor para o outro, bastando apenas orientar os alunos que existem vários tipos de leituras, vários tipos de textos e informações dentro de um livro com vários objetivos em que o aluno, ou melhor, dizendo, leitor. Cada uma atende á um tipo de personalidade e necessidade de cada momento do educando ou pessoas. De acordo com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) de Língua Portuguesa (2001, pg. 57): “Uma prática constante de leitura na escola deve admitir várias leituras, pois outra concepção que deve ser superada é a do mito da interpretar.” Sedo assim o professor deve lançar desafios e estratégias para que eles procurem fontes de leitura benéficas á vida deles de forma autônoma. Valorizar o que o aluno gosta de ler é importante, assim como também ter um diálogo aberto sabendo ouvir para uma maior troca de experiências, para

que ele enquanto professor se atente ao que a comunidade gosta, isto é, estar sempre atualizado com sua clientela.

A importância da biblioteca no incentivo à leitura

De acordo com Manifesto da UNESCO apud Pimentel (2007) a biblioteca é a porta de entrada para o conhecimento, pois o conhecimento nunca é demais. Através da leitura o indivíduo terá as condições básicas para o aprendizado permanente, dando autonomia nas decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Ela não pode sair da vida dos seres humanos, mesmo que não saiba decodificar, letras e números formando palavras, o indivíduo de alguma forma própria, conseguirá decodificar símbolos e desenhos. Então, não se pode dizer que a criança ou adulto conseguirá viver no mundo não sabendo ler palavras, pois existem pessoas analfabetas, porém letradas, elas conseguem fazer coisas sozinhas sem precisar ler, como ir ao mercado, quando precisam comprar algum determinado produto elas olham a figura representativa da marca do produto, ou embalagem. Assim com existem as pessoas com analfabetismo funcional, ou alfabetizadas, mas sem letramento, que são pessoas que sabem ler e escrever, mas não os interpretam. A leitura é algo que não pode ser deixada para depois, mas que carece acontecer desde os primeiros anos iniciais da vida da criança, aprendendo a identificar as formas, as cores, os animais e seu habitat e assim por diante. Isso é algo que pode ser feito dentro da biblioteca com a mediação do professor juntamente com os bibliotecários. Porém algumas crianças acham que a leitura pode ser deixada para depois. Elas são inocentes, só querem saber de brincar fazer atividades de pintar ou de educação física, se não estimuladas com frequência elas acabam perdendo o gosto pela leitura. Por esse motivo a biblioteca funcionar de forma dinâmica para que as crianças e os vejam que ela também foi feita para lazer e que a leitura é

algo divertido e traz benefícios para a saúde, para o aprendizado e para o convívio social também. O ato de ler favorece ao indivíduo no senso crítico em suas decisões cotidianas, estimula a criatividade, e em alguns casos muda até a personalidade da pessoa, incentiva a prática da escrita, ajuda na ortografia e no melhoramento da letra também, outra vantagem da leitura é a melhora na produção escrita de textos, não só na vida dentro da escola, mas eternamente, como a leitura é fonte de conhecimento de vários tipos de palavras, quem tem o hábito de ler com certeza produzirá bons textos de vários gêneros. A biblioteca não deve ser um espaço incluso na escola, mas sim um espaço que completa a escola, algo que integra à escola na contribuição no aprendizado do aluno em diversas áreas do conhecimento. Através dos livros não só as crianças como as pessoas terão conhecimento do mundo que os cerca, sem precisar sair de casa, e mesmo que se for para sair, pode estar fazendo uma leitura antes, para saber, por exemplo, a cultura de um lugar para cometer erros ao lidar com as pessoas do local de destino. Se estimuladas a fazerem uma leitura completa, onde a criança se entregue de corpo e alma para a compreensão de qualquer gênero textual lido, ele se tornará um cidadão capaz de enfrentar as dificuldades das complexidades da vida adulta. Um exemplo é ao ter que assinar um documento com palavras que não fazem parte do cotidiano e que em alguns casos se tornam desnecessárias em um documento simples, ele poderá saber interpretar o que aquela palavra diz de acordo com o restante da frase. Para os PCN Língua Portuguesa (2001, pg. 55): “Se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimente e aprendam isso na escola”.

Se a criança não for estimulada para buscar informações implícitas em textos, poderá ter dificuldades de interpretação. É o que acontece com alguns adultos ao fazer uma prova de concurso, de vestibular, universitária ou qualquer outro tipo de prova que exija interpretação, eles estão tendo muita dificuldade em realizar esse tipo de atividade, e isso querendo ou não

pode ser uma reflexão falta e interesse por parte do aluno ou uma falta de estimulação que teve na infância. Porém esse não é o papel só da biblioteca com professor, esse é um papel da comunidade escolar em geral, por exemplo, quando uma funcionária do apoio técnico de limpeza colocar placas para identificar onde é o lixo, regras nos banheiros para mantê-los limpos, já estará contribuindo para a leitura, os outros seguimentos da escola podem estar também sugerindo atividades para leitura dos alunos na escola. Com isso um dos principais os integrantes da comunidade escolar é a família do aluno, ela não pode deixar a responsabilidade apenas para a escola, pelo contrário deve participar ativamente de todo o desenvolvimento da criança dentro e fora da escola. A biblioteca é o melhor lugar para uma boa leitura, por se tratar de um lugar que não tem ruídos, tem boa fonte de luz, e principalmente por possuir uma grande variedade de livros, porém nem todas as escolas têm lugares apropriados para uma biblioteca sem que tenha barulho, mas cada uma se adapta da melhor forma possível. Para Eduvirges (2012), o hábito da leitura deve ser incentivado desde os primeiros anos das séries iniciais, pois é o momento em que os alunos estão na fase de alfabetização, quando eles aprendem a ler e a escrever, e é preciso manter essa aprendizagem em constante desenvolvimento através de práticas de leituras para que o aluno possa ter um melhor aproveitamento da leitura fim de o aluno saber tirar proveito com a atividade da leitura por meio de pesquisas e momentos de prazer. Um dos primeiros contatos da criança com livro é através da biblioteca, muitas de forma não direta, em que o aluno vá até ela para escolher os livros, mas é através dela que saem os primeiros livros para a leitura dos pequeninos. Para esse processo é necessário que a criança se sinta á vontade dentro da biblioteca, podendo foliar e escolher os livros em que lhe chama atenção.

A biblioteca pode estar preparando projetos onde a criança que ainda não teve um contato com a biblioteca, possa em primeira parte conhecê-la, de maneira dinâmica. Os alunos devem ser tratados de forma que se sinta á vontade no ambiente, o bibliotecário não pode ficar o tempo todo dizendo o

que não pode fazer dentro da biblioteca, para que isso aconteça ele deve ler para a turma que está visitando o espaço, quais são as regras da biblioteca, porque se ele ficar o tempo todo chamando atenção em voz alta de cada aluno, nem esse aluno nem seus colegas vão se sentir a vontade. Lendo as regras de uma só vez para todos, automaticamente eles vão segui-las, e sempre vai ter coleguinha para orientar o outro que está fazendo algo errado.

De vez em quando o bibliotecário pode chamar a atenção dos alunos, mas como o professor está acompanhando a turma, também é dever dele orientar sobre as regras expostas na biblioteca. De acordo com Eduvirges (2012) o que acontece muito na biblioteca escolar é a falta de horário disponível para os alunos poder frequentá-la para ler, geralmente na escola o único horário que as crianças têm é o recreio, que é destinado para os lanches e brincadeiras e boa parte delas nunca abandonaria o horário de brincadeira livre com os amigos para ler na biblioteca. Se tratando disso, a turma deve desenvolver alguma atividade no horário das aulas, pelo menos uma vez na semana ou no mês, principalmente da aula de português, no qual é a disciplina que mais trabalha com a questão da leitura, assim o professor pode complementar ou melhorar suas aulas e proposta pedagógica, por meios de atividades e oficinas de leitura no ambiente que é propício a essa ele. Geralmente alguns professores utilizam a biblioteca em horário oposto da aula do aluno, mas isso ocorre para serem realizadas atividades de reforço, ou para os alunos realizarem pesquisas de algum trabalho e/ou uma leitura que foi passada para desenvolver em casa. Como não tem possibilidade de várias turmas usarem o mesmo ambiente para realizar atividades diferentes, há a importância de a biblioteca estar organizando uma tabela de horários de uso pedagógico das turmas, nessa tabela pode haver horário fixo para cada uma ou uma tabela livre, onde o professor marca o horário que pretende usar a biblioteca, para outro professor ao marcar verifique o horário disponível livre. 38 Mesmo que o professor não use a biblioteca

para leitura poderá usar para a realização de outras atividades como apresentação de uma história, ou para uso de materiais diferenciados que muitas vezes se encontra dentro da biblioteca e até mesmo como aulas de reforços.

3.2.1 Atividades que podem ser realizadas na biblioteca escolar para o incentivo da leitura

Brasil (1998), em seu manual do Ministério da Educação e Desporto salienta que ao realizar a leitura para os alunos, deve apresentar os aspectos dos livros ou história a ser contada no momento: o autor, que tipo de história será contado, comentar sobre do que se trata a história, mas sem conta-la aos ouvintes, despertando assim uma motivação e curiosidade dos livros ou história. E que se possível criar jogos, dinâmicas, e atividades que desperte essas curiosidades nos alunos para que despertem o desejo de ler. As atividades realizadas dentro da biblioteca para o incentivo da leitura de vem acontecer de forma dinâmica, interacional, permitindo a interação de todos envolvidos nas atividades. De acordo com Mendes (2011), o mediador da leitura deve aproximar o livro aos alunos de uma maneira que o aluno embarque e se fantasie com a história. E também de uma forma em que ele se sinta instigado á ler diversos tipos de livro. Para isso o mediador deve utilizar várias técnicas de linguagem, mas dependerá muito do tipo de história que ele está transmitindo, pois pode ter variações na entonação de voz quanto ao tipo de texto a ser lido, e também, expressão corporal e fácil que conta muito na contação de história. Pode ser utilizada também uma música como trilha sonora de fundo dando a característica do texto contado e para contar histórias também. Para Souza (2009), as atividades de leitura devem estar ligadas também á situações de letramento e aprendizagem, no caso ao um planejamento em que se deseja trabalhar, por exemplo, histórias em quadrinhos, levar os alunos para uma leitura de gibis, ou trabalhar a fábula, conhecer as diversas fábulas e autores famosos por escrevê-las. E assim por diante. Brasil (1998), cita algumas estratégias para realizar as atividades de leituras dentro da biblioteca ou na sala de aula, pelas quais são:

Trabalhando com fragmentos: leia-se uma parte de um livro, através de uma leitura dramática, ou com os alunos realizar mímicas para tentarem adivinhar do que se trata este livro, criar cenários, etc.

Trabalhando a biografia do autor: os alunos podem ser instigados a procurarem sobre a vida de autores.

Escolhendo temas preferidos: realizar um levantamento dos temas preferidos dos alunos, propondo uma roda de conversar sobre o porquê da escolha do tema entre os próprios alunos.

Usando filmes e outras artes: assistir filmes e outras artes, fazendo comparações com os livros das obras, de como é a obra escrita e como é a adaptação para as televisões e teatros.

Partindo de debates: verificar que informação atualizada está circulando na mídia no nível da faixa etária do aluno através de debates com os mesmos, e indicar obras para fazerem leituras e terem um maior entendimento do assunto. Peres (2012) et al propõe atividades com oficinas que podem ser planejadas e desenvolvidas pelo profissional da biblioteca juntamente com os professores: Sarau Literário: a cada bimestre a escola determina um horário, para que os alunos possam realizar apresentações do que mais gosta de fazer. Como dançar, cantar, tocar algum instrumento, etc.

Com o objetivo de estimular e explorar as habilidades dos alunos. Esta atividade pode ajudar também e fazer que os alunos percam a vergonha de se apresentarem em público. Sacola Itinerante: nesta atividade será dado a cada turma uma sacola, ou bolsa para cada turma. Nela haverá vários gêneros textuais selecionados pelo bibliotecário e pelo professor. Cada dia um aluno leva essa sacola para casa, para lerem com a família, após a leitura ele volta com a sacola e expõe oralmente como foi sua experiência da leitura em família para toda a classe. Concurso Literário: Incentiva os alunos na produção de texto, onde é eleito a melhor produção. Oferecendo prêmios, mobilizando e motivando os alunos a fazerem o concurso, estimulando assim, em se preocuparem em melhorar a leitura

para a escrita. 40 Jornal Mural: Os alunos irão produzir um jornal de notícia com a participação de coletivo da escola e com a orientação de uma professora de linguagem. Neste jornal deverá conter notícias relacionadas á política, esporte, cultura, propagandas, entre outros. Varal de Poesias: será escolhido um tema, através desse tema serão escolhidos poesias ou poemas e serão ilustradas e colocadas em um varal. Que pode ser deixado dentro da sala ou exposto na escola ou em outro lugar da comunidade, como em comércios, outras escolas, etc. Hora do conto: nesta atividade o professor conta história, despertando nas crianças o interesse pela leitura estimulando a atenção, a imaginação e a concentração. Para Souza (2009), a hora do conto reafirma o espaço da biblioteca escolar como um lugar adequado para tal atividade, pois é um lugar onde há grande fluxo de pessoas e livros de diversas fontes e literaturas. Mas isso não quer dizer que a contação de história deve ser propriamente ou sempre dentro da biblioteca, pois vai depender muito de sua necessidade de ambiente ou produção do próprio contador. Mas de qualquer forma a busca de informação para a contação de história se primeiramente na biblioteca das escolas. Outro fator relatado por Souza (2009), é que a Hora do conto é uma atividade que não pode se misturar com a leitura silenciosa, logicamente, ela está correta, dá para imaginar bem como seria uma turma de alunos tentando ler ou fazendo uma pesquisa enquanto a outra turma trabalha a contação de história ou leitura de grupo.

Roda de leitura ou Grupo de Estudo: ela é mais indicado para quem prestará vestibular, durante uma semana para discutir sobre uma obra indicada para vestibular. Ao final da leitura cada aluno diz sua opinião. Essa atividade tem o objetivo de abrir discussão aberta em roda de conversa para troca de experiências obtida de cada um. Exposição de Livros: o bibliotecário coloca os livros em um lugar de grande circulação e em local adequado, mesmo sendo fora da biblioteca, para quem passe veja-os e sintam curiosidade em lê-lo. Esse tipo de procedimento fica interessante na chegada de novos livros. Aqui foi elencada, do blog Coordenação

Pedagógica SME (2013), algumas atividades que podem enriquecer mais ainda a dinâmica da biblioteca escolar. Reconto: a classe escolhe uma história conhecida, ou que foi lida e reconta mudando o roteiro da mesma. Pode ser feito individualmente ou o professor escreve o que os alunos contam (quando as crianças ainda não escrevem). Com as histórias recontadas pode-se montar um livro. Pode ser feito também a modernização das histórias para instigar a imaginação dos alunos pedindo que coloquem nas histórias clássicas objetos modernos. Palanque de leitura: lugar para as crianças partilharem as partes da leitura que mais gostou ou relatar oralmente sobre o texto lido individualmente. Caminhada da leitura: nesta atividade as crianças observam e leem, no percurso até a escola, tudo o que estiver escrito no ambiente: placas, nomes de lojas, nomes de ruas, etc. Na escola podem estar produzindo maquete ou um cartaz com alguns nomes ou desenhos que as crianças observaram no decorrer do caminho. Sequência correta: recortar as frases de um texto e entregá-lo aos alunos para que leiam e coleem na sequência correta; essa atividade pode ser feita também com imagens relacionadas a cada fase ou capítulo importante da história. Teatro de leitura: dramatização de histórias lidas ou construídas pelo grupo utilizando fantoches que podem ser produzidos através de matérias recicláveis por parte dos próprios alunos. Ficha de leitura: destinada ao registro individual das leituras feitas pelos alunos. Deverá ser arquivada na turma e divulgada para outros grupos. Através dessa mesma ficha os alunos podem colocar no mural da escola e divulgar indicando a leitura para outros leitores, mas sem contar a história, apenas fazer de uma forma que os outros alunos sintam curiosidades de ler o livro. Outra sugestão de atividade que pode ser desenvolvida com os alunos, é a visita à outra biblioteca, seja ela escolar ou pública, e outras. As crianças adoram esse tipo de atividade, por ser algo diferenciado, por sair do ambiente e por poderem conhecer outro tipo de biblioteca que nunca viram ou conhecem. É necessário que se crie maneiras de levar o aluno não ao hábito da leitura em sua vida escolar, pois terão que ler também na

vida adulta para que aprimorem seus conhecimentos perante a sociedade num contexto geral. A elaboração de projetos é algo que algumas escolas exigem dos profissionais que nela atua, são desenvolvidas atividades voltadas para o contexto da leitura e escrita tornando a biblioteca um espaço que associe o lazer com aprendizado e estímulos de leitura. Souza (2009) coloca a disposição algumas ideias de como iniciar as atividades dentro da biblioteca, desde a recepção ao fim da atividade. Ao receber os alunos poderá estar acolhendo já com uma música ou som de fundo relacionado ao tema da história a ser ministrada no momento, esta caracterizada também é importante, pois faz com que os alunos prestem atenção na locutora ou personagem dela. Iniciar com perguntas de conhecimentos prévios para os alunos também é interessante, pois assim dará uma introdução ao que será apresentado e dando uma curiosidade maior aos alunos, fazendo que escute com atenção na busca de resposta. Trabalhar com entonação de voz diferente, com uma linguagem diferente também ajuda e diverte muito aos ouvintes. Aplicar atividades direcionadas às leituras. E por fim dar espaço aos alunos participarem das histórias e expõem suas opiniões no final delas. De acordo com Edwards; Gandini; Formn apud Souza (2009) a criança quando escuta uma história, ela entra em um mundo lúdico sendo capaz de criar sua própria forma de pensamento, por meio de linhas de pensamento diferente. Através da reprodução de histórias exploratória a criança vai obtendo memória de sua vida no passado, se vendo no futuro e se imaginando no futuro. Com isso ela pode criar sua própria linha de pensamento, fazendo assim mentalmente uma organização de cultura primária e secundária.

Programas de incentivo à leitura

Antes do atual programa de programa de incentivo à leitura PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) foram criados diversos

programas voltados para o acesso á leituras os estudantes. De acordo com Peres et al (2012) o primeiro programa de incentivo á leitura criado para atender as escolas foi o PNSL 1984 á 1987 (Programa Nacional Sala da Leitura), este programa foi fundado pela FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, com o intuito de enviar acervos literários e repassar recursos para a sala de leitura. Em 1992 foi criado o Proler, esse programa atendia não só as escolas, mas também toda a sociedade civil, dando acesso para toda comunidade á leitura de forma democrática. O MEC (Ministério da Educação e Desporto) participava desse programa de forma indireta, com repasse de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. No mesmo ano foi criado o programa Pró-Leitura na Formação de Professor, que se estendeu até no ano de 1996, este programa foi criado com parceria do MEC e governo francês, atuando na formação dos professores, facilitando o ingresso dos alunos na leitura e na escrita. Esse programa tinha como proposta atender tanto professores, estimulando assim a prática de leitura na escola, sendo em sala, no cantinho de leitura, ou dentro da própria Biblioteca Escolar. Durante o funcionamento do Pró – Leitura, no ano de 1994 foi lançado o Programa Nacional Biblioteca do Professor, que também servia para dar suporte na formação de professores do ensino fundamental 1, dentro disso este programa desenvolvia duas ações que é a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. O PNBP durou até o ano de 1997, pois surgiu outro programa destinado á biblioteca da escola, chamado Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, programa que se segue até este ano. De acordo com Brasil (1998): “o programa surgiu com o objetivo do MEC (Ministério da Educação e Desporto) de ofertar oportunidades de democratização da cultura, reduzindo a distância entre o Brasil dos letrados e dos excluídos.”. O programa foi criado para complementar o acervo de livros nas escolas públicas. O objetivo principal desse programa é democratizar o acesso á literatura, ou seja, é o fornecimento de obras literárias e materiais de

apoio para a prática da educação básica, para toda a população infantil e jovem brasileira, obras e materiais pelas quais, não podem ser vendidas, por se tratar de uso exclusivo para fins escolares. Ele está em execução do FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação juntamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. Os acolhedores do PNBE são as redes federais, estaduais, municipais e Distrito Federal. Para que uma escola tenha acesso a esse programa é necessário apenas que todo ano ela faça o senso da intuição, sendo assim automaticamente ela está cadastrada no programa, ou seja, não é algo que acontece de forma manual, mas sim automática, com isso a escola receberá os livros e materiais durante o ano todo. Sendo assim a Biblioteca Escolar conta com a doação de livros pelo FNDE e PNBE, para construir seu acervo. Para saber quais obras são recebidas do PNBE, é só verificar a etiqueta na capa ou caixa do material, escrito FNDE e/ou PNBE. Para que os livros cheguem as escolas é preciso que antes os editores escrevam o livro de qualquer gênero textual destinado ao público escolar, para serem avaliados pelo programa e serem distribuídos para as instituições. De acordo com Cirino & Peres (2015) um dos primeiros trabalhos de incentivo à leitura, foi a distribuição de livros diretamente para os alunos, na qual chamavam a iniciativa de Literatura em Minha Casa, no caso os alunos ganhavam os livros para que lessem em casa, ou seja, definitivamente deles. Porém boa parte não foi entregue às crianças, pois muitos responsáveis alegam que as crianças não dariam valor e não fariam bom uso dos materiais, dessa forma o PNBE passou a disponibilizar os livros novamente para as escolas. Essa modalidade tinha como objetivo não só o incentivo à leitura dos alunos em casa, mas também a de seus familiares e às pessoas que estavam presentes no seu dia a dia. Fazendo assim uma universalidade da leitura, colocando os livros a disposição da literatura para toda a comunidade, formando mais leitores brasileiros, e muitas das vezes podendo até levar pessoas de volta para escola. Mas isso não quer dizer que os alunos deixaram de ter o contato com a literatura,

pelo contrário, este programa atualmente vem cada vez mais se aperfeiçoando á realidade da comunidade escolar, o aluno pode não ter ganhado o livro para si próprio, mas continuam a ter acesso á eles, podendo pegar emprestado na escola e transmitir para a família e trocando ele por outro. Dessa forma pode dizer que o aluno tem mais acesso a várias formas, tipos e gêneros de contextos literários e de pesquisa. Com isso o acervo da Biblioteca Escolar aumenta cada vez mais, oportunizando não só um kit de livro por aluno, mas uma biblioteca cheia de vários tipos de literatura, cultura e na transmissão de conhecimento para toda sua comunidade escolar. Mas para Souza (2009) mesmo com a grande quantidade de livros para os alunos usufruírem, ainda se encontra dificuldades de formar leitores. Dessa forma, ainda faltam mais alguns investimentos na área, como por exemplo, á formação de pessoas capacitadas para exercer o importante papel dentro da biblioteca, que é incentivar cada vez mais os alunos na leitura, pois querendo ou não o Brasil é um país pobre de crianças e jovens e até mesmo os adultos e os próprios professores com gosto pela leitura. De acordo com Souza (2009) o programa da escola deve fazer com que a criança aproveite a literatura de modo apaixonante e familiarizado. Neste sentido, as escolas devem complementar esses programas de governo com próprios programas, ou projetos de leitura para que seus alunos possam ter oportunidades de experimentar a literatura de modo significativo e prazeroso, não se limitando à leitura apenas para estudar, mas para o prazer e gosto também.

Capítulo III.

Neste capítulo serão apresentadas as metodologias utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho. Com objetivo de descrever os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta de dados e análise deles. Assim como também descrever qual a população participante da amostra dos

estudos e seu local de pesquisa. As seguintes metodologias foram escolhidas por apresentarem resultados mais imediatos dos pesquisados, podendo ter mais facilidade nas tabulações e comparações deles. Para tais, foram realizadas leituras bibliográficas, observações no local da pesquisa e entrega de questionário fechado aos professores da instituição. Sem a pesquisa não seria possível chegar aos resultados esperados do trabalho.

Metodologia

O desenvolvimento do presente trabalho foi realizado com embasamento em alguns autores de artigos já publicados e livros dos seguintes autores: Pimentel (2007), Carvalho, Eduvirges (2012), Mendes (2012), e Souza (2009), entre outros. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possui uma grande vantagem, por permitir ao investigador uma gama de fenômenos muito mais amplos, tornado importante quando o problema da pesquisa requer dados dispersos pelo espaço. Sendo assim os autores citados neste trabalho contribuíram de forma significativa para o andamento da pesquisa bibliográfica, onde eles descrevem a biblioteca escolar não mais como um depósito de livros, mas também como um lugar de aquisição de conhecimento e estimuladora de leitura. E através da pesquisa bibliográfica foi possível realizar a pesquisa de campo relacionada ao objeto de pesquisa.

Caracterizações da pesquisa

A realização desta pesquisa é de característica bibliográfica, onde foram utilizadas fundamentações de autores que descreveram sobre tal assunto abordado neste trabalho. Para a aquisição de dados foi utilizada a pesquisa de campo, onde foi aplicado o instrumento de pesquisa com questionário de modo quantitativo. Na pesquisa exploratória foi realizada a observação na biblioteca da instituição, quanto ao seu acervo, espaço físico e organizacional. Assim como também foi observado se a biblioteca possui um grande acervo de livros, que estejam de acordo com a faixa etária de idade dos alunos, se há algum tipo de livro que contenham

contextos inadequados á idade deles. Como funciona a organização do acervo e dos materiais utilizados por profissionais e alunos da unidade escolar. Este tipo de pesquisa permite que haja um aprofundamento nas características do que se pretende saber, apresentado maior flexibilidade, tendo uma maior comparação aos objetivos propostos em que deseja alcançar.

População ou amostra de participantes no estudo

Para analisar a contribuição da biblioteca no incentivo á leitura na utilização da biblioteca foi realizada a pesquisa de campo na Escola Estadual Cecília Meireles do município de Matupá-MT. Que atende ás series iniciais do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental I. O questionário foi entregue á 14 professoras das turmas do primeiro ciclo e segundo ciclo do ensino fundamental I. Porém apenas 08 professores devolveram os mesmos. Á seguir está sendo exposto o quadro das características básicas das professoras que responderam ao questionário.

Formação Profissional	Tempo de profissão	Turma q. leciona
01 Licenciatura em Pedagogia	09 anos	1º ano
01 Pedagogia com Sp. Em Psicopedagogia	08 anos	2º ano
01 Pedagogia com Sp. em educação infantil e series iniciais	18 anos	2º ano
01 Licenciatura em Pedagogia	20 anos	3º ano
01 Pedagogia com Sp. Educação infantil	12 anos	3º ano
01 Pedagogia	19 anos	4º ano
01 Pedagogia	10 anos	5º ano
01 Licenciatura Plena em Letras com Sp. Em gestão Educacional	12 anos	6ª ano

4.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com 10 perguntas fechadas, ou seja, apenas para os professores assinalarem, neste mesmo questionário foi preenchido também o tempo de formação, em que é formado e qual turma ministram no momento. Permitindo assim uma quantificação para uma maior resolução e verificação dos objetivos propostos no desenvolver desta pesquisa. Este método possui maior vantagem, pois o

pesquisado estará garantido no anonimato, não exigindo um treinamento pessoal ao responder, pois o questionário apresenta perguntas fechadas.

Facilitando no processo de levantamento de dados e por apresentarem respostas mais confiáveis. E no método observatório, foi de forma não sistemática, através da observação diária, pela qual foi realizada uma observação do espaço físico e organizacional da biblioteca. Dessa maneira pode-se verificar com mais precisão o local a ser pesquisado, ou seja, a Biblioteca Escolar Escola Estadual Cecília Meireles.

4.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

Os dados foram coletados no dia 26 de setembro de 2017, nos turnos vespertino e matutino onde foi entregue á cada professor um questionário para que respondam até o dia 28 de setembro de 2017. Mesmo momento foi explicado que a pesquisa é de suma importância para a pesquisa acadêmica do pesquisador, e que ocorrerá de modo a garantir a privacidade dos entrevistados. Após a entrega dos questionários, foram feitos os cálculos estatísticos, as tabulações dos dados obtidos. Ou seja, a contagem de resposta de cada pergunta manualmente e consecutivamente a produção dos gráficos, pela qual foram digitados e formulados em porcentagem no computador com ferramenta do Word e Excel. Esses dados são apresentados separadamente de acordo com cada pergunta do questionário para análise de cada uma delas. Dessa forma foi feita a interpretação dos gráficos, estabelecendo a ligação da resposta com o material teórico desenvolvido ao longo do trabalho.

Capítulo IV Resultados e discussões

Neste capítulo será exercido o esboço das análises e discussões acerca da pesquisa bibliográfica do referencial teórico diante da pesquisa de campo e dos resultados obtidos, pelos questionários respondidos pelas

professoras da Escola Estadual Cecília Meireles. Para desenvolvimento das análises, foi feito um baseamento entre o que se diz sobre a biblioteca escolar teoricamente com o que o total que os professores preencheram nas respostas, ou seja, nos resultados obtidos com o instrumento da pesquisa. Buscando identificar com que frequência na biblioteca está sendo utilizada pelos professores, como está o acervo dessa biblioteca, se existe algum tipo de serviço prestado á comunidade escolar, e entre outros assuntos abordados no decorre deste trabalho. Os gráficos foram feitos de acordo com cada pergunta do questionário, ou seja, aqui ficaram apresentados dez gráficos que serão analisados e de acordo com os resultados do questionário respondido pelos professores e coquetemente as considerações finais acerca do material bibliográfico estudado, pesquisado em campo. Gráfico 01: O gráfico da pergunta de número 01 se refere a opinião dos professores quanto á função em que a biblioteca deve exercer no âmbito escolar. Fonte: CORDEIRO, Jéssica dos Santos. Pesquisa de Campo. Guarantã do Norte-MT. 2017.

O gráfico aponta que 70% dos entrevistados optaram como função da Biblioteca Escolar, auxiliar o aluno no processo de formação como leitor crítico e autônomo. 20% dizem que a Biblioteca Escolar tem por função colocar à disposição da comunidade escolar os materiais em que se deseja no momento. Os outros 10% responderam que a BE, não tem mais a função de depositar livros, mas sim de adquirir conhecimentos. A biblioteca escolar ganha destaque como espaço de estudo e de acesso a conhecimento elaborado. Devendo funcionar de maneira educativa e atraente aos alunos, tirando o paradigma de que a biblioteca é apenas um lugar de leitura silenciosa, mas sim como um lugar de transmitir e compartilhar momentos culturais e informacionais. Souza, (2009, pg. 206) afirma que: A biblioteca precisa ser percebida como um ambiente de formação de leitores e pesquisadores, e os profissionais que nela atuam devem criar em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade, 70% 20% 10% 01. Qual a função da biblioteca

escolar? Auxiliar o aluno no processo de formação como leitor crítico e autônomo colocar a disposição da comunidade escolar, em especial o aluno, os materiais de interesse próprio e didático tem a função de não mais agir como um depósito de livros.

Considerações finais

Ao término desta pesquisa foi possível perceber que os objetivos desse trabalho de conclusão de curso foram alcançados, onde o mesmo teve como objetivo geral analisar como a Biblioteca Escolar pode atuar na contribuição da leitura dos alunos na Escola Estadual Cecília Meireles do município de Matupá - MT, podendo verificar-se que sua biblioteca atua na formação de seus alunos como leitor contribuindo para essa prática seja vivenciada no dia-a-dia. Este trabalho teve grande relevância ao analisar que a visão de seus mediadores é positiva em relação à importância desse incentivo. Sendo possível com a utilização do projeto cantinho de leitura como ferramenta central para a mediação desse processo importantíssimo. Onde esse recurso é adquirido anualmente pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) juntamente com PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em parceria PNAIC (Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa). Porém deveriam existir programas como esses voltados também para as outras fases de ensino, ressaltando que eles também contribuem para as outras fases, porém não é com a mesma frequência que ocorre no 1º ciclo.

Oportunizar momentos de leituras prazerosas com rodas de conversas, dando espaço ao aluno para expor opiniões, falar do que gosta e do que não gosta, fazendo assim um prévio levantamento de quais livros a turma gosta e qual o nível de letramento pertence. O primeiro passo para a gosto e apreciação da leitura vem de casa, com seus próprios familiares, as crianças se espelham nos adultos. Ao ver um adulto lendo ela o verá

como um exemplo, sendo motivado á pegar qualquer instrumento de leitura para tentar decifrar os códigos á sua vista. Fazer uma criança gostar de ler não é fácil, ainda mais quando ela não tem o hábito de nem se quer ler um anúncio de uma placa. Mas também ninguém é obrigado á gostar de ler por imposição, o gostar de ler deve acontecer de forma automática com autonomia própria. Claro que o professor e bibliotecário deve levar a leitura ao cotidiano do aluno, levando á leitura para o seu dia-a-dia. observei que a mesma possui um acervo grande e diversificado para atender toda a escola. O seu espaço físico consegue atender uma turma de até 30 alunos, possui moveis, como mesa de leitura, prateleiras e estante para os livros e materiais utilizados pelos alunos e professores como, por exemplo, ábacos, globos, réguas e compassos, assim como também um armário denominado de Armárioteca onde são guardados jogos educativos e recreativos para uso em sala de aula e na própria biblioteca. A frequência das turmas nessas escolas não ocorre diariamente, por conta do horário que é deixado a disposição dos professores e por conta do atendimento não ser totalmente integral, a bibliotecária ali presente atende apenas uma parte do período matutino, sendo: das 08h00min ás 11h00min; apenas das terças ás sextas feiras e no período vespertino das 13h00min ás 17h00min horas de segunda à sexta-feira, porém, alguns dias da semana também não funciona a tarde toda. Somando a carga horária de 30 horas semanais. Os professores apresentam como dificuldades de frequentar a biblioteca por conta do horário de atendimento, pois muitas vezes não condizem com o horário que pretende usar a biblioteca. Alguns professores á utilizam apenas para dar aulas de reforço, ao final das atividades os alunos aproveitam para poder explorar o ambiente da biblioteca com jogos e escolhas dos livros pares leem em casa ou no mesmo momento. A frequência autônoma dos alunos na biblioteca se deu após o momento em que suas professoras os levaram para esse ambiente, além dos livros do cantinho da leitura, os alunos conheciam os disponíveis na biblioteca, e sentiam interesse em levar para casa, ao término do horário, eles levam o

livro para a bibliotecária, pegam emprestado assinando o caderno de empréstimo para que fiquem em casa uma semana com livro. Porém, notei que algumas professoras não gostam que os alunos saiam da sala de aula para pegar mais livros, algumas já dizem que é apenas para devolver e não pegar mais, elas se sentem incomodadas quando eles pedem para trocar de livro, alegam que só vão para matar aula e que não leem de verdade. Quando os alunos entram na biblioteca e falam dos livros demonstrando interesse por um do mesmo assunto ou por outro qualquer, significa que leem e gostam de ler, inibir esse processo de leitura autônoma será o mesmo que acabar com todo o incentivo por outras atividades de leitura. No decorrer do ano a biblioteca esteve emprestando mais de 300 livros apenas para alunos, e detalhe nem todas as turmas frequentam a biblioteca. São poucas as professoras que valorizam esse momento especial de autonomia. A desvantagem de usar o cantinho da leitura em sala é essa, os professores acham que já é suficiente, por esse motivo se torna a importância da divulgação de materiais e livros que chegam na biblioteca, se tornando um convite à comunidade escolar para usufruir do novo e do velho. A quantidade de livros lidos pelos alunos da E. E. Cecília Meireles é relevante, demonstra que a biblioteca junto com o corpo pedagógico atua contribuindo na formação de leitores do dia-a-dia. Em relação ao acervo literário, a biblioteca conta com conteúdos atualizados e adequados à sua clientela, porém ainda faz necessária a aquisição de materiais de pesquisas bibliográficas. Em seu ambiente físico, a biblioteca está organizada de forma a atender cada área de conhecimento separadamente, por exemplo: os livros destinados aos professores estão nas prateleiras, separados e etiquetados por área de conhecimento, (matemática, linguagem oral e escrita, literatura, educação física, ambiental, etc.), as coleções também estão etiquetadas facilitando na procura por eles. Os livros voltados para a literatura infantil ficam na prateleira próxima à armarioteca, esses livros são separados por faixa etária de turma, ou seja, os livros do primeiro ano ficam de um lado, os

do segundo do outro, assim por diante, e coloca dos de acordo com o tamanho das crianças também, como os alunos do primeiro e segundo ano são menores, os livros ficam na primeira parte da prateleira, os dos terceiro e quarto nas segunda do meio, e os livros do quinto e sexto ano, ficam nas últimas, por se tratarem de alunos maiores. Dessa forma os alunos têm maior facilidade ao procurar leituras de seus níveis.

Referencial

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Manual Pedagógico da Biblioteca da Escola; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 1998.

BRASIL. Secretária da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Brasília, 2001.

CIRINO, Darciane Barros Leão & PERES, Selma Martins. Biblioteca Escolar e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): um estudo da apropriação do acervo dos livros literários. Disponível em:

Fonte: <http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmvt/control/documentocontrol.load&od=1692>. Acessado em: 04/05/2017 às 22hs e 27minutos.

Coordenação Pedagógica SME. Blogspot.com.br Sugestões De Atividades Para Projetos, Paratinga, 2013. EDUVIRGES, Joelson Ramos. A importância da biblioteca escolar para incentivar o hábito da leitura Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Jacarepaguá; 2012.

FAILLA, Zoara. Retratos da leitura no Brasil 3.. São Paulo. Instituto Pró Livro. 2012 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 2002 MENDES, Luciano Gonçalves.

A Atuação Da Biblioteca Escolar No Incentivo Da Leitura. Brasília; Departamento De Ciência Da Informação E Documentação, Universidade De Brasília, 2011.

PERES, Telma Regina Oliveira et al. Caderno Orientativo Para Uso Da Biblioteca Escolar. Cuiabá; SEDUC, 2012 PIMENTEL, Graça; BERNADES, Liliane; SANTANA, Marcelo Biblioteca escolar. Brasília: Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2007.

PINHO, Antônio Carlos & MACHADO, Ana Lúcia. Histórias das Bibliotecas. Disponível em: Fonte: WWW.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas. Acesso às 20h18minutos em 18/03/2017. QUINHÕES, Maura Esandola Tavares.

Biblioteca escolar: sua importância e seu espaço no sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. SENA, Vera Lúcia Oliveira e SANTOS, Juliana Cardoso dos. II Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (II EPIM): O Incentivo À Leitura Na Biblioteca Escolar Do Colégio Estadual José Carlos Pinotti. Londrina; Grupo de Pesquisa Interfaces: Informação e Conhecimento. 2015. 74 SILVA, Fernando Cardoso da.

Biblioteca Escolar: instrumento essencial para formação do cidadão. Natal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010 SOUZA, Renata Junqueira.

Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2009.

- A Bruxinha Contemporânea reinventada por Eva Furnari (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)

A Bruxinha Contemporânea reinventada por Eva Furnari

Camila Oliveira De Marchi

Frádia Cícera de Castro Tsukamott

Lucinete do Carmo Viana de Campos

Roselene de Jesus Motta da Silva

Thelma Pires Geronimo Motta

DOI: 10.5281/zenodo.12734890

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória da personagem bruxa na obra “Bruxinha e Frederico”, de Eva Furnari. Porém, é importante ressaltar que a personagem principal não se enquadra propriamente na ideia que temos de uma bruxa, ou seja, aquele arquétipo bruxa má e perversa, como a da bruxa que faz feitiços, empreende uma longa jornada para fazer o mal e prejudicar os mais fracos; mas sim a de uma bruxa “às avessas”, devido às atitudes que demonstra ao longo da narrativa. Portanto, a questão que norteará esse artigo é a seguinte: “A bruxinha atrapalhada pode ser considerado uma bruxa contemporânea?”. Com base em pesquisa bibliográfica, tentar-se-á responder a essa questão, traçando algumas linhas que norteiam a minha compreensão sobre a trajetória dessa bruxinha.

Ver/olhar/ler livros para crianças parece ser uma ação simples. Como tantos outros artefatos e produtos destinados ao mundo da infância, a literatura contemporânea produz objetos que são considerados como facilmente apreensíveis, já que pertencem ao território do conhecido, do familiar. Essa perspectiva inicial pode ser explicada desde uma concepção de infância como um período em que predomina o espaço seguro, ou o ingênuo encantamento que nasce do sonho e da fantasia. Porém, uma

atenção maior sobre o que parece ser simples e natural pode gerar dúvidas, desde a condição de ser criança na atualidade, aos objetos a ela destinados. Considera-se que infância e seus objetos são produtos da cultura e, como tal, constituem-se numa construção complexa e intencional, gerada num determinado contexto e carregada de efeitos de sentidos. A cultura da infância, ou o modo de ser criança, constitui-se na relação social, nas interações e na significação dos universos simbólicos compartilhados.

O acesso à informação modifica-se, primeiro pela invenção da imprensa, e atualmente se torna quase que irrestrito, pela ação das mídias.

A edição de livros para crianças, nas últimas décadas, diversificou-se e expandiu os modos de produzir e apresentar esse produto cultural. As técnicas de ilustração, os materiais para sua confecção, o projeto gráfico, a utilização de recursos interativos, como a adição de elementos sonoros e/ou táteis, entre tantos outros meios, resultam num objeto bem mais complexo daquele de épocas passadas.

Conhecendo a autora

Sua família mudou-se para o Brasil em 1950, quando Eva tinha dois anos. Cresceu na nova pátria, formando-se em Arquitetura pela Universidade de São Paulo, e a partir de 1976 dedicou-se inicialmente a livros com ilustrações, sem texto. Como autora infanto-juvenil e como ilustradora recebeu o Prêmio Jabuti, nos anos de 1986, 1991, 1993, 1995, 1998 e 2006. Em 2002 foi escolhida para ilustrar a re-edição de seis livros da obra infantil de Érico Veríssimo.

A obra de Furnari, composta essencialmente de pequenos livros, é uma das mais profícuas na Literatura infantil brasileira atual. Como a própria autora revelou, numa entrevista, a ilustração precedeu a produção literária - mas foi nesta última que veio efetivamente a se destacar.

Situando a obra

A obra foi escrita em 2001. Nela, a autora dá cor às palavras, fazendo com que o resultado da composição surja como um atrativo a mais para o pequeno leitor. A ilustração faz com que o texto escrito encontre na linguagem visual um reflexo da narrativa. Esse conjunto ativa o encantamento da história que passa a constituir sentidos mais palpáveis no universo plural do processo de construção do mundo infantil. Dessa forma, a criança encontra no livro as identificações necessárias à inter-relação do sujeito com o objeto de desejo, no caso, o texto.

Eva Furnari, ao longo de sua carreira, escreve vários livros destinados à literatura infantil, todos ilustrados por ela mesma. Seus personagens são sempre irreverentes e com características próprias que ela cria para cada um, diferenciando o bem do mau, confundindo e invertendo muitos valores que foram criados pela sociedade atual.

Segundo Odilon Moraes (2007): “A criança logo percebe que no jogo de formas e cores de um livro ilustrado há uma sequência a ser seguida. Ela tende a se orientar por essa ordem ao ler as imagens, mesmo sem ter noção nenhuma do que seja o sentido alfabético.”

Desta forma o livro “Bruxinha e Frederico”, sendo trabalhado na Educação Infantil, tem despertado grande interesse das crianças, pois mesmo sem saber ler convencionalmente, eles realizam a leitura sendo guiadas pelas imagens, sendo que, frequentemente, criam e recriam suas histórias a partir das histórias da bruxinha.

Algumas crianças não aceitam o fato de ter uma bruxinha boa, acreditam que ela não pode ser bruxa, mas sim uma fada, mesmo estando caracterizada com trajes de uma bruxa. Essa dificuldade de identificação pode ser explicada pelo imaginário popular ao longo dos tempos que já convencionou que bruxa tem que ser necessariamente má. Não fosse dessa forma, como o livro infantil poderia ter pregado o maniqueísmo

social? Eva Furnari, desta forma, surge como um dos casos, dentre outros escritores contemporâneos, que encontram, na literatura, o formato mais adequado para promover rupturas com os padrões estéticos e socialmente estratificados.

Analisando a trajetória da bruxinha

Entre as personagens mais significativas da obra analisada está a “Bruxinha”, uma personagem atrapalhada e muito engraçada que faz feitiços e sempre se mete em encrencas malucas.

A autora recria a personagem bruxa, de tal forma, que deixa de lado a imagem da bruxa da Idade Média: má, perversa e vingativa como a bruxa do conto “A Bela Adormecida” de Charles Perrault, que contou e publicou alguns contos, especialmente para as crianças da corte real, narrando-os em finos versos ou prosa burilada e fazendo com que todos se acompanhassem de uma moral.

Essa figura da bruxa aparece em muitas das obras de Eva Furnari, entre elas a “A Bruxinha atrapalhada”, “A bruxinha e o Godofredo”, “Bruxinha e Frederico”, entre outras. A personagem é construída de tal forma que, aos olhos das crianças, é simplesmente fantástica, pois faz coisas que jamais elas conseguiriam fazer, tem poderes, e alguns amigos bem diferentes. É o tipo de personagem que faz com que as crianças sonham acordadas, desta forma, havendo crescente identificação entre elas.

Segundo Ana Maria Machado, algumas boas obras da literatura infantil contemporânea, seguem essa vertente da “recontação” do conto tradicional em que o texto contemporâneo re-lê a tradição, transformando-o, em um conto novo, perfeitamente adaptável ao momento e às experiências vivenciais do leitor infantil.

No livro “Bruxinha e Frederico” (2001), a autora Eva Furnari narra sobre um mocoorong, o Frederico, que todos sabem que existe, porém ninguém vê, mora em uma floresta do tipo especial, cheia de mufins, bulhufas e gundus. Mocoorongos são aqueles pequenos seres habitantes das florestas, ninguém vê, porque eles são tímidos e muito pequenos que podem se esconder atrás de uma folha ou mesmo de uma flor. Os mufins, bulhufas e gunduns são as melhores guloseimas que uma criança pode imaginar, elementos que completam o mundo infantil das possibilidades impossíveis, do alargamento dos limites e outras “perversões” não permitidas pelos adultos. Funciona aí a subversão da ordem que, combinada à submissão da própria narrativa, restaura a capacidade de transcender os estreitos limites de uma existência autocentrada. Pode-se compreender isso pela visão de Bruno Bettelheim ao tratar do estímulo à imaginação, ingrediente de desenvolvimento do intelecto, da clareza das emoções e das relações como os aspectos da personalidade da criança (BETTELHEIM, 1980, p. 13).

Frederico é do tipo de mocoorong, amarelo, fofo e barrigudo, sua casa é uma toca no tronco de uma árvore florida, tendo como o melhor da toca, a cama, que tem um colchão macio feito de penas de asas de anjo e cobertor feito de lã de carneirinhos dos sonhos. A partir daí, já se pode conhecer sobre esse mundo imaginário, com criaturas diferentes e boas, criado para simbolizar a luta entre o bem e o mau, num convívio, muitas vezes conflitante, semelhante àqueles enfrentados na vida real, com a diferença que, ao final, a bruxinha vence. Essa ambivalência de sentimentos do mundo ficcional estabelece bases para a criança compreender a diferença entre as pessoas do seu mundo e todos tem que fazer opções na vida. Essa decisão básica contribui para o amadurecimento da criança. Ainda citando Bettelheim:

A criança se identifica com o bom herói não por causa de sua bondade, mas porque a condição do herói lhe traz um profundo apelo positivo. A questão para a criança não é “Será que quero ser bom?” mas

“Com quem quero parecer?” A criança decide isso na base de se projetar calorosamente num personagem. Se esta figura é uma pessoa muito boa, então a criança decide que quer ser boa também (p. 18), (grifos meus).

O apelo positivo que faz parte do processo de decisão da criança produz os conflitos internos originários das próprias ansiedades existenciais e dilemas do ser humano, ao mesmo tempo em que é no próprio conto que a criança encontrará as soluções no seu nível de compreensão.

Esse mundo imaginário, rico em detalhes faz com que a criança possa se envolver em fantasias otimistas. Embora a fantasia seja irreal, as boas sensações que ela nos dá a respeito de nós mesmos e de nosso futuro são reais, e essas boas sensações reais são aquilo de que necessitamos para nos sustentar.

Continuando com a história... tudo andava na mais perfeita ordem, até que apareceu a bruxa Pafúncia, uma bruxa má, muito má que enfeitiçou toda a floresta onde morava Frederico, o mocorongo. Num primeiro momento ele ficou escondido e paralisado embaixo de um cobertor, no segundo momento ele só fez chorar, e algumas vezes xingava a malvada bruxa de todos os nomes feios que ele conhecia, mas passado três dias e três noites depois, acabou criando coragem e saiu de sua toca, ficou chocado, sentindo um aperto no coração, sua floresta encantada estava destruída. O grande exagero que a grande maioria das crianças gosta é que Frederico chorou tanto que suas lágrimas dariam para encher um oceano. Seus amigos tinham sumido, suas guloseimas tinham ficado mofadas. Porém o pior de tudo foi que o feitiço da bruxa não tinha acabado, as gotinhas de lágrimas, que caíam de seus olhos, transformava tudo que tocava em pedras.

Para a psicanálise, quando uma criança por qualquer motivo que seja, é incapaz de imaginar com otimismo o seu futuro, ocorre uma parada no seu desenvolvimento. É o que aconteceu com o Frederico.

Ainda nos respaldando na Psicanálise, os conflitos existenciais projetam para uma visão mais globalizada do mundo:

Justamente quando a criança começa a ser tentada pelo mundo mais vasto, que a incita a mover-se para além do círculo limitado que a abarca juntamente com seus pais, seus desapontamentos edipianos a induzem a desligar-se um pouco destes, que até então eram a única fonte de seu sustento físico e psicológico. Quando isso acontece, a criança se torna capaz de obter alguma satisfação emocional de pessoas que não fazem parte de sua família imediata, o que compensa até certo ponto sua desilusão com os pais. (BETTELHEIM, op. cit., p.177).

Nesse sentido, a personagem infantil Frederico (mocorongo) encontra uma Bruxinha, que de tão atrapalhada que é, parece ser boa. Ai se dá a identificação pois ambos são atrapalhados, desajeitados e juntos vão tentar encontrar um jeito de desfazer os feitiços da bruxa má e perversa.

Já a figura da bruxa Pafúncia, é caracterizada pela maldade, perversidade e também pelos feitiços que ela lança na floresta, pela vassoura, e também pelo fato dela sempre aparecer em uma noite de lua cheia. Essa tal bruxa é má por natureza, faz feitiços sempre prejudicando aos demais sem ter motivo, fazer o mau simplesmente por fazer.

Mas a Bruxinha apareceu e resolveu ajudá-lo, pois ela estava justamente procurando essa tal bruxa, pois sua varinha tinha sido enfeitiçada pela malvada e ela tinha perdido os seus poderes. Os dois resolveram procurar o castelo da tal bruxa, para se livrar dos feitiços, ambos tiveram que enfrentar o medo de entrar em um lugar desconhecido, pois lá no castelo não teriam que enfrentar a bruxa, mas apenas iriam olhar o livro de feitiços e descobrir como desfazer os encantamentos. No final conseguiram desfazer os feitiços da tal bruxa. A floresta voltou a ser divina e maravilhosa com seus pequenos seres, e a Bruxinha e Frederico comemoram a vitória com muita alegria no coração.

Nessa perspectiva da abordagem do conto e apoiada na posição psicanalítica, o conto de fadas diz que “embora existam bruxas, não se deve nunca esquecer que também existem boas fadas, que são muito mais

poderosas” (BETTELHEIM, op. cit., p.101). Desta forma é bem provável que uma história sobre uma criança que vence um espírito malvado, pela esperteza, tenha dado coragem a muitas crianças que tenham acesso a tais contos, porque torna suportáveis as frustrações que são experimentadas na realidade.

Considerações finais

Nos contos tradicionais, a fada é a personagem boa, enquanto a bruxa é má, prejudicando os demais.

A Bruxinha desmente esse padrão, pois a protagonista das histórias curtas de Eva Furnari, suscita a simpatia do leitor que experimenta com ela a amizade. Essa personagem, se parece mais com uma “fada madrinha”, do que com uma bruxa, e o Frederico se assemelha mas com uma criança, na primeira infância, com seus medos e anseios e juntos vão tentar vencer o mal.

A obra, *Bruxinha e Frederico*, de Eva Furnari, retrata a maldade de uma bruxa má Pafúncia que acaba sendo enfrentado por uma outra bruxa. O tema do conflito se mostra através de um dos dois (Frederico e Bruxinha) venceram o medo e ao entrar no castelo da bruxa má e fazer um feitiço que possa acabar de uma vez com as maldades da bruxa Pafúncia.

A “bruxa” é apresentada de duas formas uma má e perversa e outra atrapalhada e boazinha, mas que de alguma forma se enfrentam na narrativa, já que uma busca uma salvação para a floresta encantada do seu amigo Frederico. O Frederico inicia a narrativa como um mcorongo medroso, pois é inseguro, que tem uma grande frustração. Mas evolui na sua trajetória heroica ao encontrar com a Bruxinha para buscar um encantamento que pudesse desfazer o feitiço.

Isso é frequentemente vivenciado pelas crianças, pois quando as mesmas sofrem frustrações, a decepção e o desespero da criança em

momentos de derrota total ou parcial pode ser visto em seus acessos de mau humor, que são a expressão visível da convicção de que ela nada pode fazer para melhorar a situação, porém a imaginação (o poder de fantasiar) traz soluções favoráveis segundo Bruno Bettelheim, para as suas dificuldades presentes, o mau humor desaparece pois uma vez instalada a esperança no futuro, as dificuldades se tornam suportáveis.

Para o leitor, esta obra faz pensar sobre a consciência crítica, o sentido de justiça e a capacidade de refletir sobre a questão da maldade, bondade e amizade. Entende-se que a autora quis transmitir ao longo dessa narrativa, propostas de que o mau e o bem existe, que o medo é verdadeiro, mas que pode ser enfrentado, de maneira implícita e agradável.

E de acordo com o livro a *Psicanálise dos Contos de Fadas*, de Bruno Bettelheim “*Somente a fantasia e a esperança exagerada das realizações futuras podem equilibrar os pratos da balança, de modo a que ela possa prosseguir vivendo e lutando*”.

Nesse sentido a bruxinha pode ser analisada e discutida com um bruxa contemporânea, que não dá medo e nem assombra crianças, mas as ajuda a fantasiar e criar soluções para as dificuldades que são vivenciadas por ela no decorrer da sua infância. Então, a releitura da tradição, embora não signifique abandono total dela, acrescenta novos olhares: uma bruxa meio fada que realiza desejos, vive aventuras e ainda conhece a amizade.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

FURNARI, Eva. **Bruxinha e Frederico**. Rio de Janeiro: Global, 2001.

KHÉDE, Sônia Salomão. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo: Ática, 1986.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os Clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

- A importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças (Alessandro Spencer de Souza Holanda)

A importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças

Alessandro Spencer de Souza Holanda⁴

DOI: 10.5281/zenodo.12788721

RESUMO

A prática regular de atividades esportivas é essencial para crianças, e o ambiente escolar permite identificar aptidões que contribuem para o desenvolvimento físico e social, melhorando a qualidade de vida e facilitando a execução de tarefas diárias. Este estudo teve como objetivo analisar a importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças, por meio de uma revisão de literatura que reúne informações sobre o tema. A pesquisa foi realizada em bases de dados científicas como Scielo, Medline/PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde. Concluiu-se que o futebol contribui significativamente para o aprimoramento da coordenação motora das crianças.

Palavras-chave: Coordenação motora. Criança. Futebol.

INTRODUÇÃO

A prática regular de atividades esportivas é fundamental para as crianças, pois permite identificar aptidões que promovem tanto o desenvolvimento físico quanto social, melhorando a qualidade de vida e facilitando a realização de tarefas diárias (Ronque et al., 2007). Segundo Santos (2006), é importante que as crianças tenham contato com esportes desde cedo, inicialmente para identificar com quais modalidades se identificam. Durante este período, é crucial que as crianças conheçam uma variedade de

⁴ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

esportes, individuais e coletivos, o que contribuirá para seu desenvolvimento técnico e motor, proporcionando habilidades básicas que servirão de base para habilidades motoras específicas.

Essa fase de formação básica deve ser o período em que a criança amplia seu repertório de habilidades que servirá de base para as outras fases. Neste período, a criança precisa de estímulos para conseguir uma progressão positiva, pois exageros podem ocasionar problemas graves e prejudicar seu desenvolvimento (Santos, 2006). O processo de desenvolver a capacidade motora qualifica o indivíduo para adaptar-se a resolver problemas que envolvem tomada de decisão, planejamento e adaptação a novas situações (Ladewig, 2017). Coordenação motora é a capacidade de executar movimentos com precisão à medida que são realizados com certa frequência (Tani, 2017).

Manter um estilo de vida ativo desde a infância é crucial, pois a prática regular de atividades físicas proporciona melhores condições de saúde, evitando o sedentarismo e prevenindo diversos males (Ronque et al., 2007). De acordo com Santos (2006), o futebol é frequentemente a escolha dos pais para a iniciação esportiva de seus filhos, não apenas pela preferência pessoal, mas por ser uma modalidade mundialmente praticada.

O estímulo gerado pelo futebol contribui para a melhoria das habilidades, desenvolvimento e desempenho motor das crianças (Gallahue; Ozmun, 2013). Este artigo teve como objetivo analisar por meio de revisão a importância do futebol na escola para a coordenação motora de crianças.

MÉTODOS

Esta pesquisa é uma revisão de literatura que reúne informações sobre a importância do futebol na coordenação motora de crianças. Foram incluídos estudos que investigaram crianças de ambos os sexos. A busca dos artigos foi realizada em bases de dados científicas como Scientific Electronic Library

Online (Scielo.org), National Library of Medicine (Medline/PubMed) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

O período de busca abrangeu não restringiu cronologia de publicação, numa perspectiva de demonstrar a evolução conceitual sobre a temática. Utilizando os descritores: coordenação motora, criança e futebol. Os descritores foram selecionados de acordo com o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings).

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) artigos originais que analisassem a importância do futebol na coordenação motora de crianças; b) amostras de crianças de ambos os sexos. Os critérios de exclusão incluíram: a) estudos de caso; b) artigos que não reportassem resultados relevantes ao objetivo do estudo.

Após a seleção dos artigos elegíveis, foram realizadas leituras de resumos e títulos para verificar sua adequação ao objeto de estudo, excluindo-se os que não atendiam aos critérios estabelecidos, determinando assim os artigos incluídos na revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crianças

Desde que começam a andar, as crianças precisam buscar novas experiências. Esta fase de aprendizado se desenvolve ao longo da infância, avançando com a maturidade, sendo importante que sejam constantemente estimuladas a realizar novos movimentos (Gallahue; Ozmun, 2013). O desenvolvimento das habilidades infantis depende de três aspectos principais: a forma de indicação das atividades, o tempo de duração das mesmas, que varia para cada criança, e o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, com movimentos se tornando mais complexos ao longo do tempo (Ronque et al., 2007).

Crianças mais ativas tendem a ter um repertório maior de habilidades e melhores resultados em desenvolvimento motor. A escola desempenha um papel fundamental neste incentivo, especialmente para alunos mais retraídos, influenciando positivamente sua ambientação (Santos, 2006).

Ambiente Escolar

O ambiente escolar é essencial no desenvolvimento motor das crianças, proporcionando oportunidades para a prática de atividades físicas variadas e estruturadas. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a educação física na escola deve ser planejada de modo a favorecer o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais. O ambiente escolar deve incentivar a prática de diferentes modalidades esportivas, promovendo o desenvolvimento motor amplo e a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições físicas.

Coordenação Motora

Coordenação é a capacidade de controlar o corpo e realizar movimentos e atividades de forma natural, desenvolvida desde o nascimento (Gallahue; Ozmun, 2013). É essencial realizar atividades que proporcionem habilidades motoras no início do processo de domínio corporal (Santos, 2006). A influência do ambiente é crucial no desenvolvimento motor, com estímulos que auxiliam diretamente nesse aprendizado (Ladewig, 2017). No desenvolvimento motor inicial, as habilidades das crianças são invariáveis, necessitando de maior maturação (Gallahue; Ozmun, 2013).

A prática de movimentos motores segue fases importantes, desenvolvendo o domínio de movimentos complexos e aprendizado de novos movimentos, requerendo cautela em seu procedimento (Tani, 2017). Testes como o KTK (Körperkoordinationstest für Kinder), desenvolvido por Kiphard e Schilling, ajudam a identificar os níveis de coordenação motora, diagnosticando

com precisão crianças dos 5 aos 14 anos (Gallahue; Ozmun, 2013; Kiphard; Schiling, 1974).

Na avaliação do KTK é realizado equilíbrio na trave em marcha para traz (3 travpes de larguras diferentes), saltos monopedal (com espumas), saltos laterais (na plataforma de madeira) e transferência sobre plataformas lateral. Sendo considerado para análise os componentes que caracterizam a coordenação motora, dentre eles o equilíbrio, a lateralidade, o ritmo, a velocidade e a agilidade (Kiphard; Schiling, 1974).

A Importância do Futebol na escola para Coordenação Motora de Crianças

O futebol é uma modalidade coletiva caracterizada por ações constantes de habilidades variadas e tomada de decisão (Santos, 2006). O futebol exige habilidades que facilitam o desenvolvimento técnico e a compreensão entre as crianças (Gallahue; Ozmun, 2013). Para dominar o corpo, é necessário desenvolver habilidades específicas e executá-las corretamente (Tani, 2017). Historicamente, o futebol brasileiro teve suas raízes nos campinhos onde crianças desenvolviam habilidades motoras naturalmente, um cenário que mudou devido à urbanização e ao avanço tecnológico (Ladewig, 2017).

Os fundamentos básicos do futebol, como chute, passe e domínio, não são suficientes para alcançar excelência; é necessário desenvolver habilidades motoras e adaptar-se aos movimentos específicos do jogo (Santos, 2006). Esses movimentos são frequentes em uma partida de futebol, exigindo alto grau de desenvolvimento individual dos atletas, proporcionando maior segurança na execução (Gallahue; Ozmun, 2013).

CONCLUSÃO

Conclui-se que o futebol desempenha um papel crucial no aprimoramento da coordenação motora das crianças no ambiente escolar. A

prática regular deste esporte não só facilita o controle e a execução de movimentos e habilidades técnicas, mas também promove um desenvolvimento motor abrangente. Utilizando o teste de Coordenação Corporal para Crianças (KTK), que avalia aspectos como salto, corrida, flexibilidade, força, agilidade e velocidade, observa-se uma melhoria significativa no desempenho motor das crianças. O ambiente escolar, ao incentivar a prática de diferentes modalidades esportivas, incluindo o futebol, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, conforme destacado pela Base Nacional Comum Curricular. Assim, o futebol, com suas demandas variadas e dinâmicas, emerge como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento das habilidades motoras essenciais, beneficiando a saúde e o bem-estar geral das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 7. ed. São Paulo: Phorte, 2013.

KIPHARD E.J.; SCHILLING V.F. *Köoperkoordination test für kinder KTK: manual Von Fridhelm Schilling*. Weinheim: Beltz Test Gmbh, 1974

RONQUE, E. R. V.; CYRINO, E. S.; DÓREA, V.; SERASSUELO JÚNIOR, H.; GALDI, E. H. G.; ARRUDA, M. de. Diagnóstico da aptidão física em escolares de alto nível socioeconômico: avaliação referenciada por critérios de saúde. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* [Internet], v. 13, n. 2, p. 71–76, mar. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922007000200007>.

LADEWIG, I. À importância da atenção na aprendizagem de habilidades motoras. *Revista Paulista de Educação Física*, supl. 3, p. 62–71, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2000.139614>.

SANTOS, V. P. *A metodologia do ensino do futebol no Programa Segundo Tempo*. Universidade de Brasília: Especialista em Esporte Escolar, 2006.

TANI, G. Processo adaptativo em aprendizagem motora: o papel da variabilidade. *Revista Paulista de Educação Física*, supl. 3, p. 55–61, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2000.139613>.

- A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho: aspectos relevantes a serem discutidos (Sarita Rafaela Vitor; Natália Aparecida Alves Chiquio; Cintia Rafaela de Souza; Juliana Slonik Teixeira; Isadora Mesquita Moreira)

A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho: aspectos relevantes a serem discutidos

Sarita Rafaela Vitor

Natália Aparecida Alves Chinquio

Cintia Rafaela de Souza

Juliana Slonik Teixeira

Isadora Mesquita Moreira

DOI: 10.5281/zenodo.12802441

RESUMO

A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho refere-se ao processo de garantir oportunidades de emprego e acesso ao ambiente laboral para indivíduos que possuem algum tipo de deficiência ou condição que demande adaptações específicas. Essa inserção é fundamental para promover a inclusão social, a autonomia e a dignidade dessas pessoas, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Diante deste cenário este estudo tem por objetivo descrever a inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho e adota como objetivos específicos caracterizar o movimento da inclusão ressaltando neste cenário a inclusão escolar e suas principais nuances. A metodologia adotada é a revisão de literatura. Como resultados evidencia-se que a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um processo fundamental para promover a inclusão social, a equidade e a valorização da diversidade. Em suma, a inserção do portador de necessidades especiais no trabalho requer um esforço conjunto da sociedade, das empresas e dos órgãos governamentais para garantir oportunidades justas e igualdade de condições para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.. A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho é um processo essencial para promover a inclusão social e o respeito à diversidade, garantindo oportunidades iguais de desenvolvimento profissional e pessoal para todos os indivíduos, independentemente de suas condições específicas.

Palavras-Chave: Necessidades Especiais. Inclusão. Lei de Cotas.

Introdução

A inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho é um tema de extrema importância, pois envolve questões fundamentais de justiça social, equidade e respeito à diversidade. Quando uma empresa adota práticas inclusivas e proporciona oportunidades de emprego para pessoas com necessidades especiais, ela não apenas cumpre com sua responsabilidade social, mas também se beneficia de diversas maneiras.

A responsabilidade social vem se mostrando um fator decisivo para o desenvolvimento e crescimento das empresas. Cresce a conscientização, por parte da sociedade, do papel imprescindível que as grandes organizações têm diante das questões sociais, assim como a cobrança por uma atuação responsável e uma postura a qual explicita a preocupação com tais questões. Hoje o consumidor prefere produtos de empresas que não possuem envolvimento em corrupção, que são transparentes nos seus negócios, que respeitam o meio ambiente e comunidade, e além disto, os profissionais mais qualificados preferem trabalhar em empresas as quais valorizem a qualidade de vida de seus funcionários e respeitem seus direitos. A enorme desigualdade social do país ressalta ainda mais o tema, fazendo que a responsabilidade social surja como uma nova cultura e unindo diferentes atores sociais em torno de uma única questão, o bem-estar social. (FRANCISHINI et al., p.27).

Ao promover a inclusão no ambiente de trabalho, as empresas estão contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas têm a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir para o crescimento coletivo. Além disso, a presença de profissionais com necessidades especiais nas equipes traz benefícios tangíveis para as organizações. Esses profissionais muitas vezes desenvolvem habilidades únicas, como resiliência, criatividade e capacidade de adaptação, que podem enriquecer o ambiente de trabalho e contribuir para a inovação e o sucesso empresarial. A diversidade de experiências e perspectivas também pode estimular a criatividade, a colaboração e a resolução de problemas de forma mais eficaz.

Os benefícios tangíveis para as organizações ao promover a diversidade e a inclusão são diversos e impactam positivamente diferentes aspectos do ambiente de trabalho e dos resultados empresariais. Alguns desses benefícios incluem: Inovação (a diversidade de experiências, perspectivas e habilidades dentro da equipe pode impulsionar a criatividade e a inovação, levando a soluções mais criativas e eficazes para os desafios organizacionais); Melhor desempenho financeiro (estudos mostram que empresas com equipes diversas tendem a ter um melhor desempenho financeiro, com maior retorno sobre o investimento e melhores resultados no longo prazo); Atração e retenção de talentos (organizações que promovem um ambiente inclusivo e diversificado são mais atrativas para profissionais talentosos de diferentes origens, aumentando a capacidade de recrutar e reter os melhores colaboradores); Melhoria da reputação da empresa (empresas que valorizam a diversidade e a inclusão tendem a ser bem vistas tanto pelos clientes quanto pela sociedade em geral, o que contribui para uma imagem positiva e uma maior confiança no mercado); Acesso a novos mercados (uma força de trabalho diversa pode ajudar as empresas a entender melhor as necessidades e preferências de diferentes segmentos de mercado, facilitando a expansão para novas regiões e públicos); Redução de conflitos e aumento da produtividade (a diversidade no local de trabalho pode promover uma cultura de respeito mútuo, colaboração e entendimento entre os membros da equipe, reduzindo conflitos interpessoais e melhorando o clima organizacional).

Esses benefícios tangíveis demonstram que investir na promoção da diversidade e inclusão não apenas é uma questão ética e socialmente responsável, mas também é uma estratégia inteligente para o sucesso sustentável das organizações no mundo atual, cada vez mais globalizado e diversificado.

Diante deste cenário este estudo tem por objetivo descrever a inserção da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho e adota como objetivos específicos caracterizar o movimento da inclusão ressaltando neste cenário a inclusão escolar e suas principais nuances.

É importante ressaltar que a inclusão da pessoa com necessidades especiais no mercado de trabalho não se limita apenas à contratação, mas também envolve garantir condições adequadas para o pleno exercício das funções, como acessibilidade física, treinamento especializado e apoio psicossocial quando necessário, portanto, ao promover a inclusão das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, as empresas não só cumprem com sua responsabilidade social, mas também fortalecem suas equipes, estimulam a inovação e contribuem para a construção de um ambiente mais justo e acolhedor para todos os colaboradores.

A metodologia adotada é a revisão de literatura, uma etapa fundamental em qualquer pesquisa acadêmica, pois envolve a análise crítica e sistematizada de estudos, artigos, livros e outras fontes relevantes sobre um determinado tema. O objetivo da revisão de literatura é fornecer uma base sólida de conhecimento existente, identificar lacunas no campo de estudo, contextualizar a pesquisa dentro do panorama atual e fundamentar teoricamente as hipóteses ou questões de pesquisa.

1. Necessidades Especiais e os tipos de deficiência

As necessidades especiais referem-se às demandas específicas de cada indivíduo que podem interferir em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Essas necessidades podem ser de natureza física, cognitiva, emocional, sensorial ou social, exigindo apoios adicionais e estratégias diferenciadas para garantir a inclusão e o acesso pleno à educação e à sociedade.

Cada indivíduo é único e suas necessidades especiais devem ser compreendidas de forma individualizada, respeitando suas características, potencialidades e desafios específicos. O reconhecimento e a promoção da

diversidade são fundamentais para garantir a inclusão e o respeito à singularidade de cada pessoa com necessidades especiais.

As deficiências são condições que podem afetar diferentes aspectos da vida de uma pessoa, seja a nível físico, cognitivo, sensorial ou emocional. Elas podem ser congênitas (presentes desde o nascimento) ou adquiridas ao longo da vida, e demandam atenção especial para garantir que a pessoa possa viver de forma plena e participativa na sociedade. É importante ressaltar que as deficiências não definem as pessoas e que cada indivíduo deve ser reconhecido em sua totalidade, com suas habilidades, potencialidades e desejos. O respeito à diversidade e a promoção da inclusão são fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

Mantoan (2015, p.29) ressalta que não se pode esquecer que o passado recente revela uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência. Por muitas décadas, alegando-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos, manteve-se a prática de segregação, reforçada pelo paradigma da normalização. Tal estado de coisas perpetuou-se também no período da integração, que nada mais fora que um anúncio da possibilidade de inclusão escolar para aqueles estudantes que conseguissem adequar-se à escola comum, sem que esta devesse revisar seus pressupostos.

2. Lei de cotas

Referente à Lei de Cotas no Mercado de trabalho, o autor Goldfarb (2007, p.25) enfatiza que a conquista, pelas pessoas portadoras de deficiência, de respeito e espaço na sociedade, assim como o reconhecimento e a inserção de direitos nas legislações são fruto de um processo longo e árduo, que continua em andamento.

Infelizmente os portadores de deficiência são objetos de exclusão desde a Antiguidade. Elas eram consideradas pessoas com maldições e inferiores, por isto, não poderiam fazer parte da sociedade. (GOLDFARB, 2007, p.32)

A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, também conhecida como Lei de Cotas, é a legislação brasileira que estabelece a obrigatoriedade de as empresas com mais de 100 funcionários preencherem uma parcela de seus cargos com profissionais com deficiência ou reabilitados. Essa lei tem como objetivo promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para pessoas com necessidades especiais.

Alguns pontos importantes sobre a Lei de Cotas são: Percentual de contratação (de acordo com a legislação, as empresas devem preencher uma cota que varia entre 2% e 5% do total de seus funcionários com pessoas com deficiência ou reabilitadas. O percentual exato é determinado pela quantidade total de empregados na empresa); Tipos de deficiência (a lei considera como deficiência aquelas que se enquadram nas categorias física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla. Além disso, pessoas reabilitadas pelo INSS também têm direito à reserva de vagas); Adaptações no ambiente de trabalho (as empresas são responsáveis por promover as condições necessárias para a inclusão e o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência em seus quadros de funcionários. Isso inclui a realização de adaptações no ambiente físico, fornecimento de recursos assistivos e capacitação dos demais colaboradores para o convívio e trabalho conjunto com colegas com deficiência); Fiscalização e penalidades (para garantir o cumprimento da Lei de Cotas, existem fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que podem aplicar multas às empresas que não cumprirem a legislação. Além disso, o descumprimento das cotas pode resultar em processos judiciais e outras penalidades previstas em lei); entre outros.

A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência é uma importante ferramenta para promover a inclusão e a igualdade no mercado de trabalho, contribuindo para a valorização da diversidade e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É fundamental que as empresas cumpram

essa legislação e adotem práticas inclusivas em seus ambientes laborais, garantindo oportunidades iguais para todos os profissionais, independentemente de suas necessidades especiais.

Assim como toda pessoa, o portador de deficiência necessita de respeito, admiração e amor, pois são pessoas como todos nós, especialmente da participação no mercado de trabalho, afinal são pessoas que necessitam da ajuda financeira como todos. Mas quando a competitividade é grande, vencem aqueles considerados “normais e mais fortes”. (MULLER, 1999, p.17).

A respeito do emprego para o Portador de Deficiência, Goldfarb (2007, p.157) afirma que a empresa deve contratar a pessoa portadora de deficiência apta para o desenvolvimento das atividades relacionadas à função que ocupará e, além de permitir que as atividades sejam desenvolvidas, deve propiciar os meios necessários para tanto, incluindo sem limitação, as ferramentas laborais e as adaptações necessárias no local de trabalho, até mesmo porque, independentemente de o empregado postar uma deficiência, a empresa deve delegar atividades compatíveis com a sua competência, sempre nos limites do contratado, não cabendo qualquer exigência inferior ou superior às forças do empregado ou mesmos serviços defesos por lei ou contrários aos bons costumes, sob pena, inclusiva, de o empregado considerar rescindido o contrato e requerer as indenizações cabíveis para a hipótese de rescisão indireta do contrato de trabalho (CLT, art. 483).

A questão do emprego para pessoas com deficiência é de extrema importância para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. É essencial promover um ambiente inclusivo e acolhedor no mercado de trabalho, onde as pessoas com deficiência sejam valorizadas por suas habilidades e competências, contribuindo assim para uma sociedade mais diversa, justa e igualitária.

Ao adotar práticas inclusivas, investir em capacitação e sensibilização, e promover um ambiente de trabalho acolhedor e acessível, as empresas podem contribuir significativamente para a promoção da igualdade de oportunidades e

o empoderamento das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

3. O Movimento da Inclusão: Tudo começa na escola

A inclusão do portador de necessidades especiais na escola é um tema de extrema importância para garantir o acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas condições.

A inclusão escolar apresenta inúmeras vantagens as quais possibilitam a melhoria das condições sociais das pessoas excluídas e além disto, é capaz de proporcionar acentuada melhoria no aprendizado dos diferentes grupos de sujeitos, uma vez que oportuniza que a aprendizagem ocorra em situações as quais envolvem a expressão de vivências distintas, culturas diversas, possibilitando a construção de conhecimentos baseados na diversidade (FREITAS; LUSTOSA, 2017, p.35).

A diversidade é a variedade de características, experiências, origens, culturas, habilidades e perspectivas que existem entre os indivíduos e grupos da sociedade. Ela reconhece e valoriza as diferenças que tornam cada pessoa única e especial, promovendo a inclusão, o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades para todos.

Promover a diversidade significa reconhecer a dignidade e os direitos de cada pessoa, independentemente de suas características ou condições particulares, criando um ambiente inclusivo, justo e acolhedor para todos os membros da sociedade. A diversidade é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e harmoniosa.

Mota (2020, p.42) afirma que a inclusão escolar acrescenta ao desenvolvimento e aprendizagem de todas e todos estudante, com ou sem deficiência. Especificamente no caso de estudantes sem deficiência a interação com pares diversos e distintos em suas especificidades, proporcionará: aprimoramento da autoestima e autoconfiança, quando crianças passam a se

sentir capazes de ajudar os outros; capacidade de relacionar-se empaticamente com crianças as quais apresentam diferentes percepções, pensamentos, necessidades, maneiras de aprender e agir; redução do medo de seres humanos distintos; compreensão e paciência com crianças as quais apresentam diferentes formas de aprendizado; mais respeito pelas pessoas, compreensão, aceitação e apreciação das diferenças individuais; e, preparação para a vida em uma sociedade inclusiva.

Uma sociedade inclusiva é aquela que valoriza e respeita a diversidade, promovendo a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos de todos os seus membros, independentemente de suas diferenças. Alguns pontos importantes sobre uma sociedade inclusiva incluem: Respeito à diversidade (uma sociedade inclusiva reconhece e respeita as diferenças individuais, sejam elas relacionadas à etnia, gênero, orientação sexual, idade, condição socioeconômica, deficiência ou qualquer outra característica que torne as pessoas únicas); Acessibilidade (uma sociedade inclusiva garante a acessibilidade em todos os seus espaços e serviços, tanto físicos quanto digitais, para garantir que todas as pessoas possam participar plenamente da vida em sociedade); Igualdade de oportunidades (uma sociedade inclusiva busca eliminar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e participação de todos os seus membros, garantindo igualdade de oportunidades no acesso à educação, ao emprego, à saúde, à cultura e a outros direitos fundamentais); Empoderamento (uma sociedade inclusiva promove o empoderamento das pessoas em situação de vulnerabilidade, capacitando-as a exercerem sua cidadania plenamente e a participarem ativamente das decisões que afetam suas vidas); Combate à discriminação (uma sociedade inclusiva combate ativamente todas as formas de discriminação e preconceito, promovendo o respeito mútuo, a tolerância e a valorização da diversidade como elementos essenciais para a construção de uma convivência harmoniosa); Políticas públicas inclusivas (para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, são necessárias políticas públicas eficazes que promovam a igualdade e a justiça social, garantindo o acesso

universal aos serviços essenciais e o respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos).

Uma sociedade inclusiva é aquela que reconhece a importância da diversidade como um fator enriquecedor, adota práticas e políticas que promovem a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo entre seus membros, e trabalha ativamente para eliminar todas as formas de exclusão e discriminação presentes em seu tecido social.

Prestes (2017, p.29) acredita que nos processos educativos a inclusão educacional tem como premissa a valorização da diversidade humana de modo a preservar a liberdade, a criatividade e a singularidade do aluno para o aperfeiçoamento integral das suas potencialidades. Esses aspectos devem ser considerados na elaboração e transmissão dos conteúdos curriculares pelo professor na sala de aula.

Propor efetivação da inclusão na escola, segundo Sousa (2019) significa compreender as práticas pedagógicas como propiciadoras de desafios e oportunidades direcionadas a todos os sujeitos os quais estão inseridos na pedagogia escolar. O que torna essencial à inclusão educacional é a compreensão das necessidades sociais e cognitivas do sujeito, bem como compreender de que forma as estratégias metodológicas têm sido propostas no desenvolvimento das competências e na realização da autonomia do alunado.

Alguns pontos importantes sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar são: Educação inclusiva (a educação inclusiva parte do princípio de que cada aluno é único e merece ter suas necessidades atendidas no ambiente escolar. Isso significa proporcionar um ensino que seja acessível a todos, considerando as diferenças individuais); Adaptações curriculares (é fundamental que as escolas ofereçam adaptações curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, garantindo que eles possam participar ativamente das atividades educacionais); Formação de professores (os profissionais da educação devem receber formação adequada para lidar com a diversidade presente em sala de aula, incluindo estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos que

favoreçam a aprendizagem de todos os alunos); Ambiente acolhedor (as escolas precisam criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde a diversidade seja valorizada e respeitada por toda a comunidade escolar, promovendo a convivência harmoniosa entre os alunos); Parceria com a família (a parceria entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão escolar, pois os pais e responsáveis desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento educacional e social dos alunos com deficiência); Acessibilidade (as instituições de ensino devem garantir a acessibilidade física, comunicacional e tecnológica para que todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares, sem barreiras ou discriminação); Valorização das potencialidades)é importante valorizar as potencialidades e habilidades dos alunos com deficiência, estimulando seu crescimento pessoal e acadêmico, e promovendo uma cultura de respeito à diversidade); entre outros.

A inclusão do portador de necessidades especiais na escola é um direito fundamental que deve ser assegurado por meio de políticas educacionais inclusivas, práticas pedagógicas adequadas e um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para todos os alunos.

Inclusão e exclusão são palavras que têm norteado, nas últimas décadas as discussões a respeito de quem entra ou não na escola. Impulsionada pelo imperativo ético da democratização do ensino, a inclusão, fundamentada em princípios tais como igualdade e equidade de oportunidades, emerge na década de 1980 e se consolida, somente em termos legais, na década de 1990, no contexto educacional brasileiro, influenciada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. A inclusão compromete-se a oferecer educação de qualidade, acesso e permanência, na escola, a todas as pessoas. Propõe-se, também a promover mudanças, de forma que o sistema educacional, em sua completude, adapte-se a fim de receber e acolher a diversidade (PINHEIRO, 2020, p.44).

Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais é um evento internacional que reúne especialistas, acadêmicos, profissionais da área da educação, autoridades governamentais e representantes de organizações

da sociedade civil para discutir e compartilhar práticas, políticas e pesquisas relacionadas à educação inclusiva e às necessidades educacionais especiais. Nesse tipo de conferência, são abordados temas como: Acesso à educação (garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva); Adaptações curriculares (discutir estratégias e práticas pedagógicas para adaptar o currículo escolar às necessidades individuais dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem); Formação de professores (abordar a importância da formação continuada dos profissionais da educação para atuarem de forma eficaz na promoção da inclusão e no atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos); Políticas públicas (analisar as políticas educacionais adotadas pelos governos para garantir a inclusão escolar e o respeito à diversidade nas instituições de ensino); Tecnologias Assistivas (explorar o uso de tecnologias e recursos pedagógicos que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais); entre outros.

Essas conferências visam promover o diálogo, a troca de experiências e o desenvolvimento de estratégias eficazes para garantir uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais. O compartilhamento de conhecimento e boas práticas nesse contexto contribui significativamente para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

3.3 Educação Inclusiva em ação

De acordo com Gomes (2018, p.12) a temática educação inclusiva é uma pauta a qual ainda deve ser muito discutida a cada dia, pois, não só atualmente, mas desde sempre, o mundo expõe um padrão de estética, de comportamentos, em que as pessoas com deficiência/ necessidades especiais

não conseguem acompanhar; foram se criando estigmas e tais estigmas se perpetuaram, pois se pensava que, com a inclusão, quebrar-se iam diversos dos preconceitos e todos os estigmas, e que, com sua atuação nas instituições de ensino, tornar-se-iam mais expostas as habilidades, capacidades das pessoas com deficiência/ necessidades para que as pessoas começassem a repensar sobre tal ideia.

O pressuposto de que a Educação Inclusiva é um movimento o qual compreende a educação como direito humano fundamental se constitui como base para uma sociedade mais justa. O atendimento de todas as crianças, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades, implica habilitar todas as escolas para o atendimento em sua comunidade e desta forma, todo esse empreendimento não pode se abstrair de que a formação, a qualificação e a valorização do professor e do profissional de educação se constituem como pilares de tais mudanças (PINTOR, 2017, p.51).

A educação é, de fato, um direito fundamental de todos os indivíduos. O acesso à educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento pessoal, social e profissional das pessoas, além de ser um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando se fala a respeito da educação como direito fundamental, se está referindo não apenas ao acesso à escola e ao conhecimento acadêmico, mas também à garantia de oportunidades de aprendizado ao longo da vida, à formação integral dos indivíduos e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

A educação desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades, no fortalecimento da cidadania e na promoção do desenvolvimento sustentável. Por meio da educação, as pessoas adquirem conhecimentos, valores, habilidades e competências que são essenciais para sua participação ativa na sociedade e no mercado de trabalho. É responsabilidade do Estado garantir o acesso universal à educação, promovendo políticas públicas inclusivas, investindo na formação de professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na valorização da educação como um pilar fundamental do desenvolvimento humano, portanto, a

defesa da educação como um direito fundamental de todos os indivíduos é essencial para garantir a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a construção de um futuro mais próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

Para Fireman (2015, p.35) a educação inclusiva, em função das novas demandas sócio educacionais, preconiza a educação para todos, independente de sua condição física, sensorial, econômica, social, cultural e afetiva, devendo ocorrer nas salas comuns do ensino regular. Aqui o aluno não mais precisa provar seus conhecimentos e habilidades, para participar do ambiente escola, a escola deve envidar meios para acolher o alunado e promover uma educação de qualidade. A educação inclusiva passou a ser considerada como uma política de referência para os alunos com deficiência, a partir da difusão da Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca foi adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha. Este documento representa um marco importante no campo da educação inclusiva e dos direitos das pessoas com deficiência. Ela reafirma o compromisso com a educação para todos e destaca a importância de garantir o acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. Ela defende a educação inclusiva como um princípio fundamental, que reconhece e valoriza a diversidade humana.

Um dos pontos-chave da Declaração de Salamanca é a afirmação de que as escolas devem acolher a diversidade de seus alunos, promovendo práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades individuais de cada estudante. Além disso, o documento ressalta a importância da formação de professores para lidar com a diversidade em sala de aula e da adaptação dos sistemas educacionais para garantir a inclusão de todos.

A Declaração de Salamanca influenciou significativamente as políticas educacionais em todo o mundo, estimulando a adoção de práticas inclusivas e o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no contexto

educacional. Ela reforça a ideia de que a diversidade é uma riqueza a ser valorizada e que a educação é um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças.

Conforme Glat e Pletsch (2012, p.34) a Declaração de Salamanca é considerada um marco, pois nela são propostas linhas de ação as quais colocam em xeque não somente a concepção tradicional de escola, mas também a própria atuação da educação especial a qual passa a ter como uma de suas funções prioritárias o suporte pedagógico especializado juntamente ao ensino comum para o trabalho com alunos especiais, perpassando, assim., todos os níveis e etapas da escolarização.

A inclusão é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrar neste campo, se está lidando com a construção histórica social e cultural das diferenças, a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação, portanto, ao falar a respeito da inclusão, não se pode desconsiderar a construção de identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais (GOMES, 2018, p.27).

Na área educacional, no geral, a inclusão tem se referido a movimentos instituídos no âmbito do ordenamento legal, da organização escolar e das práticas educativas, de forma que possibilite a inserção e permanência de grupos historicamente excluídos do espaço escolar, seja por aspectos sociais, econômicos e culturais, seja por peculiaridades no desenvolvimento. Desta maneira, remete à discussão da legislação e dos programas oficiais os quais visam à implementação de uma política de educação inclusiva; dos distintos contextos em que tal educação se materializa, sobretudo a escola; dos profissionais envolvidos; dos sujeitos a que essa educação se destina e de suas famílias (PADILHA; OLIVEIRA, 2014, p.05).

Uma política de educação inclusiva é aquela que visa garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, necessidades especiais, origem étnica, cultural, social ou econômica. Uma política de educação inclusiva busca promover a equidade, a diversidade e o respeito às diferenças no ambiente escolar.

Para ser eficaz, uma política de educação inclusiva deve incluir medidas como: Acesso universal (garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação, sem discriminação ou exclusão); Adaptações curriculares (oferecer um currículo flexível e adaptado às necessidades individuais dos alunos, de modo a atender a diversidade de estilos de aprendizagem); Formação docente (capacitar os professores para lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e acolhedoras); Recursos e apoios (disponibilizar recursos educacionais e apoios especializados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras condições que exijam suporte adicional); Ambiente escolar acolhedor (promover um ambiente escolar seguro, respeitoso e inclusivo, que valorize a diversidade e promova a convivência pacífica entre todos os estudantes); Parceria com a comunidade (estabelecer parcerias com famílias, organizações da sociedade civil e outros setores da comunidade para fortalecer o apoio aos alunos e promover a inclusão em todos os aspectos da vida escolar); entre outros.

Uma política de educação inclusiva busca não apenas garantir o acesso à escola, mas também promover a permanência, o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral de cada aluno, reconhecendo e valorizando suas diferenças como parte essencial do processo educativo.

Segundo Gomes (2018, p.11) para que se possa ter uma educação a qual inclua realmente as crianças deficientes, é preciso uma adaptação do sistema educacional e da comunidade de forma geral para a qualificação dos professores, produção de livros e materiais didáticos apropriados para os diversos graus e tipos de deficiência, adaptação da estrutura das escolas e da rede de transportes para o trânsito e receptividade dos alunos.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica

mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. Desta maneira, a escola não pode continuar ignorando, anulando e marginalizando as diferenças as quais estão à sua volta. (VIVEIRO; BEGO, 2015, p.38).

Para Fireman (2015, p.23) de forma ampla a educação inclusiva promove a reforma dos sistemas educativos e coloca em juízo de valor as teorias e hipóteses relacionadas à educação especial. A proposta de educação inclusiva é transformar os sistemas educacionais, com isso prevê mudanças substanciais envolvendo a arquitetura da escola e nos métodos de ensinar e avaliar. Os atuais desafios da Educação Inclusiva brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos sistemáticos de monitoramento, ou seja, indicadores dos programas implantados, realização de pesquisas qualitativas e quantitativas as quais possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos os quais incluam a formação de professores dentro das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino.

A educação especial, segundo Correia (2017, p.42) constitui-se como um conjunto de métodos e estratégias de ensino, adaptações de materiais e equipamentos, de eliminação de barreiras e de quaisquer outras intervenções, pensadas e planejadas de uma maneira interdisciplinar, cujo fim é o de se responder, com a maior eficácia possível, às necessidades de um aluno com necessidades especiais (NE), tendo sempre por base as suas capacidades e os ambientes onde ele se move, assim sendo, o seu objetivo primeiro deve ser o de promover ambientes de aprendizagem os quais permitam aos alunos com NE atingir níveis de sucesso elevados no que respeito ao seu percurso acadêmico, socioemocional e de independência pessoal.

Na área da Educação Especial, existem diversos métodos e estratégias de ensino que visam atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras condições que exijam apoio adicional. Alguns desses métodos e estratégias incluem: Ensino Individualizado

(adaptação do ensino de acordo com as necessidades e características de cada aluno, levando em consideração seu ritmo de aprendizagem, estilo cognitivo e interesses pessoais); Ensino Multissensorial (utilização de diferentes estímulos sensoriais (visuais, auditivos, táteis) para facilitar a aprendizagem e a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos); Ensino por Meio de Tecnologias Assistivas (utilização de recursos tecnológicos, como softwares educacionais, aplicativos específicos e dispositivos adaptados, para apoiar a aprendizagem e a comunicação dos alunos com deficiência); Aprendizagem Cooperativa (estímulo à colaboração entre os alunos, promovendo a interação, o trabalho em equipe e a troca de conhecimentos entre pares); Ensino Baseado em Projetos (abordagem que envolve os alunos em atividades práticas e significativas, relacionadas a projetos ou temas de interesse, favorecendo a aplicação dos conhecimentos na prática); Ensino por Meio de Histórias Sociais (utilização de histórias sociais para auxiliar na compreensão de situações sociais complexas e no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais); Ensino Estruturado (organização clara e previsível do ambiente escolar e das atividades de ensino, oferecendo suporte à compreensão e à execução das tarefas pelos alunos); entre outros.

Essas são apenas algumas das muitas estratégias e metodologias que podem ser empregadas no contexto da Educação Especial para promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas. É importante que os educadores estejam sempre atualizados e em constante diálogo com profissionais da área para identificar as melhores práticas pedagógicas para cada situação.

3.4 Caracterizando as Necessidades Especiais Educacionais

Necessidades educacionais especiais são demandas específicas dos alunos que, para aprender o que é esperado para seu grupo-referência, precisarão de distintas maneiras de interação pedagógica e/ou suportes adicionais, ou seja, recursos pedagógicos, metodologias e currículos adaptados, bem como tempos diferenciados para aprender os mesmos conteúdos que os demais, durante todo o seu percurso escolar ou parte dele. O conceito de necessidade educacional especial engloba tanto as características individuais do aluno quanto o contexto histórico-cultural em que vive e se constitui; ou seja, refere-se tanto à constituição orgânico-psicológica do sujeito quanto à sua condição social frente à cultura escolar (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.21).

A cultura escolar refere-se ao conjunto de valores, normas, práticas, tradições e representações que permeiam o ambiente educacional de uma instituição de ensino. Ela engloba não apenas os aspectos pedagógicos e curriculares, mas também as relações interpessoais, as dinâmicas institucionais e as formas como o conhecimento é produzido, transmitido e assimilado no contexto escolar. Alguns elementos que caracterizam a cultura escolar são: Valores educacionais (os valores que orientam as práticas educativas e a convivência na escola, como o respeito, a solidariedade, a responsabilidade, a autonomia e a ética); Normas e regras (as normas e regras de convivência que regulam o comportamento dos membros da comunidade escolar, contribuindo para a construção de um ambiente seguro e acolhedor); Relações interpessoais (as relações estabelecidas entre alunos, professores, funcionários e gestores da escola, que influenciam diretamente o clima organizacional e o processo de ensino-aprendizagem); Clima escolar (o clima emocional e afetivo que se estabelece na escola, influenciando o bem-estar dos alunos e profissionais envolvidos no processo educativo); Tradições e rituais (as práticas culturais que marcam o cotidiano da escola, como festas, comemorações, eventos esportivos, manifestações artísticas, entre outros); Currículo e metodologias (as concepções pedagógicas adotadas pela escola, os conteúdos curriculares trabalhados, as estratégias de ensino utilizadas e as

formas de avaliação do aprendizado dos alunos); Inclusão e diversidade (a forma como a escola lida com a diversidade cultural, étnica, social, econômica e de gênero presente em seu corpo discente e docente, promovendo a inclusão e o respeito à diferença); entre outros.

A cultura escolar desempenha um papel fundamental na formação dos alunos e na construção do ambiente educativo como um espaço de aprendizagem significativa, socialização e desenvolvimento integral dos indivíduos. Uma cultura escolar forte e inclusiva contribui para a promoção do sucesso acadêmico, o bem-estar emocional dos estudantes e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Costumam apresentar necessidades educacionais especiais, por exemplo, alunos que migram para comunidades com costumes e valores distintos daqueles que já vinham sendo constituídos por eles no convívio familiar e social, mesmo que não tenham qualquer condição intrínseca que dificulte a aprendizagem. Da mesma maneira, alunos com necessidades educacionais especiais são frequentemente encontrados em escolas ou sistemas escolares com currículos pouco flexíveis, sobretudo se estes forem pautados em valores e expectativas das camadas hegemônicas da população e desvinculados das experiências cotidianas da comunidade em que a escola está inserida (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.22).

Um currículo flexível é aquele que se adapta às necessidades, interesses e ritmos de aprendizagem dos alunos, proporcionando uma educação mais personalizada e significativa. A importância do currículo flexível reside em diversos aspectos: Atendimento às necessidades individuais (um currículo flexível permite que os educadores personalizem a aprendizagem de acordo com as características e demandas específicas de cada aluno, levando em consideração seu estilo de aprendizagem, seus interesses e suas habilidades); Estímulo à autonomia e à responsabilidade (ao permitir que os alunos participem ativamente do processo de construção de seu próprio percurso educativo, um currículo flexível estimula a autonomia, a criatividade e a responsabilidade pelo próprio aprendizado); Inclusão e diversidade (um

currículo flexível pode contribuir para a promoção da inclusão e o respeito à diversidade, ao considerar as diferentes realidades e necessidades dos estudantes, garantindo que todos tenham oportunidades equitativas de desenvolvimento); Relevância e contextualização (com um currículo flexível, é possível tornar os conteúdos curriculares mais relevantes e significativos para os alunos, estabelecendo conexões com suas experiências de vida, interesses e realidades socioculturais); Estímulo à criatividade e à inovação (ao permitir maior liberdade para a experimentação pedagógica e a incorporação de metodologias inovadoras, um currículo flexível estimula a criatividade tanto dos educadores quanto dos alunos, favorecendo a construção de conhecimentos de forma mais dinâmica e participativa); Preparação para desafios futuros (em um mundo em constante transformação, um currículo flexível pode preparar os alunos para lidar com os desafios do século XXI, como a resolução de problemas complexos, o trabalho em equipe, a comunicação eficaz e o pensamento crítico); entre outros.

Um currículo flexível é uma ferramenta poderosa para promover uma educação mais inclusiva, personalizada e contextualizada, capaz de atender às demandas individuais dos alunos e prepará-los para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com autonomia, criatividade e resiliência.

Também geralmente apresentam necessidades educacionais especiais alunos com diferenças qualitativas no desenvolvimento com origem nas deficiências físicas, motoras, sensoriais e/ou cognitivas, distúrbios psicológicos e/ou de comportamento (transtornos globais do desenvolvimento), bem como os com altas habilidades, os denominados “alunos especiais” ou “excepcionais” (GLAT; PLETSCHE, 2012, p.22).

Considerações finais

A inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um processo fundamental para promover a inclusão social, a equidade e a valorização da diversidade. A seguir, algumas considerações importantes sobre a inserção do portador de necessidades especiais no trabalho: Leis e normas (em muitos países, existem leis e normas que garantem direitos e estabelecem cotas para a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas. Essas medidas visam assegurar oportunidades iguais no mercado de trabalho e combater a discriminação); Adaptações necessárias (muitas vezes, as pessoas com deficiência necessitam de adaptações no ambiente de trabalho, como rampas de acesso, equipamentos especiais ou ajustes na jornada de trabalho. É importante que as empresas estejam preparadas para oferecer essas condições); Valorização das habilidades (é essencial valorizar as habilidades, competências e experiências das pessoas com deficiência, reconhecendo o potencial único que cada indivíduo pode trazer para o ambiente de trabalho); Inclusão social (a inserção no mercado de trabalho não apenas proporciona uma fonte de renda para as pessoas com deficiência, mas também contribui para sua inclusão social, autoestima e independência); Sensibilização e capacitação (promover a sensibilização dos colaboradores e gestores em relação às questões da inclusão é fundamental para criar um ambiente de trabalho acolhedor e respeitoso para todos); Oportunidades de desenvolvimento (oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, capacitação e crescimento na carreira para as pessoas com deficiência é essencial para garantir sua plena integração no mercado de trabalho).

Em suma, a inserção do portador de necessidades especiais no trabalho requer um esforço conjunto da sociedade, das empresas e dos órgãos governamentais para garantir oportunidades justas e igualdade de condições para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

Referências

CORREIA, Luís de Miranda. **Fundamentos da Educação Especial**. Portugal: Editora Flora Editora, 2017.

FIREMAN, Jorge. **Educação Inclusiva – Curso de Educação a Distância**. Cied-Cursos – ABEU, 2015.

FRANCISCHIONI, Andresa Silva Neto.; et al. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2005.

FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger.; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **O brincar e a inclusão escolar da criança com Síndrome de Down**. Simplíssimo Livros, 2017.

GLAT, Rosana.; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GOLDFARB, Cibelle Linero. **Pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007.

GOMES, Jannine da Cunha. **Educação inclusiva: quem se responsabiliza?** 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar - o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MOTA, Carol. **Autismo na educação infantil: um olhar para interação social e inclusão escolar.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2020.

MULLER, Lara. **Aconselhamento Com Pessoas Portadoras de Deficiência.** São Leopoldo: Editora Sinodal, 1999.

PADILHA, Anna Maria L.; OLIVEIRA, Ivone M. de. **Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar.** Papirus Editora, 2014.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **A “inclusão” escolar de alunos surdos: colaborações para pensar as adaptações curriculares.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2020.

PINTOR, Nelma Alves Marques. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: SESES, 2017.

PRESTES, Irene Carmen Picone. **Fundamentos da educação especial.** 1.ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017.

SOUSA, Ivan Vale de. **Educação inclusiva no Brasil: história, gestão e políticas.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida.; BEGO, Amadeu Moura. **O Ensino de Ciências no Contexto da Educação Inclusiva: diferentes matizes de um mesmo desafio.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

- **A intervenção do pedagogo nas dificuldades de aprendizagem (Sandra Regina Aparecida Chiaroto Engles; Cristina Alves da Costa; Aline Rodrigues Cardim; Maria Paula Alves de Godoy; Aline Rocha Pereira)**

A intervenção do pedagogo nas dificuldades de aprendizagem

Sandra Regina Aparecida Chiaroto Engles

Cristina Alves da Costa

Aline Rodrigues Cardim

Maria Paula Alves de Godoy

Aline Rocha Pereira

DOI: 10.5281/zenodo.12636066

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo ensinar como é a intervenção pedagógica do pedagogo em casos de alunos com dificuldades de aprendizagem. O anseio por uma sociedade diferente, mais humana, fraterna, justa e solidária perpassa toda a condição humana, inclusive no interior da escola pública que, pensada sob uma ótica crítica e humanizante, revela práticas e sonhos que se misturam em um mesmo caminho que tende à realização plena. Mas em se tratando de dificuldades de aprendizagem, é necessário um apoio correto com profissionais capacitados ao longo da vida, deste a infância até a adolescência. Aos pais, amigos, família, vizinhos precisam e necessitam ser informados sobre a dificuldade, seu significado, necessário se faz o pedagogo esclarecer todas as dúvidas aos familiares e amigos. As dificuldades de aprendizagem referem-se a desafios persistentes os quais podem afetar a capacidade de uma pessoa para adquirir, compreender ou aplicar determinados tipos de informação ou habilidades. Mesmo não tendo uma única distinção comum a todos as dificuldades, as peculiaridades com o mundo social são universais, e, merecem critérios mais relevantes. O tema abordado mostra que em salas de aulas o uso exagerado de regras, o desinteresse dos professores, assim não desenvolvendo criatividade e autonomia com a dificuldade e principalmente com a resolução de aprendizagem. Então o método utilizado, a maneira como trabalhar o assunto deve ser mudada, novas estratégias devem ser utilizadas, assim aumentando o interesse dos alunos e dos professores despertando o interesse pelo raciocínio e a criatividade independente.

Palavras-Chave: Dificuldades de aprendizagem. Educação. Pedagogo.

Introdução

Educar é uma função que exige competência, objetivos, responsabilidade, conhecimento, estudo contínuo e consciência, uma consciência que está além do discernimento imediato.

Esta consciência deve estar centrada no que realmente é relevante para a criança e na maneira mais coerente de oferecer situações para que esta

criança se desenvolva integralmente, levá-la a desenvolver aprendizagens reais e significativas. A dificuldade de aprendizagem é uma matéria considerada muito importante na carreira escolar, ela vem sendo desenvolvida a partir dos problemas que o homem vem criando.

A matéria denominada dificuldade apresenta duas sensações que se contradizem, uma vez pelo aluno, que é aquele que aprende e o outro é o professor aquele que ensina.

De um lado se tem a insatisfação de sua aprendizagem, com resultados negativos, do outro lado temos a constatação de que seja com uma matéria com um conhecimento necessário e extremamente importante.

Os alunos já vão para a escola com um grande preconceito em relação à algumas matérias, eles acreditam que é uma matéria difícil, que não vão conseguir entender, que os cálculos são complicados, conseqüentemente isso acaba se tornando realidade, pois não há motivação de ambas as partes ao ensinar, ao aprender, ao desenvolver novas estratégias para a resolução de qualquer temática abordada. Isso chama muito a atenção, pois sempre concordou-se com os argumentos citados, até que consegui enxergar diferente, e começar a gostar de matemática.

Visando a grande dificuldade em que alunos sentem em relação à certas matérias e conseqüentemente a resolução de problemas, resolveu-se pesquisar as estratégias modificadoras para o ensino dessa temática, assim obtendo melhores resultados, ou seja, cada vez mais tendo resultados positivos, com isso professores também saem satisfeitos com sua atuação.

É preciso cada vez mais de alunos ativos e participantes, assim formando cidadãos matematicamente alfabetizados, sendo assim desenvolvendo cada vez mais a capacidade de enfrentamento de situações problemas. A resolução de problemas é o ponto de partida em uma atividade seja ela qual temática trabalhada.

Assim proporcionando ao aluno o ato de pensar com mais criticidade sobre o olhar e melhoria nas aplicações dos conteúdos de dificuldade.

Porém é um dos assuntos mais complicados a serem trabalhados em sala de aula, pela falta de um bom preparo para o professor.

1. Educação: seu conceito e sua História

Pode-se verificar que a ideia que se tem de educação está muitas vezes ligada erroneamente, somente a instituição “escola”, a educação sempre estará comprometida com a economia e a política em que estará inserida. A educação engloba os vários processos de ensinar e aprender. Pode-se observar a educação em toda a sociedade e nos grupos constitutivos.

Para Sousa (2022) a educação pode ser compreendida como um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária a existência e funcionamento de todas as sociedades, embora com diferentes concepções nos diferentes ramos do conhecimento.

Enfim, pode-se que educação é vida e um processo contínuo que ocorre em diversos contextos sociais, possibilitando a construção de novos conhecimentos, o crescimento pessoal e o melhor relacionamento do indivíduo na família, escola, comunidade, sociedade.

Afirma-se que a História da Educação Brasileira não é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.

Uma primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo.

Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer.

E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu (BELLO, 2001, p. 13).

Na verdade, não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior.

1.1 A Educação Infantil: sua importante história

Até o final do século XVII a criança era vista como um ser produtivo que tinha uma função útil para a sociedade, pois a partir dos 7 anos de idade já ajudavam seus pais no trabalho.

Uma nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social. Fora somente no século XIX, que as sociedades modernas passaram a ser sinônimo de escola.

Na fase da educação infantil, as crianças podem e devem ser estimuladas através de atividades lúdicas e jogos simbólicos, pois assim aprendem a exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas ao iniciar o processo de alfabetização (STROIEK; SILVA, 2016).

Uma educação capaz de estimular a reflexão, a criatividade, a crítica e troca de experiências, só será possível mediante uma concepção de educação que valorize o homem e o seu fazer localizado no tempo e espaço.

Conforme tal perspectiva a educação deve ser libertadora, pois o homem ser de buscas, dialoga com o semelhante, e através, da linguagem troca ideias e transforma o mundo, embora encontre obstáculos que precisa vencer.

Em especial as crianças, desde tenra idade, já devem ser estimuladas no desenvolvimento de sua autoestima, autonomia e cidadania, pois como seres sociais tornam-se pertencentes a uma classe social, que apresenta uma linguagem decorrente das relações ali estabelecidas.

Ao situar o conceito de infância no tempo, percebe-se que houve diferente ponto de vistas sobre sua definição, já foi considerada uma fase do desenvolvimento humano, em que este se encontrava destituído de pensamento, moral, identidade própria e cuidados especiais.

As experiências da infância exercem enorme influência sobre o indivíduo adulto, pois fundamental seu fundamento emocional e cognitivo, formação do caráter, construção da cidadania e conscientização dos direitos e deveres. A noção de que há que se investir na infância para criar um futuro melhor é reconhecida por todos os campos da ciência. A Educação Infantil encontra-se, portanto, em posição privilegiada para a estruturação do humano em cada uma de suas dimensões. Diversas perspectivas precisam ser consideradas, desde a concretude do espaço físico até a amplitude do olhar atento e receptivo do cuidador, invariavelmente permeadas pela responsabilidade de promover a saúde (MARANHÃO, 2023, p.38).

Séculos atrás, as crianças eram mal vistas até pelas mães, tanto por motivos culturais, como também pelo alto índice de mortalidade infantil, talvez as mortes prematuras por falta de cuidado com as crianças contribuíssem para o desafeto das mães.

A Educação Infantil privilegia a construção do caráter, a formação pessoal, a capacidade de enfrentamento das mais diversas situações, o respeito às diferenças, enfim a formação global da criança para que ela se prepare para ser um adulto consciente dos seus direitos e deveres.

Uma criança, quando chega à fase da escola, quer ser amada, acolhida, aceita e ouvida. Quando ela se satisfaz em todas as suas expectativas ou na maioria delas, desperta para uma vida de curiosidade e de aprendizado, entretanto, cabe ao professor organizar esse espaço de busca e interesse das crianças, entretanto, é necessário ter sensibilidade e percepção acerca do mundo infantil e suas singularidades.

É fundamental observar que a criança passa por fases de desenvolvimento, e que cada uma delas é importantíssima para a sua formação geral.

2. Dificuldades de aprendizagem e a intervenção do Pedagogo

Referente a abordagem construtivista e na subjetividade das pesquisas que implicam na complexidade da compreensão deste título deste capítulo

busca-se analisar os conceitos atuais referentes as operações cognitivas, bem como os processos que viabilizam o acesso ao conhecimento e a adaptação ao conteúdo.

Por fim, busca-se empreender uma reflexão sobre as estratégias de ensino e as interferências prático-pedagógicas que auxiliam benéficamente o trabalho do professor em aula. Ao programar adequadamente o processo de mediação e tutoria educacional, o professor é capaz de sequenciar dinâmicas coerentes com a disposição funcional da classe, bem como tornar sua postura clara e compreensiva dentro da sala de aula.

A dificuldade de aprendizagem é vista como algo aversivo, que é corrigido por não fazer parte da construção do conhecimento e por esse motivo deve ser eliminado. Entretanto, ao perceber algum problema como uma etapa no processo de aprendizagem, o professor deve ter muito cuidado com suas condutas em sala de aula, já que será importante que todos o vejam desta maneira.

Mesmo se errarem, os alunos devem sentir-se encorajados a seguir em frente e buscar novos caminhos, desta forma, todos têm a ganhar, já que aprendizagem não se torna algo fechado, com somente uma resposta correta. Ao contrário, todos podem aprender com o seu próprio ritmo e com atitudes de muito respeito.

Para Bossa (2007, p.12) a aprendizagem escolar deve ser um processo natural e espontâneo, mas até um processo prazeroso. Descobrir e aprender deve ser um grande prazer e se não é, algo está errado.

Aprender é uma interpretação pessoal do mundo, ou seja, é uma atividade individualizada, um processo ativo no qual o significado é desenvolvido com base em experiências. O papel do professor é então, aquele de criar situações compatíveis com o nível de desenvolvimento de cada criança e, quando o professor for trabalhar com brincadeiras e jogos é necessário atentar-se e preparar-se para fazer uma análise crítica e reflexiva, observando qual é a reação do brincar com os conteúdos os quais estão sendo trabalhados, e, se esse momento está ocorrendo como uma recreação ou se está trazendo novos

significados à vida dos alunos. O docente deve propor brincadeiras as quais possibilitem ao aluno a busca pessoal de informações, a proposição de soluções, o confronto com as de seus colegas, a defesa destas e a permanente discussão (RIBEIRO; AZEVEDO; ANDRÉ, 2022, p.21).

Para se chegar ao desenvolvimento é preciso motivação. Geralmente a dificuldade de aprendizagem é uma dificuldade de ensino.

Hoje em dia a dificuldade é vista pelas pessoas como o oposto de acerto e com uma sensação de culpa, desconforto e muitas preocupações em não o cometer. Estas pessoas certamente não conseguem perceber toda a riqueza pedagógica que está por trás da dificuldade.

Uma dificuldade gera conflito e faz com que a criança busque um processo de auto regulação; assim, ela aprende. Portanto, a dificuldade não é contrário de acerto, e sim uma parte do processo de aprendizagem.

2.1 Tipos de Dificuldades de Aprendizagem

A escola sempre busca mecanismos de coação para manter os alunos sob controle, obedientes, pontuais, estudiosos e atentos. Antigamente, os professores se utilizavam do castigo.

No assunto do controle da classe, alguma referência deve ser feita ao uso do castigo ("sanções" é um termo menos emocional) na sala de aula. De forma geral, qualquer castigo traz consigo certos riscos de que o professor deve estar ciente, quais sejam: o uso de castigo de qualquer tipo pode prejudicar o relacionamento entre a criança e o professor, talvez de forma permanente e isso ocorre em particular se o castigo é visto como injusto ou tem a intenção de humilhar; a criança pode desenvolver estratégias tais como mentir, para evitar o castigo e isso não só é potencialmente ruim para o desenvolvimento futuro da personalidade da criança, mas também ameaça a existência de qualquer relação de confiança entre professor e criança; e, o castigo ensina à criança a lição indesejável de que é aceitável o mais forte impor penalidades aos mais fracos. (FONTANA, 1998, p.388).

A ideia de um problema está relacionada à concepção filosófica religiosa de que o homem já nasce pecador, assim, a escola nada mais faz do que reforçar no aluno um sentimento de culpa e de medo, que inibe a ação consciente de cidadão, a coragem de lutar pelos seus direitos. (RABELLO, 1998. p. 31).

Na prática escolar alguns professores levam o aluno a se sentir culpado, além de único responsável pelo problema. A concepção pedagógica atual não mais aceita castigo de qualquer natureza, física ou psicológica.

Hoje os educadores se atentam a dificuldade como um meio educacional, redimensionamento seu planejamento curricular, métodos e estratégias.

O entendimento de que a dificuldade pode resultar de vários fatores, envolvendo escola, o currículo, a prática educativa do professor e o esforço dos alunos tem levado os educadores a uma nova concepção do processo de avaliação. O professor precisa fazer o aluno entender sobre a dificuldade ocorrida, e precisa fazer entender que se trata de um problema a ser superado, assim o não será mais visto como uma derrota, mas um novo ponto de partida.

2.2 Tendências observáveis e indicadores de dificuldade de aprendizagem

A observação constitui um processo de técnicas que dispõe o professor para a avaliação da turma e que permite complementar ou aperfeiçoar a condição da mesma, bem como permite efetuar procedimentos em relação a possíveis problemas de conduta ou de dificuldades de aprendizagem.

As observações em relação ao ambiente e a disposição do aluno em aula e nas atividades extraclasse revelam aspectos sutis implícitos a serem considerados de importância. (GREGOIRE, 2000. p. 39).

Os modelos dos aspectos a observar nos alunos incluem aspectos relacionais de autocontrole do mesmo, a psicomotricidade, o jogo, o conjunto de situações em que o aluno utiliza a língua, seja para a compreensão ou expressão, os aspectos lógico-matemáticos e as experiências de todos os níveis (artísticas, de linguagem, atitudinais ou procedimentais).

Em todas as situações possíveis relacionadas no parágrafo anterior, o professor é responsável por administrar os diferentes aspectos até onde é possível atuar sob mediação ou sugerir a intervenção.

Em caso de parâmetros irregulares ou dificuldades aparentes, a interferência torna-se inviável.

Os aspectos incluem a evolução biológica, emocional e social do aluno, o que envolve a seleção de conteúdos dinâmicos e adaptáveis a faixa etária a ser trabalhada.

Quanto maior o número de experiências do aluno nos diferentes níveis, melhor é a capacidade da mesma para aprender e se adaptar aos programas escolares. (GREGOIRE, 2000. p. 40).

Alguns aspectos podem alertar pais e professores, como o aluno que esquece fazer um tema de casa, um exercício; o aluno que evita falar, que se mantém isolado da turma; o aluno que tem o sentimento de ser rejeitado pela turma, de não ser ouvido; o aluno que se sente marginalizado pelos colegas na hora do recreio; o aluno que perde o apetite ou se queixa de dor de cabeça, entre outros.

A viabilidade de acesso aos procedimentos do professor em relação aos problemas depende da interação que ele mantém com a turma, bem como do nível de observação do perfil da classe.

Ao realizar um *check-up* geral, o professor é capaz de relacionar as diferenças que implicam um trabalho mais direcionado.

Em muitas ocasiões, as “aparentes” dificuldades não necessitam de intervenção contínua, mas em caso de hipóteses patológicas, tais indicadores podem denotar complicações problemáticas com colegas, professores e com o aprendizado.

A dificuldade é entendida como padrão que deve ser seguido, mas deste modo, os alunos investem seus esforços em tentar alcançar os objetivos que são propostos pelo professor

A criança quando passa por uma dificuldade de aprendizagem vive com uma hipótese de trabalho não adequada. As dificuldades mostram o raciocínio da criança e são valiosos na hora de planejar atividades.

Ao professor cabe estudar a dificuldade e, observar com transparência o desenvolvimento de seu aluno, assim ele pode criar conflitos para desestabilizar as certezas e hipóteses não adequadas que a criança tem sobre determinado assunto e assim permitir seu desenvolvimento cognitivo. Um bom professor não é aquele que soluciona os problemas, mas é aquele justamente o que ensina os alunos a problematizarem.

Os professores desempenham um papel fundamental no processo de identificação, compreensão e superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. É importante que os educadores estejam atentos às necessidades individuais de cada estudante, sejam sensíveis às suas dificuldades e estejam preparados para oferecer o apoio necessário para que possam progredir em seu processo educativo.

Alguns pontos importantes sobre o papel do professor em relação às dificuldades de aprendizagem são: Observação e Identificação (o professor deve estar atento aos sinais de dificuldades de aprendizagem apresentados pelos alunos, como baixo rendimento acadêmico, desinteresse pelas atividades escolares, comportamento inadequado em sala de aula, entre outros. A observação cuidadosa é essencial para identificar precocemente as dificuldades e intervir de forma adequada); Diagnóstico e Avaliação (após identificar as dificuldades de aprendizagem, o professor pode utilizar diferentes estratégias de avaliação para compreender as causas subjacentes a essas dificuldades. O diagnóstico preciso é fundamental para planejar intervenções eficazes e personalizadas); Adaptação do Ensino (com base no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem, o professor pode adaptar suas estratégias de ensino, materiais didáticos e métodos pedagógicos para atender às necessidades específicas de cada aluno. A diferenciação pedagógica é essencial para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de aprender e progredir); Apoio Individualizado (além das adaptações no ensino, o

professor pode oferecer apoio individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, seja através de acompanhamento mais próximo, tutoria, atividades complementares ou encaminhamento para profissionais especializados, como psicopedagogos ou fonoaudiólogos); Parceria com a Família (a colaboração entre o professor e a família é fundamental no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos. O diálogo constante, o compartilhamento de informações e a construção de estratégias conjuntas favorecem o desenvolvimento escolar e pessoal do estudante); Valorização das Potencialidades (essencial que o professor valorize as potencialidades dos alunos, mesmo diante das dificuldades de aprendizagem. O estímulo positivo, o reconhecimento dos esforços e a promoção da autoestima são aspectos importantes no processo de superação das dificuldades).

Em resumo, o professor desempenha um papel fundamental na identificação, compreensão e superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos, sendo responsável por criar um ambiente acolhedor, inclusivo e estimulante que favoreça o desenvolvimento integral de cada estudante, independentemente dos desafios que possam enfrentar em seu percurso educativo.

2.4 Abordagem construtivista e as dificuldades de aprendizagem

A abordagem construtivista é precisa para a análise das dificuldades de aprendizagem, afinal, envolve a relação entre o desenvolvimento do aluno e a aprendizagem do aluno.

Pode-se verificar que o próprio sujeito constrói o seu conhecimento por meio da interação com a realidade que o envolve. (SOUZA, 1997. p. 19).

Assim quando o aluno com dificuldade, quando não há acompanhamento ou intervenção pedagógica, o aluno corre o risco de fixar a dificuldade, transformando-a em um problema complexo de difícil solução.

O construtivismo parte da concepção de que o sujeito constrói o seu conhecimento a partir das variadas experiências.

E dentro da abordagem construtiva pode-se seguir alguns passos, que auxiliam o aluno em dificuldades de aprendizagem, que são: ver se o aluno está conseguindo executar as diversas tarefas; o professor deve trabalhar com fichas referentes a regras, condutas, explicações e condições de realização que auxiliam o percurso cognitivo do aluno; aplicar uma nota ao desempenho do aluno, porém, limita-se a fornecer uma imagem restrita das competências do aluno; entre outros. (GREGOIRE, 2000. p. 41).

Com esses passos acima descritos, fica evidente a importância do professor em estimular no aluno as variáveis que facilitam o aprendizado, alterar as dinâmicas quando necessário e estabelecer condições realistas que introduzam o aluno à vida social e ao aprendizado de forma lúdica.

O lúdico é um assunto que na atualidade possui um papel relevante na educação, principalmente na infância. Cada vez mais se discute sobre a relevância da brincadeira como apoio significativo no processo de ensino - aprendizagem. Quando a criança brinca, ela toma decisões, faz escolhas, vive valores, lida com frustrações, aprende a ganhar e perder, aprende com o colega sobre sua realidade e entre outros diversas aprendizagens e nesta prática, muitas habilidades são desenvolvidas, portanto é muito importante que as crianças brinquem (RIBEIRO; AZEVEDO; ANDRÉ, 2022, p.20).

Para Luckesi (2023, p. 19) ludicidade é um conceito em construção no que se refere a seu significado epistemológico. Vagarosamente, ele está sendo construído, à medida que se segue buscando sua compreensão adequada, tanto em conotação, sua compreensão, quanto em sua extensão, o conjunto de experiências as quais pode ser abrangido por ele. Usualmente, no senso comum cotidiano, quando se fala em ludicidade, compreende-se, de forma comum, que se está fazendo referência à sua abrangência, incluindo brincadeiras, entretenimentos, atividades de lazer, excursões, viagens de férias, viagens realizadas em grupo, entre outras possibilidades de entendimento e todas essas atividades, no cotidiano, recebem a denominação de "lúdicas, porém, poderão ser "não lúdicas" a depender dos sentimentos e dos estados de

ânimo que se façam presentes na dinâmica psicológica de cada um dos seus participantes.

2.5 Ressaltando sobre as estratégias de aprendizagem

A escola tem vários objetivos em se tratando de educação, mas aqui elenca-se os principais os quais são: transmitir informações do patrimônio cultural da humanidade (conhecimentos físicos, biológicos, sociais); levar o aluno a construir funções cognitivas que permitam pensar e atuar sobre sua realidade; facilitando ao aluno a formação de atitudes e valores para a conduta individual e social. (GREGOIRE, 2000. p. 34).

Uma criança que apresenta uma dificuldade por que a estrutura de pensamento que possui não é suficiente para solucionar a tarefa; existem dificuldades para compreender o problema e selecionar os procedimentos, uma vez que a criança ainda não dispõe de todos os esquemas estruturais para resolver o problema; a criança apresenta o problema por que não possui a estrutura de pensamento necessária à solução de tarefas.

Segundo Gregoire (2000, p.36) existem estratégias para ajudar os alunos com dificuldades em superar os problemas, sendo eles: é necessário fazer uma avaliação com cada aluno que apresenta um problema; é preciso conhecer a filosofia educacional da escola e de seus referenciais teórico-práticos, os fins e a situação da escola como instituição que direta ou também indiretamente, venham interferir na aprendizagem dos educandos; fazer uma avaliação conjunta realizada diariamente; e, propiciar ao aluno um análise da sua própria produção.

Se os professores seguirem essas estratégias as dificuldades e as dúvidas dos alunos serão significativas e impulsionadores da ação educativa a partir deles os professores poderão investigar como o aluno se posiciona diante do mundo ao construir suas verdades.

A identificação das causas dos problemas de aprendizagem escolar requer uma intervenção especializada. Muito embora o aprender seja um

processo natural, resulta de uma complexa atividade mental, na qual estão envolvidos processos de pensamento, percepção, emoções, memória, motricidade, mediação, conhecimentos prévios, entre outros. (BOSSA, 2007, p.12).

2.8 Os distúrbios de aprendizagem

É com os estudos de Sociologia da Educação, no final dos anos 70 que novas explicações para o incurso escolar são trazidas, afirmando que as desigualdades biológicas, psicológicas, socioeconômicas e culturais transformam-se em desigualdades de aprendizagem e desempenho, a partir da forma como as instituições escolares funcionam, ou pela forma de lidar com as diferenças (SILVA, 2017, p.53).

Os distúrbios de aprendizagem têm origens multifatoriais e podem ser influenciados por uma combinação de fatores genéticos, neurobiológicos, ambientais e educacionais. Vou abordar alguns dos principais aspectos relacionados à origem desses distúrbios: Fatores Genéticos (estudos indicam que os distúrbios de aprendizagem, como a dislexia e o TDAH, podem ter uma base genética. Ou seja, a predisposição para esses transtornos pode ser herdada dos pais ou de outros familiares); Fatores Neurobiológicos (alterações no funcionamento do cérebro, nas áreas responsáveis pela linguagem, leitura, escrita, cálculo ou atenção, podem contribuir para o desenvolvimento de distúrbios de aprendizagem. Diferenças na conectividade neural e no processamento de informações também estão associadas a essas condições); Fatores Ambientais (exposição a situações ambientais adversas durante a gestação, como consumo de substâncias tóxicas, falta de cuidados pré-natais adequados ou complicações no parto, pode aumentar o risco de distúrbios de aprendizagem); Fatores Educacionais (a falta de estímulo adequado desde a primeira infância, métodos de ensino não adaptados às necessidades individuais dos alunos, ambientes escolares desfavoráveis e ausência de intervenções precoces podem contribuir para o surgimento e agravamento dos

distúrbios de aprendizagem); Comorbidades (em muitos casos, os distúrbios de aprendizagem estão associados a outras condições médicas ou psicológicas, como transtornos do desenvolvimento, ansiedade, depressão ou dificuldades sensoriais (auditivas ou visuais).

É importante ressaltar que os distúrbios de aprendizagem não são causados por falta de esforço, preguiça ou desinteresse por parte dos indivíduos afetados. São condições neurológicas complexas que demandam compreensão, apoio e intervenção especializada para que os alunos possam desenvolver seu potencial e superar os desafios educacionais.

Distúrbios de aprendizagem são condições que afetam a capacidade de uma pessoa adquirir habilidades específicas de aprendizagem, como leitura, escrita, cálculo e compreensão. Esses distúrbios podem interferir no desempenho acadêmico e no desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo, exigindo abordagens pedagógicas diferenciadas e estratégias de intervenção adequadas.

Alguns dos distúrbios de aprendizagem mais comuns incluem: *Dislexia (dificuldade na leitura e na escrita, caracterizada por problemas na decodificação das palavras, na fluência da leitura e na compreensão do texto); Disgrafia (dificuldade na escrita, que pode se manifestar por problemas de caligrafia, ortografia e organização espacial das palavras no papel); Discalculia (dificuldade com operações matemáticas, compreensão de conceitos numéricos e resolução de problemas matemáticos); Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (dificuldade de concentração, impulsividade e hiperatividade, que podem afetar a aprendizagem e o comportamento do indivíduo); Transtorno do Processamento Auditivo (dificuldade em processar informações auditivas de forma eficiente, o que pode interferir na compreensão da linguagem oral e escrita); Transtorno do Processamento Visual (dificuldade em interpretar informações visuais, o que pode impactar a leitura, a escrita e a compreensão de figuras e gráficos).

É importante ressaltar que os distúrbios de aprendizagem não estão relacionados à inteligência do indivíduo, mas sim a diferenças na forma como o

cérebro processa as informações. O diagnóstico precoce e a intervenção adequada são essenciais para ajudar os indivíduos com distúrbios de aprendizagem a superarem os desafios educacionais e a desenvolverem todo o seu potencial.

Os professores desempenham um papel fundamental no apoio aos alunos com distúrbios de aprendizagem, adotando práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo suporte individualizado, utilizando recursos didáticos adaptados e promovendo um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante para todos os estudantes. A parceria entre escola, família e profissionais da saúde é fundamental para garantir o sucesso educacional e emocional desses alunos.

A identificação precoce dos distúrbios de aprendizagem e o acesso a avaliações diagnósticas precisas são fundamentais para garantir a implementação de estratégias eficazes de intervenção e suporte aos alunos afetados. O trabalho conjunto entre professores, profissionais da saúde e familiares é essencial para promover o sucesso acadêmico e emocional desses estudantes.

As estratégias para distúrbios de aprendizagem são fundamentais para proporcionar apoio adequado aos alunos afetados e ajudá-los a superar os desafios educacionais que enfrentam. Vou destacar a importância dessas estratégias: Personalização do Ensino (estratégias individualizadas permitem atender às necessidades específicas de cada aluno com distúrbio de aprendizagem, considerando suas habilidades, dificuldades e estilos de aprendizagem. Isso contribui para um ensino mais eficaz e inclusivo); Intervenção Precoce (identificar e intervir precocemente nos distúrbios de aprendizagem é essencial para minimizar o impacto negativo no desenvolvimento acadêmico e emocional do aluno. Estratégias de intervenção precoce podem ajudar a superar desafios e promover o progresso na aprendizagem); Uso de Tecnologias Assistivas (tecnologias como softwares educacionais especializados, aplicativos de leitura e escrita, programas de organização e comunicação visual podem ser ferramentas valiosas para apoiar

os alunos com distúrbios de aprendizagem em suas atividades escolares); Adaptações Curriculares (ajustes no currículo, na forma de apresentação dos conteúdos, no tempo para realização das tarefas e nas avaliações são estratégias importantes para tornar o ensino mais acessível e significativo para os alunos com distúrbios de aprendizagem); Apoio Multidisciplinar (a colaboração entre professores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais é essencial para desenvolver planos de apoio abrangentes e integrados, que considerem as diferentes dimensões dos distúrbios de aprendizagem); Promoção da Autoestima (estratégias que valorizam as conquistas e o esforço dos alunos, que incentivam a autonomia e a autoconfiança, são fundamentais para fortalecer a autoestima e a motivação dos estudantes com distúrbios de aprendizagem); e, por fim, Ambiente Inclusivo (criar um ambiente escolar acolhedor, que respeite a diversidade de habilidades e necessidades dos alunos, é essencial para promover a participação ativa, a integração social e o bem-estar emocional dos estudantes com distúrbios de aprendizagem).

Em resumo, as estratégias para distúrbios de aprendizagem são essenciais para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os alunos, independentemente das suas diferenças individuais. O investimento em práticas pedagógicas diferenciadas, na formação docente especializada e no suporte multidisciplinar é fundamental para promover o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral desses estudantes.

2.9 A intervenção do Pedagogo nas dificuldades de aprendizagem

Problemas na aprendizagem decorre de fatores intrínsecos e ambientais de construção do sujeito, bem como da desestabilização em virtude da adaptação ao que é novo.

Para Smith e Strick (2012, p.15) na realidade, as dificuldades de aprendizagem são normalmente tão sutis que essas crianças não parecem ter problema algum. Diversas crianças com dificuldades de aprendizagem têm

inteligência entre média e superior, e o que em geral é mais óbvio nelas é que são capazes, embora excepcionalmente, em algumas áreas.

Ainda, segundo estes mesmos autores, diversas crianças com dificuldades de aprendizagem também lutam com comportamentos os quais complicam suas dificuldades na escola e o mais conhecido deles é a hiperatividade, uma inquietação extrema a qual afeta cerca de 25% das crianças com dificuldades de aprendizagem. (SMITH; STRICK, 2012, p.16).

O fato de uma instituição escolar ter em seu quadro um pedagogo institucional contratado, não invalida ou, não substitui as tarefas que só podem ser executadas por um assessor, ou seja, alguém que vem de fora, vê de fora, pontua, revela, identifica o latente naquilo que está manifesto.

Trabalhar com crianças que nos apresentam alguma dificuldade requer muita afetividade, perspicácia, alegria, calma e paciência, tudo isso exige do educador uma postura, uma atitude que vem de dentro da pessoa, no sentido psicanalítico, aceitação, firmeza, tentando ajudar a conduzir a criança, com participação ativa dos pais a ir vencendo pequenos obstáculos, dentro do processo de desenvolvimento, sempre através de tomadas de consciência de si mesma, do que faz de tudo e todos que estão à sua volta.

As dificuldades de aprendizagem podem ser um desafio tanto para os alunos quanto para os professores. A postura do professor diante dessas dificuldades desempenha um papel crucial no processo de superação e no desenvolvimento dos estudantes. É importante que os educadores adotem uma postura empática, acolhedora e proativa ao lidar com as dificuldades de aprendizagem, buscando estratégias eficazes para apoiar os alunos e promover seu progresso acadêmico e pessoal.

Alguns aspectos importantes sobre a postura do professor em relação às dificuldades de aprendizagem são: Empatia e Compreensão (o professor deve demonstrar empatia e compreensão em relação às dificuldades enfrentadas pelos alunos, reconhecendo suas limitações, respeitando suas individualidades e valorizando seus esforços na busca pelo aprendizado); Acolhimento e Inclusão (fundamental que o professor crie um ambiente acolhedor, inclusivo e

seguro em sala de aula, onde os alunos se sintam confortáveis para expressar suas dificuldades, buscar ajuda e compartilhar suas experiências de aprendizagem); Flexibilidade e Adaptabilidade (diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos, o professor deve ser flexível e adaptar suas práticas pedagógicas, métodos de ensino e recursos didáticos para atender às necessidades específicas de cada estudante, promovendo a diferenciação pedagógica); Estímulo e Motivação (o professor tem o papel de estimular e motivar os alunos, mesmo diante das dificuldades, incentivando a persistência, o esforço e a autoconfiança na superação dos desafios. O reconhecimento dos avanços e conquistas dos estudantes é essencial para fortalecer sua autoestima); Colaboração e Parceria (o trabalho em colaboração com outros profissionais da educação, como psicopedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais, pode enriquecer as estratégias de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem. A parceria com a família também é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes); e, Formação Continuada (o professor deve investir em sua formação continuada, buscando atualização sobre estratégias pedagógicas inclusivas, métodos de avaliação diferenciados, abordagens para atender a diversidade de alunos em sala de aula e recursos tecnológicos que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem).

Em suma, a postura do professor diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos deve ser pautada pela empatia, pela inclusão, pela flexibilidade e pela busca constante por estratégias eficazes que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e pessoal de cada estudante. O apoio do educador é essencial para que os alunos se sintam acolhidos, motivados e capazes de superar os obstáculos que possam surgir em seu caminho educacional.

Necessário se faz fazer um planejamento, onde o professor que atua com uma postura pedagógica, considera as vivências, os conhecimentos e as informações que o aluno carrega e a sua forma de ver e de viver no mundo moderno.

É de suma importância que o pedagogo assuma uma postura de investigador procurando conhecimentos que embasem sua prática.

Conhecer as fases de desenvolvimento da criança e informar aos pais sobre o que é esperado em cada uma delas esclarece e diminui a ansiedade dos mesmos com relação às atitudes dos filhos. A família deve conhecer a sua importância na formação da personalidade da criança, a partir dos primeiros vínculos. O vínculo afetivo é um laço relativamente duradouro e que o parceiro é importante como indivíduo único e não pode ser trocado por nenhum outro.

A família cobra muito o desempenho da criança e a cobra de forma exagerada; isso gera na criança um quadro de estresse elevado e uma baixa autoestima.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve o intuito de demonstrar que de fato o nível de funcionamento intelectual com crianças com alguma dificuldade, e que se faz necessário o acompanhamento com pedagogos, que a escola apresente planos e medidas para essas crianças, assegurando todo o amparo legal e assistência a essas crianças, que o governo incentive práticas de socialização.

Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Os primeiros ensinamentos da vida são os que marcam mais profundamente a pessoa, sendo positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade.

A educação infantil inaugura a educação da pessoa humana. O professor é considerado o agente do processo do problema, na medida em que intermedia de forma planejada a relação do aluno com o objeto de conhecimento e com os outros alunos através de propostas estruturadas com finalidade definida.

Quando os problemas de aprendizagem existem, estes devem ser considerados pistas para o professor: O professor tem o objetivo de organizar sua prática, orientando-a para conteúdo ou finalidade específica.

Precisa entender também o que o aluno já pensa a respeito daquilo que vai aprender e como estão assimilando as informações. Os problemas, assim

como as perguntas dos alunos, devem ser interpretados e analisados e depois trabalhados, em função do resultado desta análise.

O caráter transformador da escola é determinado pelo nível de consciência e instrumentalização científica, técnica, criativa, que os alunos venham alcançar para assumirem, de fato, seu papel na história. Em suma, o caráter transformador da escola reside sua capacidade de ir além da transmissão de conhecimentos acadêmicos, buscando formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. O investimento em uma educação transformadora é essencial para promover mudanças positivas e duradoras no mundo ao redor.

A escola compete, ainda, exercer um caráter mediador, ou seja, através do domínio do código científico e de suas diversidades linguagens, o cidadão escolarizado potencializa suas relações com a natureza e sociedade. Pela escola, o cidadão não só avança na capacidade de interpretar a realidade, mas, sobretudo, defazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade de forma crítica, consciente e produtiva.

Através da realização deste estudo verificou-se que os problemas de aprendizagem em relação ao ensino não podem ser visto como uma fonte de crescimento do educando e nem respeita o estágio em que se encontra a criança, sem contribuição para o avanço progressivo do educando a um nível cognitivo mais elevado. As dificuldades de aprendizagem necessitam de estratégias para cada caso em particular são muito específicas.

Finaliza-se este estudo sugerindo que as escolas organizem ações de intervenção para os professores tais como cursos técnicos ou também como programas de aprendizado e para os pais que não sabem o que fazer em caso de problemas ou como forma de estimular o ensino da aprendizagem para os filhos.

Referências bibliográficas

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. In: **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de aprendizagem**: o que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONTANA, David. Psicologia para professores. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GREGOIRE, Jacques. **Avaliando as aprendizagens**: os aportes da psicologia cognitiva. Porto Alegre: ed. artes médicas sul, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas na prática educativa**: compreensões conceituais e proposições. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2023.

MARANHÃO, Damaris Gomes. **Saúde e bem-estar na educação infantil**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2023.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro:ed. Vozes, 1998.

RIBEIRO, Ana Luiza Barcelos.; AZEVEDO, Priscilla Gonçalves de.; ANDRÉ, Bianka Pires. **Brincando e aprendendo**: cultura, arte, tecnologia e desenvolvimento infantil. Ponta Grossa: Aya, 2022.

SILVA, Ana Lúcia Gomers da. **Histórias da Leitura na Terceira Idade**: memórias individuais e coletivas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

SMITH, Corinne.; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**: guia completo para educadores e pais. Editora Penso, 2012.

SOUSA, José Franklin de. Educação e Desenvolvimento social. Clube de Autores, 2022.

SOUZA, Clarilza Prado de. **Avaliação do rendimento escolar**. 6 ed. São Paulo: ed.Papirus, 1997.

STROIEK, Susan Renata.; SILVA, Lisiane Borges. O papel da Consciência Fonológica no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Revista de Educação do Ideau. V. 11, n.24, julho - dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.passofundo.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/7a15afab6d83aa7fa2c6769e5338baa9372_1.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2024.

- A pesquisa-ação como possibilidade de estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de educação física: Uma revisão da literatura (Alessandro Spencer de Souza Holanda)

A pesquisa-ação como possibilidade de estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de educação física: Uma revisão da literatura

Alessandro Spencer de Souza Holanda⁵

DOI: 10.5281/zenodo.12784249

Resumo

Este artigo investiga a utilização da pesquisa-ação como estratégia na estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de licenciatura em Educação Física. A pesquisa-ação, caracterizada pela sua abordagem colaborativa e reflexiva, oferece um meio eficaz para integrar teoria e prática, promovendo a formação de professores mais preparados e conscientes de seu papel educacional. Através de uma revisão de literatura e análise de estudos de caso, este artigo examina como a pesquisa-ação pode ser implementada no contexto do estágio supervisionado, destacando seus benefícios e desafios. Os resultados indicam que a pesquisa-ação contribui significativamente para o desenvolvimento profissional dos futuros professores, fortalecendo a ligação entre teoria e prática e promovendo uma formação mais reflexiva e crítica.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Educação Física. Escola. Estágio.

Introdução

O estágio supervisionado obrigatório é uma etapa fundamental na formação de professores, especialmente nos cursos de licenciatura em Educação Física, onde a prática pedagógica desempenha um papel central no desenvolvimento das competências docentes. A integração eficaz entre teoria e prática continua a ser um desafio significativo na formação de futuros

⁵ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

professores, e a pesquisa-ação se apresenta como uma metodologia promissora para enfrentar esse desafio. Caracterizada por seu ciclo contínuo de planejamento, ação, observação e reflexão, a pesquisa-ação permite que os professores em formação analisem e ajustem suas práticas pedagógicas de maneira colaborativa e reflexiva (Tripp, 2005; Franco, 2005).

Segundo Miranda e Resende (2006), a pesquisa-ação oferece uma oportunidade para que os futuros professores apliquem conhecimentos teóricos em situações práticas reais, promovendo uma formação mais crítica e reflexiva. Essa metodologia encoraja os professores em formação a questionar suas práticas, a desenvolver uma compreensão mais profunda dos processos educativos e a se envolverem ativamente na resolução de problemas educacionais. Penitente (2012) destaca que a pesquisa-ação pode ajudar a superar a dicotomia entre teoria e prática, proporcionando uma formação docente mais integrada e contextualizada.

A literatura sobre pesquisa-ação e formação de professores em Educação Física revela diversos benefícios dessa abordagem. Rufino e Darido (2014) apontam que a pesquisa-ação pode empoderar os professores em formação, permitindo-lhes tomar decisões informadas e fundamentadas sobre suas práticas pedagógicas. Além disso, Franco (2005) sugere que a pesquisa-ação pode promover um desenvolvimento profissional contínuo, incentivando os futuros professores a refletirem criticamente sobre suas experiências de ensino e a buscarem constantemente a melhoria de suas práticas.

Por outro lado, a implementação da pesquisa-ação no contexto do estágio supervisionado enfrenta desafios significativos. A necessidade de tempo e recursos para conduzir processos de pesquisa-ação pode ser um obstáculo em programas de formação de professores com carga horária limitada (Tripp, 2005). Além disso, a formação adequada dos supervisores de estágio é crucial para o sucesso dessa metodologia, pois eles desempenham um papel fundamental no apoio e orientação dos futuros professores (Thiollent, 2008). A resistência à mudança por parte de alguns professores e instituições,

habitados a métodos mais tradicionais de ensino e supervisão, também pode dificultar a adoção da pesquisa-ação (Nóvoa, 2019).

Neste artigo, examinamos a implementação da pesquisa-ação como estratégia na estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de licenciatura em Educação Física. Através de uma revisão de literatura e análise de estudos de caso, exploramos como a pesquisa-ação pode contribuir para uma formação docente mais reflexiva, crítica e integrada, discutindo os benefícios e desafios dessa abordagem. Em busca de melhorar a formação de futuros professores, promovendo uma prática pedagógica mais consciente e eficaz. O objetivo deste artigo foi realizar uma revisão na literatura e demonstrar a pesquisa-ação como possibilidade de estrutura para realização do estágio supervisionado obrigatório no curso de educação física.

Procedimentos metodológicos

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão de literatura e análise de estudos de caso. Os procedimentos metodológicos adotados incluem. Foi realizada uma revisão de literatura abrangente sobre pesquisa-ação e estágio supervisionado no contexto da formação de professores de Educação Física. As fontes incluem artigos acadêmicos, livros e teses publicados nos últimos 20 anos. Bases de dados como Google Scholar, Scielo e ERIC foram utilizadas para identificar as publicações relevantes.

Foram selecionados estudos de caso que documentam a implementação da pesquisa-ação em programas de estágio supervisionado em cursos de licenciatura em Educação Física. Os critérios de seleção incluíram a relevância do estudo para o tema, a qualidade metodológica e a clareza na descrição dos processos e resultados.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Os dados foram categorizados em temas

principais, como benefícios da pesquisa-ação, desafios enfrentados e impactos na formação dos futuros professores.

Os resultados foram sintetizados e discutidos à luz das teorias e conceitos apresentados na revisão de literatura, buscando identificar padrões e insights sobre a utilização da pesquisa-ação na estruturação do estágio supervisionado.

Resultados

A análise da literatura e dos estudos de caso revelou vários benefícios e desafios associados à utilização da pesquisa-ação na estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de licenciatura em Educação Física. Foca-se em primeiro momento na apresentação dos benefícios da pesquisa-ação:

Integração Teoria-Prática: A pesquisa-ação promove uma integração mais efetiva entre teoria e prática, permitindo que os futuros professores apliquem conhecimentos teóricos em situações práticas e reflitam sobre suas experiências (Miranda; Resende, 2006; Penitente, 2012).

Desenvolvimento profissional: A abordagem colaborativa e reflexiva da pesquisa-ação contribui para o desenvolvimento profissional dos futuros professores, capacitando-os a analisar criticamente suas práticas pedagógicas e tomar decisões informadas (Rufino; Darido, 2014).

Empoderamento: A pesquisa-ação pode fomentar um senso de empoderamento entre os professores em formação, incentivando-os a serem agentes ativos de mudança em seus contextos educacionais (Franco, 2005).

Dentro os desafios da pesquisa-ação, podem ser considerados:

Tempo e Recursos: A implementação da pesquisa-ação requer tempo e recursos significativos, o que pode ser um desafio em programas de formação de professores com carga horária limitada (Tripp, 2005).

Formação de Supervisores: A formação adequada dos supervisores de estágio é crucial para o sucesso da pesquisa-ação, pois eles desempenham um papel fundamental no apoio e orientação dos futuros professores (Thiollent, 2008).

Resistência à Mudança: A pesquisa-ação pode encontrar resistência por parte de alguns professores e instituições, que podem estar habituados a métodos mais tradicionais de ensino e supervisão (Nóvoa, 2019).

Nesse sentido, é importante pontuar os impactos na Formação dos Futuros Professores. Dentre eles, a reflexividade: A pesquisa-ação incentiva uma postura reflexiva entre os futuros professores, permitindo-lhes desenvolver uma compreensão crítica de suas práticas e contextos educacionais (Dal-Cin; Kleinubing, 2021).

Assim como, a adaptação e Inovação: Os futuros professores que participam de processos de pesquisa-ação tendem a ser mais adaptáveis e inovadores em suas práticas pedagógicas, respondendo de maneira mais eficaz aos desafios da sala de aula (Baldissera, 2012).

Conclusão

A pesquisa-ação se apresenta como uma estratégia valiosa para a estruturação do estágio supervisionado obrigatório no curso de licenciatura em Educação Física, oferecendo uma abordagem colaborativa e reflexiva que pode integrar teoria e prática de maneira eficaz. Os benefícios dessa abordagem incluem o desenvolvimento profissional dos futuros professores, a promoção de uma postura reflexiva e crítica, e o empoderamento dos professores em formação. No entanto, desafios como a necessidade de tempo e recursos, a formação adequada dos supervisores e a resistência à mudança devem ser cuidadosamente considerados e abordados.

A implementação da pesquisa-ação no estágio supervisionado requer um compromisso institucional e um apoio contínuo aos futuros professores e

seus supervisores. Políticas educacionais que incentivem a formação contínua e a colaboração entre universidades e escolas podem facilitar a adoção dessa estratégia, contribuindo para a formação de professores mais preparados e conscientes de seu papel educacional.

Referências

BALDISSERA, A. Pesquisa-Ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade Em Debate*, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRACHT, V.; PIRES, R.; GARCIA, S. P.; SOFISTE, A. F. S. A prática pedagógica em Educação Física: a mudança a partir da pesquisa-ação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 9-29, 2002.

DAL-CIN, J.; DENDENA KLEINUBING, N. Articulações entre pesquisa e estágio: a pesquisa-ação enquanto estratégia de formação em educação física. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/rpp.v24.65901.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 511-518, set./dez. 2006.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, e84910, 2019. DOI: 10.1590/2175-623684910.

PENITENTE, L. A. A. Professores e pesquisa: da formação ao trabalho docente, uma tessitura possível. *Revista Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 19-38, jul./dez. 2012.

RUFINO, L. C.; DARIDO, S. C. Pesquisa-ação e educação física escolar: analisando o estado da arte. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 242-251, jan./mar. 2014.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2008.

TRIPP, D. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. São Paulo: Educ, 2005.

- As diversas manifestações artísticas sobre a morte (Rebeca Aparecida dos Santos Lima)

As diversas manifestações artísticas sobre a morte

Rebeca Aparecida dos Santos Lima

DOI: 10.5281/zenodo.12821033

RESUMO

A morte é uma etapa inevitável da vida e ao longo da história da humanidade representou e influenciou diversas manifestações artísticas e culturais. Contudo um dos períodos históricos mais proeminentes foi na Idade Média, em que houve a disseminação de milhares de pessoas devido Peste Negra no século XIV, trazendo consigo forte influência da morte sobre o campo artístico. E sua influência não se restringiu apenas a sua significação, mas a apresentação dela na literatura, nas histórias em quadrinhos, cinema e animações, onde ora oculta, ora transfigurada e personificada ao espectador. E assim ela apresenta-se ao público das mais diversificadas maneiras, cativante, atraente, assombrosa, perspicaz, cômica entre outras facetas, mas sempre com seu significado mortal.

Palavras-chave: Morte. Peste Negra. Literatura. História em quadrinhos. Audiovisual

Introdução

A palavra morte deriva do latim “mors”, esta por sua vez é uma etapa inevitável na vida de todo ser humano, sucumbida de diversos mistérios e incertezas. Neste sentido, diversas são as áreas que a exploram e estudam, podemos ver que a arte funerária “não se limitou só a igrejas e monumentos. Foi inserida também na arte, na música e na poesia” (GALESCO, 2011).

Todavia é a única certeza que o ser humano possui acerca de sua existência, que um dia ela será ceifada. O ser humano como forma de representa-la, a personificou em diversas manifestações artísticas, e segundo Melo “envolve em rituais, signos, construções, teorias científicas e religiosas” (MELO, 2018, p. 11).

As incertezas que permeiam a morte trazem ao ser humano inquietações acerca de seu destino, não somente a dor, a tristeza e a angústia que são emoções inerentes a esta situação assolam o ser humano, mas a dúvida sobre a passagem, o post mortem.

No decorrer da história podemos ver como cada período histórico lidou ou representou a morte, com tumbas ornamentais, com deuses, escritos, pinturas entre outras. As civilizações a priori obtiveram sua forma única de representa-la e transformá-la em Arte.

A maneira como a simbologia se tornou difundida principalmente quando a associamos, a tragédias, doenças, acidentes e menos frequente ao natural, observa-se os sentimentos mais reprimidos e sinceros transformados em arte.

Não obstante, um dos principais períodos que a vemos com mais força é no século XIV, com a Europa assolada pela Peste Negra, que dizimou centenas de pessoas, as manifestações artísticas se tornaram muito forte e significativas nesse período com a presença da morte desde as rimas até as cirandas.

Partindo desse pressuposto o trabalho será dividido em 1 – A representação da Morte na Idade Média; 2 – A Morte Literatura; 3 – A Morte nas Histórias em Quadrinhos; 4 - A Representação da Morte nas Produções Cinematográficas e Animações.

1 - A representação da morte na Idade Média

A Europa foi assolada pela peste negra principalmente em meados do século XIV, o que modificou o pensamento da população em relação a morte “A Peste Negra pode ter trazido consigo uma grande mudança nas mentalidades: com efeito, as altas taxas de mortalidade parecem ter alterado na população a percepção quanto à proximidade da morte” (QUÍRICO, 2012, p. 135).

Figura I - Peste Negra século XIV



Fonte: <http://ocorvoblog.blogspot.com/2011/06/peste-negra-no-seculo-xiv.html>

Com as mortes em massa houve uma maior aproximação da população aos ritos cristãos, “Além da preparação para a morte, havia também o ritual de sepultamento, que visava à preparação do descanso eterno do morto”. (QUÍRICO, 2012, p. 140).

Entretanto a proximidade com a religião trouxe diversificadas criações de elementos de proteção, segundo Rezende: “Foi fundada a Confraria dos Loucos, que invocava a proteção de São Sebastião para combater o medo da morte. São Roque foi escolhido o padroeiro dos pestosos” (REZENDE, 2009, p. 80)

A mudança advinda da peste trouxe uma nova percepção da morte, tendo como reflexo no comportamento, segundo Simoni:

“A realidade da peste patrocinou uma mudança de comportamento levada por uma “cultura da morte”, que pode ser percebida no sentimento da igualdade de todos diante da morte, na reprodução artística de corpos em estado de putrefação, na propagação de imagens de mártires como Santa Catarina e Santa Ágata. As mostras de penitência, como o grande e repetitivo número de missas, seguramente são indícios de toda a angústia vivida. O medo, o sofrimento e a dramaticidade emergiram também nas narrativas dos cronistas da época.” (SIMONI, 2007, p. 33)

Diversos foram os autores que manifestaram em suas obras o sentimento melancólico trazido dessa calamidade, no livro *A Dança da Morte* de Hans Holbien podemos ver o conjunto de 41 figuras em xilogravuras retratando a morte nas mais diversas situações desde o princípio com Adão e Eva expulso do paraíso até sátira da sociedade, geralmente retratando reis e nobres. Era uma forma de dizer que ninguém estava imune a essa pandemia. (HARRISON, 2018).

No livro *A Dança da Morte* vemos segundo MASSIP:

A Dança da Morte, é uma sequência de texto e imagens presidida pela Morte como personagem central - geralmente representada por um esqueleto, um cadáver ou um corpo vivo em decomposição – e que, numa atitude de dança, dialoga e arrasta um a um uma série de personagens que representam habitualmente as diferentes classes sociais. (MASSIP, 2004, apud TEATRO DE CORNUCOPIA, 2010).

Figura II - Xilogravura: A Dança da Morte (Hans Holbiens)



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/ilustra%C3%A7%C3%B5es/hans-holbein?sort=mostpopular&mediatype=illustration&phrase=hans%20holbein>

No período da Idade Média vemos a Igreja com seu culto latente ao redor dos mortos mais afinado. Em virtude da intensificada mortandade influenciou a Dança Macabra, uma necessidade da Igreja a carência de esconjuram a morte. (MASSIP, 2004, apud TEATRO DE CORNUCÓPIA, 2010).

A Dança Macabra era uma forma de expressão corporal que refletia a “dançomania” do século XVI e XV:

O reflexo do desespero diante das dores físicas e de doenças epidêmicas, como a peste negra, que ceifou milhares de vidas. Numa espécie de histeria, as pessoas dançavam freneticamente expressando o pavor da morte. Essa tendência à dança ficou conhecida com o nome de dança macabra. (NUNES; OLIVEIRA, 2009, p. 806-807).

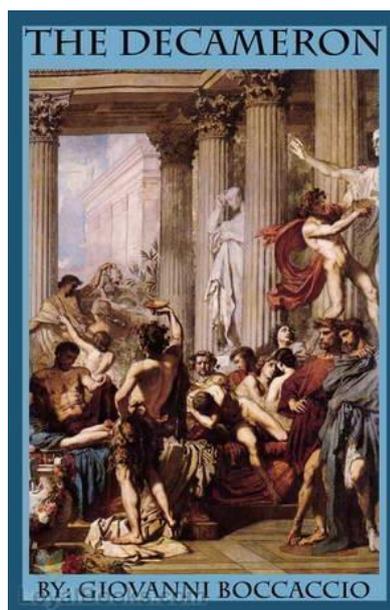
Figura III - A Dança Macabra



Fonte: <http://www.orecifeassombrado.com/danca-macabra/>

No relato de Boccaccio, mesmo atualmente é uma das formas mais fáceis de estudo sobre a peste de 1348, a exposição da morbidez intercala situações de maldade e retração com outros de malícia, trazendo à tona a imersão no desgosto pelo ceifo das vidas, a instabilidades social e pela desintegração da alegria humana e do bem-estar (SIMONI, 2007).

Figura IV - Decameron de Boccaccio



Fonte: <http://www.loyalbooks.com/book/the-decameron-by-giovanni-boccaccio>

Percebe-se que a morte neste período da Idade média rodeia a todos trazendo incertezas e medo por onde a pandemia passava, não somente a figura da morte teve um papel significativo, mas os sentimentos e as concepções dos indivíduos da época.

2 - A morte na literatura

A literatura sempre buscou vivificar as mais diversas emoções do ser humano, seja com contos, poesias, romances entre os mais diversificados gêneros literários, mas seus temas também são diversamente abrangentes desde ficção científica a baseados em fatos, segundo Carvalho

A partir da leitura de textos literários surgem questões relativas à criação, pois, mediante a articulação do discurso da personagem, algo é posto em cena, e neste lugar cada indivíduo pode ler o que lhe é tão intimamente conhecido. (CARVALHO, 2002, p. 1).

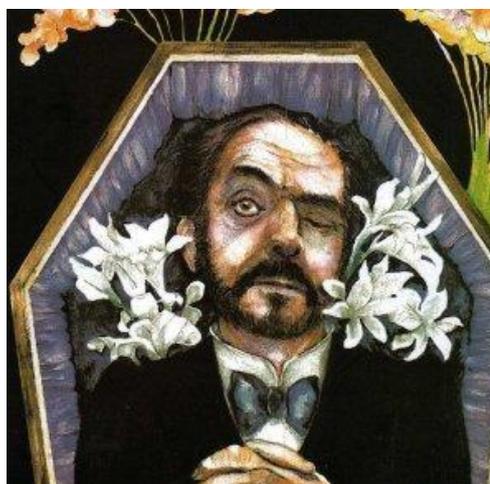
Em Memória Póstumas e Brás Cubas podemos ver que a morte é representada através de um defunto “Brás Cubas apresenta a si mesmo. Nada convencional, ele insurge do além-túmulo e é desde lá que narra as memórias que protagonizou. (CARVALHO, 2002, p.46).

Na obra o personagem a Brás Cubas retrata sua condição de autor-defunto segundo Carvalho:

Adeus mesmo! É o prólogo de um finado, pessimista e rabugento confesso; sua escrita melancólica transcreve as memórias do além-túmulo; a obra, segundo o autor, diz tudo. Diz tudo deste além, deste homem de ficção que, por esta razão, pode contar a seu leitor como é escrever desde lá e, por isso, talvez retrate com precisão o outro ser: o humano, em seu difícil caminhar pela vida. (CARVALHO,2002, p. 49).

Não obstante da narrativa de suas memórias se iniciaria pelo nascimento ou pela morte. E sendo errôneo o começo pelo nascimento já que não sou um autor defunto, mas um defunto autor. (ASSIS,1994).

Figura V - Memórias Póstumas de Brás Cubas



Fonte: <https://rainhastragicas.com/2016/09/18/entre-a-memoria-e-a-literatura-um-dialogo-com-memorias-postumas-de-bras-cubas-1881/>

Na Menina que Roubava Livros a morte é a narradora da história, “o irmão mais novo de Liesel é levado pela morte – a narradora da história, cuja função é recolher sem trégua a alma de todos aqueles que deixam a vida” (Redação Geekness, 2014).

No prólogo do livro há a apresentação da narradora: A morte, e o enredo que ela irá desenvolver ao decorrer do livro:

É só uma pequena história na verdade, sobre entre outras coisas:

- uma menina
- algumas palavras
- um acordeonista
- uns alemães fanáticos
- um lutador judeu
- e uma porção de roubos.(SUZAK, 2007, p. 11)

Figura VI - A menina que roubava livros



Fonte: <https://www.torredevigilancia.com/resenha-a-menina-que-roubava-livros/>

Os acontecimentos pelo olhar da morte, a única que presencia todos os fatos da Segunda Guerra Mundial, através de uma perspectiva simples e emocional, mas sem deixar de cumprir seu papel. (MEIRA, 2018).

Já no livro Harry Potter e as Relíquias da Morte, a Morte aparece no conto dos três irmãos, onde os presenteiam com “Três objetos, ou Relíquias, que, se unidas, tornarão o seu dono o senhor da Morte...senhor...conquistador...vencedor...Ora, o último inimigo que há de ser aniquilado é a morte...” (ROWLING, 2015, p. 316).

Figura VII - O conto dos três irmãos



Fonte: <http://nerdgeekfeelings.com/audio-conto-o-conto-dos-tres-irmaos/>

Outro livro que nos remete ao tema Morte é Hamlet na cena do primeiro ato vemos um fantasma revelar a verdade sobre o assassino Claudio:

No entanto, em vez dessas revelações fantasmagóricas, ele apenas conta o que ocorreu, os derradeiros fatos da vida anterior aos tormentos pós-morte, ou seja, como ele foi assassinado e não acidentalmente morto por uma picada de serpente. Assim, ao revelar o crime, o fantasma impõe a tarefa de vingá-lo, obrigação que será o tormento, a obsessão e finalmente a realização do príncipe ao longo dos atos seguintes. (SÜSSEKIND, 2014, p. 8).

Figura VIII - Fantasma do Rei



Fonte: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/hamlet.html>

3 - A morte nas histórias em quadrinhos

A origem da história em quadrinhos é grande, e em certo ponto adversa, tendo diálogo entre entendedores acerca de seu ponto de partida, alguns citam as pinturas rupestres, outros, no entanto o antigo Egito, ou a revolução francesa e o período imperial com a imprensa e os folhetins, sendo uma forma de se contar uma história por intermédio de imagens. (CUNHA, 2013)

Na Turma da Mônica vemos a Dona Morte, “É a morte, como o próprio nome diz. Sempre com seu capuz preto e uma foice na mão, a Dona Morte é um dos personagens mais importantes das histórias do Penadinho.” (SOUSA, UOL, 2016).

Figura IX - Dona Morte



Fonte: [http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/dona-morte-\(morte-subita-da-silva\)/1739](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/dona-morte-(morte-subita-da-silva)/1739)

Outro personagem que representa a morte nas histórias em quadrinhos é Nekron ele “é uma das várias representações da Morte na DC. Ele é um grande vilão dos Lanternas Verdes, apresentado como Senhor dos Mortos, governante da dimensão onde as almas aguardam julgamento” (JANGARÉLLI, UOL, 2016).

Figura X - Nekron



Fonte: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/as-7-melhores-encarnacoes-da-morte-nos-quadrinhos.html/1>

Entretanto vemos também o clássico *Flash* em sua versão mais sombria, “O *Flash* Negro é o Anjo da Morte dos Velocistas, ligado à Força da Aceleração, atuando como um dos vários espectros da morte” (JANGARÉLLI, UOL, 2016).

Figura XI -Flash Negro



Fonte: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/as-7-melhores-encarnacoes-da-morte-nos-quadrinhos.html/2>

Já no universo da Marvel uma das representações mais significativa é a Hela “filha de uma versão antiga do Loki – morto durante um Ragnarök – e a gigante Angerboda. Quando ficou mais velha, ela foi eleita por Odin como Deusa da Morte, governando os reinos Hel e Niflheim” (JANGARÉLLI, UOL, 2016).

Figura XII - Hela



Fonte: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/as-7-melhores-encarnacoes-da-morte-nos-quadrinhos.html/3>

Outro representante da morte da Marvel é a Senhora Morte “a Morte é uma personagem feminina, aparecendo pela primeira vez nos quadrinhos do Capitão Marvel, em 1973. (...) Um esqueleto encapuzado que, por vezes, pode aparecer como humana” (JANGARÉLLI, UOL, 2016).

Figura XIII - Senhora Morte



Fonte: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/as-7-melhores-encarnacoes-da-morte-nos-quadrinhos.html/7>

4 A morte nas produções cinematográficas e animações

O Cinema não é meramente uma expressão cultural, mas uma forma de representação de um meio. Neste sentido, não obstante apenas como expressão cultural, mas algo real e interpretado, como também a visão do autor do filme que insere sua própria imaginação. (BARROS,2014)

Uma das produções cinematográficas em que vemos a representação da morte é “Viva - A Vida é uma Festa”. Este filme se passa em uma pequena cidade do México durante a celebração do “Dia dos Mortos” (...) o protagonista Miguel sem de fato ter morrido atravessa o portal dos mortos com a intenção de encontrar seu tataravô que era considerado um ídolo da música mexicana para que este lhe abençoe. (GIANNINI, O Globo, 2018).

Figura XIV - Viva – A Vida é uma festa



Fonte: <https://www.elo7.com.br/painel-1-50x1-viva-a-vida-e-uma-festa/dp/B36FA8>

Nesta mesma temática cinematográfica mexicana temos “Festa no Céu” (2014), segundo Bridi:

A ideia da vida após a morte é o mais belo e mais estranho traço do filme. O plano aqui não é contar apenas a história de um triângulo amoroso alimentado pela aposta entre a Morte e seu amante, Xibalba. Festa no Céu quer passar a mensagem do “seja você mesmo” e “não desista dos seus sonhos”, mas, para tanto, precisa matar seu protagonista. (BRIDI, OMELETE, 2017)

Figura XV - Festa no Céu



Fonte: <https://www.saraiva.com.br/festa-no-ceu-dvd-8495597.html>

No entanto em Mickey Mouse – The Haunted House – 1929 (YouTube), vemos o personagem Mickey adentrando uma casa mal-assombrada em meio a uma tempestade, lá ele se depara com a morte personificada com um manto com o rosto escuro, sendo que em certo ponto demonstra sua figura cadavérica. Após tocar piano diversas caveiras aparecem e dançam juntamente com essa figura, interagindo com a música. Outra animação é La Danza Macabra: The Skeleton Dance – 1929 (Youtube), demonstrando um cemitério assombrado com seus animais característicos e em seguida surge esqueletos dançantes.

Figura XVI - Mickey Mouse – The Haunted House



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3hoThry5WsY>

Figura XVII - The Skeleton Dance



Fonte:

https://www.youtube.com/watch?v=zoX_2DK1pTk&list=PLilQseGd_y04y8nKuoaoCiR5w-7PT6FR_2&index=5&t=115s

Nesta mesma perspectiva animalésca temos Danse Macabre Camille Saint- 1980s (Youtube), observa-se uma sequência de imagens que retratam a Dança Macabra ao som da composição (1872) da Francesa Camille Saint-Saëns.

Figura XVIII - Danse Macabre Camille Saint- 1980s



Fonte:

https://www.youtube.com/watch?v=9CHqhsMP80E&list=PLilQseGd_y04y8nKuoaoCiR5w-7PT6FR_2&index=2

Um filme que aborda de maneira sátira a personificação da morte através de uma fantasia é a sequência Todo o Mundo em Pânico (2000-2013), onde o personagem central veste uma fantasia de morte e por intermédio de sátira de filmes famosos persegue suas vítimas.

Figura XIX - Todo Mundo em Pânico



Fonte:

https://www.telecineplay.com.br/filme/Todo_Mundo_Em_P%C3%A2nico_6105

Entretanto um dos filmes em que a morte adquire uma figura humana é Encontro Marcado (1998), ele vem a Terra para apreender mais sobre como é a vida humana, poupando a vida do personagem central que lhe servirá de guia nesta jornada, mas algo inesperado acontece e ele se apaixona pela filha de seu guia.

Figura XX - Encontro Marcado

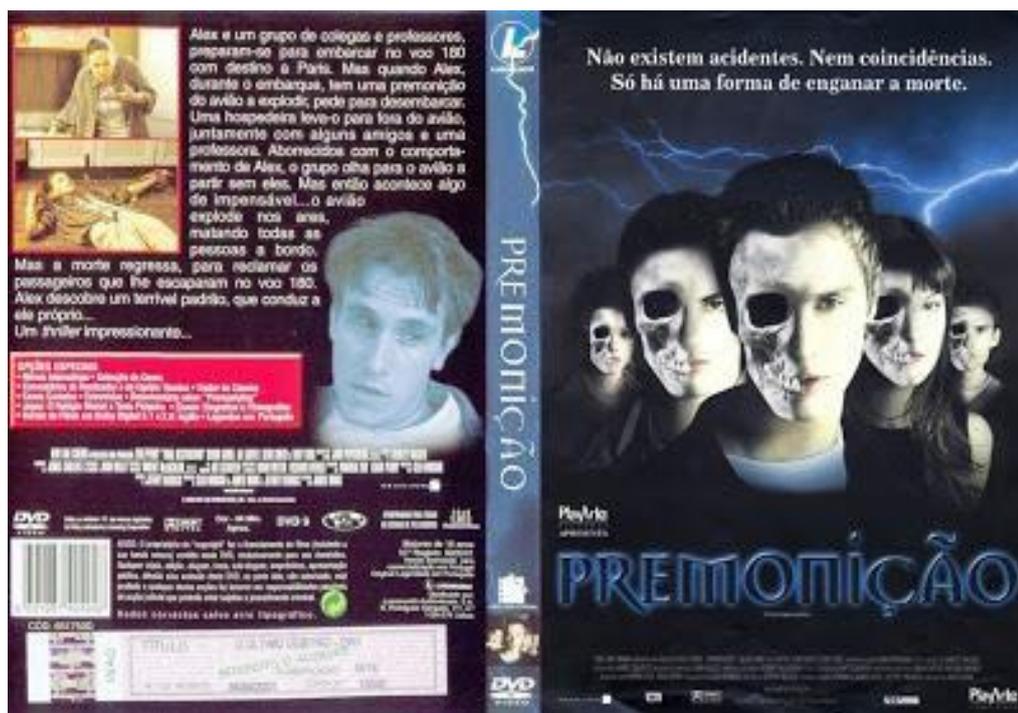


Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-16774/>

Contudo temos a morte como um elemento mítico que desencadeia eventos aleatórios para ceifar suas vítimas a franquia cinematográfica Premonição (2000 – 2011), em seu primeiro filme o discurso fúnebre retrata a essência do filme:

Dizemos que a hora da morte não pode ser prevista. Mas, quando dizemos isso, imaginamos que essa hora fica em um obscuro e distante futuro. Nunca nos ocorre que possa ter alguma conexão com o dia que já começou. Ou que a morte possa chegar na mesma tarde, que parece tão segura e que tem cada hora determinada com antecedência. (PREMONIÇÃO APUD OLIVEIRA, PONTOJÃO, 2017)

Figura XXI – Premonição



Fonte: <http://capasdefilmesbr.blogspot.com/2010/04/premonicao-1-2-3-e-4-pedido.html>

As obras cinematográficas e animações são bem mais amplas, tendo abrangido os diferentes gêneros, desde a comédia, suspense, entre outros. Estas são apenas algumas que se destacaram e tiveram um enredo que envolveu seu telespectador e trouxe para a tela histórias que cativaram e ressignificaram a palavra morte.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado neste estudo, a morte se apresenta das mais diversificadas formas nas manifestações artísticas. A sua aura imponente e perspicaz capaz de trazer à tona ao ser humano seus medos e angústias, adentra a um universo paralelo, onde as representações na literatura a suaviza trazendo um novo contorno a sua forma, que em muitas vezes é vista como afronte ao ser humano por lhe trazer a incerteza.

Contudo as histórias em quadrinhos com seu ambiente ficcional e pela mobilidade no uso de recursos visuais como apoio, sua história remete a personagens bem elaborados e estruturados que outrora perfazem o significado dela a transmitindo com aspecto vilanesco.

Entretanto adentrando ao universo audiovisual temos o vislumbre de uma faceta mais aprimorada e bem mais trabalhada do tema morte, pois de forma significativa as imagens tentam retratar a realidade transformada em uma sequência que o espectador possa compreender a intenção proposta.

Nesta perspectiva podemos observar o quanto a morte é um instrumento norteador na vida do ser humano, pois ela interfere não apenas propriamente dita na vida de um único indivíduo, mas de todos que interagem com ele.

As desmitificações e as diversas vertentes acerca da morte que se apresenta no decorrer dos anos, só traz a certeza de que esta é uma preocupação que é inerente ao ser humano, e que a busca massiva por seu significado e sua forma agir na vida das pessoas é muito importante.

E mais do que inserir o sujeito como contexto de sua própria situação, as manifestações artísticas sobre a morte, ora baseados em situações reais, ora fictícias traz consigo uma atmosfera de mistério.

A morte não depende apenas de interpretações, mas de diferentes visões que podemos ter acerca dela, não o seu ar místico e enigmático que define a intenção da manifestação artística, mas o que ela realmente representa para quem entra em contato com sua atmosfera.

Nesta perspectiva vemos que cada manifestação artística da morte não direciona a outro caminho, se não aquele que é a única certeza que se tem sobre a vida é que um dia ela chegará ao fim. Somos eternos enquanto nossas memórias permanecerem presentes na mente e nos corações daqueles que anseiam pela nossa memória.

Referências

ALVES, Gabriel Vieira da Silva. **Impacto da Peste negra na Europa**. 2014.

Disponível em:

<https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/TCEM2014-Historia-GabrielVieiraSilvaAlves.pdf>. Acesso em: 05.jan.2019.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

BARROS, José D'Assunção. **Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação**. Dispositiva, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 17-40, mar. 2016. ISSN 2237-9967.

Disponível em:

< <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/11551> > Acesso em: 17.fev.2019.

BRIDI, Natália. **Festa no Céu / Crítica**. Omelete: 16/06/2017. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/festa-no-ceu-critica>. Acesso em: 17.fev.2019

CARVALHO, Marilza Izidro Vieira Pacheco de. **A Morte na ficção literária**. Curitiba, 2002.

<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24479/D%20-%20CARVALHO?sequence=1>. Acesso em: 05.jan.2019.

CORNUCÓPIA, Teatro de. **DANÇA: O ESCONJURO DA MORTE**. Fragmento extraído de: MASSIP, Francesc y KOVÁCS, Lenke: “El baile: conjuro ante la muerte. Presencia de lo macabro en la Danza y la Fiesta Popular”, Ciudad Real, CIOFF España, 2004. **DANÇA DA MORTE / DANÇA DE LA MUERTE: 2010**. Disponível em:

<http://www.teatro-cornucopia.pt/htmls/conteudos/EkZVAAZyypXsxAODOU.shtml>. Acesso em: 06.jan.2019

CUNHA, Rodrigo Moraes. **História em Quadrinho: um olhar histórico**. Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº. 000010, 10/07/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/historia-em-quadrinho-um-olhar-historico>. Acessado em: 17.fev.2019.

DISNEY, Walt. **La Danza Macabra: The Skeleton Dance – 1929**. Youtube https://www.youtube.com/watch?v=zoX_2DK1pTk&list=PLiIQseGd_y04y8nKuoacIR5w-7PT6FR_2&index=5&t=115s. Acesso em 17.fev.2019.

DISNEY, Walt. **Mickey Mouse - The Haunted House (1929)**. YouTube: Lasertime, publicado em 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hoThry5WsY>. Acesso em: 17.fev.2019.

ENCONTRO Marcado. Direção de Martin Brest. EUA: Universal Pictures, 1998. GALESCO, Mirna. **Resumo e Comentário: A história da Morte no Ocidente**. Publicado em 19 de janeiro de 2011. Disponível em:

<http://w.w.webartigos.com/artigos/resumos-e-comentario-a-historia-da-morte-no-ocidente-mirna-galesco/5745>. Acesso em 28.dez.2018

GEEKNES. **Crítica - A Menina que Roubava Livros**. Publicado bril, 2014. Disponível em: <http://geekness.com.br/menina-que-roubava-livros-critica/>. Acesso em: 05.jan.2019

GIANNINI, Alessandro. **Crítica: “Viva – A Vida é uma Festa”**. O Globo: 04/01/2018 - 06:00 / Atualizado em 05/03/2018 - 09:08. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/critica-vivavida-uma-festa-22251694>. Acesso em: 17.fev.2019.

HARRISON, RICK. **Trato Feito - A Dança da Morte**. 2018. YouTube: HistoryFanboy Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kMTD55v6qvg>. Acesso em:05.jan.2019.

JANGARÉLLI, Márcio. **As 07 melhores encarnações da morte nos quadrinhos**. Legião de Heróis: 02 de novembro de 2016 - att. 03 de novembro de 2016. Disponível em: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/as-7-melhores-encarnacoes-da-morte-nos-quadrinhos.html/10>. Acessado em: 17.fev.2019.

MEIRA, Jéssica. **Crítica– A Menina Que Roubava Livros (2007, Markus Zusak)**. Feededigno: publicado em 3 de abril de 2018. Disponível em: <https://feededigno.com.br/livros/critica-a-menina-que-roubava-livros-2007-markus-zusak/>. Acesso em: 28.dez.2018.

MELLO, Árife Amaral. **A Morte e as Mulheres: Representação Mortuária do Feminino**. Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 4, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/viewFile/9309/5563>. Acesso em: 28.dez.2018.

NUNES, Jaqueline da Silva; OLIVEIRA, Terezinha. **Um Estudo da Dança Macabra por meio de imagens**. Londrina-PR: Anais - II Encontro Nacional de Estudos da Imagem 12, 13 e 14 de maio de 2009.

OLIVEIRA, Felipe. **Referência: Os cinco filmes de Premonição (2000-2011)**. Pontojao: 15/05/2017. Disponível em: <http://www.pontojao.com.br/referencia-premonicao/>. Acesso em: 28.fev.2019.

QUÍRICO, Tamara. **Peste Negra e escatologia: os efeitos da expectativa da morte sobre a religiosidade do século XIV**. ROSSATTO, Noeli Dutra (org.). Mirabilia 14 Mística e Milenarismo na Idade Média. Jan-Jun 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Gustavo/Downloads/Dialnet-PesteNegraEEscatologia-4217154.pdf>. Acesso em: 05.jan.2019.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina.** São Paulo: Editora Unifesp, 2009. As grandes epidemias da história. pp. 73-82. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-08.pdf>. Acesso em: 20.jan.2019.

ROWLING, J.K. **Harry Potter e as Relíquias da Morte.** Ilustrações de Mary GrandPré; tradução de Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

SIMONI, KARINE. **De peste e literatura: imagens do Decameron de Giovanni Boccaccio.** Florianópolis: Anuário de Literatura, p. 31-40, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewFile/5447/4882>. Acesso em: 05.jan.2019.

SOUSA, Maurício de. **Dona Morte.** UOL: Maurício de Souza Produções, 2016. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/personagem/dona-morte/>. Acesso em: 17.fev.2019.

SÜSSEKIND, Pedro. **A filosofia em Hamlet.** O que nos faz pensar nº35, dezembro de 2014. Disponível em: http://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_35_2_pedro_sussekind.pdf. Acessado em: 06.jan.2019.

SUZAK, Markus. **A menina que roubava livros.** Tradução de Vera Ribeiro; ilustrações de Trudy White. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

TODO Mundo em Pânico. Direção de Keenen Ivory Wayans. EUA: Imagem Filmes, 2000.

- Brincar: a linguagem da infância (Elaine Cristina Nunes de Oliveira Dorta; Ligia Morande do Nascimento; Josy Aparecida Magnani Bonato)

Brincar: a linguagem da infância

Elaine Cristina Nunes de Oliveira Dorta

Ligia Morande do Nascimento

Josy Aparecida Magnani Bonato

DOI: 10.5281/zenodo.12685530

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de destacar o brincar como a linguagem da infância, ressaltar sua importância e seus benefícios e demonstrar que na Educação Infantil o brincar se torna um valioso aliado no processo de ensino-aprendizagem, já que por meio dele ensinamos os mais diversos conceitos e abordamos uma infinidade de assuntos, sem perder o caráter pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar. Educação Infantil. Aprendizagem.

Introdução

Criança adora brincar, a infância é marcada por brincadeiras, então é importante compreender o brincar como a linguagem da infância, linguagem essa desenvolvida de forma genuína e autêntica por cada criança, utilizada muitas vezes como forma de expressão e entendimento do mundo que a cerca. A linguagem do brincar pode ser: livre, mediada, com brinquedos, com intenção pedagógica, em grupo ou solitária. Essa linguagem é caracterizada como um falar não convencional de grande teor expressivo que demonstra sentimentos, inquietudes, medos, vontades, unindo o real e o imaginário, uma maneira fascinante que as crianças usam para se comunicarem com outras crianças e com os adultos.

Na escola, principalmente na Educação Infantil, torna-se ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem. O brincar é uma prática

diária que deve ser exercida pelo professor nos diversos momentos de sua rotina, pois favorece interação aluno-aluno, professor-aluno e, se bem aplicado, torna-se um suporte na avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Essa linguagem tão presente no cotidiano das crianças marca a infância com suas especificidades trazendo consigo muitas aprendizagens e contribuições importantes para o desenvolvimento integral das crianças.

Desenvolvimento

O brincar não pode ser considerado apenas como uma atividade associada à diversão, o brincar vai além, é assunto sério e tem grande contribuição na formação de nossas crianças. Ele auxilia no desenvolvimento da linguagem convencional e estruturada, das habilidades motoras, sociais, cognitivas e emocionais e propicia muitos aprendizados. Podemos afirmar que o brincar é uma das formas mais naturais e divertidas de construir conhecimento.

Brincar é a atividade mais pura, mais espiritual do homem neste estágio (a infância), e, ao mesmo tempo, típico da vida humana como um todo – a vida natural interna escondida no homem e em todas as coisas. Ele dá, assim, alegria, liberdade, contentamento interno e descanso externo, paz com o mundo. Ele assegura as fontes de tudo o que é bom. Uma criança que brinca por toda parte, com determinação auto ativa, perseverando até esquecer a fadiga física, poderá seguramente ser um homem determinado, capaz de autos sacrifício para a promoção deste bem-estar de si e de outros. Não é a mais bela expressão da vida da criança neste tempo de brincar infantil? A criança que está absorvida em seu brincar? A criança que desfalece adormecida de tão absorvida? (...) brincar neste tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (KISHIMOTO; PINAZZA, 2008, p. 48-49)

A criança e o ato de brincar estão ligados, um pertence ao outro, muitas vezes se tornam um só, dois mundos inseparáveis. A criança brinca antes mesmo de falar, dessa maneira podemos dizer que a linguagem do brincar é uma forma de expressão, pois quando brinca, a criança constrói afetividade,

supera medos, derruba barreiras e mergulha em um mundo de fantasia e imaginação. Como enfatiza Machado (2003),

Brincar é também um grande canal para o aprendizado, senão o único canal para verdadeiros processos cognitivos. Para aprender precisamos adquirir certo distanciamento de nós mesmos, e é isso o que a criança pratica desde as primeiras brincadeiras transicionais, distanciando-se da mãe. Através do filtro do distanciamento podem surgir novas maneiras de pensar e de aprender sobre o mundo. Ao brincar, a criança pensa, reflete e organiza-se internamente para aprender aquilo que ela quer, precisa, necessita, está no seu momento de aprender; isso pode não ter a ver com o que o pai, o professor ou o fabricante de brinquedos propõem que ela aprenda. (MACHADO, 2003, p. 37)

Brincando, as crianças aprendem regras, demonstram suas vontades e necessidades, exploram, investigam, superam desafios e dificuldades, tornam-se mais autônomas, curiosas e criativas. Brincar é um processo constante de construção que auxilia na formação da personalidade. É a linguagem do corpo, uma vez que criança é corpo e movimento o tempo todo. Tudo isso torna o brincar a linguagem mais dinâmica da infância.

O brincar insere a criança em culturas distintas, fazendo-a perceber a grandeza e a importância da diversidade. É a linguagem da infância mais dinâmica, porque, ao brincar, a criança aprende a se conhecer melhor, a fazer, a ser, estar, sentir e conviver, ao mesmo tempo que amplia sua linguagem e seu pensamento, favorecendo e potencializando seu desenvolvimento integral. Como afirma Kishimoto (2010),

[...] o brincar é a atividade principal do dia a dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimento e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. (KISHIMOTO, 2010, p.1).

O brincar colabora para a construção da personalidade da criança. Ele vai além de um passatempo, de um lazer, de uma diversão, é a linguagem mais dinâmica e complexa da infância, na qual a criança conhece e dá sentido ao mundo ao seu redor, comunica-se consigo mesma, realiza trocas de experiências. Sendo assim, Zanluchi (2005, p. 89) afirma que “Quando brinca,

a criança prepara-se a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.”

Figura 1- Crianças brincando



Fonte: <https://www.saudemais.tv/noticia/42232-brincar-e-importante-porque-estimula-imaginacao-e-criatividade-das-criancas-estudo>. Acesso em: 04/02/2024

Brincar em grupo ou sozinho

O brincar em grupo é fundamental para o desenvolvimento da socialização, pois ele propicia momentos de interações que promovem a afetividade, reforçam laços de amizade, promovem trocas de experiências que, por sua vez, propiciam o desenvolvimento do senso criativo e crítico.

Figura 2 – Crianças brincando em grupo



Fonte: <https://babyherois.com.br/brincadeiras-infantis-em-grupo/>. Acesso em: 13/02/2023

As crianças aprendem a lidar com frustrações, resolver conflitos, aprimoram as capacidades de cooperação, liderança, argumentação e competição. Brincar em grupo melhora e amplia a comunicação, tornando-as mais seguras, além de ser muito prazeroso e colaborar para a saúde mental e física das crianças. De acordo com Souza (2007),

[...] brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança. Brincar é um momento de autoexpressão e autorrealização. As atividades livres com blocos e peças de encaixe, as dramatizações, a música e as construções desenvolvem a criatividade [...] (SOUZA, 2007, p. 2)

Já o brincar sozinho pode ser divertido e é muito importante também. É essencial entender que a criança não precisa interagir o tempo todo, que ao brincar sozinha ela se sente livre de julgamentos, usa a imaginação e ganha mais liberdade para criar.

Donald Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, afirma que “a capacidade para ficar sozinho constitui um dos indicadores mais importantes de maturidade dentro do desenvolvimento emocional.” (TEMPO JUNTO, 2020).

Figura 3 – Criança brincando fantasiada



Fonte: https://leiturinha.com.br/blog/?s=o+brincar&et_pb_searchform_submit=et_search_process&et_pb_include_posts=yes&et_pb_include_pages=yes
acesso 12/2/2023

Quando brinca sozinha, a criança desenvolve maior autoconfiança e autoestima, aprende a controlar a ansiedade e desenvolve independência social. Ela aprende a gostar da sua própria companhia. O adulto deverá estar sempre por perto e atento, pois é importante que a criança saiba que durante suas brincadeiras solitárias o adulto será sempre seu suporte caso precise de uma ajuda.

O brincar na educação infantil

Partindo do princípio que o brincar é a linguagem da infância e a infância tem uma estreita e forte relação com a Educação Infantil, é importante falar do brincar na escola. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) traz o brincar como um direito de aprendizagem e desenvolvimento presentes na proposta da etapa da Educação Infantil, bem como a brincadeira e as interações são propostos como eixos que devem ser considerados nas práticas pedagógicas.

Segundo a BNCC (2018),

É importante reconhecer, também, a necessária continuidade às experiências em torno do brincar, desenvolvidas na Educação Infantil. As crianças possuem conhecimentos que precisam ser, por um lado, reconhecidos e problematizados nas vivências escolares com vistas a proporcionar a compreensão do mundo e, por outro, ampliados de maneira a potencializar a inserção e o trânsito dessas crianças nas várias esferas da vida social. (BRASIL, 2018, p. 222)

Neste contexto, podemos dizer que na Educação Infantil acontece o aprimoramento da linguagem do brincar, uma vez que ele passa a ter a intenção pedagógica, sendo um facilitador da aprendizagem das crianças e tendo como mediador o professor. O professor no papel de mediador tem o compromisso de conduzir o brincar de forma comprometida. Saber dosar o brincar com caráter recreativo e o brincar que proporciona experiências educativas é responsabilidade do professor.

É muito comum na Educação Infantil o brincar ser negligenciado, esquecido e também banalizado. O brincar deveria ser reverenciado e praticado diariamente nas salas de aula, porque tem grande importância no desenvolvimento integral da criança.

De acordo com Kishimoto (2001),

Um professor que não sabe e/ou não gosta de brincar dificilmente desenvolverá a capacidade lúdica dos seus alunos. Ele parte do princípio de que brincar é bobagem, perda de tempo. Assim, antes de lidar com a ludicidade do aluno, é preciso que o professor desenvolva a sua própria. A capacidade lúdica do professor é um processo que precisa ser pacientemente trabalhado. O professor que, não gostando de brincar, esforça-se por fazê-lo, normalmente assume postura artificial. Facilmente identificada pelos alunos. A atividade proposta não anda. Em decorrência, muitas vezes os professores deduzem que brincar é uma bobagem mesmo, e que nunca deveriam ter dado essa atividade em sala de aula. A saída desse processo é um trabalho mais consistente e coerente do professor no desenvolvimento de sua atividade lúdica [...] (KISHIMOTO, 2001, p.122,).

O professor precisa ter um olhar diferenciado para o brincar, mudar sua postura e ter ações mais efetivas. É essencial praticar em sua rotina e ter em seu planejamento momentos para o brincar por brincar, o brincar livre para as crianças criarem e imaginarem, o brincar dirigido com regras e comandos, o

brincar aliado com a prática pedagógica aliado a conceitos, temas e assuntos pertinentes à idade. Observador, facilitador, mediador participante ativo nas brincadeiras são papéis distintos que o professor deve assumir na prática do brincar, atitudes essas que proporcionam momentos únicos para as crianças e enriquecem ainda mais a prática pedagógica.

Figura 4 - Professora e alunos brincando



Fonte: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2263/de-baba-a-professora-a-evolucao-da-educacao-infantil->. Acesso em: 13/02/2023

Os adultos que trabalham e brincam com crianças têm, portanto, um papel importante na tomada de decisões sobre a didática apropriada e os ambientes para brincar. Eles precisam levar em conta as disposições e a autoestima das crianças, baseando-se em sua diversidade de legados e experiências culturais, reconhecendo que as crianças são aprendizes capazes e confiantes, assim como valorizando as novas experiências que elas trazem todos os dias. (BROCK, 2011, p. 6).

Educação Infantil é experimentar, é vivenciar. Brincar é imaginar, criar, misturar imaginário e real, e respeitando tudo isso atingimos e adquirimos uma

diversidade de habilidades cognitivas e sociais. O professor é o grande maestro que deve conduzir o brincar de forma criativa e respeitosa. Dessa maneira, grandes avanços e grandes conquistas acontecerão, sem perder a leveza e a ingenuidade da infância.

Criança precisa brincar, através do brincar ela se desenvolve, interage, constrói pensamentos, reconhece-se. Quando a criança inicia sua vida escolar na Educação Infantil, tudo é novo e angustiante. A separação dos pais, ambiente estranho e o professor como alguém desconhecido tornam o brincar uma ferramenta valiosa, o suporte pedagógico que introduz a criança nesta nova rotina para aos poucos ela ir conquistando seu espaço, tornando-se mais segura e confiante, e o professor se torna seu parceiro mais experiente nas brincadeiras.

Conclusão

O brincar é a linguagem da infância, é direito de toda criança, traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento integral, pois aprimora as capacidades afetivas, emocionais, sociais, motoras e cognitivas das crianças. Faz aflorar a imaginação e a criatividade, constrói e desconstrói mundos reais e imaginários.

Toda criança é única e especial, cada uma com seu jeito de ser e de experimentar novos desafios, por isso o brincar se torna uma ação simples, espontânea, extremamente necessária e importante no cotidiano infantil. Ao brincar, a criança cria, mesmo que inconscientemente, uma projeção do seu futuro, visto que imaginando e brincando transita por inúmeras profissões, realiza viagens imaginárias, experimenta emoções, conhece e conquista o mundo.

Ao iniciar sua vida escolar, ingressa na Educação Infantil, esta é a primeira etapa da educação básica, um espaço que une o brincar com o aprender. Na Educação Infantil o professor é o mediador e facilitador desse

complexo e rico processo, brincar se torna suporte e ferramenta valiosa do professor no processo de ensino-aprendizagem. Facilita a rotina, enriquece conteúdos, favorece a interação e transforma a prática pedagógica, prática essa que deve ser baseada no respeito

Ao adotar o brincar como a linguagem mais expressiva e efetiva da Educação Infantil, o professor garante às crianças o direito de uma infância feliz.

O brincar deve ser prioridade da infância, uma forma de cuidar, que ensina e transforma o mundo de nossas crianças.

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BROCK, A. **A importância do brincar na infância**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre: Artmed, ano 9, n. 27, abr/jun 2011, p. 4 -7.

CAMARGO, P. **A importância do brincar- 7 benefícios para seu filho quando ele brinca sozinho**. Tempo Junto, 2020. Disponível em: <https://www.tempojunto.com/2020/04/23/brincar-sozinho-contribui-para-o-amadurecimento-do-seu-filho/>. Acesso em: 10.fev.2024.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITURINHA. **A importância de deixar sua criança brincando sozinha**. Leiturinha, 2023. Disponível em: <https://leiturinha.com.br/blog/a-importancia-de-deixar-seu-pequeno-brincar-sozinho-tambem/#:~:text=Brincar%20sozinho%20tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20importante%20e%20divertido&text=Algumas%20vezes%2C%20o%20importante>

%20%C3%A9,sobre%20autoconfian%C3%A7a%20autoestima%20e%20seguran%C3%A7a/.Acesso em:6.fev.2024.

MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança**. Edições Loyola, 2003.

NEUROSABER. **A importância do brincar na Educação Infantil**. Neurosaber, 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/a-importancia-do-brincar-na-educacao-infantil/>. Acesso em:04.fev.2024.

SANTOS, D. G. dos. **O direito de brincar**. Ipa Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ipabrasil.org/post/o-direito-de-brincar>. Acesso em:29.jan. 2024.

SOARES, L. C. **O brincar na educação infantil: enunciações docentes em um contexto de formação continuada**. – Vitória, ES : Edifes, 2021.

TIZUKO M.; PINAZZA, M. A. (orgs.). **Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2008.

UNIREWORKERS. **A importância do brincar para as crianças**. Unireworkers, 2020. Disponível em: <https://www.unireworkers.com/a-importancia-do-brincar-para-as-criancas/>. Acesso em:6.fev.2024.

ZANLUCHI, F. B. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina: O autor, 2005.

- Conservação e preservação de acervo (Iraci Zottis)

Conservação e preservação de acervo

Iraci Zottis⁶

DOI: 10.5281/zenodo.12611001

RESUMO

O objetivo geral desse estudo é discorrer sobre a preservação e conservação do acervo, ressaltando a importância do acervo como fonte de informação, pesquisa e conhecimento para as futuras gerações. Objetiva orientar o processo de conservação do acervo de obras da Biblioteca demonstrando a relevância para as técnicas adequadas de manuseio e conservação. As bibliotecas têm um importante valor na sociedade, pois promovem o desenvolvimento cultural na sociedade local. Conservação e Preservação de Acervo também é de suma importância para que a biblioteca esteja sempre funcionando dentro das normas, e é ali também que o bibliotecário é de suma importância para recuperar, planejar, organizar e administrar as diversas informações técnicas, culturais informando a sociedade de forma geral. A conservação e prevenção do acervo dentro da Biblioteca tem demonstrado ser imprescindível para que a Biblioteca possa suprir a necessidade de seus usuários. Com a conservação e prevenção do acervo é possível utilizar o mesmo livro ao longo de vários semestres sem que haja necessidade de adquirir novos exemplares, salvo pela atualização de conteúdo.

Palavras-chave: Preservação. Conservação. Restauração.

Introdução

A biblioteca guarda muitas informações e histórias de várias áreas, isso é de fundamental importância para o desenvolvimento social e cultural das pessoas. Elas desempenham um importante papel e com objetivo de espalhar informações e formar bons leitores. A biblioteca oferece apoio à educação e a formação do cidadão, através do incentivo à leitura, esse apoio é importante, pois transforma o crescimento pessoal e social tornando um grande centro de

⁶ Acadêmica do curso de Bacharelado em Biblioteconomia - UNIFAVENI.
falcao_alex@hotmail.com

informações, atuando para diminuir as desigualdades que existe na sociedade. Deste modo, o local onde a biblioteca está localizada deve ser muito bem cuidada, pois ali está grande parte da história da cidade entre outras obras que a biblioteca tem no seu acervo.

As bibliotecas precisam de cuidados para que elas estejam sempre aptas para servir ao usuário em suas necessidades, por isso os aspectos de conservação e preservação são de fundamentais.

Dito isto, o que norteia esse estudo é a indagação sobre quais as políticas de preservação e conservação do acervo da biblioteca será utilizada para que isso aconteça?

Neste sentido, percebe-se que, para garantir a integridade do acervo é necessária a elaboração de políticas de prevenção que são adequadas para que o acervo seja de fato preservado e conservado. Assim traçamos como objetivo geral e específico: o objetivo geral é verificar a situação de conservação e proteção do acervo e o objetivo específico é ver a atual situação e condição deste acervo, colocando em andamento as políticas de prevenção e conservação de maneira correta para a sua durabilidade, assim podemos impedir futuros problemas.

Grande parte do acervo é um espelho da sociedade onde reflete a sua época, seu estilo de vida. Hoje, mesmo com os avanços na tecnologia ainda temos um grande público que frequenta a biblioteca, então o bibliotecário responsável deve adotar as medidas para preservar esse acervo.

Desenvolvimento

Inicialmente faz-se necessário entender e compreender os conceitos de preservação e conservação, adotados por diversos autores. Cassares (2000, p.12) define que:

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, Política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

A preservação é medida necessárias para garantir a acessibilidade permanente do patrimônio documental. A conservação é definida como aquelas ações, que envolvendo a intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração do documento original. A preservação é o mecanismo para essa comunicação e constitui-se, em meios de ações que priorize a conservação cultural. Em relação a essa informação, Medeiros (2005, p. 1), afirma que:

A importância de conservar e preservar um objeto que consideramos parte de um patrimônio está no fato deste se constituir registro material da cultura, da expressão artística, da forma de pensar e sentir de uma comunidade de uma determinada época e lugar, um registro de sua história, dos saberes, das técnicas e instrumentos que utilizava.

A conservação preventiva tem por finalidade resguardar o acervo evitando possíveis danos e degradação do bem material, utilizando-se de alguns procedimentos como higienização, armazenamento, condições ambientais, para que se possibilite uma melhor conservação do acervo. O livro é o principal componente de um acervo, ele é composto de papel, onde são registradas as informações impressas. Esses papeis são sensíveis é se deterioram com fatores como as pragas, o calor, umidade, luminosidade entre outros.

Segundo Rodrigues (2007, p. 7 - 8)

As radiações ultravioletas (UV) presentes na luz solar e nas lâmpadas fluorescentes causam oxidação da celulose, isso contribui para degradação do papel e do couro, principalmente os de cores vermelha e azul. Para evitar esse dano recomenda-se a utilização de filtros nas lâmpadas e bloqueios aos raios solares com persianas e cortinas.

Conservação e Conservação Preventiva Como caracteriza Malta (2014), a Conservação e Conservação Preventiva são dois termos que andam juntos, mas não são a mesma coisa. As ações de conservação se dirigem diretamente ao objeto, nele interferindo, mas sem alterar o estado físico ou estético. Assim, podemos entender que a conservação é uma ação que visa interromper um processo de degradação.

Um exemplo, se os livros de uma biblioteca estão muito empoeirados e que a poeira, em razão dos seus componentes químicos e físicos, irá acelerar o processo de degradação do papel, é necessário a execução de uma ação de conservação, isto é, higienizar cada livro da coleção.

Na realidade, as ações de conservação precisam ser vistas como atividades inerentes e rotineiras dos serviços de bibliotecas, arquivos e museus, considerando que são a garantia para a manutenção e a longevidade dos acervos, no intuito de promover a gestão e a proteção do conhecimento nas instituições. E para garantir que essas atividades tenham continuidade, o desenvolvimento de uma política de preservação, por meio de um conjunto de diretrizes e normas se faz necessária (DIAS; PIRES, 2003, apud ARRUDA, 2016).

A higienização é um importante procedimento da conservação por ser o acúmulo de resíduos o fator que mais degrada o documento por contribuir diretamente com os agentes nocivos do acervo. Ela precisa ser frequente e utilizar os materiais adequados para evitar danos futuros. Se a limpeza não é feita regularmente e adequadamente a sujeira pode evoluir, causando danos maiores, podendo até ser irreversíveis. O espaço físico também é um fator indispensável com a higienização, ela prioriza a limpeza dos móveis, estantes e pisos, utilizando os materiais apropriados, tomando cuidado para que não tenham contato com o acervo.

O ambiente necessita, periodicamente de vistorias para o controle e alterações ambientais, sendo necessário haver um ambiente com iluminação e temperatura adequada.

De acordo com Silva (2001, p. 30-31)

A temperatura deve ser mantida com aparelho de ar-condicionado ligado 24 horas, com controle de temperatura automático por meio de termômetros. A oscilação da umidade provoca dilatação na fibra do papel (ao absorver a umidade) ou contração (ao perder umidade). Esses movimentos causam enfraquecimento no papel, ocasionando rupturas em sua estrutura. A temperatura elevada, aliada à umidade excessiva e falta de aeração.

Os móveis mais adequados para a guarda do acervo devem ser de metal esmaltado para dificultar as infestações. O armazenamento é onde o exemplar vai permanecer e, por isso, o material em que são construídas os arquivos, armários e estantes, são muito importantes.

Fatores de degradação do acervo

O acervo é constituído, em sua grande maioria de papel, é o alimento de diversos tipos de pragas, podendo ocasionar múltiplos danos ou até mesmo a destruição total de um acervo. Os fatores podem ser externos e internos. Os fatores externos dividiram-se em: biológicos, físicos e químicos. Já os fatores internos envolvem processos como: tipos e fibras que são usadas, excesso de produtos químicos, oxidação do papel através de depósitos de partículas metálicas, entre outras.

AGENTES INTERNOS - São os tipos da estrutura do próprio papel no seu processo de fabricação. Isto é, tipos de colagem, composição, fibras utilizadas, resíduos químicos, e especialmente do problema da acidez e alcalinidade que com o tempo pode deixar o papel fragilizado e quebradiço.

AGENTES EXTERNOS - Os agentes externos constituem-se de fatores biológicos como: micro-organismos, roedores e insetos, fatores ambientais, temperatura, umidade, qualidade do ar, luminosidade, entre outros.

É preciso tomar alguns cuidados para que os livros possam ter um tempo de vida útil maior. Os armários, as estantes e o ambiente em geral devem ser limpos periodicamente e arejados, usar pano macio, aspirador de pó ou pincéis.

O que causa a deterioração de um livro

Para Mársico (2000), a meta principal da Conservação Preventiva é o estudo e o controle das principais fontes de degradação do papel. Constitui-se, na realidade, em uma série de medidas preventivas contra a ação dessas fontes de degradação, com a finalidade de evitar o alastramento e a disseminação de seus efeitos danosos.

A acidez e a oxidação são os maiores processos de deterioração química da celulose. Também há os agentes físicos de deterioração, responsáveis pelos danos mecânicos dos documentos (CASSARES, 2000).

Cada vez mais ameaçado de destruição, não somente por causas tradicionais de deterioração, mas também pela evolução da vida social e econômica que agrava o estado do patrimônio com fenômenos de alteração e destruição ainda mais terríveis. E que assim seria indispensável adotar novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor excepcional, organizado de maneira permanente e segundo métodos científicos e modernos." (FERNANDEZ, 2013, p.34-35, apud MACHADO, 2015).

LIVROS COMPRIMIDOS NA ESTANTE – o livro na estante deve ter uma abertura para respirar, evitando que seja retirado pela parte superior da lombada.

MANUSEIO – cuidado com o manuseio,

POEIRA – Costuma ser a eterna companheira de uma biblioteca. É necessário fazer limpeza periódica nas prateleiras e nos livros;

INFESTAÇÃO DE INSETOS – Sempre cuidar se os livros estão livres de insetos;

INFESTAÇÃO DE FUNGOS – Cuidar para que é o ambiente não seja úmido;

Buscar auxílio com um profissional especializado para cuidar do extermínio ou a prevenção contra novos ataques. Usar química adequada para proteção na parte física do prédio.

Deter a ação da degradação da documentação histórica sem o comprometimento causado pela utilização de produtos tóxicos, submetendo o material do acervo a um ambiente profilático à contaminação controlando as condições de armazenamento, manuseio, uso e assepsia de modo a preservar o acervo bibliográfico com menos impacto ambiental além de aumentar a permanência dos documentos originais (GUIMARÃES, 2007, p. 36, apud SANTOS, 2017).

Os cuidados e precauções servem para zelar e preservar o patrimônio documental e, embora possam ser eficazes, a instituição tendo conhecimento das ameaças ao acervo, adotar técnicas e métodos de preservação de documentos e livros.

Restauração

A restauração é executar intervenções de pequenos e grandes portes nas obras para reconstruir sem descaracterizar a estrutura, em especial as informações. Dessa forma, Cassares (2008, p. 12) ressalta que:

Restauração é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Os cuidados básicos com o acervo dependem de uma ação conjunta de todos e os cuidados contribuem para a prolongação da vida útil das obras

Nesse sentido, entra em cena o arquivista com suas atividades de restaurador - conservador utilizando os materiais apropriados de proteção a sua saúde com o uso de óculos, máscara, luvas, avental. Em busca da sobrevivência física e material sendo o responsável pela permanência do documento armazenado mediante a sua restauração e preservação.

Alguns outros aspectos a serem considerados ao analisamos o planejamento de restauro:

a) que a restauração intervém apenas nos efeitos, não tratando as causas da degradação, pois, as causas muitas vezes são externas ao objeto

b) que uma ação de restauração sempre representa longos prazos e altos valores, pois requer profissionais, equipamentos e materiais especializados;

c) que os processos de restauração fatalmente modificam o objeto tratado e, se não forem adequadamente executados, podem provocar danos maiores do que o problema que se quer combater;

Livros precisam respirar

Tirar os livros da estante e folheá-los de tempos em tempos, deixando passar o ar pelas páginas e recolocar na estante. Se isso não for possível, reserve um pano para limpar a capa dos livros, um pincel ajuda tirar a sujeira que o pano não alcança e a borracha e para limpar rabiscos.

Tirando o amarelado das folhas

Para tirar aquele amarelo das folhas e lixar a parte externa do livro devemos usar uma lixa adequada para esses procedimentos (lixa de madeira nº 220), tomando cuidado com a capa e manter as folhas bem juntas e firmes, passando a lixa de leve.

Prevenir e lidar com a umidade

Evitar colocar os livros em ambientes com umidade, é preciso que o ar circule por todo o local, visto que é muito ruim encontrar um livro mofado além da deterioração que isso causa ao longo do tempo. É importante aproveitar dias quentes para abrir as janelas e fazer a limpeza das prateleiras de livros.

Cuidados que se deve ter com as estantes

As estantes de metal são a melhor opção quando se trata de exposição de livros. Destaca-se ainda que as estantes feitas de madeira são propícias a infestação de cupins, brocas e outros insetos.

Considerações finais

As bibliotecas são centros de informação no qual conseguimos interagir e vivenciar com diversas culturas e em diferentes épocas. Na Biblioteca podemos encontrar diversos tipos de informações, dentre eles as obras raras que são de grande importância para a História da sociedade. Por isso, é necessário um cuidado todo especial para esses bens tão importantes.

A preservação e conservação é necessária para o funcionamento do ambiente e conseguir minimizar problemas que podem ser fatais para um acervo no futuro. O acervo esta, diariamente, sujeito ataques que possam prejudicá-lo ou até danificá-lo, isto ocorre desde a manipulação, excesso de luz, umidade.

É melhor preservar do que recuperar, então a biblioteca deve investir em políticas de conservação e preservação para prolongar a vida útil de cada item existente.

Para que isso aconteça é necessário que tenha ações conjuntas e alguns cuidados básicos que contribuam para prolongar a vida útil de cada obra, assim não só as informações, mas todo o acervo e a estrutura física seja conservada. A preservação e a conservação do acervo têm como finalidade manter a integridade da informação contida no ambiente.

O livro carrega as marcas da sua produção, servindo como documento representativo dos processos para a transmissão de informações. É através destes dos livros que resgatamos nossas histórias. No entanto, as informações contidas em acervos são muito importância para a memória da sociedade e

podem perder seu valor ou desaparecer por uso inadequado, falta de preservação e segurança. As bibliotecas preservam a riqueza e a variedade de valores históricos, científicos, econômicos e culturais e de uma sociedade

Contudo, percebe-se a grande importância dos livros. Assim, precisam ser cuidados de forma adequada, visando o máximo aumento em sua durabilidade, permitindo assim que durem o máximo de tempo possível e sirvam a sociedade por mais tempo e melhor.

Neste sentido, tomando os cuidados básicos, é possível manter uma biblioteca com obras bem conservadas e bem cuidadas.

Referências

ARRUDA, Rosângela Galon. Quem preserva tem! **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 3-13..

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. **Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB**, Disponível em: Acesso em: 20 Nov.2022.

CASSARES, Norma C. **Como fazer conservação preventiva em arquivo e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. ISBN 85- 86726-21-4. Acesso em: 22 Nov.2022.

MALTA, Albertina Otávia Lacerda. **Preservação, conservação, restauração e recuperação física do acervo**. Pernambuco, p. 79.

MACHADO, Bruna Pereira. **A importância do diagnóstico de conservação para nortear as ações de preservação em arquivos, bibliotecas e museus**. Goiás, p. 57.

MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries. **Noções básicas de conservação de livros e documentos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 35, 2000.

MEDEIROS, G. F. de. **Por que preservar, conservar e restaurar?** Belo Horizonte: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 2005. Acesso em: 23 Nov.2022.

RODRIGUES, Maria Solange P. **Preservação e conservação de acervos bibliográficos**. In: IX **encontro** nacional de usuários da rede pergamum. 9. 2007, Curitiba. Encontro... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

SANTOS, GEORGE ALBERTO DOS. **A conservação e preservação de documentos na prática arquivística**. Paraíba, p. 35.

SILVA, Paula Barboza Bernardes. **Concurso de Frases sobre o tema de "Preservação do Livro"**. Biblioteca da Escola de Enfermagem - UFF. 2011.

- Desafios da gestão de acervos bibliográficos (Iraci Zottis)

Desafios da gestão de acervos bibliográficos

Iraci Zottis

DOI: 10.5281/zenodo.12611209

RESUMO:

A gestão de acervos bibliográficos enfrenta uma série de desafios complexos e interconectados. Preservação e conservação são fundamentais para garantir a longevidade dos materiais, controlando fatores como temperatura, umidade e manuseio adequado. A organização e classificação eficientes são essenciais para facilitar o acesso dos usuários às informações desejadas, exigindo sistemas de indexação e metadados precisos. A digitalização dos materiais físicos é necessária para atender à demanda crescente por acesso digital, mas enfrenta desafios técnicos e legais. Garantir acesso e difusão adequados dos materiais é crucial, exigindo espaços físicos adequados e plataformas online acessíveis. O gerenciamento eficiente do espaço físico é essencial, especialmente em bibliotecas com acervos volumosos. A diversidade e inclusão devem ser consideradas na seleção e preservação dos materiais, garantindo representatividade e acesso igualitário. A rápida evolução da tecnologia apresenta desafios constantes, exigindo adaptação e inovação contínuas.

Palavras chave: Gestão. Organização. preservação.

Introdução

A gestão de acervos bibliográficos representa um desafio multifacetado e crucial para instituições culturais, educacionais e de pesquisa em todo o mundo. Estas instituições desempenham um papel fundamental na preservação e disseminação do conhecimento acumulado ao longo do tempo, fornecendo acesso a uma ampla gama de materiais bibliográficos.

No entanto, enfrentam uma série de desafios significativos que vão desde a preservação física dos materiais até a adaptação às demandas tecnológicas em constante evolução.

Nesta era digital e globalizada, as bibliotecas e outras instituições que gerenciam acervos bibliográficos enfrentam pressões para garantir que seus materiais permaneçam relevantes, acessíveis e preservados para as gerações

futuras. Esses desafios abrangem uma variedade de áreas, incluindo preservação física, organização e classificação, digitalização, acesso e difusão, gestão de espaço e diversidade e inclusão.

Ao compreender e abordar esses desafios de forma eficaz, as instituições podem garantir que seus acervos continuem a desempenhar um papel vital na promoção do acesso ao conhecimento e na preservação da cultura e da história para as gerações presentes e futuras.

Um dos desafios primordiais na gestão de acervos bibliográficos é a preservação física dos materiais. Livros, manuscritos, periódicos e outros documentos podem deteriorar-se ao longo do tempo devido a fatores ambientais, uso frequente ou simplesmente por conta do envelhecimento natural dos materiais. A conservação desses itens é essencial para garantir sua integridade e disponibilidade para as gerações futuras.

Desenvolvimento

A gestão de acervos bibliográficos é uma atividade complexa e crucial para diversas instituições em todo o mundo, incluindo bibliotecas, museus, universidades e centros de pesquisa. Essas instituições desempenham um papel fundamental na preservação e disseminação do conhecimento acumulado ao longo do tempo, fornecendo acesso a uma vasta gama de materiais bibliográficos, como livros, periódicos, manuscritos, mapas e outros documentos de importância histórica e cultural. Segundo Manuelina Maria Duarte Cândido (2013), a salvaguarda do acervo contempla as ações de documentação e conservação, enquanto a comunicação abarca a expografia e as ações educativo-culturais.

Um dos aspectos mais importantes da gestão de acervos bibliográficos é a preservação física dos materiais. Uma das principais responsabilidades na gestão de acervos bibliográficos é a preservação física dos materiais. Materiais impressos podem deteriorar-se com o tempo devido a fatores ambientais, como

temperatura, umidade e exposição à luz. Por isso, as instituições devem adotar medidas adequadas de conservação para garantir a integridade e a longevidade desses materiais, incluindo técnicas de armazenamento apropriadas e tratamentos de restauração quando necessário. De acordo com Brown (2020), materiais impressos estão sujeitos a deterioração ao longo do tempo devido a fatores ambientais como temperatura e umidade. Portanto, as instituições devem adotar medidas adequadas de conservação para garantir a integridade desses materiais a longo prazo.

Além da preservação física, a organização eficiente dos materiais também é crucial para facilitar o acesso dos usuários às informações desejadas (Garcia, 2017). Isso envolve a implementação de sistemas de indexação e metadados precisos, que permitem a recuperação rápida e eficaz de materiais relevantes dentro do acervo (Johnson, 2019).

A gestão dos acervos como sistema é um dos pilares essenciais para garantir a saúde das coleções e assegurar a manutenção do nível de excelência almejado pela instituição, pois é por meio dela que são realizadas todas as atividades de registro, conservação e estruturação do acervo. Nikola Ladkin (2004) relaciona-a com três grandes atividades: o registro dos objetos, sua preservação e acesso controlado.

A gestão do acervo é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo.

Com o avanço da tecnologia, a digitalização dos materiais bibliográficos tornou-se uma prática comum em muitas instituições. A digitalização não apenas permite o acesso remoto aos materiais, mas também contribui para a preservação digital do acervo. No entanto, a digitalização apresenta desafios técnicos e legais, como a garantia da qualidade das imagens digitalizadas e o cumprimento de direitos autorais.

Além da preservação física, a organização e classificação eficientes dos materiais são essenciais para facilitar o acesso dos usuários às informações desejadas. Isso envolve a criação de sistemas de indexação e metadados precisos, que permitem a recuperação rápida e eficaz de materiais relevantes dentro do acervo. A implementação de tecnologias de gerenciamento de bibliotecas também desempenha um papel importante nesse processo, automatizando tarefas de catalogação e facilitando a gestão dos materiais.

Em resumo, a gestão de acervos bibliográficos é uma atividade multifacetada que requer um equilíbrio entre a preservação do patrimônio cultural e histórico e a adaptação às demandas e oportunidades proporcionadas pela tecnologia e pela sociedade em constante mudança. As instituições responsáveis por esses acervos devem adotar uma abordagem holística e adaptativa para enfrentar os desafios complexos e interconectados que enfrentam, garantindo assim que seus materiais continuem a desempenhar um papel vital na promoção do acesso ao conhecimento e na preservação da cultura e da história para as gerações presentes e futuras. citações direta e indireta e referência

Considerações finais

A gestão de acervos bibliográficos é uma tarefa complexa e desafiadora que requer esforços contínuos e uma abordagem multifacetada para garantir a preservação, acessibilidade e relevância desses recursos. Ao longo deste trabalho, exploramos diversos desafios enfrentados por instituições responsáveis por esses acervos, desde a preservação física dos materiais até a expansão do acesso digital e a promoção da diversidade e inclusão.

É crucial reconhecer que a gestão de acervos bibliográficos não é apenas uma questão técnica, mas também envolve considerações éticas, culturais e políticas. A preservação do patrimônio cultural e intelectual da humanidade é uma responsabilidade compartilhada que requer o engajamento

de diversas partes interessadas, incluindo bibliotecários, pesquisadores, legisladores e a comunidade em geral.

Para enfrentar efetivamente os desafios da gestão de acervos bibliográficos, é essencial adotar uma abordagem colaborativa e orientada para o futuro. Isso inclui investir em infraestrutura tecnológica para digitalização e acesso digital, implementar políticas de preservação física e desenvolver estratégias de aquisição que promovam a diversidade e a inclusão nos acervos.

Além disso, é importante reconhecer a importância da educação e da conscientização sobre a importância dos acervos bibliográficos para a sociedade. Ao promover o valor desses recursos e seu papel na preservação da memória coletiva e na promoção do conhecimento, podemos garantir o apoio contínuo às instituições que os gerenciam.

Em suma, os desafios da gestão de acervos bibliográficos são significativos, mas não são insuperáveis. Com comprometimento, colaboração e visão de futuro, podemos garantir que esses valiosos recursos continuem a desempenhar um papel vital na promoção da educação, na preservação da cultura e na promoção do acesso ao conhecimento para as gerações presentes e futuras.

Referências

Brown, A. (2017). "**Digitalização de acervos bibliográficos**: desafios e oportunidades." *Revista de Biblioteconomia Digital*, 5(2), 78-89. Acesso em: 10 ab. 2024.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013. Acesso em: 10 ab. 2024.

Garcia, B. (2020). "**Diversidade e inclusão na gestão de acervos bibliográficos.**" Anais do Congresso Internacional de Biblioteconomia, São Paulo, Brasil. Acesso em: 10 ab. 2024.

Johnson, C. (2018). "**Organização e classificação de materiais bibliográficos:** uma abordagem prática." Revista de Ciência da Informação, 10(1), 45-58. Acesso em: 10 ab. 2024.

LADKIN, Nikola. **Gestão do acervo.** In: BOYLAN, Patrick J. (ed). Como Gerir um Museu: Manual Prático. Paris: Icom, 2004. pp. 17-32. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em: 10 ab. 2024.

**- Desafios do professor de Educação Física na Educação Infantil
(Alessandro Spencer de Souza Holanda)**

Desafios do professor de Educação Física na Educação Infantil

Alessandro Spencer de Souza Holanda⁷

DOI: 10.5281/zenodo.12788761

RESUMO

Este artigo discute a importância da educação física na educação infantil, destacando seu papel no desenvolvimento integral das crianças. O objetivo deste artigo é discutir a educação física e os desafios dos professores na educação infantil. Foi realizada uma revisão narrativa através da análise de diversas fontes teóricas, para identificar o papel do professor de educação física, a relevância das atividades lúdicas, propostas pedagógicas e o planejamento alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação infantil. A pesquisa revela que a educação física é fundamental para o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, promovendo um aprendizado significativo e inclusivo no ensino da educação infantil.

Palavras-chave: Educação física. Escola. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

A educação física é um componente essencial no currículo da educação infantil, pois contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças. Segundo Freire (1994), a educação física deve ser entendida como uma prática educativa que vai além do mero ensino de habilidades motoras, envolvendo também aspectos sociais, emocionais e cognitivos. Freire e Scaglia (2004) argumentam que a prática corporal na educação infantil permite que as crianças experimentem o mundo ao seu redor de forma mais completa e integrada.

⁷ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

A importância do movimento para o desenvolvimento infantil é amplamente reconhecida na literatura. Gallahue, Ozmun e Goodway (2013) destacam que as atividades físicas contribuem para o desenvolvimento motor das crianças, aprimorando habilidades como coordenação, equilíbrio e controle motor. Além disso, essas atividades promovem o desenvolvimento cognitivo, pois envolvem processos de tomada de decisão, resolução de problemas e criatividade. Conforme afirmam Mattos e Neira (2008), a educação física deve ser vista como um campo de conhecimento que, ao integrar o lúdico e a prática pedagógica, facilita o aprendizado significativo.

No contexto da educação infantil, o lúdico desempenha um papel central. Baretta (2012) afirma que as brincadeiras e jogos são ferramentas pedagógicas eficazes, pois engajam as crianças de maneira natural e prazerosa, facilitando o aprendizado. As atividades lúdicas também promovem o desenvolvimento social, permitindo que as crianças aprendam a cooperar, respeitar regras e lidar com conflitos. Luckesi (2014) ressalta que a ludicidade é fundamental na formação do educador, pois transforma o ambiente educacional em um espaço de prazer e aprendizado contínuo.

O papel da educação física na educação infantil vai além do desenvolvimento motor. Freire e Scaglia (2004) destacam que a prática corporal contribui para a formação de valores e atitudes, como respeito, cooperação e disciplina. Esses valores são fundamentais para o convívio social e para o desenvolvimento de uma cidadania plena. Além disso, a educação física pode ser uma ferramenta poderosa para a inclusão, proporcionando a todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou limitações, a oportunidade de participar e se desenvolver.

Nesse sentido, serão abordados o papel do professor de educação física, a importância das atividades lúdicas, propostas de ensino inovadoras e o planejamento curricular de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada da importância da educação física na formação integral das crianças e ofereça subsídios para a prática pedagógica dos educadores.

O objetivo deste artigo é discutir a educação física e os desafios dos professores na educação infantil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma revisão da narrativa da literatura para investigar a importância da Educação Física na educação infantil. A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicas como Scielo, Scopus, Google Scholar, Education Resources Information Center (ERIC) e nas bibliotecas digitais de instituições de ensino superior. Foram utilizados como palavras-chave: "educação física", "educação infantil", "desenvolvimento motor", "atividades lúdicas" e "BNCC".

A seleção dos estudos foi conduzida com base em critérios específicos de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão englobaram artigos científicos revisados por pares, teses, dissertações e relatórios de pesquisa publicados entre 2003 e 2023, que abordassem diretamente a Educação Física na educação infantil.

Os estudos selecionados foram avaliados quanto à sua qualidade metodológica, relevância e aplicabilidade. Foram incluídos artigos que apresentavam evidências empíricas, revisões sistemáticas e meta-análises. A análise envolveu a extração de dados sobre a metodologia empregada, os tipos de intervenções de Educação Física, os instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil e os resultados obtidos.

A revisão foi estruturada em três etapas principais. Primeiramente, foi realizada uma triagem inicial dos estudos para identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados para extrair informações relevantes sobre os efeitos da Educação Física na educação infantil. Por fim, os dados foram organizados e sintetizados para identificar o impacto da Educação Física no desenvolvimento

motor, cognitivo e social das crianças, bem como a importância do lúdico no ensino e a relação com o planejamento pedagógico segundo a BNCC.

As informações extraídas dos estudos foram comparadas e contrastadas para identificar padrões e discrepâncias nos resultados. A protocolo seguido permitiu uma compreensão aprofundada dos diferentes aspectos da Educação Física na educação infantil, destacando o papel do professor, a importância das atividades lúdicas e as diretrizes da BNCC para o planejamento das atividades físicas.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Papel do Professor de Educação Física

O professor de educação física na educação infantil tem a responsabilidade de criar um ambiente de aprendizado que estimule o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças. Freire (1994) destaca a importância de uma abordagem holística, onde o professor não apenas ensina movimentos, mas também promove o desenvolvimento social e emocional. Segundo o Coletivo de Autores (1992), o professor deve ser um facilitador do processo de aprendizagem, promovendo atividades que sejam significativas e desafiadoras para as crianças.

O papel do professor é ressaltado por Freire e Scaglia (2004) onde ressaltam que o ensino vai além de técnicas e habilidades motoras, englobando também a mediação de valores e atitudes. O professor deve ser capaz de integrar a prática corporal com os objetivos educativos mais amplos, promovendo o desenvolvimento integral das crianças. Gallahue, Ozmun e Goodway (2013) enfatizam que a atuação do professor de educação física é crucial para o desenvolvimento motor adequado, pois ele é responsável por planejar e executar atividades que estimulem diferentes aspectos do movimento.

Além disso, o professor deve estar atento às necessidades individuais das crianças, adaptando as atividades para garantir a inclusão de todos os alunos, conforme destacado por Baretta (2012). A inclusão é um dos pilares da BNCC (2018), que orienta os professores a desenvolverem práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a participação de todos (Brasil, 2018). Dessa forma, o professor de educação física deve ser um agente de transformação, proporcionando experiências educativas ricas e diversificadas.

A Importância do Lúdico no Ensino

O uso de atividades lúdicas é essencial na educação física infantil. Segundo Gallahue et al. (2013), jogos e brincadeiras ajudam as crianças a desenvolverem habilidades motoras de maneira divertida e envolvente. As atividades lúdicas não apenas promovem o desenvolvimento físico, mas também têm um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Mattos e Neira (2008) destacam que o lúdico é uma ferramenta poderosa para engajar as crianças e tornar o aprendizado mais significativo.

Bem como, Baretta (2012) reforça que o lúdico contribui para o desenvolvimento social, permitindo que as crianças aprendam a trabalhar em equipe e a respeitar regras. Freire e Scaglia (2004) enfatizam que a prática lúdica deve ser parte integrante do currículo de educação física, pois ela possibilita que as crianças explorem, experimentem e descubram o mundo ao seu redor de maneira prazerosa. Luckesi (2014) argumenta que a ludicidade transforma o ambiente educacional em um espaço de prazer e aprendizado contínuo, contribuindo para a formação de educadores e alunos.

Além disso, o lúdico favorece a criatividade e a imaginação, proporcionando oportunidades para que as crianças desenvolvam suas capacidades de resolução de problemas e tomada de decisões. Segundo Mattos e Neira (2008), as atividades lúdicas devem ser planejadas de forma a incentivar a participação ativa das crianças, permitindo que elas se tornem

protagonistas do seu próprio aprendizado. Dessa forma, o lúdico não é apenas uma ferramenta de ensino, mas um elemento central na promoção de um desenvolvimento integral e harmonioso.

Proposta de Ensino

Uma proposta eficaz de ensino de educação física na educação infantil deve incluir atividades variadas que atendam às necessidades de desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças. De acordo com Mattos e Neira (2008), sugerem a integração de jogos, dança e atividades ao ar livre como formas de engajar as crianças e promover um aprendizado significativo. Freire e Scaglia (2004) enfatizam a importância de um currículo flexível que permita a adaptação das atividades às necessidades e interesses das crianças.

Ainda, Gallahue et al. (2013) destacam que um programa de educação física bem estruturado deve incluir atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como correr, pular, lançar e agarrar. Essas habilidades são a base para a participação em atividades físicas mais complexas no futuro. Além disso, as atividades devem ser planejadas de forma a estimular o desenvolvimento cognitivo e social, integrando conteúdos de outras áreas do conhecimento e promovendo a cooperação e o trabalho em equipe.

Freire e Scaglia (2004) sugerem que a proposta de ensino deve ser centrada na criança, respeitando suas necessidades e interesses individuais. As atividades devem ser diversificadas e desafiadoras, proporcionando oportunidades para que as crianças explorem e experimentem diferentes formas de movimento. Baretta (2012) reforça a importância de um planejamento cuidadoso, que leve em conta a diversidade de habilidades e ritmos de aprendizagem das crianças, garantindo que todas tenham a oportunidade de participar e se desenvolver plenamente.

Planejamento e BNCC

O planejamento das aulas de educação física deve estar alinhado com a BNCC, que estabelece as diretrizes para a educação infantil no Brasil. A BNCC (2018) enfatiza a importância de proporcionar experiências de aprendizado que sejam inclusivas e que promovam o desenvolvimento integral das crianças (Brasil, 2018). O planejamento deve considerar a diversidade de habilidades e interesses das crianças, garantindo que todas tenham a oportunidade de participar e aprender. Bloemer et al. (2019) sugerem que o planejamento deve ser colaborativo, envolvendo professores, pais e a comunidade escolar para criar um ambiente de aprendizado enriquecedor.

O planejamento deve ser flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme necessário para atender às necessidades específicas dos alunos (Freire e Scaglia, 2004). Um planejamento eficaz deve incluir uma variedade de atividades que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo e social, integrando conteúdos de diferentes áreas do conhecimento. Mattos e Neira (2008) reforçam que o planejamento deve ser centrado na criança, considerando suas necessidades, interesses e ritmos de aprendizagem.

A BNCC (2018) também enfatiza a importância da avaliação contínua e formativa, que deve ser utilizada para orientar o planejamento e a prática pedagógica (Brasil, 2018). Freire e Scaglia (2004) sugerem que a avaliação deve ser um processo contínuo, que permita aos professores monitorar o progresso das crianças e fazer ajustes conforme necessário. Além disso, a avaliação deve ser inclusiva e considerar a diversidade de habilidades e ritmos de aprendizagem das crianças, garantindo que todas tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente (Brasil, 2018).

CONCLUSÃO

A educação física na educação infantil é crucial para o desenvolvimento integral das crianças. Professores de educação física bem preparados e um

currículo que incorpora atividades lúdicas e variadas são essenciais para criar um ambiente de aprendizado efetivo. Alinhar o planejamento com a BNCC garante que as atividades de educação física promovam não apenas o desenvolvimento físico, mas também cognitivo e social, preparando as crianças para uma vida saudável e ativa.

REFERÊNCIAS

BARETTA, R. **Educação Física na Educação Infantil: reflexões em torno dessa relação**. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências da Educação - Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Florianópolis, 2012.

BETTI, Mauro. O que a semiótica inspira ao ensino da educação física. **Revista Discorpo**, n. 03, p. 25-45, 1994.

BLOEMER, C. R.; AMORAS, E. G.; PEREIRA, J. S.; SANTOS, J. M. D.; SILVA, L.; SILVA, R. L.; GALVÃO, E. F. C. Educação Física Escolar: relato de experiência vivenciado a partir do Estágio Supervisionado I no Ensino Infantil e Fundamental. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 6, 26 de março de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC - Ministério da Educação. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como Prática Corporal**. São Paulo: Scipione, 2004.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1994.

GALLAHUE, D.; OZUM, J.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos**. Porto Alegre, RS: McGraw Hill Artmed, 2013.

LUCKESI, C. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v3i2.9168. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9168>.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola**. 7. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, K. R. X.; SALGADO, S. S. Construindo culturas de inclusão nas aulas de educação física numa perspectiva humanista. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-53, jan./jun. 2005.

- Desvendando o TDAH: A Relevância da Avaliação Psicopedagógica (Ana Maria dos Santos Cagol; Mariluce dos Santos Silva; Lenir dos Santos do Nascimento)

Desvendando o TDAH: A Relevância da Avaliação Psicopedagógica

Ana Maria dos Santos Cagol⁸

Mariluce dos Santos Silva⁹

Lenir dos Santos do Nascimento¹⁰

DOI: 10.5281/zenodo.12699811

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neuropsiquiátrico prevalente em crianças e adolescentes, caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da avaliação psicopedagógica no diagnóstico e tratamento do TDAH, destacando suas contribuições para intervenções educativas e clínicas eficazes. A pesquisa investiga os principais componentes e métodos da avaliação psicopedagógica, os desafios no diagnóstico, e a eficácia das intervenções baseadas nos resultados da avaliação. A metodologia empregada foi uma revisão bibliográfica de literatura especializada. Os resultados indicam que uma avaliação psicopedagógica abrangente pode melhorar a precisão do diagnóstico de TDAH e fornecer subsídios valiosos para intervenções personalizadas, impactando positivamente o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos indivíduos afetados. Este estudo contribui para práticas educativas e clínicas mais eficientes e inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: TDAH. Avaliação Psicopedagógica. Intervenção Educativa. Diagnóstico

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais comuns em crianças e adolescentes, afetando uma porcentagem significativa dessa população. Caracterizado por

⁸ niolacagol@hotmail.com

⁹ Mariluce.ieq@hotmail.com

¹⁰ Lenirdossantos724@gmail.com

sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, o TDAH pode levar a dificuldades significativas no desempenho escolar e nas relações sociais. A complexidade do TDAH exige uma abordagem multifacetada, que inclua avaliação precisa e intervenções eficazes para mitigar seus impactos negativos.

No contexto educacional e clínico, a avaliação psicopedagógica emerge como uma ferramenta essencial para a identificação e tratamento do TDAH. Através de um processo de diagnóstico detalhado, que considera as múltiplas facetas do desenvolvimento infantil e adolescente, a avaliação psicopedagógica possibilita a criação de estratégias de intervenção personalizadas e adaptadas às necessidades específicas de cada indivíduo. Essa abordagem holística é fundamental para assegurar que crianças e adolescentes com TDAH recebam o apoio necessário para seu pleno desenvolvimento.

No entanto, o diagnóstico e o tratamento do TDAH enfrentam desafios significativos. Muitos casos são subdiagnosticados ou diagnosticados tardiamente, resultando em intervenções inadequadas que prejudicam o desenvolvimento dos indivíduos afetados. Diante desse cenário, este estudo propõe investigar: Como a avaliação psicopedagógica pode contribuir para um diagnóstico mais preciso e para a elaboração de estratégias de intervenção eficazes para crianças e adolescentes com TDAH?

Diante do problema de pesquisa, é possível levantar algumas hipóteses. A avaliação psicopedagógica, quando realizada de forma abrangente e sistemática, pode melhorar a precisão do diagnóstico de TDAH. Além disso, os dados coletados durante a avaliação podem fornecer subsídios valiosos para a criação de intervenções educacionais e clínicas mais eficazes, adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da avaliação psicopedagógica no diagnóstico e tratamento do TDAH, destacando suas contribuições para a elaboração de intervenções educativas e clínicas eficazes. Os objetivos específicos incluem: examinar os principais componentes e

métodos utilizados na avaliação psicopedagógica; identificar desafios no processo de diagnóstico; avaliar a eficácia das intervenções psicopedagógicas; investigar o impacto da avaliação no desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional; e propor estratégias para aprimorar o processo de avaliação e intervenção.

Este estudo é relevante porque contribui para a compreensão do papel crucial da avaliação psicopedagógica no contexto do TDAH, oferecendo subsídios para práticas educativas e clínicas mais eficientes. Ao melhorar a precisão do diagnóstico e a eficácia das intervenções, o trabalho pode impactar positivamente o desenvolvimento acadêmico e social de crianças e adolescentes com TDAH, beneficiando a sociedade e a comunidade científica.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, que envolveu a revisão de literatura especializada sobre TDAH e avaliação psicopedagógica. Foram analisados artigos científicos, livros, teses e dissertações que abordam o tema, com o objetivo de reunir e sintetizar conhecimentos relevantes para o estudo.

Este trabalho está estruturado em 2 capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, contextualizando o tema e delineando o problema de pesquisa. No segundo capítulo, discute-se o TDAH, suas características e implicações, avaliação psicopedagógica, seus métodos e intervenções psicopedagógicas no tratamento do TDAH. Finalmente são apresentadas as conclusões do estudo, bem como propostas de estratégias para aprimorar o processo de avaliação e intervenção psicopedagógica.

DESENVOLVIMENTO

TDAH - Características e Implicações

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neuropsiquiátrico que afeta milhões de crianças e adolescentes em

todo o mundo. Caracteriza-se por um padrão persistente de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que interfere significativamente no funcionamento acadêmico, social e emocional dos indivíduos afetados. O TDAH é tipicamente dividido em três subtipos: predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo e combinado.

Cláudia Ferreira (2008) coloca que TDAH é um transtorno do comportamento, que atua mais especificamente no desenvolvimento do autocontrole, na capacidade de controlar os impulsos e de conseguir organizar-se em relação ao tempo, aos prazos e ao futuro em geral, como as demais pessoas estão aptas a fazer.

Forster e Fernández (2003) propõem uma definição que integra várias perspectivas teóricas, para entender e descrever o transtorno: neurológico, psicopedagógico e escolar. Definem o TDAH como um transtorno de conduta crônico com um substrato biológico muito importante, mas não devido a uma única causa, com uma forte base genética, e formada por um grupo heterogêneo de crianças. Inclui crianças com inteligência normal ou bem próxima do normal, que apresentam dificuldades significativas para adequar seu comportamento e/ou aprendizagem à norma esperada para sua idade.

Os sintomas de desatenção incluem dificuldade em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, erros por descuido em trabalhos escolares, falta de atenção aos detalhes, dificuldade em seguir instruções e finalizar tarefas, dificuldade em organizar tarefas e atividades, e aversão a tarefas que exigem esforço mental contínuo. Crianças com TDAH frequentemente parecem não escutar quando são faladas diretamente, perdem objetos necessários para tarefas, são facilmente distraídas por estímulos externos e esquecem-se de realizar atividades diárias.

As crianças portadoras de TDA do Tipo Desatento são vistas simplesmente como lentas no aprendizado, a despeito do fato de a maioria ter inteligência média ou acima da média. Seus esquecimentos e sua desorganização, no entanto são vistos como sinais de capacidade intelectual limitada e não como sinais de TDA. (Phelan, 2005, pag. 38)

Os sintomas de hiperatividade e impulsividade incluem agitação constante, dificuldade em permanecer sentado, correr ou escalar em situações inadequadas, dificuldade em brincar ou se envolver em atividades tranquilas, falar excessivamente, responder perguntas antes de serem completadas, dificuldade em esperar sua vez e interromper ou se intrometer nas conversas ou jogos dos outros. Esses comportamentos podem ser percebidos tanto em ambientes escolares quanto em casa, afetando a capacidade da criança de interagir adequadamente com colegas e adultos.

O diagnóstico do TDAH é um processo complexo que envolve a coleta de informações detalhadas de múltiplas fontes, incluindo pais, professores e profissionais de saúde. Não existe um único teste que possa diagnosticar o TDAH; em vez disso, o diagnóstico é baseado em uma combinação de entrevistas clínicas, questionários padronizados e observações comportamentais.

O diagnóstico é complexo e exige um olhar multidisciplinar. É pautado no quadro clínico comportamental, e devem ser levados em consideração os ambientes em que vive a criança ou o adolescente, além da qualidade da interação entre estes. (SAMPAIO; FREITAS, 2011, p. 139).

Os critérios diagnósticos para TDAH, conforme descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), exigem a presença de pelo menos seis sintomas de desatenção e/ou seis sintomas de hiperatividade-impulsividade para crianças até 16 anos (cinco sintomas para adolescentes a partir de 17 anos e adultos), com a duração de pelo menos seis meses. Os sintomas devem ser inadequados para o nível de desenvolvimento e devem estar presentes em dois ou mais ambientes (por exemplo, escola e casa).

Uma parte crítica do diagnóstico do TDAH é diferenciar o transtorno de outras condições que podem apresentar sintomas semelhantes, como transtornos de aprendizagem, ansiedade, depressão e transtornos de conduta. A avaliação deve considerar o histórico de desenvolvimento da criança, o ambiente familiar e escolar, bem como possíveis fatores de comorbidade.

O TDAH tem implicações significativas para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos indivíduos afetados. As crianças com TDAH frequentemente enfrentam desafios acadêmicos devido à dificuldade em manter a atenção e completar tarefas escolares. Esses desafios podem levar ao baixo desempenho acadêmico, repetência e, em alguns casos, ao abandono escolar.

As dificuldades de atenção e organização frequentemente resultam em baixo desempenho escolar, dificuldade em aprender novas habilidades e completar trabalhos. Crianças com TDAH podem ter dificuldade em seguir instruções complexas, o que pode levar a erros frequentes e tarefas incompletas. Essas dificuldades podem causar frustração e desmotivação, afetando negativamente a autoestima e a atitude em relação à escola.

No âmbito social, crianças com TDAH podem ter dificuldades em manter amizades e podem ser rejeitadas por seus pares devido a comportamentos impulsivos e hiperativos. A impulsividade pode levar a conflitos frequentes com colegas e adultos, resultando em isolamento social. Em termos emocionais, o TDAH está frequentemente associado a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. A incapacidade de cumprir expectativas pode causar sentimentos de inadequação e baixa autoestima, afetando o bem-estar geral da criança.

Avaliação psicopedagógica, seus métodos e intervenções no tratamento do TDAH

A avaliação psicopedagógica é um processo essencial para a identificação precisa do TDAH e para a elaboração de intervenções eficazes.

O diagnóstico é complexo e exige um olhar multidisciplinar. É pautado no quadro clínico comportamental, e devem ser levados em consideração os ambientes em que vive a criança ou o adolescente, além da qualidade da interação entre estes. (SAMPAIO; FREITAS, 2011, p. 139).

Esse processo envolve a utilização de diversos métodos e instrumentos que permitem ao psicopedagogo obter uma visão abrangente das dificuldades e potencialidades do indivíduo.

(...) o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e à comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professores, pais e administradores sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes de dificuldades de aprendizagem. O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem (GOLBERT apud BOSSA, 2000, p. 20).

A avaliação psicopedagógica começa geralmente com uma entrevista inicial, onde são coletadas informações detalhadas sobre o histórico de desenvolvimento, comportamento e desempenho escolar do aluno. Pais, professores e, quando possível, o próprio aluno é envolvido nessa etapa. A entrevista ajuda a contextualizar as dificuldades observadas e a identificar fatores que possam estar contribuindo para os sintomas.

[...] vários estudos cuidadosos demonstram claramente que mais de 70% das crianças e adolescentes com o Transtorno apresentam melhoras significativas dos sintomas de desatenção, de hiperatividade e/ou de impulsividade na escola e em casa com o uso correto de remédios. (ROHDE;BENCZIK, 1999, p. 66).

A observação direta do aluno em diferentes contextos, como sala de aula e ambiente doméstico, é crucial para entender como o TDAH se manifesta em situações cotidianas. Essa observação permite ao psicopedagogo identificar comportamentos específicos de desatenção, hiperatividade e impulsividade, além de avaliar as interações sociais e a resposta do aluno a diferentes demandas ambientais.

A aplicação de testes padronizados é uma parte importante da avaliação psicopedagógica. Testes como a Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC) e o Teste de Desempenho Escolar (TDE) fornecem dados quantitativos sobre as capacidades cognitivas e acadêmicas do aluno. Esses testes ajudam a identificar pontos fortes e áreas de dificuldade, permitindo uma compreensão mais precisa do perfil do aluno.

Questionários como o SNAP-IV (Swanson, Nolan and Pelham-IV) e o Conners' Rating Scales são amplamente utilizados para avaliar a frequência e a intensidade dos sintomas de TDAH. Esses instrumentos são aplicados a pais e professores, oferecendo uma visão abrangente do comportamento do aluno em diferentes contextos. A triangulação dessas informações com os dados obtidos por meio de observações e testes é fundamental para um diagnóstico preciso.

Após a avaliação, a intervenção psicopedagógica é planejada com base nos resultados obtidos. As intervenções são personalizadas para atender às necessidades específicas de cada aluno e podem incluir uma variedade de estratégias e técnicas.

As intervenções educativas são projetadas para ajudar os alunos com TDAH a desenvolver habilidades acadêmicas e comportamentais. Isso pode incluir o uso de técnicas de ensino diferenciadas, adaptadas para manter a atenção e o engajamento do aluno. Exemplos incluem a divisão de tarefas em etapas menores e mais gerenciáveis, o uso de recursos visuais e auditivos, e a implementação de horários estruturados para ajudar na organização do tempo e das tarefas.

Crianças com TDAH frequentemente enfrentam dificuldades em suas interações sociais. O treinamento de habilidades sociais é uma intervenção eficaz que pode ajudar esses alunos a desenvolverem competências essenciais para a interação positiva com seus pares. Isso pode incluir o ensino de habilidades de comunicação, resolução de conflitos, e estratégias para controlar impulsos e comportamentos inadequados.

As intervenções comportamentais focam na modificação dos comportamentos problemáticos e na promoção de comportamentos desejáveis. Técnicas como o reforço positivo, a modelagem e o treinamento de autoinstrução são frequentemente utilizados. Essas intervenções podem ser implementadas tanto em ambientes escolares quanto em casa, envolvendo pais e professores no processo.

O apoio individualizado é uma estratégia onde o psicopedagogo trabalha diretamente com o aluno para desenvolver habilidades específicas e abordar áreas de dificuldade. Sessões individuais permitem a criação de um plano de intervenção altamente personalizado, adaptado às necessidades únicas do aluno com TDAH.

A eficácia das intervenções psicopedagógicas é amplamente reconhecida na literatura científica. Estudos demonstram que intervenções bem planejadas e implementadas podem levar a melhorias significativas no desempenho acadêmico, comportamental e social de alunos com TDAH.

Intervenções psicopedagógicas que focam no desenvolvimento de habilidades organizacionais, de atenção e de estudo têm mostrado ser eficazes na melhoria do desempenho acadêmico. Alunos que recebem esse tipo de apoio tendem a apresentar maior motivação e envolvimento nas atividades escolares, resultando em melhoras nas notas e na qualidade do trabalho escolar.

Além das melhorias acadêmicas, as intervenções psicopedagógicas também têm um impacto positivo no desenvolvimento socioemocional. Crianças com TDAH que participam de programas de intervenção frequentemente demonstram melhoras na autoestima, na gestão do estresse e na habilidade de formar e manter relações positivas.

Intervenções comportamentais bem-sucedidas resultam em uma redução significativa dos comportamentos problemáticos associados ao TDAH. O reforço de comportamentos positivos e a implementação de estratégias de autocontrole ajudam os alunos a gerenciarem melhor seus impulsos e a se comportarem de maneira mais adequada em diferentes contextos.

CONCLUSÃO

O presente estudo destacou a importância crucial da avaliação psicopedagógica no diagnóstico e tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Através de uma análise detalhada dos componentes, métodos e intervenções psicopedagógicas, ficou evidente que uma abordagem abrangente e sistemática é fundamental para uma identificação precisa do TDAH e para a implementação de estratégias de intervenção eficazes.

A avaliação psicopedagógica, ao integrar entrevistas, observações diretas, testes padronizados e questionários, proporciona uma visão holística do aluno, considerando suas dificuldades e potencialidades. Esse processo não apenas facilita um diagnóstico mais preciso, mas também permite a elaboração de intervenções personalizadas que atendem às necessidades específicas de cada indivíduo. A triangulação dos dados obtidos em diferentes contextos e de múltiplas fontes garante que o diagnóstico seja fundamentado em evidências robustas.

As intervenções psicopedagógicas baseadas nos resultados da avaliação demonstraram ser eficazes em diversos aspectos. Melhorias significativas foram observadas no desempenho acadêmico, comportamental e social dos alunos com TDAH. As estratégias educativas diferenciadas, o treinamento de habilidades sociais, as intervenções comportamentais e o apoio psicopedagógico individualizado mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento integral dos indivíduos afetados pelo TDAH.

Além disso, a relevância da avaliação psicopedagógica estende-se à formação de um ambiente escolar mais inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos com TDAH. Ao proporcionar intervenções baseadas em dados concretos, a avaliação psicopedagógica contribui para práticas educativas mais

eficientes, beneficiando não apenas os alunos diagnosticados com TDAH, mas todo o ambiente escolar.

Este estudo reforça a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa no diagnóstico e tratamento do TDAH, envolvendo psicopedagogos, professores, pais e outros profissionais de saúde. Apenas através de uma ação coordenada é possível garantir que as crianças e adolescentes com TDAH recebam o suporte necessário para superar suas dificuldades e alcançar seu pleno potencial.

Portanto, é imperativo que as instituições educacionais e os profissionais da área estejam cientes da importância da avaliação psicopedagógica e invistam em práticas e recursos que possibilitem uma abordagem abrangente e eficaz para o TDAH. A contínua pesquisa e aprimoramento das metodologias de avaliação e intervenção psicopedagógicas são essenciais para avançar na compreensão e no tratamento deste transtorno, promovendo assim um desenvolvimento mais saudável e inclusivo para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), sugere cartilhas sobre TDAH. Disponível em: <https://tdah.org.br/cartilhas-da-abda/>

BENCZIK, E. P. B. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Atualização Diagnóstica e terapêutica. Um guia de orientação para profissionais. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. FERNANDÉZ, Alicia. O saber em jogo: a psicopedagogia possibilitando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001. Apud Ribeiro, J.X, 2020.

CASARIN, Nelson E.F.; RAMOS, Maria B.J. Família e aprendizagem escolar. **Rev. Psicopedagogia**, v.24, n.74, p.182-201, 2007.

DSM-V, American Psychiatric Association - **Manual de diagnóstico e estatístico de distúrbios mentais**. 5.ed. Artes Médicas, 1994. Disponível em: <<http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeducador/2015/DSM%20V.pdf>>. Acesso em: abril. 2024.

FERREIRA, C. TDAH na infância: Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, Orientações e técnicas facilitadoras. Belo Horizonte: Uni Duni Editora, 2008.

FREIRE, Paulo 1921-1997 – Educação como prática da Liberdade [recurso eletrônico]. Paulo Freire. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
GASPARIAN, Maria Cecília Castro. Contribuições do modelo relacional sistêmico para a psicopedagogia institucional, -São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

MACEDO, Célia. **Desatenção ou tendência** à Distração, 2011. Disponível em: <<http://criancasfelizesdemais.blogspot.com.br/2011/09/continuacao.html>>. Acesso em: mar. 2024.

MAMEDE NEVES, M.A. Psicopedagogia: Um só termo e muitasignificações. 21ª ed. São Paulo: Revista da ABBPp, V.10, 10 Semestre, 1991 (1987).

PHELAN, Thomas W. **TDA/TDAH - Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**: Sintomas, diagnósticos e tratamentos. Crianças e aAdultos. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

RIEF, Sandra F. Estratégias de intervenção na escola. **II Conferência internacional sobre o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. São Camilo: Centro de Convenções, 2001.

ROHDE, Luis Augusto P.; BENCZIK, Edyleine B.P. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade:**

O que é? Como ajudar? Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana B. (Org.). **Transtornos e dificuldades de aprendizagem:**

entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

SCOZ, Beatriz J.L. (org.) Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

- Educação Especial com ênfase em Autismo (Hariadny de Cássia Andrade; Kleiton Cristiano Calcete; Lays Buchetti Bressan; Natália Tatiane Maretti Calcete; Tamires Savella Cassiano)

Educação Especial com ênfase em Autismo

Hariadny de Cássia Andrade

Kleitton Cristiano Calcete

Lays Buchetti Bressan

Natália Tatiane Maretti Calcete

Tamires Savella Cassiano

DOI: 10.5281/zenodo.12802470

RESUMO

A relação entre a educação especial e o autismo é pautada na individualização, na inclusão, na colaboração interdisciplinar e no apoio integral ao aluno com necessidades especiais. Essa abordagem centrada na criança visa proporcionar um ambiente educacional acolhedor, estimulante e adequado para que cada aluno no espectro autista possa alcançar seu potencial máximo. A Educação Infantil desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento da criança com autismo, oferecendo estímulos adequados, apoio especializado e um ambiente inclusivo o qual favorece o crescimento pessoal e acadêmico de tais crianças. É através de uma abordagem educacional sensível, individualizada e integradora que se pode potencializar o progresso e bem-estar das crianças autistas durante os primeiros anos de vida. Diante deste cenário este estudo tem por objetivo descrever sobre a educação especial com ênfase em autismo e adota como objetivos específicos caracterizar a educação especial assim como também ressaltar sobre os tipos de autismo assim como ressaltar sobre a importância da educação neste cenário. A metodologia adotada é a revisão de literatura. Como resultados, verifica-se que a educação especial desempenha um papel fundamental no apoio às crianças e jovens com autismo, garantindo que recebam o suporte necessário para alcançar seu máximo potencial de aprendizagem e desenvolvimento. Existem várias estratégias e abordagens educacionais que são especialmente eficazes para atender às necessidades específicas de alunos no espectro autista.

Palavras-chave: Autismo. Educação Infantil. Educação Especial.

Introdução

Verifica-se que nas últimas décadas que as escolas e seus educadores têm se deparado com uma nova e desafiadora questão: a de incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas da rede regular de ensino.

O estudo de diversas obras revela que, historicamente, até o século XVI, não existia a preocupação da sociedade em oferecer atendimento às pessoas consideradas “diferentes” dos ditos “normais”.

Se adentrar-se a fundo na história anterior ao século XVI, certamente ficaria-se horrorizado com a tamanha injustiça feita com as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência ou diferença. Tais pessoas eram estupidamente queimadas em fogueiras em praça pública ou jogadas à própria sorte, pois se acreditava que era uma obra maligna.

Percebe-se que as famílias dos considerados “diferentes” bem como eles próprios consideram a escola uma barreira quase que intransponível se deparam com uma carga muito grande de dificuldades de aprendizagem e de preconceitos por parte dos próprios ditos “normais” e por parte até mesmo do corpo docente das escolas.

A família desempenha um papel fundamental no suporte emocional, no acesso a serviços e tratamentos adequados, e na criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Com maior conhecimento sobre o autismo, os familiares podem compreender melhor as necessidades e desafios enfrentados pela pessoa com autismo, buscando estratégias de adaptação e promovendo seu desenvolvimento e bem-estar. (SANTORINE, 2023, p.04).

O papel que o ambiente representa no desenvolvimento infantil varia muito, dependendo da idade da criança. À medida que esta se desenvolve, seu ambiente também muda e, conseqüentemente, a sua forma de relação com este meio se altera. Assim, para o recém-nascido, o mundo que se relaciona imediatamente com ele é um mundo limitado e ligado aos fenômenos conectados ao seu corpo e aos objetos que o rodeiam.

Neste sentido, este estudo adota como objetivo principal descrever sobre a educação especial com ênfase em autismo e adota como objetivos específicos caracterizar a educação especial assim como também ressaltar sobre os tipos de autismo assim como ressaltar sobre a importância da educação neste cenário.

A metodologia adotada é a revisão de literatura, uma etapa fundamental em qualquer pesquisa acadêmica, pois envolve a análise crítica e sistematizada de estudos, artigos, livros e outras fontes relevantes sobre um determinado tema. O objetivo da revisão de literatura é fornecer uma base sólida de conhecimento existente, identificar lacunas no campo de estudo, contextualizar a pesquisa dentro do panorama atual e fundamentar teoricamente as hipóteses ou questões de pesquisa.

1. A Educação Especial

A educação especial é um campo fundamental que visa garantir o acesso à educação de qualidade a todos os indivíduos, independentemente de suas necessidades específicas. Ela se dedica a atender e apoiar alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem ou outras condições que exijam adaptações e suportes educacionais adicionais.

O principal objetivo da educação especial é promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, garantindo que cada aluno possa desenvolver seu potencial máximo, respeitando suas diferenças e necessidades individuais. Isso envolve a criação de ambientes educacionais acessíveis, adaptados e acolhedores, onde cada estudante possa se sentir valorizado e apoiado em seu processo de aprendizagem.

Silva (2010, p.13) retrata que para contextualizar a história da educação especial no Brasil, é preciso primeiramente conhecer um pouco a respeito do tratamento destinado à pessoa com deficiência ao longo da história da humanidade, desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, e também compreender como ocorreu o surgimento e evolução da educação especial em todo o mundo.

Lustosa (2018, p.19) afirma que a Educação Especial, enquanto área do conhecimento humano, apresenta-se com um desenvolvimento histórico complexo, em função dos distintos determinantes sociais, culturais,

econômicos e políticos os quais a atravessaram ao longo do tempo, dando origem a diferentes formas de lidar com seu público alvo, seja nas relações interpessoais, seja a partir das políticas públicas adotadas para atender às suas especificidades e um aspecto o qual se sobressai quando se analisa tal questão refere-se às possibilidades de escolarização que só se tornaram admissíveis na primeira metade do século XX, após um longo período marcado pela negligência, em que inexistiam ações voltadas para sua educação. Em distintas épocas, diversas foram as maneiras adotadas para educar tais indivíduos, em um primeiro momento, segregados em instituições filantrópicas, quando, então, predominava a visão médica e a deficiência era vista como doença incurável e, posteriormente, em escolas regulares, mas ainda marginalizados em salas especiais.

Enfatizando as políticas públicas, esta mesma autora afirma que na atualidade, tais políticas as quais norteiam a inclusão escolar apresentam inúmeros avanços, contudo não conseguem dar conta da multiplicidade de nuances que se apresentam nesse domínio e um dos pontos que constituem motor para considerações é a política de formação de professores que vem se concentrando na formação continuada, particularmente na especialização de professores os quais atuam no atendimento educacional especializado (AEE). (LUSTOSA, 2018, p.32).

Diniz (2017, p.25) esclarece, conforme MEC/SEESP (2008) a respeito do atendimento educacional especializado os seguintes itens:

- a) esse atendimento refere-se ao que é obrigatoriamente diverso da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência complementando a educação escolar devendo estar disponível em todo os níveis de ensino;
- b) é um direito de todos os alunos com deficiências que necessitarem de atendimento e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno. A Constituição admite, ainda, que o atendimento educacional especializado pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento, e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos;
- c) o atendimento educacional especializado na sua forma de complementação deve ser oferecido em horário contrário àqueles em que os alunos frequentam as escolas comuns, com outros objetivos,

metas e procedimentos educacionais, que visam ao oferecimento de condições de acessibilidade comunicacional e ao conhecimento;

d) as ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender. Como exemplo, para os alunos com deficiência auditiva/surdez, o ensino é de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e de português, como segunda língua, ou para os alunos cegos, o ensino do sistema braille, da mobilidade e locomoção, ou o uso de recursos de informática e outros;

e) os professores que atuam no atendimento educacional especializado além da formação básica exigida devem ter formação específica para atuar com a deficiência a que se propõem a atender. Assim, como no atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns que têm outros alunos com deficiências incluídos;

f) o atendimento educacional especializado é um serviço oferecido, exclusivamente, aos alunos com quadros de deficiências e condutas típicas, sendo inadequado o encaminhamento a este atendimento de alunos com quadros de dificuldades de aprendizagens temporários e próprios do processo de aprendizagem de quaisquer alunos.

Galery (2017, p.41) ressalta ainda que, o MEC (Ministério da Educação) sugere, por exemplo, as seguintes práticas de AEE: para pessoas com surdez: ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e criação de estratégias didáticas de inclusão do surdo em sala de aula regular; para pessoas com deficiência física: treino em uso de tecnologias assistivas e do computador, adaptação de material pedagógico, criação de pranchas de comunicação e outros dispositivos de comunicação alternativa ou ampliada, treino em recursos corporais e adequação postural; para pessoas com deficiência intelectual: estratégias específicas de apoio ao letramento e de mediação da aprendizagem para privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais; e por fim, para pessoas cegas e com baixa visão: aprendizagem do alfabeto Braille, uso do soroban (ábaco japonês) para cálculos matemáticos, uso de livros didáticos adaptados e acessíveis e de leitores de tela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistida. Ao longo de todo o processo de escolarização, este atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de

instrumentos os quais possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacionais especializados públicos ou conveniados (RAMOS; FARIA, 2011, p.78).

Ainda, conforme estes mesmos autores, do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interfaces aos serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realiza esse serviço educacional (RAMOS; FARIA, 2011,p.79).

Para Batista (2006, p.20) o atendimento educacional não deve funcionar como uma análise interpretativa, própria das sessões psicanalíticas, e nem como uma interpretação psicopedagógica, tradicionalmente praticada. Tal atendimento deve permitir ao aluno elaborar suas questões, ideias, de maneira ativa e não corroborar para sua alienação diante de todo e qualquer saber. O atendimento educacional especializado não deve ser uma atividade que tenha como objetivo o ensino escolar especial adaptado para desenvolver conteúdos acadêmicos, tais como a Língua Portuguesa, a Matemática, dentre outros. Com relação a Língua Portuguesa e a Matemática, o atendimento educacional especializado buscará o conhecimento que permite ao aluno a leitura, a escrita e a quantificação, sem o compromisso de sistematizar essas noções como é o objetivo da escola. A escola, tanto especial quanto a escola comum, ao desenvolver o AEE deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e

capacidades. O exercício da atividade cognitiva ocorrerá a partir de tais conteúdos devendo ser oferecidas situações, envolvendo ações em que o próprio aluno teve participação ativa na sua execução e/ou façam parte da experiência de vida dele.

Os profissionais que atuam na área da educação especial desempenham um papel fundamental na identificação das necessidades dos alunos, no desenvolvimento de planos educacionais individualizados e na implementação de estratégias pedagógicas adequadas a cada caso. Eles trabalham em estreita colaboração com os demais profissionais da educação, os familiares e a comunidade para garantir uma abordagem holística e integrada em prol do aluno.

Além disso, a educação especial busca não apenas atender às necessidades educacionais dos alunos, mas também promover sua autonomia, autoestima e inclusão social. Ela reconhece a importância de valorizar as potencialidades de cada indivíduo, incentivando o desenvolvimento de suas habilidades e competências, independentemente de suas limitações.

Em um mundo cada vez mais diverso e complexo, a educação especial desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora. Ela nos lembra da importância de respeitar as diferenças, celebrar a diversidade e garantir que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Através da educação especial, podemos construir um futuro mais igualitário e solidário para todos.

1.1 Educação Especial e sua História: marcos importantes

A história da educação especial remonta a séculos atrás, mas foi somente a partir do século XIX que começou a se desenvolver de forma mais estruturada. Antes desse período, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da sociedade e privadas de acesso à educação formal, sendo muitas vezes marginalizadas ou institucionalizadas.

Foi somente com o surgimento de movimentos sociais e filosóficos que defendiam a igualdade de direitos e oportunidades para todos os indivíduos que a educação especial começou a ganhar mais atenção e reconhecimento. Um marco importante nesse sentido foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, em 1789, que proclamava a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou mentais.

No século XIX, com o avanço da medicina e da psicologia, surgiram os primeiros estudos sobre as deficiências e transtornos que afetavam o desenvolvimento humano. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras escolas especializadas para atender crianças com deficiências sensoriais, intelectuais ou físicas, buscando oferecer uma educação adaptada às suas necessidades específicas.

Ao longo do tempo, a educação especial foi se desenvolvendo e se transformando, incorporando novas abordagens pedagógicas, tecnologias assistivas e políticas inclusivas. Atualmente, a educação especial é reconhecida como um campo essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos os indivíduos, promovendo a inclusão, a diversidade e o respeito pela singularidade de cada aluno.

Conforme Lustosa (2018, p.37) reconhece-se que a inclusão almejada ainda não plenamente alcançada, pois embora legislações nacional e internacional que a amparam sejam das mais atuais em termos de garantia de direitos, a inclusão não se faz integral somente com leis, entretanto, sobretudo, com uma sociedade a qual se transforme para ressignificar e valorizar a diferença, em sua natureza complexa e plural. Há que se cultivar com efetiva vontade novas crenças e valores os quais simbolizem fundamentalmente o respeito, igualdade e a liberdade de cada se

Apesar dos desafios e das barreiras ainda existentes, a história da educação especial nos mostra o progresso alcançado na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela nos lembra da importância de valorizar e respeitar as diferenças, celebrando a diversidade como uma fonte de enriquecimento e aprendizado mútuo.

1.2 Os princípios da Educação Especial

Os princípios da educação especial são fundamentais para nortear as práticas educacionais voltadas para a inclusão e o atendimento de alunos com necessidades especiais. Esses princípios refletem valores essenciais que orientam o trabalho dos profissionais da área e a organização dos sistemas educacionais. Alguns dos princípios mais importantes da educação especial incluem: Princípio da igualdade de oportunidades (a educação especial parte do pressuposto de que todos os alunos têm o direito de acesso à educação de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas. Esse princípio busca garantir que cada aluno possa desenvolver seu potencial máximo, recebendo os suportes necessários para superar suas dificuldades e desafios); Princípio da equidade (a equidade na educação especial refere-se à garantia de que cada aluno receba os recursos e apoios necessários para se beneficiar plenamente do processo educacional, levando em consideração suas particularidades e diferenças individuais. Isso envolve a implementação de medidas e adaptações que promovam a igualdade de oportunidades para todos); Princípio da individualização (a individualização do atendimento educacional é um dos pilares da educação especial, pois reconhece a singularidade de cada aluno e a importância de desenvolver planos educacionais personalizados, que atendam às suas necessidades específicas. Isso envolve a elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas, considerando as habilidades, interesses e potencialidades de cada estudante); Princípio da colaboração (a colaboração entre profissionais da educação, familiares, alunos e demais membros da comunidade é essencial na promoção do sucesso educativo dos alunos com necessidades especiais. A integração de esforços e conhecimentos de diferentes áreas contribui para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e inclusivas, favorecendo o crescimento e aprendizado dos estudantes); e por fim, o Princípio da valorização das

diferenças (a valorização das diferenças é um princípio central na educação especial, que reconhece a diversidade como uma fonte de enriquecimento e aprendizado mútuo. Esse princípio destaca a importância de respeitar e celebrar as singularidades de cada aluno, promovendo ambientes educacionais inclusivos, acolhedores e livres de preconceitos).

Esses princípios orientadores são essenciais para garantir uma educação especial de qualidade, que promova a inclusão, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral de todos os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. O Autismo

O autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurobiológica que afeta a forma como uma pessoa interage, se comunica e percebe o mundo ao seu redor. É importante ressaltar que o autismo é um espectro, o que significa que seus sintomas e características podem variar amplamente de uma pessoa para outra.

Segundo Santorine (2023, p.09) o autismo, conhecido também como Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa a qual afeta o desenvolvimento e o funcionamento social, comunicativo e comportamental de uma pessoa. É considerado um espectro pois os sintomas e características do autismo variam amplamente de uma pessoa para outra, podendo ocorrer em distintos graus de intensidade.

Alguns dos principais aspectos do autismo incluem: Dificuldades na comunicação (pessoas com autismo podem apresentar dificuldades na comunicação verbal e não verbal. Alguns indivíduos podem ter atrasos na fala, dificuldade em iniciar ou manter conversas, padrões de fala repetitivos ou limitados, entre outras características); Padrões de comportamento repetitivos (comportamentos repetitivos e estereotipados são comuns em pessoas com autismo. Isso pode incluir movimentos repetitivos do corpo tal como balançar as mãos, adesão a rotinas rígidas e resistência a mudanças no ambiente); Interesses restritos (diversas pessoas com autismo têm interesses específicos

e restritos, focando intensamente em determinados temas ou atividades. Esses interesses podem ser profundos e especializados); Sensibilidades sensoriais (indivíduos com autismo frequentemente apresentam sensibilidades sensoriais, ou seja, são mais sensíveis a estímulos sensoriais como luzes brilhantes, sons altos, texturas específicas ou cheiros fortes); Dificuldades na interação social (pessoas com autismo podem ter dificuldades em compreender e responder aos sinais sociais, como contato visual, expressões faciais e gestos. Isso pode afetar suas habilidades de interação social e de formação de vínculos); entre outros.

Conforme Castro (2023, p.38) são critérios para caracterização do TEA: Déficits persistentes na comunicação e na interação social em diversos contextos (tais como limitação na reciprocidade emocional e social, com dificuldade para compartilhar interesses e estabelecer uma conversa; limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social, variando entre comunicação verbal e não verbal pouco integrada e com dificuldade no uso de gestos e expressões faciais; limitações em iniciar, manter e compreender relacionamentos, com variações na dificuldade de adaptação do comportamento para se ajustar às situações sociais, compartilhar brincadeiras imaginárias e ausência de interesse por pares); Padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses, conforme manifestado pelo menos dois dos seguintes itens, ou por histórico prévio (movimentos motores, uso de objetos ou fala repetitiva e estereotipada; insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a padrões e rotinas ritualizadas de comportamentos verbais ou não verbais; interesses altamente restritos ou fixos em intensidade ou foco muito maiores do que os esperados; hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesses incomuns por aspectos sensoriais do ambiente; Níveis de gravidade ou necessidade de suporte do TEA, segundo os critérios diagnósticos do DSM-5: Nível 1 (outra conhecida como leve, apresenta relativo bom funcionamento, com apoio apresentando prejuízo na ausência de apoio, déficits na comunicação e na interação social, assim como padrões comportamentais os quais podem causar

prejuízos notáveis. As pessoas que se encontram no espectro do autismo nível 1 não apresentam atrasos cognitivos/ intelectuais e de aquisição de fala significativos e o coeficiente intelectual está preservado); Nível 2 (outro conhecido como moderado necessita de suporte substancial, significa que mesmo que tenha suporte poderá apresentar dificuldades na socialização, na comunicação e em seus comportamentos. Pode haver transtorno do desenvolvimento intelectual); Nível 3 (outro conhecido como severo que necessita de suporte muito substancial, prejuízos graves de funcionalidade, ainda que haja nível de suporte apresentando déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal. O comportamento interfere nas funções executivas; dificuldade extrema em lidar com mudanças; grande aflição em mudar em foco ou ação. As pessoas que se encontram no espectro do autismo nível 3 ou severo estão associadas, geralmente, a deficiência intelectual, comorbidades (outras condições ou transtornos associados) e incapacidades nas habilidades/atividades da vida diária).

Afirma Santorine (2023, p.4) que a relevância de dar mais atenção às pessoas afetadas pelo autismo é fundamentada em diversas razões as quais visam promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora. O autismo é um transtorno neurológico o qual afeta a comunicação, a interação social e o comportamento das pessoas, e embora seja mais comum do que se pensava, diversas vezes é mal compreendido ou estigmatizado pela falta de informação. Uma das principais razões para dar mais atenção ao autismo é promover um maior esclarecimento social a respeito do tema. O desconhecimento sobre o autismo pode levar a preconceitos, discriminação e exclusão das pessoas afetadas. Ao fornecer informações precisas e educar a sociedade sobre o que é o autismo, suas características e desafios, pode-se combater estereótipos e promover a aceitação e inclusão de tais pessoas em diferentes aspectos da vida, como na escola, no trabalho e na comunidade.

Para os autores Rodrigues e Spencer (2015, p.08) a questão sobre o tema do Autismo permeia o discurso da Educação Especial Inclusiva, quando se propõe a valorização do ser humano portador de deficiência. Tal discurso é

gerado à luz de princípios universais, ancorados nos direitos humanos difundidos na Declaração dos Direitos do Homem e na Convenção sobre Direitos da Criança.

2.1 Formas de Autismo

Dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), existem diversas formas de autismo que abrangem uma ampla gama de características e níveis de funcionamento. É importante destacar que o autismo é um espectro, o que significa que as manifestações e intensidades dos sintomas podem variar significativamente de uma pessoa para outra. Algumas das formas de autismo mais conhecidas incluem o Transtorno Autista, conhecido como autismo clássico, é caracterizado por dificuldades significativas na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Pode haver atrasos no desenvolvimento da linguagem e prejuízos na capacidade de se relacionar com os outros.

O Transtorno do Espectro do Autismo, nomenclatura mais atual para o transtorno, pode ser considerado um transtorno do desenvolvimento, caracterizado por deficiências na comunicação e relações sociais sendo um distúrbio bastante complexo o qual envolve atrasos e problemas em uma série de habilidades emocionais, cognitivas, motoras e sensoriais. Os comportamentos específicos os quais podem advir do diagnóstico não são específicos do autismo e, em vez disso, vêm de um problema fundamental de relacionamento, comunicação e pensamento. Tais comportamentos podem ser fiação corporal, perseverar em uma palavra específica sem significado aparente, alinhar brinquedos ou outros comportamentos. (MASON, 2022, p.12).

Tem-se também a Síndrome de Asperger e pessoas com esta síndrome apresentam dificuldades na interação social e padrões restritos de comportamento, porém costumam ter um desenvolvimento da linguagem

dentro do esperado e inteligência média ou acima da média. É comum observar interesses intensos em áreas específicas.

Marques (2023) ressalta que se está aprendendo cada vez mais sobre o autismo o tempo todo, mas se está apenas começando a arranhar a superfície da Síndrome de Asperger. Asperger ainda é uma consideração muito muito nova para os pais e diversos médicos prescritores. É muito a explorar nesta ampla curva de aprendizado: diferenças sociais, saúde mental, sensibilidades sensoriais e estratégias de enfrentamento as quais serão de valor ao longo da vida. Os pais podem ficar sobrecarregados com informações clínicas as quais reforçam os déficits percebidos de seus filhos, ou seja, as coisas ~que não se espera que eles sejam capazes de fazer na vida. Outras áreas as quais podem gerar confusão incluem opções relacionadas à aprendizagem e colocação educacional, treinamento e programação, além de terapias e técnicas.

O Transtorno Desintegrativo da Infância também é uma forma de autismo e neste tipo de autismo, a criança apresenta um desenvolvimento aparentemente normal nos primeiros anos de vida, mas depois regredir em várias áreas, como linguagem, habilidades sociais e comportamentos.

Sobre este transtorno Manuel (2024, p.51) afirma que é um transtorno invasivo do desenvolvimento definido por um período de desenvolvimento totalmente normal, antes do início do transtorno, seguido por uma perda definitiva de habilidades previamente adquiridas em diversos domínios do desenvolvimento dentro de alguns meses e isso geralmente é acompanhado por uma perda generalizada de interesse no ambiente, maneirismos motores estereotipados repetitivos e interação social e comunicação prejudicadas, semelhantes ao comprometimento autista. Em alguns casos, pode-se demonstrar que o distúrbio se deve a alguma encefalopatia associada, mas o diagnóstico deve ser feito com base nos sintomas comportamentais e seu diagnóstico apresenta, em sequência, demência infantil, psicopatia desintegrativa, psicose simbiótica e síndrome de Heller.

Já no Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, esta categoria engloba casos em que os sintomas do autismo estão presentes,

mas não se encaixam claramente em nenhuma das formas específicas mencionadas anteriormente.

É importante lembrar que cada pessoa com autismo é única e pode apresentar uma combinação única de características e desafios. O diagnóstico preciso e individualizado é fundamental para garantir que a pessoa receba o suporte adequado às suas necessidades específicas.

2.2 A importância do diagnóstico precoce

O diagnóstico precoce do autismo é fundamental para que a criança possa receber intervenções e suportes adequados o mais cedo possível, maximizando seu desenvolvimento e qualidade de vida. Alguns sinais de alerta podem ser observados em bebês e crianças pequenas, indicando a necessidade de uma avaliação mais detalhada por parte de profissionais especializados.

Alguns dos sinais precoces de autismo incluem: Ausência de contato visual (bebês tipicamente buscam o contato visual com seus cuidadores para estabelecer conexão e comunicação. A falta desse contato pode ser um sinal de alerta); Atrasos na linguagem (dificuldade em balbuciar, responder a sons, palavras ou gestos simples dentro do esperado para a idade); Comportamentos repetitivos (movimentos repetitivos do corpo, como balançar as mãos, bater cabeça, alinhar objetos de forma obsessiva); Interesses restritos (foco intenso e limitado em determinados objetos ou atividades específicas, com pouca flexibilidade para se engajar em brincadeiras variadas); Dificuldades na interação social (falta de reciprocidade social, dificuldade em estabelecer conexões emocionais com os outros, ausência de sorrisos sociais); entre outros.

É importante ressaltar que a presença de um ou mais desses sinais não significa necessariamente que a criança tenha autismo, mas pode indicar a

necessidade de uma avaliação mais aprofundada por profissionais qualificados, como psicólogos, pediatras ou neuropediatras.

Quanto antes o autismo for identificado e diagnosticado, mais cedo intervenções especializadas podem ser iniciadas, contribuindo para o desenvolvimento global da criança e para a melhoria de sua qualidade de vida a longo prazo.

Embora o autismo apresente desafios, Santorine (2023, p.09) afirma que diversas pessoas autistas podem levar uma vida bem próxima do normal, com apoio adequado e oportunidades inclusivas. Embora algumas atividades ou interações sociais possam ser mais desafiadoras, é relevante conhecer e valorizar as habilidades e talentos únicos que cada pessoa autista possui.

Para Castro (2023, p.10) o diagnóstico precoce do autismo é um desafio e certamente há uma parcela de crianças as quais apresentam os sintomas sugestivos de TEA quando bebês, demonstrando menor contato visual, choro, irritabilidade, padrões ritualísticos, alterações sensoriais, alteração de sono, dificuldades motoras, menor interesse em pessoas, menor sonorização, entre outros, entretanto é fundamental ter em mente que há um outro grupo, em que o bebê apresenta um desenvolvimento relativamente satisfatório. Os sinais de autismo estão presentes, mas são tão sutis os quais acabam sendo minimizados pelos pais, sobretudo os de primeira viagem, diante do desconhecido ou da negação. A presença do autismo diversas vezes se torna inegável por volta dos 12 a 18 meses, devido à perda de habilidades já adquiridas, que escancaram os atrasos e isso ocorre com um terço dos pacientes TEA.

É importante ressaltar que o autismo é uma condição complexa e multifacetada, que pode se manifestar de maneiras diferentes em cada pessoa. O diagnóstico precoce e intervenções adequadas são fundamentais para apoiar o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas com autismo.

Neste sentido, conforme afirma Castro (2023 p.21) a evolução do paciente depende do diagnóstico precoce e intervenção adequada. O diagnóstico do TEA pode ser realizado com segurança a partir dos 14 meses

de idade, entretanto, reforça-se que não existe idade mínima para realizar o diagnóstico e muito menos para iniciar as intervenções. Sabe-se que a abordagem precoce interfere diretamente no bom prognóstico do autista e para que isto ocorra é preciso que o diagnóstico seja claro tanto para os pais assim como também para os profissionais envolvidos.

3. A EDUCAÇÃO E A SUA RELEVÂNCIA

Pode-se verificar que a ideia que se tem de educação está muitas vezes ligada erroneamente, somente a instituição “escola”, a educação sempre estará comprometida com a economia e a política em que estará inserida. A educação engloba os vários processos de ensinar e aprender. Podemos observar a educação em toda a sociedade e nos grupos constitutivos.

Observa-se que a educação nos dá ênfase em três princípios distintos e básicos: a natureza, o homem, e as coisas.

A figura da educação não pode ser somente ligada a uma atividade, pois a educação compreende a construção de um saber, que geralmente pode ultrapassar o sentido escolar e se torna uma construção permanente na vida do ser humano, também ensinada pelos pais (BARRETO, 2000. p. 28).

Uma educação capaz de estimular a reflexão, a criatividade, a crítica e troca de experiências, só será possível mediante uma concepção de educação que valorize o homem e o seu fazer localizado no tempo e espaço. De acordo com esta perspectiva a educação deve ser libertadora, pois o homem ser de buscas, dialoga com o semelhante, e através, da linguagem troca ideias e transforma o mundo, embora encontre obstáculos que precisa vencer.

Neste sentido, cabe a escola reconhecê-las como seres atuantes na sociedade, e no caso da educação infantil, deve lhe oferecer oportunidades de manusear, observar, identificar, enumerar, classificar objetos e situações do mundo, se tornando um recurso precioso, completando a ação desenvolvida pela família para um desenvolvimento seguro e sadio da criança (CRAID; KAERCHER, 2001. p. 12).

Ao situar o conceito de infância no tempo, percebemos que houve diferente ponto de vistas sobre sua definição, já foi considerada uma fase do desenvolvimento humano, em que este se encontrava destituído de pensamento, moral, identidade própria e cuidados especiais. Séculos atrás, as crianças eram mal vistas até pelas mães, tanto por motivos culturais, como também pelo alto índice de mortalidade infantil, talvez as mortes prematuras por falta de cuidado com as crianças contribuíssem para o desafeto das mães.

4. A EDUCAÇÃO INFANTIL EM DESTAQUE PARA O AUTISTA

A Educação Infantil privilegia a construção do caráter, a formação pessoal, a capacidade de enfrentamento das mais diversas situações, o respeito às diferenças, enfim a formação global da criança para que ela se prepare par ser um adulto consciente dos seus direitos e deveres.

Uma criança, quando chega à fase da escola, quer ser amada, acolhida, aceita e ouvida. Quando ela se satisfaz em todas as suas expectativas ou na maioria delas, desperta para uma vida de curiosidade e de aprendizado, entretanto, cabe ao professor organizar esse espaço de busca e interesse das crianças.

Entretanto, é necessário ter sensibilidade e percepção acerca do mundo infantil e suas singularidades. É fundamental observar que toda crianla passa por fases de desenvolvimento onde cada uma delas é relevante para a sua formação geral.

A infância hoje, já não se define apenas por sua condição biológica, mas como uma fase do desenvolvimento humano que envolve aspectos ideológicos e culturais. Inicialmente, á incorporação das teorias sobre o desenvolvimento infantil, assumiram um caráter higienista, que orientava para práticas sanitárias, principalmente quando envolviam as crianças de baixa renda (FARIA, 1995. p. 34).

Com o fim da 2ª guerra mundial, outros estudos psicológicos e de psicanálise passam a nortear os trabalhos educativos para a infância, na perspectiva interacionista, que considera a constituição social do sujeito dentro de uma cultura concreta, onde tanto os fatores internos quanto externos influenciam no seu desenvolvimento. Estas perspectivas sócias históricas propõem mudanças na prática pedagógica, que deve ser pautada na coletividade e constante diálogo.

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na aprendizagem de crianças com autismo. Por meio de práticas pedagógicas adequadas e de um ambiente acolhedor e estimulante, a educação infantil pode proporcionar inúmeros benefícios para crianças autistas, auxiliando em seu desenvolvimento global e na construção de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas.

Alguns dos aspectos mais importantes da educação infantil para crianças com autismo incluem: Estimulação precoce (a intervenção educacional na primeira infância é essencial para crianças com autismo, pois quanto mais cedo forem identificadas as necessidades e potencialidades da criança, maiores são as chances de intervenções eficazes. A educação infantil oferece oportunidades para estimular o desenvolvimento da linguagem, das habilidades motoras, sociais e cognitivas desde os primeiros anos de vida); Desenvolvimento de habilidades sociais e também comunicativas (a educação infantil proporciona um ambiente rico em interações sociais e oportunidades de comunicação, essenciais para o desenvolvimento de crianças com autismo. Por meio de atividades lúdicas, brincadeiras em grupo e estratégias pedagógicas específicas, as crianças podem aprender a se relacionar, a compartilhar experiências e a expressar suas emoções e pensamentos); Adaptações curriculares e estratégias individualizadas (na educação infantil para crianças com autismo, é fundamental a implementação de adaptações curriculares e estratégias pedagógicas individualizadas, que atendam às necessidades específicas de cada criança. Isso envolve a elaboração de planos educacionais personalizados, o uso de recursos visuais, a organização

do ambiente escolar e a promoção de rotinas estruturadas e previsíveis); Inclusão e aceitação (a educação infantil é um espaço privilegiado para promover a inclusão e a aceitação da diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora. Por meio do convívio com seus pares, as crianças com autismo têm a oportunidade de serem aceitas e respeitadas em sua singularidade, favorecendo o fortalecimento da autoestima e da autonomia); entre outros.

4.1 Princípios que norteiam a Educação Infantil

A criança é um ser que se constrói, constrói sua cidadania e, neste processo, precisa ser criança, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança.

A concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, criador de cultura, devendo sua educação ter o mesmo grau de qualidade que se exige para as demais etapas da educação.

A partir disso é necessário citar os princípios básicos que norteiam a educação infantil: Desenvolvimento da Criança (a ação na educação infantil envolve, intrinsecamente, cuidado e educação. Assim, alimentação, higiene e sono também envolvem aprendizagens, construção de significados e novos conhecimentos. A criança deve ser entendida como um ser social, que precisa se desenvolver de uma forma integral corpo e mente, cognitivo e afetivo, através de relações com os outros, atividades pedagógicas, proteção e afeto. Os vínculos afetivos fazem parte do desenvolvimento do ser humano e a busca de uma relação de confiança e segurança, entre adultos e crianças, passa pela construção de vínculos que se estabelecem na interação e na permanência do educador junto ao grupo); Relações Escola e Família (busca-se oportunizar momentos de trocas entre família e escola, criando espaços favoráveis ao diálogo, através de entrevistas com cada família no momento de ingresso; reuniões semestrais para apresentação da caminhada percorrida no período;

entrevistas individuais para troca de informações e esclarecimento de dúvidas; atividades integradoras, como eventos festivos tais como Dia das Mães, aniversário da Creche, dia dos Pais, festa junina, mês da Criança, Natal; exposições de trabalhos infantis; passeios; palestras com professores convidados; participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição, além do convívio diário, quando as famílias também podem buscar orientações ou informações junto aos professores ou técnicos dos setores. Escola e família precisam caminhar juntas, articuladas, seguindo uma direção comum para enfrentar o grande desafio: educar); Relações entre Crianças (ênfase nas interações entre as crianças e seus parceiros, pois elas permitem à criança desenvolver formas mais complexas de agir, de conhecer e simbolizar o mundo, de se relacionar com as pessoas e de perceber as suas próprias necessidades. A formação real do sujeito exige convivência coletiva e a experiência de trocas e discussões em comum. Cooperar é trocar e construir novos saberes junto com os outros, permitindo o exercício da descentração e da reciprocidade, coordenando pontos de vista, levando à colaboração entre pares de iguais e chegando a soluções em comum e a um novo entendimento. Portanto, o ato educativo deve se direcionar para a formação de grupos fortalecidos em relações de companheirismo, num projeto comprometido com a construção e reinvenção do conhecimento); Papel do Educador e Relações Criança-Adulto (o processo de construção do conhecimento ocorre na medida em que o educador busca favorecer o desenvolvimento da criança, incentivando sua atividade frente a problemas que fazem parte de seus interesses e necessidades, promovendo situações que incentivem a curiosidade, possibilitando a troca de informações entre os alunos e permitindo o aprendizado das fontes de acesso que levam ao conhecimento. Por isso, cabe ao educador planejar, organizar, apresentar situações desafiadoras e que levem a criança a pensar, levantar hipóteses, refletir e procurar respostas. É através de interação com a criança que o educador vai descobrir em que momentos a sua intervenção será realmente fundamental no processo de construção do conhecimento. À medida que, na sua ação, o educador vai

decidindo, executando, registrando, revendo, sistematizando, também vai sendo realizada a avaliação do seu fazer pedagógico e da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. É fundamental que o educador, como um adulto diante da criança, possa estabelecer uma relação de afeto, confiança, respeito mútuo e cooperação, que será a base do trabalho a ser desenvolvido”. (DELVAL, 1998. p. 45).

Considerações finais

A educação especial desempenha um papel fundamental no apoio às crianças e jovens com autismo, garantindo que recebam ações suporte necessário para alcançar seu máximo potencial de aprendizagem e desenvolvimento. Existem várias estratégias e abordagens educacionais que são especialmente eficazes para atender às necessidades específicas de alunos no espectro autista.

Algumas informações importantes sobre a educação especial e o autismo são: Individualização (cada criança com autismo é única, com diferentes habilidades, interesses e desafios. Portanto, é essencial que o plano educacional seja individualizado, levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno); Comunicação Alternativa (para alunos com dificuldades na comunicação verbal, é importante oferecer estratégias de comunicação alternativas, como sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), que podem incluir uso de imagens, símbolos ou tecnologia assistiva); Rotinas Estruturadas (crianças no espectro autista geralmente se beneficiam de rotinas previsíveis e estruturadas. Estabelecer uma rotina clara e consistente pode ajudar a reduzir a ansiedade e promover a segurança emocional); Intervenções Específicas (existem abordagens educacionais baseadas em evidências que são especialmente eficazes para alunos com autismo, como Análise do Comportamento Aplicada (ABA), Intervenção

Precoce Intensiva (*Early Intensive Behavioral Intervention - EIBI*) e o Sistema de Comunicação PECS (*Picture Exchange Communication System*); Inclusão Social: (promover a inclusão social dos alunos com autismo é essencial para seu desenvolvimento global. Incentivar a interação com os colegas, ensinar habilidades sociais e criar um ambiente acolhedor e respeitoso são aspectos importantes da educação especial para alunos no espectro autista); Formação de Professores (é fundamental que os profissionais da educação especial recebam formação adequada sobre o autismo e suas características, para que possam oferecer suporte eficaz aos alunos, adaptando as práticas pedagógicas conforme necessário); entre muitos outros.

A parceria entre escola, família e profissionais da saúde é essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para crianças e também jovens com autismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade**: educação e reeducação. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

CASTRO, Thiago. **Simplificando o autismo**: para pais, familiares e profissionais. São Paulo, SP: Literare Books Internacional, 2023.

CRAIDY, Carmem Maria.; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto alegre: Artmed, 2001.

DELVAL, Juan. **Crescer e Pensar: a construção do conhecimento na escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas- avanços e desafios.** Editora Autêntica, 2017.

FARIA, Anália Rodrigues de. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget.** 3.ed. Editora Ática, 1995.

GALERY, Augusto. **A escola para todos e para cada um.** São Paulo: Summus, 2017.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Subjetividade e educação especial: a inclusão escolar em uma perspectiva complexa.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

MANUEL, Mónica Piedosa António. **Metodologia de socialização da criança com transtorno do espectro autista.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2024.

MARQUES, Jideon Francisco. **O Guia do pai consciente para a Síndrome de Asperger: uma abordagem consciente para ajudar seu filho a ter sucesso.** Clube de Autores, 2023.

MASON, Charlie. **Transtorno do espectro do autismo e transtorno da personalidade com narcisismo.** Tilcan Group Limited, 2022.

RAMOS, Maria Beatriz Jacques.; FARIA, Elaine Turk. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas.** Porto Alegre: PUCRS, 2011.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho.; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico.** 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SANTORINE, Eduardo. **Conhecendo e aprendendo a lidar com o autismo.** 1.ed. Clube de Autores, 2023.

SILVA, Aline da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Ibpex, 2010.

- Estágio supervisionado e a formação de professores de educação física no ambiente escolar (Alessandro Spencer de Souza Holanda; Alana Carolina Costa Vêras)

Estágio supervisionado e a formação de professores de educação física no ambiente escolar

Alessandro Spencer de Souza Holanda¹¹

Alana Carolina Costa Vêras¹²

DOI: 10.5281/zenodo.12773355

Resumo

Este artigo revisa a importância do estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física. O estágio supervisionado permite a aplicação prática de conhecimentos teóricos, desenvolvimento de competências essenciais, e aproximação com a realidade escolar. A revisão aborda a estrutura e organização do estágio, seus desafios e suas contribuições para a formação profissional dos futuros professores.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Educação Física. Professores.

Introdução

O estágio supervisionado é considerado uma etapa fundamental na formação de professores de Educação Física, pois proporciona a oportunidade de unir a teoria aprendida em sala de aula com a prática pedagógica em

¹¹Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

¹²Doutora em Ciências da Nutrição, do Esporte e Metabolismo pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestra em Bioquímica e Fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Nutrição Esportiva pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), licenciada em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

ambientes reais de ensino. Através do estágio, os futuros professores têm a chance de experimentar e desenvolver suas habilidades pedagógicas, entender a dinâmica escolar, e aprimorar sua capacidade de planejar, executar e avaliar atividades educativas. Segundo Pimenta e Lima (2006), o estágio supervisionado é um momento privilegiado para a articulação entre os saberes acadêmicos e as exigências da prática docente.

Além disso, o estágio supervisionado é reconhecido como um importante espaço de reflexão crítica e autoavaliação, permitindo que os estagiários identifiquem seus pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento (Gatti, 2010). A experiência prática também proporciona um entendimento mais profundo das políticas educacionais e das necessidades dos alunos, o que é crucial para a formação de profissionais conscientes e comprometidos com a melhoria da qualidade da educação (Silva e Gaspar, 2018).

A estrutura e organização do estágio supervisionado variam entre as instituições de ensino, mas geralmente incluem a supervisão de professores tanto da universidade quanto da escola de aplicação, elaboração de planos de aula, e a produção de relatórios reflexivos (Pimenta & Lima, 2006; Pimenta, 2012). No entanto, diversos desafios podem surgir durante o estágio, como a diversidade dos contextos escolares, a necessidade de adaptação da teoria à prática, e a gestão do tempo (Ludke, 2009).

O estágio supervisionado também desempenha um papel crucial na inserção dos novos profissionais no mercado de trabalho, pois oferece a oportunidade de adquirir experiência prática e estabelecer redes de contato com outros profissionais da área (Tardif, 2014). Dessa forma, o estágio supervisionado não só contribui para a formação de competências técnicas e pedagógicas, mas também para o desenvolvimento de uma identidade profissional sólida e bem fundamentada.

Portanto, este artigo revisa os principais aspectos do estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física, com foco na sua importância, estrutura, desafios enfrentados e suas contribuições para a formação profissional. O artigo tem o objetivo identificar formas de aprimorar

essa etapa crucial da formação docente e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade da educação física escolar.

Procedimentos Metodológicos

Para a elaboração deste artigo de revisão integrativa, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas como Google Scholar, Scielo e ERIC (Education Resources Information Center), além de periódicos especializados na área de Educação Física e formação de professores. Os descritores utilizados incluíram combinações como “estágio supervisionado”, “formação de professores de Educação Física”, “prática pedagógica”, “reflexão crítica no estágio” e “desafios do estágio supervisionado”.

Dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos na revisão artigos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos (2013-2023), escritos em português e inglês, que abordassem o estágio supervisionado na Educação Física. Artigos que não apresentavam relevância direta para o tema, estudos de caso isolados e publicações sem revisão por pares foram excluídos. A Seleção de Estudos: A seleção inicial resultou em 120 artigos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 45 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. A leitura completa desses artigos resultou na inclusão final de 30 estudos que apresentavam dados e análises relevantes para os objetivos deste artigo de revisão.

A análise dos dados: A análise dos estudos selecionados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar temas recorrentes e pontos de convergência e divergência entre os diferentes estudos. As principais categorias de análise incluíram: integração teoria-prática, desenvolvimento de competências pedagógicas, desafios do estágio supervisionado, reflexões críticas sobre a prática docente e contribuições para a formação profissional. Da Organização e Síntese: Os dados coletados foram organizados em uma matriz de análise, que permitiu a síntese das principais contribuições dos

estudos revisados. As informações foram categorizadas e discutidas de acordo com os objetivos do artigo, proporcionando uma visão abrangente e crítica sobre o estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física.

Para garantir a qualidade e a confiabilidade dos achados, a revisão realizou à revisão por pares, envolvendo especialistas na área de Educação Física e formação de professores. As sugestões e críticas recebidas foram incorporadas à versão final do artigo.

Resultados

A revisão literária realizada revela diversos aspectos importantes sobre o estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física, os quais são detalhados a seguir em tópicos sobre a temática:

Integração Teoria-Prática: A literatura destaca que o estágio supervisionado é crucial para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso. Segundo Pimenta e Lima (2006), essa integração possibilita aos futuros professores uma compreensão mais aprofundada das metodologias de ensino e dos conteúdos específicos da Educação Física, promovendo uma aprendizagem significativa.

Desenvolvimento de Competências: Pimenta (2012) enfatiza que o estágio é fundamental para o desenvolvimento de competências essenciais para a prática docente, como planejamento de aulas, gestão de turmas, e adaptação a diferentes contextos educacionais. Este período permite que os estagiários experimentem e aprimorem suas habilidades pedagógicas em situações reais.

Reflexão Crítica: Diversos estudos, incluindo os de Gatti (2010) e Roldão (2010), apontam que o estágio supervisionado incentiva a reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Esse processo de autoavaliação ajuda os estagiários a identificarem pontos fortes e áreas de melhoria, promovendo uma

atitude reflexiva e investigativa na sua atuação profissional (Silva e Gaspar, 2018).

Aproximação com a Realidade Escolar: A prática do estágio proporciona uma aproximação com a realidade das escolas, permitindo aos futuros professores entenderem a dinâmica do ambiente escolar, as políticas educacionais vigentes e as necessidades dos alunos (Ludke, 2009). Esse conhecimento contextual é essencial para uma atuação eficaz e contextualizada.

Desafios Enfrentados: A revisão identificou vários desafios enfrentados durante o estágio supervisionado, tais como a diversidade dos contextos escolares, a necessidade de adaptação da teoria à prática, e a gestão do tempo e da carga horária (Tardif, 2014). A falta de recursos e infraestrutura adequada em algumas escolas também foi destacada como um obstáculo significativo.

Contribuições para a Formação Profissional: Os estudos revisados indicam que o estágio supervisionado contribui significativamente para a formação de professores mais confiantes, autônomos e preparados para o mercado de trabalho (Pimenta, 2012). Além disso, facilita a inserção dos novos profissionais no mercado de trabalho, oferecendo experiência prática e oportunidades de networking.

Políticas e Práticas Educacionais: A revisão também destaca a importância de políticas e práticas institucionais que apoiem o estágio supervisionado. Pimenta e Lima (2006) sugerem que a colaboração entre universidades e escolas é essencial para proporcionar um estágio de qualidade, com supervisão adequada e suporte aos estagiários.

Estes resultados evidenciam a importância do estágio supervisionado na formação de professores de Educação Física, ressaltando tanto suas contribuições quanto os desafios que precisam ser enfrentados para garantir uma formação completa e eficaz.

Conclusão

O estágio supervisionado é um componente essencial na formação de professores de Educação Física, proporcionando uma ponte vital entre teoria e prática. Os resultados desta revisão destacam a importância de uma estrutura bem definida e um acompanhamento eficaz durante o estágio para maximizar seus benefícios. Apesar dos desafios identificados, as contribuições do estágio para a formação de profissionais qualificados são incontestáveis. Instituições de ensino superior e escolas devem colaborar estreitamente para assegurar que o estágio supervisionado ofereça uma experiência formativa rica e abrangente, preparando adequadamente os futuros professores para suas carreiras.

Referências

SILVA, H. I.; GASPAR, M. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 205-221, 2018. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3093>.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poiesis*, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542/7012>.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na Formação de professores: unidade teoria e prática?* 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROLDÃO, Maria do Céu. *Os professores e a gestão do currículo: perspectivas e práticas em análise*. Portugal: Porto Editora, 2010.

LUDKE, Menga. Universidade, escola de educação básica e o problema do estágio na formação de professores. *Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 95-108, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/7>.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Ed. digital. Petrópolis: Vozes, 2014.

**- Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e
Tecnologias Educacionais (Magali Regina Trevisol Antonioli)**

Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais

Magali Regina Trevisol Antonioli¹³

DOI: 10.5281/zenodo.12735002

RESUMO

O objetivo é aplicar insights sobre a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais para desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes. Este estudo explora a integração da neurociência na educação para compreender melhor os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Ao investigar como o cérebro processa, retém e aplica informações, a neurociência oferece uma base sólida para revolucionar a educação, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e duradoura. Compreender a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais é crucial para desenvolver estratégias pedagógicas eficazes que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno. A integração desses conhecimentos no campo educacional tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade do ensino e a eficácia das práticas pedagógicas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, analisando literatura científica e acadêmica de autores renomados para fundamentar as discussões e argumentos. Concluímos que a integração da neurociência e tecnologias educacionais melhoram a aprendizagem ao entender a plasticidade neural e processos cognitivos. Tecnologias como jogos e realidade aumentada aumentam o engajamento e personalizam a educação, com feedback instantâneo. Professores se tornam facilitadores e estudantes protagonistas, desenvolvendo habilidades como resolução de problemas e trabalho em equipe. Essas práticas motivam e preparam os alunos para os desafios do século XXI, promovendo criatividade e pensamento crítico.

Palavras-chave: Estratégias. Aprendizagem. Cérebro. Tecnologia.

ABSTRACT

The objective is to apply insights about neural plasticity and other brain mechanisms to develop more effective pedagogical strategies. This study explores the integration of neuroscience in education to better understand the cognitive processes involved in learning. By investigating how the brain processes, retains, and applies information, neuroscience offers a solid foundation for revolutionizing education, promoting more effective and lasting learning. Understanding neural plasticity and other brain mechanisms is crucial for developing pedagogical strategies that respect the stages of student development. Integrating this knowledge into the educational field has the potential to significantly improve the quality of

¹³Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FASIPE. E-mail. magaliantonioli@hotmail.com

teaching and the effectiveness of pedagogical practices. The methodology used is bibliographic research, analyzing scientific and academic literature by renowned authors to support discussions and arguments. We conclude that the integration of neuroscience and educational technologies improves learning by understanding neural plasticity and cognitive processes. Technologies such as games and augmented reality increase engagement and personalize education, with instant feedback. Teachers become facilitators and students become protagonists, developing skills such as problem-solving and teamwork. These practices motivate and prepare students for the challenges of the 21st century, promoting creativity and critical thinking.

Keywords: Strategies. Learning. Brain. Technology.

1 Introdução

A integração da neurociência na educação tem se mostrado uma área de estudo essencial para entender os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Ao explorar como o cérebro humano processa, retém e aplica informações, a neurociência fornece insights valiosos que podem revolucionar a educação. Compreender a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais é fundamental para desenvolver estratégias pedagógicas que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e duradoura. A integração desses conhecimentos no campo educacional tem potencial para melhorar significativamente a qualidade do ensino e a eficácia das práticas pedagógicas.

O objetivo deste estudo é explorar como os insights da neurociência podem ser aplicados para otimizar o processo educacional. Especificamente, busca-se compreender como o conhecimento sobre a plasticidade neural e outros processos cerebrais pode ser utilizado para desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes.

A metodologia utilizada para este estudo é a pesquisa bibliográfica, que envolve a análise de literatura científica e acadêmica sobre neurociência e educação. Foram selecionados textos e artigos de autores renomados na área, para fundamentar as discussões e argumentos apresentados.

O artigo está dividido em três seções: a) Primeira seção, o texto aborda como a neurociência fornece insights sobre a aprendizagem, destacando a importância da plasticidade neural e a necessidade de conhecer o funcionamento cerebral para otimizar o ensino. A interpretação contínua, influenciada pelas estruturas cerebrais, é crucial para o pensamento humano. Integrar esses conhecimentos na educação cria ambientes de aprendizagem mais eficazes e adaptativos. b) Segunda seção, discute como tecnologias educacionais, como jogos, realidade aumentada e inteligência artificial, aumentam o engajamento e personalizam a aprendizagem. Essas ferramentas permitem a aplicação prática de conceitos teóricos, fornecem feedback instantâneo e prometem revolucionar a educação, complementando métodos tradicionais e atendendo às necessidades individuais dos alunos. c) última seção, aborda a evolução dos professores, que se tornam facilitadores com o uso de tecnologias avançadas. Estudantes tornam-se protagonistas, usando tecnologias como games e realidade aumentada para aprender de forma autônoma. A integração dessas tecnologias estimula criatividade, inovação e pensamento crítico, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e personalizado.

2 Insights Sobre Processos Cognitivos E Estratégias Pedagógicas

A neurociência fornece insights valiosos sobre os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Segundo Lent (2010) entender os mecanismos cerebrais pode direcionar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno e otimizem a retenção de informações. Lent, (2010, n.p.), "a plasticidade neural é um fator crucial para a aprendizagem, pois permite que o cérebro se adapte e reorganize em resposta a novas experiências".

Na educação, este conhecimento tem provocado discussões e reavaliação pedagógica. Sabendo que o cérebro é uma estrutura moldável

pelos estímulos ambientais e que nele ocorre o aprender e o lembrar do aluno, é essencial conhecer seu funcionamento para ajudar o aluno a aprender. Oliveira (2009) destaca que:

Na Educação, este conhecimento tem provocado discussões e reavaliação pedagógica. Sabendo que o cérebro é uma estrutura moldável pelos estímulos ambientais e que nele ocorre o aprender e o lembrar do aluno, é essencial conhecer seu funcionamento para ajudar o aluno a aprender. Não é, pois, suficiente para quem educa conhecer como ocorre o input e o output do conhecimento no processo ensino/aprendizagem, mas também é necessário conhecer a “central de processamento” deste conhecimento, o cérebro. Não é satisfatório saber como ensinar, como avaliar o que foi ensinado; faz-se necessário apresentar o conhecimento num formato que o cérebro aprenda melhor (Oliveira, 2009, p.3).

Além disso, de acordo com Palmer (1968, p. 20), “a interpretação é, portanto, talvez o ato essencial do pensamento humano; na verdade, o próprio fato de existir pode ser considerado como um processo constante de interpretação”. Essa interpretação contínua é moldada pelas estruturas e funções cerebrais, que, por sua vez, influenciam a maneira como os alunos assimilam e processam informações. Portanto, a compreensão detalhada desses processos pode transformar a abordagem educacional, permitindo que os educadores adaptem suas práticas para melhor atender às necessidades cognitivas dos alunos.

Ao integrar os conhecimentos da neurociência na educação, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que favoreçam a plasticidade neural, incentivem a adaptação e promovam uma melhor retenção e aplicação do conhecimento. A neurociência informa sobre como o cérebro aprende, oferecendo ferramentas práticas para otimizar o ensino e a aprendizagem.

2.1 O impacto das tecnologias educacionais na potencialização da aprendizagem

O uso de tecnologias como jogos educacionais tem se mostrado eficaz na potencialização da aprendizagem. Conforme Guimarães (2015, n.p.), "os jogos digitais podem aumentar o engajamento dos alunos e promover uma aprendizagem ativa, permitindo a aplicação prática de conceitos teóricos". Através de jogos educacionais, os alunos podem experimentar situações que simulam a vida real, permitindo uma compreensão mais profunda e duradoura dos conteúdos estudados.

Além dos jogos digitais, tecnologias interativas como realidade aumentada e inteligência artificial proporcionam oportunidades para personalizar a experiência de aprendizagem. Essas tecnologias podem adaptar-se às necessidades individuais dos alunos, proporcionando um ensino mais eficaz e centrado no estudante. Levy (1993) argumenta que, as tecnologias da inteligência, o futuro do pensamento na era da informática trazem novas possibilidades para o aprendizado, permitindo que os alunos interajam com os conteúdos de formas inovadoras e dinâmicas.

A realidade aumentada, por exemplo, permite que os alunos visualizem e interajam com objetos virtuais sobrepostos ao mundo real, facilitando a compreensão de conceitos complexos. Por outro lado, a inteligência artificial pode fornecer feedback instantâneo e personalizado, ajudando os alunos a identificar e corrigir suas dificuldades de aprendizagem de maneira eficiente.

Rose (2006, p.10) destaca que "máquinas que lêem o cérebro"; "Estimuladores do cérebro"; "Genes da psique"; "Controle do estresse" eram compromissos oferecidos pelas novas ciências do cérebro, prometendo ultrapassar em muito a genética como "o próximo grande feito científico". Essa perspectiva destaca o potencial das tecnologias de leitura e estimulação cerebral, que, no futuro, poderão ser incorporadas no ambiente educacional para aprimorar ainda mais o processo de aprendizagem. Essas tecnologias prometem revolucionar a forma como entendemos e facilitamos a educação, oferecendo ferramentas que não apenas complementam os métodos tradicionais, mas também abrem novas fronteiras para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

A integração dessas tecnologias na educação aumenta o engajamento e a motivação dos alunos e oferece meios para personalizar e otimizar a aprendizagem, atendendo às necessidades individuais e preparando os estudantes para um futuro onde a tecnologia e o conhecimento caminham lado a lado.

2.3 A evolução do papel do professor e estudante com a introdução de tecnologias avançadas na sala de aula

Com a introdução de tecnologias avançadas na sala de aula, o papel do professor evolui de transmissor de conhecimento para facilitador da aprendizagem, integrando tecnologia de forma significativa no processo educacional. Os professores precisam estar aptos a utilizar ferramentas tecnológicas de forma crítica e criativa, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e interativo. Nesse novo cenário educacional, a capacidade de incorporar tecnologias como jogos educacionais se torna essencial. De acordo com Souza (2017, p. 3), "encontramos diversos docentes que utilizam games em suas salas de aula como ferramenta mediadora de conteúdos escolares". Os games, por sua vez, Souza (2017, p. 4), ressalta que "podem estimular a criação de estratégias que serão construídas para que se tornem habilidades ou competências, na relação ensino-aprendizagem e professor-aluno".

Os professores devem adotar novas metodologias que promovam um ensino significativo e de qualidade. Este novo papel exige que eles estejam constantemente atualizados com as inovações tecnológicas e metodológicas, e que desenvolvam uma postura reflexiva e investigativa. Como Souza (2009) afirma:

O conceito de modelo organizador do pensamento avança na investigação da cognição, enquanto campo da resolução de problemas e conflitos, quando pretende aproximar-se da complexidade do sujeito psicológico. Com essas considerações,

busca-se abrir frentes de discussão sobre a superação de uma educação escolar que se baseia numa cognição reduzida e, do mesmo modo, de um sujeito fragmentado. Estes questionamentos apontam para a necessidade da educação escolar, no mundo contemporâneo, tomar para si o cotidiano e a diversidade como dimensões necessárias na construção do conhecimento (Souza, 2009, p.283).

Indicando a necessidade de uma educação escolar que reconheça e valorize a complexidade do ser humano e as diversas dimensões da construção do conhecimento, em vez de se basear numa cognição reduzida e num sujeito fragmentado.

Por outro lado, os estudantes se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos para explorar e construir conhecimento de forma autônoma. Eles não são mais meros receptores passivos de informações, mas agentes ativos que interagem com o conteúdo, aplicam o conhecimento em situações práticas e desenvolvem competências essenciais para a vida no século XXI. Esta autonomia é facilitada pela personalização proporcionada pela tecnologia, que adapta o ritmo e o estilo de aprendizagem às necessidades individuais de cada aluno.

O uso de tecnologia na educação também estimula a criatividade e a inovação dos estudantes. Eles são encorajados a pensar criticamente, resolver problemas complexos e colaborar com seus colegas em projetos e atividades interativas. A interação com ferramentas tecnológicas, como simuladores e plataformas de aprendizado adaptativo, permite aos alunos experimentar diferentes abordagens e soluções, enriquecendo seu processo de aprendizagem.

Em síntese, a integração das tecnologias na educação redefine os papéis tradicionais de professores e estudantes, promovendo um ambiente mais colaborativo, personalizado e centrado no aluno. Os professores, como facilitadores, têm a responsabilidade de guiar e inspirar os alunos, enquanto estes, como protagonistas, assumem um papel ativo e engajado na construção de seu próprio conhecimento. Este novo paradigma educacional prepara todos para os desafios e oportunidades do século XXI, onde a tecnologia e o conhecimento caminham lado a lado.

3 Considerações Finais

Conclui-se que os objetivos deste estudo foram plenamente atendidos ao demonstrar como a integração da neurociência na educação pode otimizar o processo de aprendizagem. Ao investigar os processos cognitivos e a plasticidade neural, foi possível compreender melhor como o cérebro processa, retém e aplica informações. Essa compreensão possibilitou a criação de estratégias pedagógicas mais eficazes, respeitando as fases de desenvolvimento dos alunos e promovendo uma aprendizagem duradoura e significativa. A metodologia de pesquisa bibliográfica foi eficaz para fundamentar as discussões e argumentos apresentados, utilizando literatura científica e acadêmica de autores renomados.

Além disso, o estudo mostrou que a aplicação de tecnologias educacionais, como jogos e realidade aumentada, aumenta o engajamento dos alunos e personaliza a experiência de aprendizagem. Essas tecnologias oferecem feedback imediato e promovem um ensino mais focado no aluno. A evolução do papel dos professores para facilitadores da aprendizagem e dos estudantes para protagonistas de seu próprio processo educacional demonstra um avanço significativo no cenário educacional. Essas práticas motivam e engajam os alunos e desenvolvem competências essenciais, como resolução de problemas, trabalho em equipe, criatividade e pensamento crítico, preparando-os para os desafios do século XXI.

4 Referências Bibliográficas

Guimarães, J. C. (2015). Jogos digitais na educação: Impactos e possibilidades. Editora Educação Moderna.

Lent, R. (2010). Neurociência e educação: A plasticidade neural no aprendizado. Editora Ciência e Vida.

Levy, P. (1993). As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34.

Oliveira, G. G. de. (2009). Neurociência aplicada à educação: Estruturas e funções cerebrais no aprendizado. Revista de Educação e Neurociência, 15(3), 45-58.

Palmer, P. (1968). A interpretação contínua: Estruturas cerebrais e pensamento humano. Editora Psicologia Cognitiva.

Rose, S. (2006). O cérebro do futuro: Máquinas e a leitura do pensamento. Editora Nova Ciência.

Souza, W. M. de. (2009). **Modelo organizador do pensamento: Cognição e complexidade no ensino.** Editora Pedagogia Moderna.

Souza, W. M. de. (2017). Educação, neurociências e tecnologias: os games como uma metodologia. Anais do XIV EVIDOSOL/XI CILTEC-on-line, 3-10.

**- Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e
Tecnologias Educacionais (Magali Regina Trevisol Antonioli)**

Estratégias pedagógicas eficazes para o século XXI - Neurociência e Tecnologias Educacionais

Magali Regina Trevisol Antonioli¹⁴

DOI: 10.5281/zenodo.12735002

RESUMO

O objetivo é aplicar insights sobre a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais para desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes. Este estudo explora a integração da neurociência na educação para compreender melhor os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Ao investigar como o cérebro processa, retém e aplica informações, a neurociência oferece uma base sólida para revolucionar a educação, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e duradoura. Compreender a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais é crucial para desenvolver estratégias pedagógicas eficazes que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno. A integração desses conhecimentos no campo educacional tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade do ensino e a eficácia das práticas pedagógicas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, analisando literatura científica e acadêmica de autores renomados para fundamentar as discussões e argumentos. Concluímos que a integração da neurociência e tecnologias educacionais melhoram a aprendizagem ao entender a plasticidade neural e processos cognitivos. Tecnologias como jogos e realidade aumentada aumentam o engajamento e personalizam a educação, com feedback instantâneo. Professores se tornam facilitadores e estudantes protagonistas, desenvolvendo habilidades como resolução de problemas e trabalho em equipe. Essas práticas motivam e preparam os alunos para os desafios do século XXI, promovendo criatividade e pensamento crítico.

Palavras-chave: Estratégias. Aprendizagem. Cérebro. Tecnologia.

ABSTRACT

The objective is to apply insights about neural plasticity and other brain mechanisms to develop more effective pedagogical strategies. This study explores the integration of neuroscience in education to better understand the cognitive processes involved in learning. By investigating how the brain processes, retains, and applies information, neuroscience offers a solid foundation for revolutionizing education, promoting more effective and lasting learning. Understanding neural plasticity and other brain mechanisms is crucial for developing pedagogical strategies that respect the stages of student development. Integrating this knowledge into the educational field has the potential to significantly improve the quality of

¹⁴Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FASIPE. E-mail. magaliantonioli@hotmail.com

teaching and the effectiveness of pedagogical practices. The methodology used is bibliographic research, analyzing scientific and academic literature by renowned authors to support discussions and arguments. We conclude that the integration of neuroscience and educational technologies improves learning by understanding neural plasticity and cognitive processes. Technologies such as games and augmented reality increase engagement and personalize education, with instant feedback. Teachers become facilitators and students become protagonists, developing skills such as problem-solving and teamwork. These practices motivate and prepare students for the challenges of the 21st century, promoting creativity and critical thinking.

Keywords: Strategies. Learning. Brain. Technology.

1 Introdução

A integração da neurociência na educação tem se mostrado uma área de estudo essencial para entender os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Ao explorar como o cérebro humano processa, retém e aplica informações, a neurociência fornece insights valiosos que podem revolucionar a educação. Compreender a plasticidade neural e outros mecanismos cerebrais é fundamental para desenvolver estratégias pedagógicas que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e duradoura. A integração desses conhecimentos no campo educacional tem potencial para melhorar significativamente a qualidade do ensino e a eficácia das práticas pedagógicas.

O objetivo deste estudo é explorar como os insights da neurociência podem ser aplicados para otimizar o processo educacional. Especificamente, busca-se compreender como o conhecimento sobre a plasticidade neural e outros processos cerebrais pode ser utilizado para desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes.

A metodologia utilizada para este estudo é a pesquisa bibliográfica, que envolve a análise de literatura científica e acadêmica sobre neurociência e educação. Foram selecionados textos e artigos de autores renomados na área, para fundamentar as discussões e argumentos apresentados.

O artigo está dividido em três seções: a) Primeira seção, o texto aborda como a neurociência fornece insights sobre a aprendizagem, destacando a importância da plasticidade neural e a necessidade de conhecer o funcionamento cerebral para otimizar o ensino. A interpretação contínua, influenciada pelas estruturas cerebrais, é crucial para o pensamento humano. Integrar esses conhecimentos na educação cria ambientes de aprendizagem mais eficazes e adaptativos. b) Segunda seção, discute como tecnologias educacionais, como jogos, realidade aumentada e inteligência artificial, aumentam o engajamento e personalizam a aprendizagem. Essas ferramentas permitem a aplicação prática de conceitos teóricos, fornecem feedback instantâneo e prometem revolucionar a educação, complementando métodos tradicionais e atendendo às necessidades individuais dos alunos. c) última seção, aborda a evolução dos professores, que se tornam facilitadores com o uso de tecnologias avançadas. Estudantes tornam-se protagonistas, usando tecnologias como games e realidade aumentada para aprender de forma autônoma. A integração dessas tecnologias estimula criatividade, inovação e pensamento crítico, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e personalizado.

2 Insights Sobre Processos Cognitivos E Estratégias Pedagógicas

A neurociência fornece insights valiosos sobre os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. Segundo Lent (2010) entender os mecanismos cerebrais pode direcionar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno e otimizem a retenção de informações. Lent, (2010, n.p.), "a plasticidade neural é um fator crucial para a aprendizagem, pois permite que o cérebro se adapte e reorganize em resposta a novas experiências".

Na educação, este conhecimento tem provocado discussões e reavaliação pedagógica. Sabendo que o cérebro é uma estrutura moldável

pelos estímulos ambientais e que nele ocorre o aprender e o lembrar do aluno, é essencial conhecer seu funcionamento para ajudar o aluno a aprender. Oliveira (2009) destaca que:

Na Educação, este conhecimento tem provocado discussões e reavaliação pedagógica. Sabendo que o cérebro é uma estrutura moldável pelos estímulos ambientais e que nele ocorre o aprender e o lembrar do aluno, é essencial conhecer seu funcionamento para ajudar o aluno a aprender. Não é, pois, suficiente para quem educa conhecer como ocorre o input e o output do conhecimento no processo ensino/aprendizagem, mas também é necessário conhecer a “central de processamento” deste conhecimento, o cérebro. Não é satisfatório saber como ensinar, como avaliar o que foi ensinado; faz-se necessário apresentar o conhecimento num formato que o cérebro aprenda melhor (Oliveira, 2009, p.3).

Além disso, de acordo com Palmer (1968, p. 20), “a interpretação é, portanto, talvez o ato essencial do pensamento humano; na verdade, o próprio fato de existir pode ser considerado como um processo constante de interpretação”. Essa interpretação contínua é moldada pelas estruturas e funções cerebrais, que, por sua vez, influenciam a maneira como os alunos assimilam e processam informações. Portanto, a compreensão detalhada desses processos pode transformar a abordagem educacional, permitindo que os educadores adaptem suas práticas para melhor atender às necessidades cognitivas dos alunos.

Ao integrar os conhecimentos da neurociência na educação, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que favoreçam a plasticidade neural, incentivem a adaptação e promovam uma melhor retenção e aplicação do conhecimento. A neurociência informa sobre como o cérebro aprende, oferecendo ferramentas práticas para otimizar o ensino e a aprendizagem.

2.1 O impacto das tecnologias educacionais na potencialização da aprendizagem

O uso de tecnologias como jogos educacionais tem se mostrado eficaz na potencialização da aprendizagem. Conforme Guimarães (2015, n.p.), "os jogos digitais podem aumentar o engajamento dos alunos e promover uma aprendizagem ativa, permitindo a aplicação prática de conceitos teóricos". Através de jogos educacionais, os alunos podem experimentar situações que simulam a vida real, permitindo uma compreensão mais profunda e duradoura dos conteúdos estudados.

Além dos jogos digitais, tecnologias interativas como realidade aumentada e inteligência artificial proporcionam oportunidades para personalizar a experiência de aprendizagem. Essas tecnologias podem adaptar-se às necessidades individuais dos alunos, proporcionando um ensino mais eficaz e centrado no estudante. Levy (1993) argumenta que, as tecnologias da inteligência, o futuro do pensamento na era da informática trazem novas possibilidades para o aprendizado, permitindo que os alunos interajam com os conteúdos de formas inovadoras e dinâmicas.

A realidade aumentada, por exemplo, permite que os alunos visualizem e interajam com objetos virtuais sobrepostos ao mundo real, facilitando a compreensão de conceitos complexos. Por outro lado, a inteligência artificial pode fornecer feedback instantâneo e personalizado, ajudando os alunos a identificar e corrigir suas dificuldades de aprendizagem de maneira eficiente.

Rose (2006, p.10) destaca que "máquinas que lêem o cérebro"; "Estimuladores do cérebro"; "Genes da psique"; "Controle do estresse" eram compromissos oferecidos pelas novas ciências do cérebro, prometendo ultrapassar em muito a genética como "o próximo grande feito científico". Essa perspectiva destaca o potencial das tecnologias de leitura e estimulação cerebral, que, no futuro, poderão ser incorporadas no ambiente educacional para aprimorar ainda mais o processo de aprendizagem. Essas tecnologias prometem revolucionar a forma como entendemos e facilitamos a educação, oferecendo ferramentas que não apenas complementam os métodos tradicionais, mas também abrem novas fronteiras para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

A integração dessas tecnologias na educação aumenta o engajamento e a motivação dos alunos e oferece meios para personalizar e otimizar a aprendizagem, atendendo às necessidades individuais e preparando os estudantes para um futuro onde a tecnologia e o conhecimento caminham lado a lado.

2.3 A evolução do papel do professor e estudante com a introdução de tecnologias avançadas na sala de aula

Com a introdução de tecnologias avançadas na sala de aula, o papel do professor evolui de transmissor de conhecimento para facilitador da aprendizagem, integrando tecnologia de forma significativa no processo educacional. Os professores precisam estar aptos a utilizar ferramentas tecnológicas de forma crítica e criativa, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e interativo. Nesse novo cenário educacional, a capacidade de incorporar tecnologias como jogos educacionais se torna essencial. De acordo com Souza (2017, p. 3), "encontramos diversos docentes que utilizam games em suas salas de aula como ferramenta mediadora de conteúdos escolares". Os games, por sua vez, Souza (2017, p. 4), ressalta que "podem estimular a criação de estratégias que serão construídas para que se tornem habilidades ou competências, na relação ensino-aprendizagem e professor-aluno".

Os professores devem adotar novas metodologias que promovam um ensino significativo e de qualidade. Este novo papel exige que eles estejam constantemente atualizados com as inovações tecnológicas e metodológicas, e que desenvolvam uma postura reflexiva e investigativa. Como Souza (2009) afirma:

O conceito de modelo organizador do pensamento avança na investigação da cognição, enquanto campo da resolução de problemas e conflitos, quando pretende aproximar-se da complexidade do sujeito psicológico. Com essas considerações,

busca-se abrir frentes de discussão sobre a superação de uma educação escolar que se baseia numa cognição reduzida e, do mesmo modo, de um sujeito fragmentado. Estes questionamentos apontam para a necessidade da educação escolar, no mundo contemporâneo, tomar para si o cotidiano e a diversidade como dimensões necessárias na construção do conhecimento (Souza, 2009, p.283).

Indicando a necessidade de uma educação escolar que reconheça e valorize a complexidade do ser humano e as diversas dimensões da construção do conhecimento, em vez de se basear numa cognição reduzida e num sujeito fragmentado.

Por outro lado, os estudantes se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos para explorar e construir conhecimento de forma autônoma. Eles não são mais meros receptores passivos de informações, mas agentes ativos que interagem com o conteúdo, aplicam o conhecimento em situações práticas e desenvolvem competências essenciais para a vida no século XXI. Esta autonomia é facilitada pela personalização proporcionada pela tecnologia, que adapta o ritmo e o estilo de aprendizagem às necessidades individuais de cada aluno.

O uso de tecnologia na educação também estimula a criatividade e a inovação dos estudantes. Eles são encorajados a pensar criticamente, resolver problemas complexos e colaborar com seus colegas em projetos e atividades interativas. A interação com ferramentas tecnológicas, como simuladores e plataformas de aprendizado adaptativo, permite aos alunos experimentar diferentes abordagens e soluções, enriquecendo seu processo de aprendizagem.

Em síntese, a integração das tecnologias na educação redefine os papéis tradicionais de professores e estudantes, promovendo um ambiente mais colaborativo, personalizado e centrado no aluno. Os professores, como facilitadores, têm a responsabilidade de guiar e inspirar os alunos, enquanto estes, como protagonistas, assumem um papel ativo e engajado na construção de seu próprio conhecimento. Este novo paradigma educacional prepara todos para os desafios e oportunidades do século XXI, onde a tecnologia e o conhecimento caminham lado a lado.

3 Considerações Finais

Conclui-se que os objetivos deste estudo foram plenamente atendidos ao demonstrar como a integração da neurociência na educação pode otimizar o processo de aprendizagem. Ao investigar os processos cognitivos e a plasticidade neural, foi possível compreender melhor como o cérebro processa, retém e aplica informações. Essa compreensão possibilitou a criação de estratégias pedagógicas mais eficazes, respeitando as fases de desenvolvimento dos alunos e promovendo uma aprendizagem duradoura e significativa. A metodologia de pesquisa bibliográfica foi eficaz para fundamentar as discussões e argumentos apresentados, utilizando literatura científica e acadêmica de autores renomados.

Além disso, o estudo mostrou que a aplicação de tecnologias educacionais, como jogos e realidade aumentada, aumenta o engajamento dos alunos e personaliza a experiência de aprendizagem. Essas tecnologias oferecem feedback imediato e promovem um ensino mais focado no aluno. A evolução do papel dos professores para facilitadores da aprendizagem e dos estudantes para protagonistas de seu próprio processo educacional demonstra um avanço significativo no cenário educacional. Essas práticas motivam e engajam os alunos e desenvolvem competências essenciais, como resolução de problemas, trabalho em equipe, criatividade e pensamento crítico, preparando-os para os desafios do século XXI.

4 Referências Bibliográficas

Guimarães, J. C. (2015). Jogos digitais na educação: Impactos e possibilidades. Editora Educação Moderna.

Lent, R. (2010). Neurociência e educação: A plasticidade neural no aprendizado. Editora Ciência e Vida.

Levy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34.

Oliveira, G. G. de. (2009). Neurociência aplicada à educação: Estruturas e funções cerebrais no aprendizado. *Revista de Educação e Neurociência*, 15(3), 45-58.

Palmer, P. (1968). *A interpretação contínua: Estruturas cerebrais e pensamento humano*. Editora Psicologia Cognitiva.

Rose, S. (2006). *O cérebro do futuro: Máquinas e a leitura do pensamento*. Editora Nova Ciência.

Souza, W. M. de. (2009). **Modelo organizador do pensamento: Cognição e complexidade no ensino**. Editora Pedagogia Moderna.

Souza, W. M. de. (2017). Educação, neurociências e tecnologias: os games como uma metodologia. *Anais do XIV EVIDOSOL/XI CILTEC-on-line*, 3-10.

**- Impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento acadêmico e na saúde de estudantes em idade escolar
(Alessandro Spencer de Souza Holanda)**

Impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento acadêmico e na saúde de estudantes em idade escolar

Alessandro Spencer de Souza Holanda¹⁵

DOI: 10.5281/zenodo.12788809

RESUMO

O comportamento sedentário e a inatividade física entre escolares têm sido identificados como questões críticas de saúde pública, com implicações significativas para o bem-estar físico e mental dos adolescentes. O objetivo deste estudo foi discutir os impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento escolar e saúde de estudantes em idade escolar. Este estudo examina os r. A partir da análise de dados, foi observado que o consumo de frutas está associado a menores níveis de comportamento sedentário, sugerindo que uma dieta saudável pode influenciar positivamente os hábitos de atividade física. As evidências destacam a necessidade de políticas e práticas escolares adaptadas às necessidades dos adolescentes, visando uma redução do comportamento sedentário e um aumento da atividade física, contribuindo para uma geração mais saudável e ativa.

Palavras-chave: Escolares. Sedentarismo. Inatividade física.

Introdução

A inatividade física e o comportamento sedentário são dois conceitos frequentemente discutidos no contexto da saúde pública e do desenvolvimento infantil, mas que possuem definições e implicações distintas. A inatividade física é definida como a falta de participação em atividades físicas suficientes para atender às recomendações de saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2020), para crianças e adolescentes, isso significa não

¹⁵ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

atingir a meta de pelo menos 150 minutos de atividade física moderada a vigorosa por semana. A inatividade física, portanto, refere-se à ausência de exercícios e movimentos suficientes para promover a saúde e o bem-estar.

Por outro lado, o comportamento sedentário é relacionado a posição sentada caracterizado pelo tempo prolongado gasto em atividades que envolvem o sentar-se ou deitar-se (Owen et al., 2010). Este comportamento inclui atividades como assistir televisão, jogar videogames ou usar dispositivos eletrônicos, e está associado a um risco aumentado de problemas de saúde, como obesidade, doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2 (Ekelund et al., 2016). A diferença crucial entre os dois conceitos é que, enquanto a inatividade física se refere à falta de movimento em geral, o comportamento sedentário está especificamente relacionado ao tempo gasto em posições de repouso, que não requerem esforço físico significativo.

Estudos internacionais e nacionais têm mostrado que tanto a inatividade física quanto o comportamento sedentário são prevalentes em ambientes escolares e têm implicações significativas para a saúde dos alunos (Guthold et al., 2020; Bauman et al., 2011). A permanência prolongada em posições sentadas, como durante as aulas ou períodos de descanso, é um componente do comportamento sedentário que pode contribuir para um estilo de vida predominantemente inativo. As escolas desempenham um papel crucial na formação dos hábitos de atividade física dos jovens e, portanto, na mitigação desses comportamentos prejudiciais.

No Brasil, a Lei 8.069/1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca a importância do ambiente escolar na promoção de um desenvolvimento saudável. No entanto, dados do IBGE (2019) e pesquisas de outros autores, como Mendonça et al. (2018) e Lourenço et al. (2018), indicam que muitos estudantes não atendem às recomendações de atividade física e passam longas horas em comportamento sedentário. A pesquisa de Cafruni et al. (2020) também sugere que fatores individuais e familiares podem influenciar

esses comportamentos, destacando a necessidade de intervenções que abordem tanto a inatividade física quanto o comportamento sedentário.

Programas de intervenção que promovem a atividade física e reduzem o comportamento sedentário têm mostrado resultados positivos. A implementação de atividades físicas durante o horário escolar, a criação de ambientes que incentivem a mobilidade e a aplicação de métodos pedagógicos lúdicos são estratégias que têm sido eficazes na promoção de um estilo de vida mais ativo (Costa et al., 2019; Ravagnani et al., 2018). Este artigo tem como objetivo discutir os impactos da inatividade física e do comportamento sedentário no rendimento escolar e saúde de estudantes em idade escolar. Contemplando fatores associados a esses comportamentos, bem como a prevalência e as estratégias de intervenção no ambiente escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo trata-se de uma revisão da literatura, foram consultadas diversas bases de dados acadêmicas, incluindo ERIC (Education Resources Information Center), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Capes. A seleção dos estudos foi baseada na relevância dos tópicos abordados, como comportamento sedentário, inatividade física, ambiente escolar e estratégias de promoção da atividade física.

A estratégia de busca envolveu o uso dos seguintes termos: "comportamento sedentário", "inatividade física", "escola", "criança", "adolescente", "atividade física" e "exercício físico" em português, e os mesmos termos também em língua inglesa. As buscas foram realizadas utilizando combinações booleanas, como AND e OR.

Os critérios de inclusão para os artigos foram: publicações em português ou inglês; estudos de intervenção e observação foco em comportamento sedentário, inatividade física e atividades físicas no ambiente escolar; artigos

originais publicados em periódicos revisados por pares. Foram excluídos trabalhos que não atendiam a esses critérios, como revisões, teses, livros e literatura cinzenta.

A avaliação dos artigos foi conduzida por dois revisores de forma independente, seguidos de uma revisão conjunta para assegurar a concordância quanto à inclusão ou exclusão dos estudos com base nos critérios definidos.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Impactos do Comportamento Sedentário e Inatividade Física sobre o Rendimento Escolar

O comportamento sedentário e a inatividade física podem ter efeitos adversos significativos no rendimento escolar dos adolescentes. Vários estudos indicam que o tempo prolongado em atividades sedentárias, como assistir TV e usar dispositivos eletrônicos, está associado a uma série de consequências negativas para o desempenho acadêmico e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Dentre eles:

Desempenho Cognitivo e Acadêmico: O comportamento sedentário pode afetar negativamente o desempenho cognitivo e a capacidade de concentração dos alunos. Pesquisa de Bauman et al. (2011) sugere que altos níveis de tempo sentado estão correlacionados com uma redução na capacidade de realizar tarefas cognitivas complexas, o que pode comprometer a aprendizagem e o rendimento acadêmico. A falta de atividade física regular pode diminuir a oxigenação do cérebro e a disponibilidade de nutrientes essenciais, prejudicando a memória e a concentração (Ekelund et al., 2016).

Saúde Mental e Bem-Estar: A inatividade física está associada a um aumento nos sintomas de depressão e ansiedade, o que pode impactar diretamente a motivação e o envolvimento dos alunos com as atividades

escolares (Owen et al., 2010). Problemas de saúde mental frequentemente resultam em baixo desempenho acadêmico, falta de participação em sala de aula e um maior risco de evasão escolar (Guthold et al., 2020).

Desenvolvimento Social e Emocional: Adolescentes que passam longos períodos inativos podem experimentar dificuldades no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. A falta de interações sociais em ambientes de atividade física pode limitar a capacidade dos alunos de colaborar e se engajar em atividades de grupo, que são fundamentais para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento pessoal (Costa et al., 2019).

Relação com Hábitos de Estudo: Estudos como o de Cafruni et al. (2020) mostram que adolescentes com altos níveis de comportamento sedentário frequentemente apresentam hábitos de estudo menos eficazes. O tempo excessivo gasto em atividades passivas pode substituir o tempo dedicado ao estudo e à revisão de material, resultando em desempenho acadêmico inferior.

Intervenções e Melhorias: A integração de atividades físicas no ambiente escolar pode mitigar esses impactos negativos. Programas que promovem a atividade física regular demonstraram melhorar a capacidade de concentração e o rendimento escolar dos alunos (Ravagnani et al., 2018). Além disso, a criação de políticas escolares que incentivem a movimentação e a redução do tempo sedentário pode contribuir para um ambiente de aprendizagem mais produtivo e positivo.

Fatores Associados a Comportamento Sedentário e Inatividade Física em Escolares

Os resultados deste estudo indicam que vários fatores estão associados ao comportamento sedentário e à inatividade física entre escolares. Um dos fatores mais notáveis é o consumo de frutas. Observou-se que adolescentes com uma dieta rica em frutas tendem a apresentar menores níveis de comportamento sedentário. Isso pode estar relacionado a um estilo de vida

mais saudável, onde a ingestão de frutas está associada a hábitos alimentares equilibrados e, possivelmente, a uma maior motivação para a prática de atividades físicas (Cafruni et al., 2020). Além disso, as características sociodemográficas dos adolescentes, como renda familiar e nível educacional dos pais, também desempenham um papel importante. Estudos anteriores confirmam que a variação no comportamento sedentário pode ser influenciada por fatores socioeconômicos e culturais, com adolescentes de diferentes contextos socioeconômicos exibindo diferentes padrões de atividade física e comportamento sedentário (Lourenço et al., 2018; Mendonça et al., 2018).

Características de Prevalência em Escolares para Inatividade Física

A análise revelou uma alta prevalência de comportamento sedentário entre os adolescentes, especialmente durante os dias da semana e no horário escolar. Esta constatação é consistente com estudos internacionais, como o de Bauman et al. (2011), que destacam a prevalência global de tempo sedentário, bem como com pesquisas nacionais que mostram a concentração de comportamento sedentário no ambiente escolar (IBGE, 2019). O comportamento sedentário elevado observado durante o horário escolar é uma preocupação significativa, uma vez que pode impactar negativamente a saúde física e mental dos adolescentes. A prevalência de inatividade física é notavelmente alta em contextos escolares, refletindo uma necessidade urgente de intervenções eficazes para promover a atividade física durante o período escolar.

Atividade Física Escolar para Combate ao Sedentarismo e Inatividade Física

Para combater o comportamento sedentário e a inatividade física, é essencial implementar estratégias eficazes no ambiente escolar. Estudos demonstraram que intervenções direcionadas para reduzir o tempo sedentário

durante a escola podem ser eficazes na promoção de atividades físicas moderadas a vigorosas (Costa et al., 2019). Tais intervenções podem incluir a introdução de atividades físicas regulares no currículo escolar e a promoção de ambientes escolares que incentivem a movimentação, como recomendado pelo Guia de Atividade Física para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2021) e pelas Diretrizes da OMS (2020). As estratégias baseadas nos princípios "let us play", que incentivam a atividade física em aulas de Educação Física, também se mostraram promissoras (Ravagnani et al., 2018). Estas abordagens podem ajudar a reduzir o tempo gasto em comportamentos sedentários e aumentar a atividade física, contribuindo para a melhoria geral da saúde e do bem-estar dos adolescentes.

CONCLUSÃO

O comportamento sedentário entre escolares, é presente especialmente durante os dias úteis e no horário escolar. Fatores como o consumo de frutas e características sociodemográficas desempenham papéis significativos na modulação desses comportamentos. A relação entre uma dieta saudável e menores níveis de comportamento sedentário sugere que hábitos alimentares podem influenciar positivamente o nível de atividade física dos adolescentes. As variações na prevalência do comportamento sedentário conforme características sociodemográficas destacam a necessidade de considerar esses fatores ao desenvolver intervenções.

Como sugestão para enfrentar o desafio do comportamento sedentário e da inatividade física, é crucial implementar intervenções eficazes dentro do ambiente escolar. Programas que incorporam atividades físicas regulares e promovem a movimentação durante o horário escolar têm mostrado potencial significativo para reduzir o tempo sedentário e aumentar a atividade física. A integração dessas estratégias no currículo escolar, conforme recomendado por diretrizes nacionais e internacionais, é fundamental para promover a saúde e o

bem-estar dos adolescentes, contribuindo para uma geração mais ativa e saudável.

Claro! Aqui estão as referências no formato ABNT para a construção da introdução, discussão e resultados:

1. BAUMAN, A. et al. The descriptive epidemiology of sitting. A 20-country comparison using the International Physical Activity Questionnaire (IPAQ). **American Journal of Preventive Medicine**, v. 41, p. 228-235, ago. 2011. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.amepre.2011.05.003>>. Acesso em: 19 jul. 2024.
2. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990a.
3. CAFRUNI, Cristina Borges et al. Comportamento sedentário em diferentes domínios de mulheres adultas do sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2755-2768, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.30082018>>. Epub 08 jul. 2020. Acesso em: 19 jul. 2024.
4. COSTA, B.G.G. et al. Efeito de uma intervenção sobre atividade física moderada a vigorosa e comportamento sedentário no tempo escolar de adolescentes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720190065>>. Acesso em: 19 jul. 2024.
5. EKELUND, U. et al. Does physical activity attenuate, or even eliminate, the detrimental association of sitting time with mortality? A harmonised meta-

analysis of data from more than 1 million men and women. *The Lancet*, v. 388, n. 10.051, p. 1302-1310, 2016.

6. GUTHOLD, R. et al. Global trends in insufficient physical activity among adolescents: a pooled analysis of 298 population-based surveys with 1,6 million participants. *The Lancet Child & Adolescent Health*, v. 4, p. 23-35, jan. 2020. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(19\)30323-2](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(19)30323-2)>.

7. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>>.

8. LOURENÇO, C.L.M. et al. Comportamento sedentário em adolescentes: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Ciências e Movimento*, v. 26, n. 3, p. 23-32, 2018.

9. MENDONÇA, G.; PRAZERES FILHO, A.; BARBOSA, A.O.; FARIAS JÚNIOR, J.C.P. Padrões de comportamento sedentário em adolescentes de um município da região Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 23, p. 1–9, 2018. DOI: <10.12820/rbafs.23e0023>. Disponível em: <<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/13213>>.

12. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de atividade física para a população brasileira. 2021. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf>.

13. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Diretrizes da OMS sobre atividade física e comportamento sedentário. 2020. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/336>>.

14. OWEN, N.; HEALY, G.N.; MATTHEWS, C.E.; DUNSTAN, D.W. Too much sitting: the population health science of sedentary behavior. *Exercise and Sport Sciences Reviews*, v. 38, n. 3, p. 105-113, jul. 2010.
15. RAVAGNANI, F.C.P. et al. Usando os princípios let us play para maximizar a atividade física em aulas de Educação Física. *Revista Thema*, v. 15, n. 4, p. 1493-1498, 2018.

- Incentivando a leitura com o boneco Zeca (Daniela Aparecida Batista Titon; Meury Aparecida dos Santos; Michely Aparecida dos Santos; Nilson Carolino dos Santos)

Incentivando a leitura com o boneco Zeca

Daniela Aparecida Batista Titon

Meury Aparecida dos Santos

Michely Aparecida dos Santos

Nilson Carolino dos Santos

DOI: 10.5281/zenodo.12583073

Este projeto contém informações que irão auxiliar os professores da Educação infantil, que se deparam diariamente com dificuldades ou dúvidas de como inserir seus alunos para o mundo da leitura.

A função do educador nesse processo de incentivo ao mundo da imaginação é despertar nas crianças o desejo pela leitura desde a infância, para que eles vejam na literatura uma forma de aprender a ler, escrever e adquirir o hábito e interesse pelos estudos desde pequenos.

O ato de ler, não é apenas conhecer as letras do alfabeto, mas é a interação entre o leitor e o contexto que engloba esse mundo da leitura, e a base para o desenvolvimento das crianças, portanto, a escola tem como principal objetivo formar pessoas que sejam capazes de estudar a leitura do mundo e compreender que está se faz necessária para construir o conhecimento e agir na sociedade de forma crítica e criativa, nas diferentes realidades emocionais, culturais, econômicas e sociais, além de desenvolver suas potencialidades.

O principal objetivo deste projeto foi o de incentivar os alunos da Educação Infantil a gostar e sentir prazer pela leitura e também desenvolver a responsabilidade do cuidar.

Os principais autores utilizados foram buscados nas teorias de autores que analisam a leitura na fase inicial do ingresso escolar, que são elas, Emília Ferreiro e Ana Teberoski.

O boneco Zeca foi confeccionado por uma artesã da cidade de Matupá. Na sala de aula ele é um aluno, todos os dias cada criança da turma leva o Zeca para casa, ele vai com uma mochila contendo um livro de leitura e um pijama, a criança que levar o Zeca para sua casa terá responsabilidade de cuidar pessoalmente dele, à noite a criança terá que vestir o pijama do Zeca e quando for dormir contar à historinha que estiver na mochila do boneco.

No dia seguinte a criança contará sua experiência e também a historinha que contou para o Zeca, e outra criança o levará para casa.

Com este projeto obtivemos resultados positivos, pois ele vem sendo realizado á três anos e a cada ano o envolvimento e o interesse pela leitura vem crescendo cada vez mais pelos alunos envolvidos e o sucesso é notável.

A leitura é um processo que acontece na Educação Infantil, porém o primeiro contato com livros muitas vezes acontece em casa, e para formar cidadãos leitores é necessário que o início da leitura aconteça de forma agradável e prazerosa, pois assim adquirimos o gosto e o hábito pela leitura.

Encerramos esse assunto com as palavras de Martins (1994) e Bambuger (1975), onde falam que o sucesso ou insucesso dos alunos nas questões de leitura está direcionada á prática do professor e ainda afirmam que o professor seja o mediador de situações para que atinja sua aprendizagem de forma mais ampla.

Referências

BBC NEWS MUNDO.O que é a leitura profunda e por que ela faz bem para o cérebro. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59121175>

PLENAE. Ler para crescer: o que muda quando a leitura começa na infância?. 2022. Disponível em: <https://plena.com/para-inspirar/ler-para-crescer-o-que-muda-quando-a-leitura-comeca-na-infancia/>

RODRIGUES, Suzana Machado. A DE LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INCENTIVO NA FORMAÇÃO DE FUTUROS LEITORES. UNEMAT.

2015. Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/9653/5831/28925>.

- Inclusão nas aulas de Educação Física Escolar: Desafios e possibilidades para realização de práticas pedagógicas (Alessandro Spencer de Souza Holanda; Alana Carolina Costa Vêras)

Inclusão nas aulas de Educação Física Escolar: Desafios e possibilidades para realização de práticas pedagógicas

Alessandro Spencer de Souza Holanda¹⁶

Alana Carolina Costa Vêras¹⁷

DOI: 10.5281/zenodo.12773408

Resumo

Este artigo explora a temática da inclusão nas aulas de Educação Física escolar, abordando sua importância, desafios e estratégias efetivas para promover um ambiente educacional acessível e equitativo para todos os alunos. Através de uma revisão de literatura e análise de práticas pedagógicas, o estudo visa compreender como a inclusão é implementada nas aulas de Educação Física, identificar os principais obstáculos enfrentados pelos educadores e sugerir abordagens para aprimorar a prática inclusiva. Os resultados indicam que, apesar dos avanços, a inclusão plena ainda enfrenta desafios significativos, exigindo uma abordagem contínua e adaptativa.

Palavras chave: Desafios. Estratégias efetivas. Inclusão. Abordagem contínua e adaptativa.

Introdução

¹⁶Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

¹⁷Doutora em Ciências da Nutrição, do Esporte e Metabolismo pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestra em Bioquímica e Fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Nutrição Esportiva pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), licenciada em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A inclusão nas aulas de Educação Física é um tema crucial no contexto educacional contemporâneo, refletindo o compromisso com a equidade e a justiça social. A Constituição Brasileira e as Diretrizes Nacionais de Educação, bem como a Base Nacional Comum Curricular estabelecem que todas as crianças e jovens têm o direito a uma educação inclusiva que respeite suas necessidades e potencialidades (Brasil, 2018). Nesse sentido, a Educação Física, como componente curricular essencial, deve ser acessível a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades especiais.

A importância da inclusão nas aulas de Educação Física é amplamente reconhecida pela literatura acadêmica. Segundo Gorgatti e Costa (2013), a inclusão na Educação Física não apenas promove a participação física, mas também fortalece as habilidades sociais e emocionais dos alunos. Para Pontes, Rodrigues e Rodrigues (2021), a Educação Física inclusiva deve adaptar suas práticas para atender às diversas necessidades dos alunos, utilizando metodologias diferenciadas e recursos adequados.

No entanto, a implementação da inclusão na Educação Física enfrenta diversos desafios. Estudos apontam que muitos professores se sentem despreparados para lidar com a diversidade de necessidades presentes em suas turmas, devido à falta de formação específica em educação inclusiva (Greguol, Malagodi e Carraro, 2018). Além disso, barreiras físicas, como a inadequação das instalações esportivas, e barreiras atitudinais, como preconceitos e falta de sensibilidade, dificultam a plena participação de todos os alunos (Martins et al., 2019).

A formação de professores é um aspecto crítico para a efetividade da inclusão. Segundo Mantoan (2015), é essencial que os programas de formação inicial e continuada incluam conteúdos e práticas relacionados à educação inclusiva, para que os professores desenvolvam as competências necessárias para atender às diversas necessidades dos alunos. A capacitação dos educadores pode incluir o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e metodologias de ensino diferenciadas.

Além disso, políticas educacionais e práticas institucionais que apoiem a inclusão são fundamentais. A colaboração entre universidades e escolas pode proporcionar um suporte adequado aos professores e promover um ambiente escolar mais inclusivo (Glat e Pletsch, 2004). Programas de formação continuada e iniciativas de conscientização também são importantes para superar as barreiras atitudinais e promover uma cultura de respeito e aceitação (Papim et al., 2018).

O presente artigo tem como objetivo revisar a literatura existente sobre a inclusão nas aulas de Educação Física e analisar as práticas pedagógicas que têm se mostrado eficazes e identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores. Através dessa análise, busca-se fornecer recomendações para aprimorar a prática inclusiva na Educação Física escolar, contribuindo para uma educação mais justa e equitativa para todos os alunos.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada para este artigo foi a revisão de literatura, com foco na análise de estudos e publicações recentes sobre a inclusão em aulas de Educação Física. Os seguintes procedimentos foram seguidos:

As fontes de pesquisa: foram consultadas bases de dados acadêmicas, como Google Scholar, Scielo e ERIC, além de periódicos especializados em Educação Física e Educação Inclusiva. Utilizaram-se os termos “inclusão em Educação Física”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “educação inclusiva” e “acessibilidade nas aulas de Educação Física”

Os critérios de inclusão e exclusão: Foram selecionados artigos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos que abordam a inclusão em Educação Física. Foram excluídos estudos com foco exclusivo em outras áreas da educação ou que não apresentavam relevância direta para a inclusão nas aulas de Educação Física.

Referente a análise dos dados, se deu através de uma abordagem qualitativa e envolveu a identificação de temas recorrentes relacionados a práticas inclusivas, desafios enfrentados pelos professores e estratégias bem-sucedidas.

Para organização e síntese, os dados foram organizados em categorias temáticas e discutidos em relação aos objetivos do artigo, permitindo a identificação de padrões e insights relevantes.

Resultados

A revisão da literatura sobre a inclusão nas aulas de Educação Física escolar revela vários aspectos críticos que precisam ser abordados para promover uma prática realmente inclusiva. Os resultados podem ser organizados em três categorias principais: práticas pedagógicas inclusivas, desafios enfrentados pelos educadores e benefícios da inclusão.

Práticas Pedagógicas inclusivas

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas é essencial para garantir a participação de todos os alunos nas aulas de Educação Física. Gorgatti e Costa (2013), destacam a importância de adaptar as atividades físicas para atender às diversas necessidades dos alunos com deficiências. Isso pode incluir a modificação das regras dos jogos, o uso de equipamentos adaptados e a criação de atividades alternativas que permitam a participação de todos. Pontes, Rodrigues e Rodrigues (2021) sugerem que os professores utilizem metodologias de ensino diferenciadas, como o ensino cooperativo e a aprendizagem por meio de pares, para fomentar um ambiente de inclusão.

Desafios Enfrentados pelos Educadores

Apesar das boas práticas identificadas, os professores de Educação Física ainda enfrentam vários desafios na implementação da inclusão. Greguol, Malagodi e Carraro (2018) apontam que muitos professores se sentem despreparados para lidar com a diversidade de necessidades presentes em suas turmas devido à falta de formação específica em educação inclusiva. Mantoan (2015), enfatiza a necessidade de programas de formação inicial e continuada que incluam conteúdos relacionados à educação inclusiva. Essa formação deve abordar o uso de tecnologias assistivas, a adaptação curricular e a aplicação de metodologias de ensino inclusivas.

Além da formação inadequada, barreiras físicas e atitudinais também dificultam a inclusão. Martins e colaboradores (2019) identifica que a inadequação das instalações esportivas, como a falta de acessibilidade em quadras e piscinas, é uma barreira significativa. Barros (2017) reforça que barreiras atitudinais, como preconceitos e falta de sensibilidade por parte dos educadores e colegas de classe, ainda são prevalentes, dificultando a participação plena dos alunos com deficiências.

Benefícios da inclusão

A inclusão nas aulas de Educação Física traz benefícios tanto para os alunos com deficiências quanto para os demais alunos. Papim e colaboradores (2018). afirma que a prática inclusiva promove valores como empatia, respeito e cooperação, beneficiando o ambiente escolar como um todo. Além disso, Gorgatti e Costa (2013), destacam que a inclusão fortalece as habilidades sociais e emocionais dos alunos, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Glat e Pletsch (2004) sugerem que políticas educacionais que promovam a inclusão podem criar um ambiente mais acolhedor e equitativo, facilitando a participação de todos os alunos nas atividades escolares.

Os resultados da revisão de literatura também apontam a importância de políticas educacionais e práticas institucionais que apoiem a inclusão. A colaboração entre universidades e escolas pode proporcionar suporte adequado aos professores, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo (Glat e Pletsch, 2004). Programas de formação continuada e iniciativas de conscientização são fundamentais para superar as barreiras atitudinais e promover uma cultura de respeito e aceitação (Papim et al., 2018).

Considerações finais

Em resumo, a inclusão nas aulas de Educação Física escolar é uma prática fundamental que enfrenta diversos desafios, mas que também oferece inúmeros benefícios. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas, a superação de barreiras físicas e atitudinais e a formação adequada dos professores são aspectos cruciais para promover uma educação mais justa e equitativa para todos os alunos. É necessário um esforço contínuo de todos os envolvidos na educação para garantir que as aulas de Educação Física sejam verdadeiramente inclusivas.

Referências

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (Orgs.). *Inclusão Escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MARTINS, L. T.; VENDITTI JUNIOR, R.; TERTULIANO, I. W.; BRUM, A. N.; LIMA, M. E.; ROCHA, T. C. A. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia?. Caderno de Educação

Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, p. 185–192, 2019. DOI: 10.36453/2318-5104.2019.v17.n2.p185. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/19766>.

PONTES, Tiago Magalhães; RODRIGUES, Marciana Aguiar; RODRIGUES, Marília Aguiar. Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para a inclusão. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 18, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/18/educacao-fisica-inclusiva-a-informacao-e-a-chave-para-a-inclusao>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3. ed. Barueri: Manole, 2013.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Revista Benjamin Constant*, Brasília, v. 10, n. 29, p. 3-8, 2004.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 1, p. 33–44, 2018.

- O aluno com transtorno do espectro autista em sala de aula (Jossivania Costa Silva; Marilene de Souza Silveira Carvalho; Beatriz Nayara Ferreira da Silva; Veridiana de Araújo Sobrinho; Maura Sirlene Morilha Leão)

O aluno com transtorno do espectro autista em sala de aula

Jossivania Costa Silva

Marilene de Souza Silveira Carvalho

Beatriz Nayara Ferreira da Silva

Veridiana de Araújo Sobrinho

Maura Sirlene Morilha Leão

DOI: 10.5281/zenodo.12752933

RESUMO

Atualmente ainda há barreiras enfrentadas pelos professores pois muitas vezes não sabem como ensinar os alunos com NEE (necessidades educacionais especiais). Por isso, os docentes precisam estudar, pesquisar para compreender que é necessário ir além do diagnóstico de seu aluno com TEA (transtorno do espectro autista), pois uma inclusão efetiva auxilia positivamente em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. O objetivo geral analisar as possíveis práticas pedagógicas que o professor pode atuar na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista. Optou-se pela revisão bibliográfica que possibilita um amplo acesso a informações para se atingir o objetivo proposto. Conclui-se que devemos proporcionar um ambiente escolar que auxilie na integração do aluno com TEA, de modo que possam participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem, trocando experiências e promovendo uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: TEA. Inclusão. Práticas Pedagógicas.

Introdução

Durante muito tempo os portadores de deficiência estiveram fora do contexto social, por serem considerados como incapazes de adaptar-se a esse contexto. Além disso, a história das pessoas com deficiência é marcada por fatos de exclusão, marginalização, abandono e tortura, pois acreditava-se que as deficiências eram um castigo divino ou maldição e por isso as pessoas com qualquer deficiência não tinha direito a vida. Houve uma fase da história que o aluno com deficiência era apenas integrado ao ensino regular para que

tivesse uma vida normal, mas ele deveria se adaptar ao método tradicional de ensino. Todavia, Gil (2015) afirma que na Lei nº 7044/1982, em seus artigos 4º e 8º determinava adaptações curriculares para atender as dificuldades individuais das crianças. O artigo 208º desta lei, determina que o Governo garanta o atendimento educacional especializado as crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Gil (2015) acrescenta que a Lei nº 7853/89, em seu artigo 8º, obriga as escolas a aceitarem alunos com deficiência. Por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 determina como dever do Estado garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito aos alunos com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento educacional especializado é um conjunto de práticas pedagógicas de acessibilidade para formação dos alunos no ensino regular e deverá envolver a família deste aluno bem como estar de acordo com as Políticas Públicas. Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado tem como função promover condições de acesso, participação e aprendizagem, utilizando recursos pedagógicos que ajudem os alunos com necessidade especiais em sua caminhada escolar.

Neste trabalho será abordado o tema inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) no ambiente escolar. As crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista costumam ter resistência ao aprendizado mais amplo, pois geralmente desenvolvem interesse por alguma área específica. Dessa forma, como o professor deve atuar sobre esses interesses do educando com TEA? Como despertar o interesse e estimular a concentração do educando com TEA?

Em relação a inclusão espera-se concluir que é necessário que os professores invistam em conhecimento, principalmente para lidar com o TEA, para adequar sua prática pedagógica bem como o ensino e currículo, de forma a atender as necessidades educacionais especiais de crianças com TEA.

Com isto este trabalho tem como objetivo geral analisar as possíveis práticas pedagógicas que o professor pode atuar na inclusão do aluno com

transtorno do espectro autista. Sendo os objetivos específicos identificar as características de um aluno com TEA; verificar como um aluno com TEA reage as práticas de inclusão; conhecer a rotina de um aluno com autismo na escola.

Atualmente ainda há barreiras enfrentadas pelos professores pois muitas vezes não sabem como ensinar os alunos com NEE. Por isso, os docentes precisam procurar estudar, pesquisar para compreender que é necessário ir além do diagnóstico de seu aluno com TEA, pois uma inclusão efetiva auxilia positivamente em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Espera-se com este trabalho, trazer contribuições das literaturas para a inclusão dos alunos com TEA nas salas de aula do ensino regular, bem como auxiliar como adequar estes alunos de modo a garantir o seu melhor desenvolvimento.

Desenvolvimento

Segundo Bianchi (2017) o conceito de autismo surgiu na Grécia e significa “dentro de si mesmo”. Os Transtornos do Espectro Autista são complexos e por isso tem sido o foco de muitas pesquisas. Recentemente temos o Projeto Genoma do Autismo que reúne vários pesquisadores da Universidade de São Paulo em busca dos genes responsáveis pelo autismo, onde se acredita que o autismo carrega características genéticas e não ambientais, como se acreditava em 1940.

Bianchi (2017) acrescenta que Eugen Bleuler foi um grande estudioso da esquizofrenia e foi o primeiro a utilizar o termo autismo, em 1911 como forma de definir a fuga da realidade dos pacientes esquizofrênicos. Seus pacientes tinham características como perda da lucidez, perda da capacidade de julgamento e de realizar escolhas, e se manifestavam em indivíduos mais velhos. Alguns indivíduos começaram a manifestar outras características na qual Bleuner definiu como Demência Precoce, pois acreditava que era um novo tipo de esquizofrenia que se manifestava em jovens.

Segundo Praça (2011) com a passar do tempo o autismo atingiu nova indicação de acordo coma área de interesse dos autores como: Esquizofrenia Infantil, usada por Bender em 1947, já que para ela o autismo era uma forma mais precoce da esquizofrenia; Desenvolvimento Atípico do Ego, Usado por Rank, em 1949 que se fundamentava em sua visão psicanalítica; Psicose Simbiótica, aplicada por Mahler em 1952, já que relacionava a razão do autismo ao relacionamento mãe e filho; Pseudo-Retardo ou Pseudo-Deficiente, novamente por Bender em 1956 na experiência de distinguir retardo mental e autismo; Psicose Infantil, Psicose da Criança ou Psicose de Início Precoce, empregada por Rutter em 1963 para denominar sinônimos de autismo quando as particularidades são notadas antes dos 36 meses de vida.

Contudo, Bianchi (2017) afirma que apesar de Bleuler ter sido o primeiro a conhecer o autismo, Leo Kanner, em 1943 percebeu em onze pacientes infantis (8 meninos e 3 meninas) várias características em comum, que eram diferentes dos pacientes com esquizofrenia: problemas quanto à interação social, alguns dominavam a linguagem verbal enquanto que outros não se comunicavam oralmente, possuíam movimentos corporais repetitivos e estereotipados, resistência à mudança de rotina, entre outras características. Além disso, Kanner concluiu que apesar das crianças autistas serem inteligentes, elas terão dificuldades com o pensamento simbólico e abstrato.

Segundo Bianchi (2017) o conceito de autismo definido por Kanner, é aceito até os dias de hoje, mas houve mudanças sobre a origem do transtorno. Durante alguns anos acreditou-se que o autismo era causado por indiferença dos pais, portanto ao final da década de 1950 os pais foram aconselhados a serem mais carinhosos com seus filhos alegando que a afetividade era fundamental para o desenvolvimento da criança.

Bianchi (2017) acrescenta que o autismo pode ter origem em alguma patologia durante a gestação ou nos primeiros anos de vida (virose, rubéola, toxoplasmose, etc.). A dificuldade de chegar a um diagnóstico acontece porque os autistas apesar de semelhantes são diferentes, mas não podemos negar o caráter biopsicossocial, ou seja, há fatores biológicos e psicológicos.

Esta última, apesar de não causar o autismo, ela influencia no agravamento dos comportamentos do indivíduo com o transtorno.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que geralmente é diagnosticado, na criança por volta dos três anos de idade, como um distúrbio neurológico que compromete a habilidade da criança na comunicação, na interação com outra criança e na maneira convencional de aprender. Além disso, também é caracterizado por comportamentos, atividades e interesses restritos, repetitivos e estereotipados. (SILVA, ALMEIDA, ..., p. 73).

O direito da inclusão de crianças autistas na escola foi previsto pela Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista alterando o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990: Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Art. 3º- São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Percebemos que a legislação favorece a inclusão dos alunos com TEA, dando-lhes o direito ao ensino adaptado as suas necessidades e potencialidades. Dessa forma, é função da escola promover reformas pedagógicas que dão suporte ao movimento de inclusão no ambiente de ensino. Para ser feita a intervenção com o autista, é preciso o máximo de precisão durante o diagnóstico. Para isso, existem alguns parâmetros de

referência que analisam os comportamentos, além da história de vida da criança e sua gestação. As técnicas são elaboradas a partir de documentos oficiais como o Manual Diagnóstico e Clínico dos Transtornos Mentais(DSM) como:questionários, entrevistas, observações clínicas, etc.

Segundo Praça (2011) existem três definições de autismo aceitas atualmente. A Sociedade Nacional para Crianças Autistas define o autismo como uma diferença no desenvolvimento que se manifesta nos primeiros anos de vida e vai se agravando ao longo da vida do indivíduo. Cinco em cada dez mil crianças nascem com este transtorno e ele é quatro vezes mais comum em meninos que meninas.

A Organização Mundial da Saúde e a Associação Americana de Psiquiatria foram atualizadas em 1993, na qual o CID-9 passou a ser o CID-10 alterando a definição de autismo. Dessa forma, o autismo foi determinado como um Transtorno Global do Desenvolvimento e classificado como um desenvolvimento anormal, que ocorre até os três anos, apresenta perturbação para interagir e se comunicar, possui comportamento repetitivo.

Dentre as características dos alunos autistas, segundo Praça (2011) estão: evitam contato visual, repete muitas palavras e frases, gostam de ficar sozinhos, não atendem as ordens verbais, apresentam dificuldades para se relacionar com as pessoas, gostam de rotinas, podem ou não desenvolver a linguagem, cheira e lambe brinquedos, não possuem boa habilidade motora, entre outras características que são apresentadas diferentemente em cada autista. Ambrós e Oliveira (2017) acrescentam que dentre as características do autismo também estão: dificuldades na compreensão de metáforas e duplos sentidos, estresse na mudança de rotina, empecilho em interpretar sinais, comportamentos motores repetitivos, entre outros.

É importante enfatizar que o autismo não é facilmente identificado, mas com as características identificadas acima podemos perceber que as crianças com TEA possuem discrepância em níveis de desenvolvimento. O autismo não tem cura, mas pode melhorar com o tratamento adequado que se baseia

na estimulação sensorial, mudança do comportamento, educação, medicação, dietas e suplementos alimentares.

Historicamente é possível perceber que a sociedade tem uma tendência a excluir ou afastar o que lhe é desconhecido, isto acontece porque houve um tempo na qual se acreditava que as crianças com algum tipo de deficiência eram amaldiçoadas e por isso foram escondidas, abandonadas e até mortas.

Contudo, Bianchi (2017) afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos bem como a Constituição Federal de 1988 determina que a educação é um direito de todos os indivíduos, colaborando assim para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

Mas para que a inclusão realmente aconteça é preciso que se façam adaptações curriculares, se apliquem novas metodologias de ensino e quando necessário até adaptações físicas para que todos os alunos possam ser realmente incluídos no ambiente escolar e consigam participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Isto é garantido na Resolução nº 2/2001 em seu art. 2º: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”.

Bianchi (2017) acrescenta que para que haja a inclusão do aluno autista é preciso aliar outras maneiras de intervenção como os métodos clínicos e psicoeducacionais que juntamente com a convivência com as outras crianças espera-se que o autista consiga sair da solidão para viver em sociedade. Além disso, o professor precisa ser preparado para atuar com essas crianças, por meio de formação continuada para que ele saiba onde procurar auxílio quando precisar.

As crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista costumam ter resistência ao aprendizado mais amplo, pois geralmente desenvolvem interesse por alguma área específica. Dessa forma, a intervenção do professor deve atuar sobre esses interesses do educando propondo formas

atraentes de aprendizagem e estimulando a concentração do aluno nas tarefas.

Ambrós e Oliveira (2017) acrescentam que é necessário que os educadores planejem aulas interessantes que prendam a atenção dos educandos, investigando estímulos, assuntos que os alunos gostem e também conhecer o que ele já sabe. É fundamental que os professores trabalhem os interesses da turma, adequando os conteúdos de acordo com as necessidades e potencialidades de cada criança, pois isso favorece a inclusão da criança com autismo. É importante um olhar diferenciado no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA, buscando um caminho para a participação e aprendizagem afetiva deles. Visando essa participação ativa, Tony Booth e Mel Ainscow (2000 *apud* KUBASKI, 2013) comenta sobre estes conceitos:

1. Presença: sem classes separadas ou outra segregação, se o aluno participa de práticas conjuntas ou separadas de seus colegas, como a frequência desse aluno na escola, o local que esse aluno está inserido, correspondência entre o ano escolar e a idade cronológica. 2. Participação: qualidade de experiências educacionais; tais como o engajamento do aluno em atividades conjuntas. 3. Aceitação: pelos professores, colegas e equipe da escola, ou seja, relação com colegas, professores e demais funcionários da escola, melhores amigos, quem o auxilia, quem ele busca. 4. Aprendizagem: ganhos acadêmicos, emocionais e sociais, por exemplo, como é realizada a avaliação desse aluno, principais recursos e dificuldades, etc. (BOOTH;AINSCOW, 2000 *apud* KUBASKI, 2013, p. 24)

Além disso, a troca de experiência com os colegas de classe é fundamental, para que o aluno com TEA possa aprender mas também colaborar com a aprendizagem. Essa prática colaborativa contribui positivamente para a formação do aluno com NEE tornando a sala de aula um ambiente de acolhimento e verdadeiramente inclusivos (AMBRÓS; OLIVEIRA, 2017).

Conclusão

Podemos perceber que a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista ainda não acontece de forma efetiva pois há muitas barreiras encontradas pelos educadores da educação básica. Além disso, é necessária uma mudança tanto na estrutura física quanto pedagógica nas escolas, adaptando o ensino e aprendizagem e utilizando recursos diferenciados para trabalhar com o aluno com TEA juntamente com os colegas de classe promovendo assim, uma troca de experiências entre eles.

Dessa forma, vimos a importância da inclusão do aluno com TEA na sala de aula, de modo a contribuir com o seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Por isso devemos proporcionar um ambiente escolar que auxilie na integração do aluno com TEA, de modo que possam participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem, trocando experiências e promovendo uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

É necessário que se tenha o envolvimento da escola e da comunidade, além de condições físicas e pedagógicas adequadas para atender as necessidades dos alunos com TEA e garantir o acesso e permanência dos mesmos. O professor precisa manter um olhar atento às necessidades das crianças focando em suas potencialidades e não em suas dificuldades incluindo-os ativamente no processo de ensino e aprendizagem.

É necessário que o professor olhe para a criança independente se possui autismo ou não, sem considerar sua deficiência, mas como um sujeito capaz de aprender. Todos possuem condições de aprender desde que o professor faça este olhar reflexivo e tenha consciência daquilo que se quer ensinar.

Referências

AMBRÓS, D. M. OLIVEIRA, G. P. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão.** 1º Seminário luso- brasileiro de educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão. 2017. Disponível em <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/anais/i->

seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-3/completo-3.pdf> Acesso em 08 jun. 2024.

BIANCHI, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades.** – Franca : [s. n.], 2017. 126 p.

BRASIL. **Lei nº 12.764/2012**, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Marta. (2015). **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência.** Disponível em <<http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>> Acesso em 08jun. 2024.

KUBASKI, C. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo na perspectiva de seus professores: estudo de caso em quatro escolas do município de Santa Maria/RS.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular.** 2011. Disponível em <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>> Acesso em 07jun. 2024.

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, Amélia Leite de. **Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: Desafios e possibilidades.** 2012. Disponível em <<http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/viewFile/1923/2198>> Acesso em 05jun. 2024.

- O bibliotecário no processo de incentivo à leitura e a biblioteca (Iraci Zottis)

O bibliotecário no processo de incentivo à leitura e a biblioteca

Iraci Zottis

DOI: 10.5281/zenodo.12611774

RESUMO

As bibliotecas são importantes no desenvolvimento da leitura, já que constituem um espaço para aprender e ter acesso a novos conhecimentos. Com as mudanças que ocorrem constantemente em nosso meio o bibliotecário deve unir esforços, agir em parceria com a sociedade e explorar os benefícios para a formação de novos leitores. Neste trabalho coloca-se que mesmo com as mudanças que o mundo vem nos trazendo e existem vários fatores negativos em relação a leitura, o bibliotecário junto com a sociedade em geral deve desenvolver projetos que incentive e contribuam para a formação de leitores. A biblioteca ainda é vista por muitos como um lugar onde deve ter silêncio absoluto, mas isso já está bem ultrapassado e por isso o bibliotecário deve desenvolver projetos onde mostra que a biblioteca é um ambiente que oferece além de livros outros meios de interagir como internet, brinquedos lúdicos. A biblioteca deve ser um ambiente onde oferece conhecimentos, divertimento e que esteja inserida desde cedo na vida dos cidadãos. Conclui-se que, o profissional bibliotecário, a sociedade, a escola e a família devem explorar seus potenciais em parcerias para desenvolver um bom trabalho em benefício de bons leitores, assim atendendo às necessidades por meio do desenvolvimento de ações em benefício da biblioteca, tornando-a um ambiente agradável para a leitura e pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecário. Biblioteca. Incentivo à leitura. Leitura.

Introdução

O vida vem sendo modificada constantemente com o acelerado fluxo de informação. Portanto, faz-se necessário ter acesso à informação, sendo um destes meios a leitura. Assim é possível possibilitar a formação de cidadãos mais capazes e conscientes de seus deveres, direitos e com uma visão mais ampla do ser humano e do próprio mundo para compreender as constantes mudanças que ocorrem na sociedade moderna, onde está sobrecarregada de informações.

As mudanças vêm ocorrendo constantemente na sociedade e tem muita influência no comportamento social e cultural das pessoas, assim o indivíduo

deve ter sempre uma evolução neste processo, assim contribuem para o crescimento e a dignidade garantindo a sobrevivência em um mundo competitivo.

O bibliotecário tem uma das principais funções, a de transmitir informações dentro da biblioteca, cabe, portanto, a este profissional atender as necessidades e demandas dos usuários e buscar, incentivar a leituras de lazer e informativa, assim contribuindo para a formação de leitores e pessoas mais hiptas ao exercício da cidadania.

Hillesheim e Fachin (2003/2004, p. 4) menciona que:

Desta forma, conquistando o leitor, as bibliotecas se transformam em um local onde a educação, o ensino e o lazer poderão encontrar-se, permitindo o acesso às informações a todos e contribuindo na formação de cidadãos. A biblioteca justifica sua própria existência no desempenho das atividades de ensino, cultura e lazer desenvolvido dentro do ambiente escolar.

O adulto é intermediário entre os livros e a criança, assim dentro do ambiente familiar os responsáveis possibilitam o primeiro contato com os livros, onde desperta o imaginário, a curiosidade por meio da prática de contação de histórias, assim quando a criança entrar na escola já tem uma assimilação com os livros onde facilitará o trabalho do bibliotecário e do docente que dará continuidade na formação de novos leitores. O processo de ensino/aprendizagem necessita da leitura, já que ela desenvolve o prazer pela busca do conhecimento e a construção do saber, sendo, portanto, de grande importante que desde a infância o indivíduo tenha contato com livros.

A leitura deve ser estimulada, assim conforme o tempo passa ela não se tornara uma obrigação e sim um momento de prazer. A escola tem papel fundamental neste processo, em que o professor na fase de alfabetização deve estar sempre em contato com os livros juntamente com as crianças, isto é, levar as crianças na biblioteca da escola onde elas mesmas conheçam e descubram o quanto encantador e um livro, assim a leitura tornasse um momento de prazer e não um simples cumprimento de tarefas, descobrindo o que o livro traz uma associação com a nossa realidade.

Sobre isto Hoffmann (1996, p.19) menciona que

Ensinar a gostar de ler deve ser a preocupação de todos os educadores que, em nossa sociedade se dão conta de que a alfabetização não pode ser uma atividade apenas mecânica e didática desligada do contexto cultural e das motivações mais profundas que o ato de ler pode despertar no eventual ou potencial leitor, em especial na criança.

A biblioteca é um ambiente que traz grande contribuição para formar bons leitores, assim é importante que tenha um acervo atualizado, aconchegante e que faça parte do currículo da escola, assim as crianças iram utilizar a biblioteca com mais frequência, pois é na escola que muitas crianças iram conhecer e ter o primeiro contato com uma biblioteca e livros.

De acordo com este trabalho, ele nos mostra a importância, na formação de leitores, apontando a importância no ato de ler mostrando o contexto da biblioteca para incentivo da leitura e a importância do bibliotecário nesta atividade, que para formar bons leitores é necessário incentivo à leitura. Assim possibilitou a seguinte questão: Como o bibliotecário e a biblioteca, influenciam na formação de leitores? Para essa resposta, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, sendo consultados livros, artigos e discussões sobre o tema. A leitura deve ser incentivada desde a infância, mas nunca e tarde para se tornar um leitor.

Desenvolvimento

A leitura não é um simples acesso a escrita, é um processo diferente para cada ser humano, atribuindo ou descartando informações obtidas.

Nesse contexto:

A leitura é prática social das mais importantes na aquisição da informação. Assim, é vista como ferramenta útil ao trabalho, ao desenvolvimento profissional e, portanto, ligada à questão econômica e à luta pela inserção social. Informação e conhecimento articulam-se, mas apresentam-se distintamente. (BARRETO, 2006, p. 55).

Assim percebe-se que a leitura a partir disso é um processo que deve ser colocado em todas as classes sociais para intensificar o conhecimento proporcionando o desenvolvimento. A biblioteca é um ambiente muito importante no apoio de projetos, assim como o bibliotecário é um profissional com habilidades para buscar e indicar material apropriado para o usuário, podendo participar e organizar as atividades.

Conforme Viapiana (2008):

É importante que o bibliotecário reflita sobre os desafios apresentados à frente: a necessidade de construir uma necessidade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade e o acesso democrático à ciência e a tecnologia, com responsabilidade social.

A leitura é indispensável incentivar o aprendizado e a criatividade, ela é um fator permanente promovendo a interação entre pessoas, diálogo, troca de experiências e convivência social. É neste contexto que a biblioteca atinge o papel de intercessora tornando-se capaz de modificar o nosso cotidiano.

Neste sentido, Souza (1993, p.17), enfatiza que:

Diante desse fato, a leitura adquire um novo significado: é instrumento da autoeducação como forma de acompanhar o acelerado desenvolvimento da tecnologia na contemporaneidade e de propiciar a ação do homem sobre o mundo, transformando-o com o seu conhecimento (SOUZA, 1993, p.17).

Compreende-se, portanto, que a leitura é um processo utilizado a todo momento, assim proporcionando um meio de controle de sobrevivência na informação. A informação chega a todo momento, por isso, se faz preciso que a leitura seja praticada como um processo crítico, possibilitando a construção do indivíduo.

Conforme enfatiza Hoffmann (1996, p. 20)

A leitura faz com que o leitor entre num processo de participação dos valores culturais da humanidade! A pessoa que lê se torna mais consciente da realidade que a cerca, conseqüentemente se torna mais livre e tornando-se mais livre torna-se mais responsável e dentro de uma linha de evolução tornar-se-á mais feliz.

Para que o conhecimento se desenvolva é importante incentivar a leitura, esse incentivo deve ser no espaço familiar e na sala de aula.

Souza (1993, p.17) destaca que:

A leitura também contribui para a formação do ser humano, uma vez que oferece assuntos para reflexão e experiências que possibilitam o despertar de emoções e o estabelecimento de parâmetros, desencadeando a autocompreensão e a compreensão do mundo.

Hillesheim e Fachin destacam que (2003/2004, p.4)

[...] os serviços bibliotecários de incentivo à leitura, integrados ao processo de ensino–aprendizagem, favorecem o desenvolvimento e consolidação do hábito de leitura nas crianças e do senso crítico, pois é nesta fase inicial da vida escolar que se criam as raízes e o fortalecimento do ser humano como um ser consciente e crítico do espaço que ocupa.

O bibliotecário pode promover uma mudança na biblioteca, adequando o acervo presente na biblioteca, fazendo assim uma seleção das obras para cada perfil de usuários. Disponibilizar livros didáticos para a compreensão do conteúdo, livros voltados ao lazer ajudando a desenvolver o gosto pela leitura, assim desenvolvendo a capacidade intelectual, crítica e cultural do usuário. O bibliotecário pode trabalhar fora da biblioteca, beneficiando crianças e adultos.

Conclusão

Conforme este trabalho é possível ver a importância que a leitura nos traz, a com a dedicação de um conjunto que é a escola, família e a biblioteca, assim as dificuldades que forem surgindo serão facilmente resolvidas com resultados surpreendente, mudando os caminhos, mas isso se deve ao incentivo de escola, bibliotecários e família.

É com a ajuda da leitura que o ser humano desenvolve sua cultura e moral, assim, a biblioteca é um espaço aliada na educação, fornecendo a

entrada livre para à informação, à cultura o pensamento e o conhecimento, fornecendo conteúdos importantes para a sociedade.

A leitura é fonte de prazer e informação, assim nas escolas ou em casa, a maneira como o processo de leitura vem sendo trabalhado, eventualmente não ocorre de maneira a propiciar que a criança sinta prazer em ler. A leitura deve ser espontânea para que o leitor crie suas próprias ideias e expectativas, mas essa não é uma tarefa fácil, exige dos professores, bibliotecários e familiares uma ação educativa para que se transforme um processo de lazer e aprendizagem

Embora em nosso país ainda falta muito para termos apoio constante à leitura se faz necessário que as bibliotecas em conjunto com as escolas e sociedade desenvolvam projetos e atividades que incentivem a leitura, propondo estratégias e práticas que fomentem a leitura principalmente nas bibliotecas das escolas.

A leitura forma cidadãos conscientes de seus deveres e direitos e críticos, assim sendo capaz de selecionar as informações relevantes, e para isso as bibliotecas exercem habilidades de leituras, estudos e pesquisas.

O bibliotecário é um profissional de suma importância para constituir um bom ambiente, pois ele implementa e revitaliza a biblioteca onde funcione como um espaço sociocultural. O bibliotecário deve valer-se de atitudes capazes de transformar a biblioteca na qual está atuando em centro cultural e educativo, dinâmico e agradável que a sociedade em geral comece a tomar gosto pela leitura.

A biblioteca não é um local onde só tem paredes ela tem livros, projetos de incentivo à leitura, interação familiar, social, formando cidadãos sociáveis, e com conhecimento cultural muito vasto.

Referências

BARRETO, Ângela Maria. Leitura: suas categorias de produção de sentidos nas novas e antigas formas de acesso à informação. In: CARVALHO, Kátia de; SCHWARZELMULLER, Anna Friedericka (Org.). **O ideal de disseminar**: novas perspectivas, outras percepções. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 55-75.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. **Biblioteca Escolar**: relato de experiência. Disponível em: Acesso em: 11 jun. 2023.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar e a leitura. **Rev. ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v.8/9, p.35-45, 2003/2004.

HOFFMANN, Rosemira da Silva. **A aprendizagem da criança pela leitura**. Florianópolis: UFSC, 1996.

MOORE, Nick. A sociedade da informação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A informação**: tendências para o novo milênio. Brasília, 1999. p.94-108.

SOUZA, Maria Salete Daros de. **A conquista do jovem leitor**: uma proposta alternativa. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993. 17 -114 p.

VIAPIANA, Noeli. **A contribuição do profissional bibliotecário nos desafios da inclusão social**. 2008. Webartigos.com, 2008. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2023.

**- O desenvolvimento do Psiquismo a partir do jogo de faz de conta na
educação (Paula Caroline Alves de Oliveira)**

O desenvolvimento do Psiquismo a partir do jogo de faz de conta na educação

Paula Caroline Alves de Oliveira

DOI: 10.5281/zenodo.12636334

RESUMO

Este artigo objetiva compreender o jogo de faz-de-conta como atividade principal das crianças na educação infantil, pois esta atividade demonstra uma forma peculiar da relação da criança com a realidade, e como essa atividade promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Sendo assim, entendemos o jogo de faz de conta traz para o desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar, a partir dos pressupostos trazidos pela teoria Histórico-Cultural, em principal pelos estudos de Vigotsky (1996, 1931) e estudiosos da mesma vertente teórica. O estudo considera o desenvolvimento da criança na educação infantil, bem como o que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) estabelecem para a educação nesta etapa da escolarização básica e o jogo de faz de conta como atividade principal a partir da teoria histórico-cultural. Para tanto, realizou-se um estudo de cunho teórico, ou seja, foram utilizados bibliografia já existente para o desenvolvimento desse artigo. A partir da pesquisa, evidenciou-se que o desenvolvimento é um processo de apropriação da cultura humana, o qual se distancia de explicações naturalizantes, pois o desenvolvimento não se trata de um processo linear, de etapas subseqüentes. Ao invés disso, o processo de desenvolvimento é entendido como dialético, repleto de idas e vindas, já que é revolucionário (VIGOTSKY, 1931). Diante dessa compreensão de desenvolvimento, a educação infantil e o jogo de faz de conta nesta etapa da escolarização, precisam de intencionalidade pedagógica, sem abrir mão do ensino nos momentos de brincadeira.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Educação Infantil. Jogo de faz de conta.

Introdução

O estudo se desenvolveu a partir do seguinte problema: Como o jogo de faz-de-conta incide no desenvolvimento das crianças na educação infantil?

A partir da problemática apresentada, este TCC objetiva compreender o jogo de faz-de-conta como atividade principal das crianças na educação infantil, pois demonstra uma forma peculiar da relação da criança com a realidade, e como essa atividade promove o desenvolvimento das funções

psicológicas superiores. Além do objetivo geral, os objetivos específicos serão: realizar um levantamento teórico sobre o jogo de faz-de-conta a partir da teoria histórico-cultural; compreender o que a Base Nacional Comum Curricular apresenta para o desenvolvimento das crianças e entender as possibilidades dessa atividade no contexto escolar.

Para tanto, realizou-se um estudo teórico, ou seja, um estudo bibliográfico, já que foram utilizadas pesquisas já existentes sobre a temática. As pesquisas já existentes se constituem como importante referencial para os novos estudos, de modo que subsidiam as argumentações construídas.

Além disso, apresentaremos análises sobre o desenvolvimento cultural a partir da teoria Histórico-cultural, já que essa compreensão altera todas as explicações para o desenvolvimento das crianças da educação infantil. Sobre o desenvolvimento cultural da criança, é importante considerar que as atividades como o jogo e a brincadeira não são atividades naturais, visto que elas precisam ser mediadas e realizadas intencionalmente.

Para embasamento teórico, serão utilizadas as obras de Vigotsky (1996, 1931) e demais pesquisadores que utilizam a mesma vertente teórica, e como tal, consideram a natureza social do jogo. Entre eles, apresentaremos as considerações de Martins (2013, 2006), Arce e Simões (2006) e Saviani (2013).

Também serão utilizados os documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (BRASIL, 2018), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2013) e Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998). As análises desses documentos demonstram como o conceito de brincadeira na educação infantil se alterou no decorrer do tempo e o quanto ainda precisamos avançar nos estudos que possibilitam a compreensão dessa atividade como atividade principal.

Metodologia

O estudo foi realizado a partir de um estudo de cunho bibliográfico, já que se realizará um levantamento teórico das produções já existentes sobre a o jogo de faz de conta e o desenvolvimento da criança na educação infantil. O levantamento bibliográfico se constitui uma importante ferramenta para a compreensão da realidade objetiva, pois concentra a parte da produção humana. Neste levantamento bibliográfico foram selecionados os trabalhos já realizados sobre o tema, a fim de fornecer informações relevantes para análise (LAKATOS e MANCONI, 2003). Vale destacar que este levantamento levou em consideração as produções que compartilham da mesma vertente teórica da Teoria Histórico-Cultural.

Diante das pesquisas realizadas em livros físicos e em plataformas digitais (Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes) foram selecionados artigos a partir dos resumos. Os artigos selecionados, se tornaram alvos de estudo, a fim de avaliar se auxiliariam na elaboração teórica deste TCC. Sendo assim, as seleções prévias foram importantes para o desenvolvimento posterior deste estudo.

Outro aspecto considerado na pesquisa diz respeito à necessidade da criança da educação infantil ser compreendida a partir dos aspectos materiais, isso significa que as análises realizadas levarão em consideração as condições objetivas da própria escola, isso porque, de acordo com a teoria histórico-cultural, a compreensão da totalidade requer que as condições materiais não sejam retiradas do contexto das quais pertencem.

Revisão bibliográfica/ Estado da arte

O Desenvolvimento cultural

A fim de compreender o desenvolvimento cultural da conduta, trataremos de considerá-lo como um processo vivo, dialético e repleto de conflitos, e como tal, de contradições, já que as funções naturais se chocam e entram em conflito

com as funções de origem cultural. Neste processo dialético ainda que as funções naturais sejam negadas e superadas no decorrer do desenvolvimento, elas não deixam de existir, pois uma das teses fundamentais da teoria “é o reconhecimento da base natural das formas culturais do comportamento” (VYGOTSKY, 1931 p. 151).

Na tentativa de aclarar o conceito de desenvolvimento cultural das funções psíquicas superiores, Vigotsky (1931) aponta para a necessidade de superação dos conceitos que definem o desenvolvimento pela acumulação de aprendizagens isoladas, que se produz pela maturação das potencias internas, já que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores não são resultados da maturação dos processos internos, elas são funções de origem social, advindas das relações mediadas entre os homens, e esse processo complexo se dá a partir da interiorização das relações que primeiro foram de origem social, para depois se tornarem funções da própria pessoa. Nesse sentido, as funções superiores aparecem primeiramente no plano social (interpsíquico) e depois no plano psicológico (intrapíquico), destaca-se que este processo está em constante movimento, de modo que as funções psíquicas da própria pessoa se transformam por meio da apropriação dos significados sociais advindos das relações entre pessoas (do externo ao interno) (VYGOTSKY, 1931).

Ao considerarmos a natureza social de todo o desenvolvimento psicológico, estamos, sobretudo, considerando que “o dito se refere igualmente à atenção voluntária, à memória lógica, à formação de conceitos e ao desenvolvimento da vontade” (VYGOTSKY, 1931, p. 149). Em consonância com a origem social do desenvolvimento, o jogo também é uma atividade de origem social, e por meio dele as funções superiores como a linguagem, a atenção, e memória e o domínio da conduta se desenvolvem, já que tais funções regem as situações de jogo. Por essa razão, apontaremos que essa atividade não é de origem natural e, dessa forma, precisa ser mediada pelo outro.

Ao definir o jogo, Vigotsky (1996) propõe uma compreensão nova e destaca que ela é totalmente diferente das concepções que utilizam esse conceito para definir qualquer atividade infantil.

A partir da teoria histórico-cultural, a criança precisa ser compreendida a partir dos aspectos culturais. Essa criança que carrega consigo a humanidade produzida pelas gerações anteriores, não a carrega de forma natural, pois a criança não nasce com os conhecimentos necessários para lhe tornar humana, mas ela se torna humana a partir da aprendizagem e apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos (SAVIANI, 2013).

Este processo, que carrega a apropriação dos conceitos, se dá a partir da interação com o outro, e na educação infantil mais especificamente, acontece a partir do jogo mediado. Isso significa que a relação que primeiro foi interpessoal, se torna intrapessoal, ou seja, da própria pessoa e são essas relações internalizadas que provocam mudanças no psiquismo (MARTINS, 2013).

Superando a pouca definição destinada ao conceito de jogo, ele propõe que no jogo ocorrem constantes relações da criança com o mundo, ao passo que as relações criadas no interior das situações fictícias possibilitam mudanças importantes nas funções psíquicas superiores. Vale ressaltar que para este estudo utilizaremos os conceitos elaborados por Vigotsky sobre o jogo de papéis, haja vista o fato dessa atividade ser entendida como atividade principal das crianças em idade pré-escolar. Sobre o jogo de papéis, Vigotsky postula que:

Me parece também bastante frutífera e essencial a definição positiva do jogo, que se destaca nesta ideia no primeiro plano, é dizer, que o jogo é uma relação peculiar com a realidade, que se caracteriza por situações fictícias, transferir as propriedades de um objeto ao outro. (VYGOTSKI, 1996, p.349)

Ao focar o caráter positivo do jogo (tomo IV) realizamos uma aproximação ao caráter positivo da conduta da criança (tomo III). Para tanto, Vigotsky (1931) descreve que as correntes psicológicas anteriores aos seus estudos, denominadas por ele como a “velha psicologia” traziam

caracterizações negativas para a conduta infantil, ao apontar aquilo que a criança não possui em comparação ao adulto. Essa tendência causa prejuízos ao desenvolvimento, pois impede que a criança seja entendida em sua especificidade hoje. Contrariando a negatividade com que a criança é considerada, Vigotsky apresenta uma nova perspectiva ao desenvolvimento, ao mencionar que “a tarefa que se levanta hoje em dia à psicologia é a de captar a peculiaridade real da conduta da criança em toda sua plenitude e riqueza de expressão e apresentar o positivo de sua personalidade” (VYGOTSKY, 1931, p.140).

Em sua elaboração teórica, Vigotsky (1931) considera que a modificação proposta por ele apenas se efetiva mediante a superação das concepções que tratam de forma natural a raiz do desenvolvimento infantil. De forma oposta a essas definições teóricas, a teoria histórico-cultural postula que a raiz do desenvolvimento precisa ser entendida como um complexo processo dialético, caracterizado pela “transformação qualitativa de umas formas em outras, em entrelaçamento complexo de processos evolutivos e involutivos, a complexa intersecção de fatores externos e internos, um complexo processo de superação de dificuldades e adaptação” (VYGOTSKY, 1931, p. 140).

Dessa forma, trazer o caráter positivo do jogo requer que modifiquemos a sua raiz, ou seja, a compreensão que essa atividade não é natural da criança, ela precisa ser mediada e sua origem é social. Além disso, as situações fictícias, os papéis que a criança assume revela sua peculiar forma de se relacionar com o mundo e com os outros. Facci (2006, p. 15) descreve que “as brincadeiras das crianças não são instintivas e o que determina seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo dos objetos humanos.”

Vale destacar que os papéis sociais assumidos pelas crianças nas situações de jogo, bem como as situações fictícias carregam consigo o pressuposto de relação social que permeia toda a teoria histórico-cultural, a qual assume o papel ativo do sujeito, ao passo que todas as relações estabelecidas ocorrem em movimento dialético, de modo que:

Sobre a conduta humana, cabe dizer, em geral, que sua peculiaridade em primeiro lugar deve-se a que o homem intervém ativamente em suas relações com o meio e que, através do meio e que, através do meio ele mesmo modifica seu próprio comportamento, superando-o a seu poder (VYGOTSKY, 1931, p. 89).

Dito isso, entenderemos como o jogo de papéis é uma atividade importante para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, como a linguagem e o domínio da conduta. Ainda que focalizemos apenas essas funções no atual estudo, salientamos que todas as funções psíquicas superiores se desenvolvem em interação, ou seja, em uma relação interfuncional.

Tal explicação possibilita compreendermos que o jogo vai adquirindo relações cada vez mais complexas, de modo que a própria linguagem e a significação dela, por meio de “estímulos artificiais que confere significado a conduta” (Vygotsky, 1931, p. 84), se complexificam e simbolizam um importante salto para o psiquismo e revoluções no desenvolvimento infantil. Além disso, à medida que os jogos de papéis se concretizam, “é necessário que seus integrantes descentrem-se de seus próprios atos e ampliem a atenção sobre a ação dos outros” (MARTINS, 2006, p. 41). Por isso, nos jogos de papéis as crianças adequam suas condutas ao papel assumido e controlam todos os impulsos imediatos para que o jogo ocorra.

No processo de desenvolvimento da linguagem, a princípio sua função é apenas de comunicação com os outros, contudo, após a complexificação dela e os constantes processos de internalização, a linguagem se converte em linguagem interior, a qual se traduz como ferramenta fundamental do pensamento da criança. (VYGOTSKY, 1931) Essa característica da linguagem permeará as situações de jogo de papéis, uma vez que elas serão imprescindíveis para a efetivação dos diálogos e relações estabelecidas com os outros.

Nas situações de jogo a criança se relaciona com o outro e se apropria dos significados sociais, uma vez que as situações fictícias criadas simbolizam as relações da vida concreta e material das crianças. Isso porque, primeiro as crianças dividem os papéis que assumirão, e isso precisa ser realizado em

acordo, desenvolvem o argumento o jogo, obedecendo ao enredo estabelecido previamente e atua com os outros mediante as regras estabelecidas por eles. (ARCE; SIMÕES, 2006)

Como já dito, o processo de internalização das relações ocorre em dois planos (Inter e intrapsíquico) e como trata-se de uma atividade de origem social, a internalização dos significados das palavras e do controle de seus impulsos imediatos (para se adequar a situação de jogo) também ocorrem da mesma forma. Por essa razão, a atividade mediadora não pode ser excluída, visto que os homens se utilizam dos signos¹⁸ para mediar as relações e influir na conduta de modo que novas conexões psíquicas são estabelecidas (VYGOTSKY, 1931), dito de outro modo, a mediação é imprescindível, já que a internalização não ocorrerá por forças naturais, ela precisa ser intencional e consciente.

O significado do jogo como atividade cultural que envolve a atuação ativa do sujeito com os outros (pessoas e objetos) é uma compreensão que se apresenta com pouca especificidade teoria sobre a concepção de desenvolvimento por trás das definições adotadas nos documentos que regem a educação (1998, 2013) o culmina na naturalização do jogo no cotidiano da escola. Essa preocupação se estende ao passo que é na educação infantil que o jogo de papéis “atinge seu ápice” (ARCE; SIMÃO, 2006, p. 75).

Isso porque, as relações provenientes dos jogos de papéis possibilitam que criança reconstrua as relações vivenciadas no contexto em que está inserida, de modo que constantes significações ocorrem a partir da mediação do outro e do diálogo estabelecido. Além disso, ao vivenciar as relações existentes na sociedade, os acordos e combinados se formam como condições necessárias para o enredo se estabelecer (Idem).

Faz-se imprescindível não negligenciar a criança da educação infantil. Isso porque, a criança possui características específicas, já que a atividade

¹⁸ Nesse estudo o conceito de signo refere-se a todo estímulo artificialmente criado. (VYGOTSKY, 1931, p. 84).

principal, como aquela que exerce alterações significativas no psiquismo é o jogo de papéis. Ressalta-se ainda que esta atividade é considerada principal, não porque ela ocupa a maior parte do tempo da criança, mas pelo fato dessa atividade expressar a forma com a qual a criança se relaciona com o mundo e significa as relações (ELKONIN, 1998).

Ainda que haja possibilidades de manutenção das interações sociais, os jogos de papéis mediados (atividade principal das crianças matriculadas na educação infantil) se demonstram como desafios, haja vista que as condições de vida concreta impossibilitam a criação de situações fictícias. Sobre isso, entende-se que “no homem, é o jogo a reconstrução de uma atividade que destaque o seu conteúdo social, humano: as suas tarefas e as normas das relações sociais” (ELKONIN, 1998, p. 20).

Dada a importância do jogo de faz de conta a partir da teoria Histórico-Cultural para o desenvolvimento das crianças, analisaremos, em seguida, o que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) apresenta-nos sobre essa atividade.

3.2 A Base Nacional Comum Curricular e o jogo de faz de conta

Ao trazer os pressupostos existentes na BNCC (BRASIL 2018) sobre o jogo de faz de conta, é importante considerar que as definições existentes neste documento superaram as definições de documentos anteriores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2013) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998). Destaca-se ainda que ambos os documentos não diferenciam as diversas possibilidades de brincadeira no contexto escolar.

Dito isso, o RCNEI (Brasil, 1998, p. 59) apresenta que:

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Nessa perspectiva não se deve confundir situações nas

quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças. Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente aqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão (BRASIL, 1998, p. 59).

Ainda que evidenciemos considerável atenção à brincadeira neste documento, o conceito de brincadeira trazido na citação se refere a uma atividade espontânea, ou seja, que está intrínseco ao “ser criança”, como uma espécie de atividade natural da infância. Cabe ressaltar que essa concepção traz consigo o conceito de desenvolvimento calcado apenas nos aspectos naturais ou biológicos, como se todo o desenvolvimento do sujeito se relacionasse às potências internas e a maturação daquilo que já existe internamente. (VYGOTSKY, 1931)

Ao postular o brincar espontâneo, a imaginação (função psíquica mencionada na citação) também se apresenta como uma função natural, e como tal, anula o seu desenvolvimento cultural, ou seja, calcado nas relações interpessoais, as quais são mediadas e significadas pelo outro.

Além dessa descrição contida no RCNEI (idem), também encontramos nas DCN (idem) grande atenção à brincadeira como uma característica da infância e, por isso, como atividade que deve compor a prática pedagógica. Um exemplo disso se encontra na seguinte descrição:

Com base nesse paradigma, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. Daí decorrem algumas condições para a organização curricular. (BRASIL, 2013, p. 90)

Ainda que haja atenção para a brincadeira neste nível de ensino, há que se considerar a pouca definição e diferenciação trazida, já que o termo

“brincadeira” é utilizado em várias situações diferentes. Isso pode trazer indícios para a naturalização e espontaneísmo dessa atividade, já que as descrições dadas ao brincar não são acompanhadas de clareza teórica sobre a concepção de desenvolvimento adotada.

Corroborando com essa perspectiva, Martins (2009, p.75) entende que a pouca definição destinada ao termo brincar pode se caracterizar um complicador para a prática pedagógica, uma vez que suas análises das situações de jogo na escola apresentam que “não se delimita com clareza a concepção relativa ao brincar, que é componente de uma concepção de educação, e que este pode ser um dos elementos que dificultam o seu desenvolvimento.”

Vigotsky (1996) também identifica a pouca clareza dada ao jogo como um problema para o entendimento da atividade infantil, visto que os seus estudos apresentam que

Essa é uma das questões mais difíceis e, na minha opinião, uma das menos elaboradas teoricamente. Segundo a antiga definição, o jogo é igual a qualquer outra atividade infantil que não busca resultados; Eles acreditam que todos os tipos de atividades infantis são equivalentes entre si. Bem a criança abre ou fecha a porta, bem brinca de cavalinho, para o adulto um e outro o faz por seu prazer, para brincar, não se guia por nenhum propósito sério nem busca nenhum benefício. Qualifique-se, tudo isso jogo (VYGOTSKI, 1996, p. 348).

O ano de 2018 simbolizou um marco para educação nacional, já que vislumbrou-se a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Tal documento pressupõe conter um conjunto de aprendizagens essenciais para a formação e desenvolvimento do educando. Ainda nesse sentido, em sua própria apresentação, evidencia-se a seguinte afirmação: “Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (idem, p. 5).

Sobre as orientações advindas da BNCC (BRASIL, 2018) para a educação infantil, há de se considerar que, apesar de sua apresentação conter

uma afirmação que o denomina como um documento completo, as orientações para esta etapa de ensino ocupam vinte páginas. Dada a complexidade da educação e dos processos de desenvolvimento, já que eles não ocorrem de forma linear, nem tampouco são universais e aplicáveis a todos os contextos, uma vez que os processos de aprendizagens dependem das condições concretas de cada contexto, haja vista que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se trata de um complexo processo dialético (VYGOTSKY, 1931, p. 140), a quantidade de páginas organizadas para orientar uma etapa de ensino, contraria a própria afirmação trazida na BNCC (BRASIL, 2018) sobre sua abrangência, seguida da proposta de “garantir o conjunto de aprendizagens essenciais” (Idem, p. 5).

Diante das orientações destinadas à educação infantil, os questionamentos suscitados a partir da análise da BNCC (Idem), também abrangem a ampla utilização do termo brincadeira, ao passo que esse conceito é seguidamente repetido. Dada essa especificidade, outro questionamento deve-se ao fato do jogo e brincadeira e serem apresentados como sinônimos, ainda que não se destine explicações sobre a peculiaridade de cada atividade para o desenvolvimento infantil.

No que diz respeito às proposições apresentadas sobre brincadeiras, a BNCC (Idem) apresenta variadas menções, já que esta atividade demonstra-se eixo estruturante, visto que

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes (BRASIL, 2018, p. 44).

A partir da concepção apresentada sobre a brincadeira entende-se, a partir da BNCC (Idem) a importância dessa atividade para a educação infantil, já que as menções para esta atividade perpassam por todos os campos de

experiência¹⁹ (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), visto que nos objetivos elencados para cada campo, destacam as brincadeiras em seus trechos.

Há de se considerar que o jogo e a brincadeira também não são diferenciados. Ressaltamos a diferenciação e a necessidade dela no contexto escolar, pois um jogo engloba inúmeras possibilidades, assim como a brincadeira, podendo ser jogo de cartas, jogo da memória, ou talvez brincadeira de pega-pega, esconde-esconde, bola, etc. contudo, evidencia-se que o documento não mais apresenta essas atividades como naturais, mas sim como um modo de interação da criança com a sociedade, de modo que:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2018, p. 37).

Ao ressaltar-se a nomenclatura destinada aos diferentes tipos de jogo e brincadeiras e sua significação para a educação, o documento traz em suas orientações o jogo de faz de conta. Ainda que a brincadeira de faz de conta, nomenclatura utilizada no próprio documento, seja mencionada, ela é trazida com outros tipos de brincadeiras, e, em duas das quatro menções, relacionadas à encenações. Desse modo, todas as possibilidades advindas do jogo de faz de conta tal qual apresentada pela teoria Histórico-Cultural, como atividade principal e modo de relação peculiar da criança com a realidade, não são apresentadas na BNCC (Idem).

Sobre a importância do jogo de faz de conta, Vigotsky (1996, 1931) demonstra que no jogo de faz de conta as crianças assumem papéis existentes

¹⁹ É importante destacar a organização deste documento, visto que ele organiza as aprendizagens e objetivos para a educação infantil a partir dos campos de experiências.

na vida concreta, os quais exigem controle dos impulsos imediatos e naturais para adequação da conduta ao enredo do jogo.

Por meio dessa atividade as crianças conversam com os seus colegas, de modo que a linguagem, função psicológica superior, se destaca. Destinamos atenção a essa função, pois ela é responsável por mudanças significativas no psiquismo, já que permite que os significados dos signos utilizados nessas situações (jogo de papéis sociais), permeie toda a atividade de representação (VYGOTSKY, 1931).

Um fator a se considerar sobre o jogo de faz de conta na escola é que ainda que o jogo exista na sala de aula, por conta da falta de mediação o seu enredo não se complexifique e os diálogos tendem a acabar rapidamente. Esse aspecto (mediação) consolida a natureza social do jogo de papéis, uma vez que os enredos e papéis assumidos não existem como características inatas no psiquismo do aluno, eles são relações sociais internalizadas.

Sobre isso, Martins (2006, p. 49) entende que

Preterir a participação ativa do professor, portador do patrimônio humano genérico, representa abandonar a criança à sua própria sorte, pois é ele quem exerce a principal influência sobre ela, auxiliando-a nas apropriações requeridas à complexificação de seu desenvolvimento.

Por essa razão, a não participação da professora nas atividades de jogo propostas por ela, também elucidam sua concepção do desenvolvimento natural, ou seja, inato ao aluno, a qual anula a mediação e do papel da cultura para o desenvolvimento psíquico.

O que se afirma pela teoria utilizada para este artigo é que o jogo de faz de conta não é uma atividade intrínseca a criança, visto que essa concepção naturaliza o desenvolvimento humano. Ainda que o jogo se apresente como atividade principal para as crianças da educação infantil, é importante que ele seja planejado e proposto pelo(a) professor(a), de modo que se torne uma atividade mediada.

Considerações finais

As análises teóricas e práticas nos demonstraram que, de fato, a escola carrega consigo a concepção do brincar natural, o que aponta para a naturalização das demais funções psicológicas das crianças, ou seja, entendimento que essas funções são inatas.

Diante das considerações tecidas no decorrer do estudo, resta-nos o seguinte questionamento: Como a escola pode superar as atividades e concepções de desenvolvimento que se cristalizaram? Consideramos que essa superação é possível a partir do reconhecimento do desenvolvimento cultural, bem como da intencionalidade dos estímulos mediadores.

Sendo assim, a partir dos pressupostos histórico-culturais entende-se a impossibilidade de dissociar a concepção de jogo da concepção de desenvolvimento, ao passo que para compreendermos o desenvolvimento cultural das crianças e como se dão as propostas de jogo na sala de aula. Além disso, entendemos, a partir dos levantamentos teóricos realizados, o jogo de papéis como uma atividade cultural e imprescindível para o desenvolvimento das funções psíquicas superior, e ao fato da concepção de desenvolvimento trazida pelos educadores sobre o desenvolvimento infantil influi na prática pedagógica, isto é, como são propostas as situações de jogo de faz de conta nas escolas.

Dessa forma, subsidiado nessa na concepção histórico-cultural do desenvolvimento, não ocorrerá a anulação do papel do professor frente à brincadeira, já que será imprescindível que ele organize as situações de jogo, possibilite que os alunos tenham contato com instrumentos diversificados e colabore para o enriquecimento dos diálogos, atuando de modo que os significados das relações sejam internalizados, de modo que a linguagem se complexifique e transforme o psiquismo da criança.

Referências

ARCE, A.; SIMÕES, R. A psicogênese da brincadeira de papéis sociais e/ou jogo protagonizado na psicologia do jogo de D.B. Elkonin. In: **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin**. Arce, A. e Duarte, N. (organizadores). São Paulo: Xamã, 2006, p. 65-88.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 3 v. Brasília: MEC, 1998. Volume 1: Introdução.

ELKONIN, Daniil B. **Psicologia do jogo**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, Ligia Marcia. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**, Campinas, Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin**. Arce, A. e Duarte, N. (organizadores). São Paulo: Xamã, 2006, p. 27-50.

SAVIANI, D. Infância e pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). **Infância e pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Tomo III. Madrid: Visor, 1931.

_____. **Obras escogidas: Psicologia Infantil**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

- O ensino de Línguas na educação de jovens e adultos mediado pelas novas tecnologias (Lucinéia Vicente Dias dos Santos)

O ensino de Línguas na educação de jovens e adultos mediado pelas novas tecnologias

Lucinéia Vicente Dias dos Santos²⁰

DOI: 10.5281/zenodo.12609379

RESUMO

Neste trabalho, abordaremos o ensino de línguas mediado pelas tecnologias em turmas dos primeiros anos da educação de jovens e adultos (EJA) da escola estadual Benedito Sant'ana da Silva Freire em Sinop/MT para conhecer como entrelaça as formas de trabalhar com as ferramentas disponíveis na contemporaneidade, especialmente na/para o contexto pesquisado. Buscamos discutir também que o ensino da língua(gem), neste caso, a Língua Portuguesa, necessita do auxílio destas tecnologias como instrumentos para o ensino e aprendizagem, visando a inclusão digital, tanto para os alunos como os professores, aperfeiçoamento e capacitação aos profissionais, sobretudo, que as tecnologias torne prática educativa tendo como eixo a formação de um cidadão crítico, autônomo e participativo, para Moraes, (1997, p.136), A educação deve resgatar o sujeito-aprendiz como um ser integral, um ser que pensa, que sente, que intui, que capta e expressa o mundo mediado pelo corpo que tem linguagens próprias. Essa prática pressupõe que os alunos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem e que construam significados ao longo de sua vida, por meio de múltiplas e complexas interações com objetivos de conhecimento, tendo, o professor como mediador para Valente, 2005. O professor pode promover um ambiente de aprendizagem que desafia e motiva o aluno para a exploração, a reflexão, a depuração de ideias e a descoberta de novos conceitos. E observamos que tal necessidade dialógica amplia espaços educacionais, circula conhecimentos para ambas as partes. Ademais, a contemporaneidade coloca novos desafios aos novos letramentos e analisar os multiletramentos em ambientes educacionais requer o reposicionamento das pessoas, principalmente aquelas que não possuem idade escolar. Esses alunos são geralmente trabalhadores e em geral não tiveram acesso à cultura letrada e dependem muito dos educadores como mediadores do processo para o crescimento intelectual do indivíduo. Assim, nossa proposta recai em discutir de que forma as tecnologias aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa subsidia o trabalho do professor e convoca o aluno às práticas multiletradas.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Ensino de Língua Portuguesa. Multiletramentos.

INTRODUÇÃO

²⁰ Psicopedagoga e professora alfabetizadora na rede municipal de Sinop- MT

O Presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se a uma pesquisa com abordagem qualitativa, um estudo de caso, observação e descrição das situações de aprendizagem dos alunos e práticas educativas voltadas para a inclusão digital e a cidadania, desenvolvidas na modalidade na Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Benedito Sant'ana da Silva Freire em Sinop/MT.

Justifica-se a importância do mesmo pelo fato de buscar pesquisar como vem sendo desenvolvida na prática as aulas do Ensino da Língua Portuguesa com os alunos da modalidade EJA, verificando se os professores utilizam as ferramentas tecnológicas, principalmente, se são planejadas aulas para serem ministradas no laboratório, oportunizando aos alunos o uso do computador e das tecnologias disponíveis para auxiliar na aprendizagem da língua pátria, bem como promovendo a inclusão digital de alunos e professores. A relevância está em questionar e mostrar a necessidade da capacitação e aperfeiçoamento profissional por parte da equipe docente, no sentido de buscar fazer uso das tecnologias, tornando sua prática educativa mais atrativa e prazerosa, ao mesmo passo que contribui com a formação de cidadãos aptos a atuarem no mercado de trabalho e da sociedade, sendo mais consciente de seu papel como cidadão autônomo e participativo, com capacidade de analisar e avaliar as diversas situações a que é submetido no seu cotidiano.

Como pedagogos temos consciência que iremos atuar nos mais diversos contextos escolares e teremos que intervir em diferentes realidades, nossa prática pedagógica deverá envolver, integrar e incluir, além de garantir o desenvolvimento de suas potencialidades e respeitar suas limitações. Na alfabetização de jovens e adultos está centralizada a preocupação de como os indivíduos se apropriam das informações, das comunicações e dos saberes veiculados socialmente.

Dessa forma, busca-se defender a ideia da Educação para Jovens e Adultos (EJA) enquanto prática da cidadania, como dimensão das relações fundamentais dos sujeitos alunos quanto aos seus direitos e necessidades humanas, as quais estão atualmente diretamente interligadas ao aprendizado

da língua e do domínio das tecnologias existentes. Assim, este trabalho voltou-se para compreender a inclusão digital voltada para a cidadania nas relações pedagógicas em um Centro de Educação de Jovens e Adultos. Por isso, a presente investigação realizada tratou de problematizar as aulas de Língua Portuguesa interligadas ao uso da tecnologia da população EJA, como campo de conquista da prática de cidadania. A perspectiva teórica orientadora da pesquisa voltou-se para compreender em quais pressupostos sociais, culturais e materiais que se deram o processo de escolarização dos sujeitos envolvidos nessa etapa da escolarização.

Enquanto problema, a pesquisa está sendo realizada para esclarecer a importância do uso da tecnologia nas aulas de Língua Portuguesa na educação de jovens e adultos tanto para o educando quanto para a sociedade, para isso, pretende-se identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos no processo de inclusão digital, aprimoramento das informações, das comunicações e dos saberes veiculados socialmente?

O principal objetivo é descobrir as dificuldades de alunos jovens e adultos para o ensino da Língua Portuguesa e as vantagens trazidas a ele e a sociedade com a inclusão digital.

Dentre os objetivos específicos, pretende-se a) Verificar se os planejamentos e metodologias utilizados na EJA incluem os recursos tecnológicos, contribuindo para a formação da cidadania; b) Avaliar se os professores possuem capacitação e interesse em trabalhar com a tecnologia em suas aulas; c) Verificar quais as vantagens que a inclusão digital proporciona ao aluno e ao professor, se está realmente contribuindo com a inclusão digital; d) Demonstrar que a tecnologia contribui de forma significativa no aprendizado da Língua Portuguesa, tornando o aluno cada vez mais consciente de sua própria realidade e papel na sociedade.

A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa em campo com entrevistas semiestruturada e estruturada.

Já a amostra ou os sujeitos da minha pesquisa serão os alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Benedito Sant'ana da Silva Freire em Sinop/MT.

Enquanto procedimentos metodológicos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que seguida ofereceu amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que foram surgindo à medida que se recebeu as respostas. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seus pensamentos e de suas experiências dentro do foco principal colocada pelo investigador, começou a elaboração do conteúdo da pesquisa.

Com as questões estruturadas deseja-se colocar em relevo a existência, de alguns traços específicos do fenômeno que se estuda, buscando a verificação de hipóteses, fica claramente estabelecida como uma ideia útil na pesquisa qualitativa se procurarmos explicar através de um exemplo sua peculiaridade.

A coleta de dados no estudo de casos consiste na observação, registro de fatos por parte do pesquisador na comunidade escolar pesquisada, pelas características deste tipo de estudo, ou seja, "(...) a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto próprio. Como objetivo de proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que influenciam neste comportamento". (TRIVIÑOS, 1987.p. 54).

Educação de jovens e adultos

Considerando o homem no contexto social, com valores sistematizados, criados pela sociedade nas relações de produção de bens de consumo, determinam o indivíduo no seu meio social para a inclusão ou para a exclusão. Quando neste conjunto de relações sociais o homem adquire consciência crítica, ocorrem transformações e diante da realidade de acordo com suas intenções e seus objetivos transformando e construindo sua própria história.

A alfabetização de adultos traz condições para a sua independência social, política e econômica, facilitando assim o seu acesso ao mundo, fazendo com que ele se liberte da alienação que está inserido, se utilizando de recursos adquiridos na instituição de ensino.

Importante é compreender que todo esforço social de alfabetização dá em resultado a criação de um exército de reivindicantes de maior educação. É um resultado normal, mas que significa a criação de novos e mais graves problemas educacionais para o futuro. Os dirigentes políticos do país devem estar atentos para este efeito de seus propósitos, ao desenvolver a educação de adultos, pois quanto mais educação se dá ao indivíduo mais exigente este se torna, e torna, e isto porque encontram na sociedade os meios de aplicar em trabalho mais qualificado seus novos conhecimentos, e com isso desejará alcançar mais tarde níveis mais altos de saber e de trabalho, fazendo-se reivindicante.

Segundo Piconez (2004) a volta aos estudos objetivos recuperar a identidade humana e cultural, com o restabelecimento da autoestima, anteriormente rebaixada pela sociedade, incluindo a própria família. O grande incentivo para a volta aos estudos é a vontade de atender às exigências do bem-estar no convívio e nas questões de ética.

Na verdade, o motor da educação está no interesse da sociedade em aproveitar para fins coletivos, a força do trabalho de cada um de seus membros, por isso, a educação não é uma conquista do indivíduo, mas uma função da sociedade e como tal sempre dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo esta é permanente.

Para Freire (2001), o homem por essência é um ser inacabado, pois se constitui ao longo de sua existência social. A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo, e recolhe as contribuições que o poder criador de cada indivíduo engendra e que oferece à sua comunidade. Neste sentido, a sociedade cria o homem para si.

Ao atrair o adulto para a escola, é preciso garantir que ele não a abandone. As altas taxas de evasão tem origem no uso de material didático inadequado para a faixa etária, nos conteúdos sem significado, nas metodologias infantilizadas, problemas como este podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades do aluno como eixo produtor das aprendizagens. Deixar que cada estudante contribua com suas lembranças e vivências é fundamental para que todos voltem a estudar, tem uma característica em comum: o mundo do trabalho está presente na sua vida.

Alguns querem uma ocupação mais bem remunerada, outros desejam apenas uma colocação no mercado de trabalho e outros, pelo simples desejo de aprender a ler. Os principais objetivos da alfabetização de adultos é proporcionar a iniciação ao ensino básico: ler, escrever e efetuar operações, visando sua maior participação na sociedade. Despertar a consciência dos direitos e deveres, bem como suas responsabilidades diante da comunidade; auxiliar os educandos a superarem os desafios cada vez maiores do uso das novas tecnologias.

Partindo do pensamento de Vieira Pinto (1982) a educação é um fato de ordem consciente, determinado pela consciência social e objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo.

Para Freire (2001), os objetivos da educação de adultos são que devolvam a autonomia e a responsabilidades das pessoas. As novas demandas da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante atualização dos seus conhecimentos e de suas habilidades; o estado ainda é o principal veículo para assegurar o direito da educação para todos, particularmente para os grupos menos privilegiados da sociedade, tais como as minorias. Ele não é apenas um mero provedor da educação para adultos, mas também um condutor, um agente financiador, que monitora e avalia ao mesmo tempo, é dever do Estado garantir aos cidadãos a possibilidade de expressar suas necessidades e suas aspirações em termos educacionais.

Uma habilidade primordial em si mesmo e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, que não tem oportunidades de aprender, nem mesmo o acesso a esse direito, tem também o papel de promover a participação continuada durante toda a vida.

Multiletramento e as tecnologias de informação

Mediante o mercado globalizado e a concorrência de mercado, vivemos na era da tecnologia. Porém, no Brasil, assim como em Sinop, falar em informática, sobretudo informática aplicada à educação, ainda pode parecer um sonho para a maioria da população, são cidadãos pobres, considerados classe econômica baixa, mas que são a maioria em termos de população, os quais mediante as dificuldades de sobrevivência, estudam em escolas públicas, destas a maioria não recebe investimentos do governo para modernização e melhoria da qualidade de ensino.

Porém, as novas tecnologias já fazem parte da vida dos alunos, seja na TV, no cinema, nos jogos eletrônicos, no trabalho, no banco, enfim, em todos os lugares e de alguma forma e, portanto, a Educação não deve e nem pode desprezar esse dado de realidade, nem "fazer de conta" que ela não existe na vida dos alunos. E, se levarmos em consideração que esses mesmos alunos hoje, serão profissionais no futuro, em uma sociedade ainda muito mais informatizada, se faz imprescindível que a escola não a ignore.

Conforme Rojo et al (2013), o professor tem que entender que nos últimos vinte anos ou mais a escola brasileira mudou devido a democratização do acesso às camadas populares. E, isso foi influenciado praticamente pela tecnologia, fazendo com que o aluno trouxesse para a sala de aula novas práticas de letramento, contudo, não vem sendo valorizadas e nem reconhecidas por parte de muitas escolas e profissionais da educação. A autora ressalta que é necessária e urgente que os profissionais de educação busquem se aperfeiçoar e adotem as novas técnicas de letramento relacionadas às diversidades de semioses e mídias em que os textos contemporâneos circulam além das relações

com um mundo globalizado, e ainda, considerar os letramentos locais de um aluno diversificado.

Segundo Freire (2007, p. 49) “A instituição escolar tem como função formar os indivíduos de maneira a tornarem-se cada vez mais agentes sociais criativos e dinâmicos, participantes das transformações do seu tempo”.

A introdução do computador na educação tem provocado uma verdadeira revolução na nossa concepção de ensino e de aprendizagem. Primeiro, os computadores podem ser usados para ensinar. A quantidade de programas educacionais e as diferentes modalidades de uso do computador mostram que esta tecnologia pode ser bastante útil no processo de ensino-aprendizado. Segundo a análise desses programas mostra que, num primeiro momento, eles podem ser caracterizados como simplesmente uma versão computadorizada dos atuais métodos de ensino. A história do desenvolvimento do software educacional mostra que os primeiros programas nesta área são versões computadorizadas do que acontece na sala de aula.

Por isso, não há como a escola deixar de considerar que hoje ocorre uma grande rapidez na evolução científica e tecnológica do mundo, a qual é apreendida pelos alunos, direta ou indiretamente, através dos meios de comunicação, independente, de sua classe social ou situação sócio cultural. A falta deste reconhecimento, vem fazendo com que algumas escolas pareçam parada no tempo ou voltada para o passado, enquanto seus alunos vivem intensamente o presente e vislumbram no futuro novas exigências, possibilidades e necessidades às quais a Escola parece não ter condições de atender.

De acordo com Zacharias (2017, p. 2):

O problema não está no fato de existir um laboratório de informática, e sim na forma e na finalidade com que ele está sendo utilizado. A ideia de que bastava colocar o aluno em contato com o computador e todos os problemas de aprendizagem desse aluno desapareceriam não se concretizou. Em alguns casos percebe-se certa insatisfação e frustração, tanto da direção e dos professores quanto dos próprios alunos. As escolas não estão encontrando formas de reverter essa situação. Como na maioria das vezes acontece em educação, frente à frustração procura-se recorrer à substituição dessa tecnologia por outra mais recente, na qual novamente irão ser depositadas todas as esperanças.

O que Zacharias (2017), pretende demonstrar que “de nada adianta o saudosismo”. Segundo a autora a evolução dos tempos mudou as necessidades das pessoas, como também da escola e dos alunos. Por isso, a escola precisa mudar, pois todos nós somos sujeitos dessa mudança. Para Paulo Freire (2001, p. 89) afirmava que:

Todos nós temos de ser homens e mulheres de nosso tempo e empregar todos os recursos disponíveis para promover a grande mudança que nossa escola está a exigir. Não podemos ser omissos. A neutralidade representa a aceitação da situação atual, a convivência com o que já está posto.

Neste sentido, a escola deve entender o processo de integração de computadores e outros instrumentos tecnológicos na educação como processo de inovação, o qual deve contribuir com o desenvolvimento da mudança e melhora que a educação tanto vem buscando nos últimos anos.

Zacharias (2017, p.02), afirma que:

Isto precisa necessariamente ser feito pela integração curricular que afeta fundamentalmente a três campos mutuamente implicados: o desenvolvimento profissional do professor; o desenvolvimento organizacional da escola e a reorganização do próprio currículo. E, um dos fatores fundamentais para as necessidades apontadas é que essas tecnologias pressupõem um saber apoiado não em conhecimentos teóricos adquiridos mecanicamente, mas em modelos mentais flexíveis da realidade, capazes de evoluir em sucessivas e crescentes formalizações.

Portanto, o professor é um componente fundamental para o processo de introdução do computador no cotidiano do ensino/aprendizagem do aluno. Pois, é ele quem tem condições e deve promover a interação entre a informática e a sua disciplina, de maneira a proporcionar aos alunos o acesso às novas informações, experiências e aprendizagens de modo que aprendam efetivamente, sejam críticos diante das informações e do conhecimento promovido por meio da tecnologia. Porém, Zacharias (2005, p. 03), cita que falta capacitação profissional para o professor trabalhar com a informática:

Pouco se faz, na prática, com os professores para mostrar quais seriam os caminhos mais produtivos para o uso da tecnologia no processo educativo. Com isso, vem à tona uma questão que deve ser criteriosamente refletida por todos nós educadores e que diz respeito à forma como esses recursos têm sido utilizados. Livros, computadores, internet, laboratórios, quadras, aulas de arte, visitas a exposições, contato frequente com filmes e tantos outros recursos disponíveis nas boas escolas particulares realizam um verdadeiro "upgrade" em seus alunos.

Em Sinop, a rede pública municipal, não vem medindo esforços para o desenvolvimento de implantação de laboratórios em suas escolas, bem como de treinamento e capacitação de professores. Reconhecendo que uso pedagógico da informática na educação é fundamental para promover uma aprendizagem plena e uma total inserção de um enorme contingente de estudantes à cidadania e ao mercado de trabalho.

Para Zacharias (2017, p. 02):

O uso pedagógico da informática na educação requer muito mais que bons projetos. A finalidade real é a de propiciar um ensino inovador. E pode contribuir para esse fim se não for convertida em uma finalidade por si mesma, atendendo meramente a expectativas de mercado e sim, como consequência de decisões tomadas a partir de uma determinada maneira de conceber e levar a termo uma prática de ensino.

Rocha & Santos (1994, In: ZAMBALDE & ALVES, 2009, p. 03), acrescentam que se torna indiscutível a necessidade de interessar e treinar professores. Formar uma massa crítica sobre as implicações dos métodos e ferramentas da informática aplicáveis a educação, para evitar o surgimento de uma visão puramente instrumental do uso de computadores nas escolas.

Portanto, é preciso que o computador não se torne apenas uma ferramenta de apoio pedagógico com o intuito de formar apenas mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. É preciso que este se torne também um instrumento de mudança social.

A informática nas aulas de Língua Portuguesa

Não é difícil perceber que a educação tem se distanciado dos novos problemas colocados à humanidade em face da rápida evolução técnica. Os

próprios professores reconhecem o quão distantes sua prática na sala de aula está em relação a outros processos que ocorrem na sociedade. Porém, se faz necessário uma análise e adaptação às novas necessidades educativas que as próprias tecnologias geram. Pois a escola tem que contar com um suporte teórico capaz de proporcionar meio e condições para estimular o constante avanço e adequação das Novas Tecnologias ao desenvolvimento dos indivíduos.

Como ponto de partida, poderíamos considerar a integração de ideias, métodos e produtos das Novas Tecnologias da Informação nos currículos de Língua Portuguesa das escolas de 1º, 2º e 3º graus. Entretanto, Lévy (2000: In: Santaella, 2007), sugere existir um acordo sobre dois aspectos deste processo de integração, o primeiro refere-se a aquisição de noções básicas sobre a ciência da computação, destacando que estas informações são fundamentais a qualquer estudante, mediante a sociedade informatizada em que vivemos. O segundo aspecto relaciona-se com o domínio dessas ideias ferramentas e métodos das novas Tecnologias da Informação para melhorar o aprendizado de Língua Portuguesa.

Entende-se que hoje, a tecnologia desempenha importante papel no processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, como também das demais disciplinas, pois pode ser observada a ênfase em algumas tendências gerais como Noções básicas da Ciência da Computação e atividades de programação no currículo de Português.

De acordo com Lévy (2007), o primeiro uso da tecnologia da informação no currículo de Língua Portuguesa, baseia-se em introduzir as noções consideradas fundamentais da Ciência da Computação em atividade de programação, estando relacionado com a possibilidade do estudante aprender a trabalhar com importantes noções como variáveis, linguagem formal e informal, permeados pelo multiculturalismo cibernético, e que, frequentemente se apresentam com diferentes significados na Computação e no Português.

Lévy (2007, p. 79), acrescenta:

Uma mulher jovem manipula um 'ícone' que representa uma chama. Com a ajuda de um cursor comandado por um 'rato', aproxima o ideograma do fogo de um outro ideograma, que representa uma pedra de gelo. Passados alguns instantes, o 'ícone' de gelo pisca em vídeo inverso e depois transforma-se bruscamente num terceiro ideograma: três traços ondulados que representam a água. Esta jovem é especialista em psicologia da aprendizagem e reside em Lyon. Participa de um projeto disciplinar europeu no domínio das tecnologias educativas.

Para Straub (2009), a integração das tecnologias de informação e de comunicação no âmbito da escola além de difícil é urgente, ocorre uma grande necessidade de se utilizar as tecnologias como ferramentas de ensino, para isso, é necessário que os profissionais da educação busquem uma melhor formação, com qualificação crítica, coerente e criativa, fazendo o uso mediatizado das TICs no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

Straub (2009, p. 32), complementa com uma pesquisa realizada no Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), onde a autora faz um levantamento de dados sobre a situação dos Laboratórios de Informática existentes nas Escolas Públicas do Estado de Mato Grosso, mais especificamente, no município de Sinop. Segundo a autora “hoje, além das atribuições já existentes, exige-se que a escola capacite os alunos para decifrar o mundo em que vivem para que contribuam com o sistema social, cultural e produtivo”.

Acrescenta Moraes (2011, p. 05 e 06), que atualmente podem ser observadas várias pesquisas e experiências dando ênfase à tecnologia nos currículos de Português como:

1. A introdução de noções de computação nas atividades de programação procura integrar Informática e português. Como exemplos deste tipo de proposta citamos os trabalhos envolvendo a linguagem e a gramática, nos quais são desenvolvidas atividades envolvendo textos, interpretações, informações, textos gramaticais, entre outros.
2. Uso do computador como um auxiliar, uma ferramenta para o aprendizado de Português. Na qual os alunos são auxiliados no

seu aprendizado da Língua e linguagem através do uso de softwares tais como planilhas eletrônicas, manipuladores simbólicos ou ainda pacotes específicos para determinados conteúdos curriculares.

3. Uso de micromundos para o desenvolvimento de habilidades de linguagem. No qual a ideia básica sobre o uso de um sistema micromundo no aprendizado de Português é a de encorajar o estudante a explorar o ambiente que está acessível através de alguma interface e que envolve um modelo de um domínio de conhecimento linguístico.
4. O uso da tecnologia na transmissão e difusão de conceitos gramaticais. O uso da tecnologia da informação no currículo de Português está baseado no uso de ferramentas e técnicas (filmes, videodiscos, hipertextos) para a comunicação e difusão de conteúdos e conceitos gramaticais.
5. Formação de professores para a integração de Novas Tecnologias da Informação no currículo de Português.
6. Aprendizagem Linguística, Novas Tecnologias e pessoas portadoras de necessidades especiais.
7. Modelos gramaticais e Aplicações de textos informativos na Sala de Aula.

Análise e discussão de dados

A presente pesquisa contou com a colaboração de cinco (05) alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA, e duas professoras, sendo uma de Língua Portuguesa e a outra que cuida do Laboratório de Informática da Escola Estadual Benedito Sant'ana da Silva Freire em Sinop/MT.

Primeiramente, buscou-se resposta para o problema da pesquisa que foi identificar quais eram as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos no processo de inclusão digital, aprimoramento das informações, das comunicações e dos saberes veiculados socialmente.

Para os alunos a maior dificuldade é a falta de saber fazer uso das tecnologias da informação, um aluno relatou que sente vergonha em não saber mexer com o computador, outros dois disseram que o programa usado pela escola é muito diferente do que tem em casa. Os outros dois disseram que a internet da escola é muito ruim e que quase nunca tem aulas no laboratório.

As professoras responderam que realmente o programa usado no Laboratório é o Linux, enquanto que, o que os alunos tem em casa é o Windows. A professora de Língua Portuguesa acrescentou que não sabe trabalhar com programa Linux e que tanto o computador que possui em casa, como o que se encontra na sala de professores da escola o programa existente é o Windows, com isso, fica difícil preparar uma aula de Língua Portuguesa, assim só leva os alunos para o laboratório para pesquisar algum tema e depois ao retornarem para a sala produzem textos ou discutirem sobre o assunto, não fazendo o uso do computador para isso. Já a professora do Laboratório, alegou que a internet existente é de apenas 5 megas, e que existem 12 computadores e 30 monitores (bem velhos) no laboratório, isso faz com a internet fique muito lenta e também que caia a toda hora. Já o programa Linux é exigência do próprio Ministério da Educação, por se tratar de um programa brasileiro e original, enquanto que a grande maioria de computadores com programa Windows é pirata.

Quanto ao principal objetivo de descobrir as dificuldades de alunos jovens e adultos para o ensino da Língua Portuguesa e as vantagens trazidas a ele e a sociedade com a inclusão digital. Os alunos foram unânimes em declarar que aprender a usar o computador é muito importante para o mercado de trabalho, porém o fato de terem que trabalhar com um programa que não é usado no comércio ou outros órgãos de trabalho não lhes traz nenhuma vantagem. Ficando constatado que o programa Linux não oferece estímulo para que os alunos queiram aprender o uso de tecnologias, uma vez que o seu objetivo é saber usar o computador também para trabalhar e não apenas para estudar.

Dentre os objetivos específicos de verificar se os planejamentos e metodologias utilizados na EJA incluem os recursos tecnológicos, contribuindo para a formação da cidadania, as respostas ao problema e ao objetivo principal já deixou claro que isso não vem ocorrendo, uma vez que o programa Linux não é usado em outros setores, além da internet não oferecer a velocidade adequada, bem como os computadores, por serem muito velhos não oferecerem uma boa qualidade de uso.

Quanto a avaliar se os professores possuem capacitação e interesse em trabalhar com a tecnologia em suas aulas, foi constatado que não, tanto a professora de Língua Portuguesa, quanto a do Laboratório, foram claras em declarar que não sabem trabalhar com o programa Linux. Constata-se que não vem ocorrendo a possibilidade de proporcionar aos professores uma base teórica adequada para que haja a integração do computador e da internet com as aulas de Língua Portuguesa. Isso ocorre segundo uma das professoras, porque não vem sendo aprofundados estudos por parte da maioria dos professores, não ocorrendo a interdisciplinaridade de temas e conceitos, nem sendo desenvolvidos projetos de aprendizagem, uma vez que a maioria não demonstra interesse em participar de atividades e cursos na área da tecnologia.

Com relação ao objetivo específico de verificar quais as vantagens que a inclusão digital proporciona ao aluno e ao professor, se está realmente contribuindo com a inclusão digital, o referencial teórico mostrou que sim, a inclusão digital não apenas contribui com a cidadania e uma melhor colocação do indivíduo no mercado de trabalho, como também lhe proporciona a aquisição de muitos conhecimentos e aprendizados, além da sua inclusão universal, uma vez que a partir do momento em que este está conectado, o sujeito tem a oportunidade de conhecer e compartilhar cultura com o mundo todo.

E, por último, tinha-se o objetivo específico de demonstrar que a tecnologia contribui de forma significativa no aprendizado da Língua Portuguesa, tornando o aluno cada vez mais consciente de sua própria realidade e papel na sociedade, constatou-se que sim. Hoje, a informação é o

grande ícone para se manter informado sobre tudo o que acontece no mundo, como permite estudar, buscar novos e mais conhecimentos, interagir com outras pessoas, trocar ideias e ainda tornarem-se sujeitos de sua própria história.

Considerações finais

Em virtude do processo de mudança, denominado de progresso, que ocorre pela evolução tecnológica, a área educacional não poderia deixar de sofrer as influências da tecnologia, aliás, é a área que deveria primeiro ter incorporado e aprimorado este processo evolutivo que tem tudo para ajudar o aluno, no seu desenvolvimento educacional, cultural e social. Precisa-se dessa forma utilizar os recursos do computador para a educação, sendo ele uma ferramenta de trabalho bastante singular podendo permitir níveis de representação simbólicas que ainda não foram oferecidos por qualquer outro instrumento, o que causará uma transformação em todas as áreas.

São muitas as mudanças que sofremos em virtude do avanço da tecnologia, sendo assim a educação precisa estar sempre buscando novas formas e métodos de ensino, além da atualização dos conteúdos. Como já sabemos são vários recursos didáticos úteis para a educação, entre eles encontra-se o computador, mas vemos que ele nem sempre é utilizado e quando é, muitas vezes não tem função educativa.

No mundo de hoje onde a informação está valendo mais do que o dinheiro, tornando-se um bem precioso. O computador aparece neste contexto como uma excelente ferramenta de auxílio ao ensino e aprendizagem dos alunos, sendo um ótimo transmissor e armazenador de dados, passando uma metavisão do que se precisa para operar as mudanças internas necessária a fim de compreender e agir melhor no mundo.

Vendo que estamos vivendo em um mundo totalmente modernizado, onde o computador está se tornando cada vez mais indispensável para o nosso dia a dia, já é tempo de começarmos a utilizá-lo na educação, também. Pois, o

mesmo é mais um recurso pedagógico de grande auxílio ao professor, que irá criar situações de aprendizagem para o aluno através do computador e não praticar aulas de informática.

Muitos professores, pais e alunos, já estão conscientes da utilidade do computador na educação, contudo, também existe uma grande parte de professores que por falta de conhecimento na área ou medo de serem substituídos pelas máquinas, preferem não fazer uso deste instrumento em suas aulas ou quando o fazem muitas vezes é sem intenção educativa. Não basta alegar que o programa utilizado na escola é diferente do usado em casa ou outros setores. O importante e necessário é que os professores aprendam a operar com o programa Linux, participando de cursos oferecidos pelo N.T.E e o PROINFO, os quais buscam mostrar que a informática deve ser utilizada na escola a partir da proposta pedagógica e dos conteúdos a serem ensinados.

Os professores precisam entender que o computador é um instrumento de ajuda criado pelo homem e com o qual é possível realizar inúmeras tarefas. Mas, a máquina é incapaz de tomar uma decisão, que não tenha sido pensada, raciocinada, desejada e determinada por uma pessoa. A tarefa do computador é executar todas as atividades que lhes são ordenadas. Para fazer seu trabalho ele deve ser programado. Se quisermos que ele resolva um problema para o qual não foi programado, simplesmente não obteremos resposta. Por isso, a necessidade de qualificação profissional, ou seja, se o profissional da educação já sabe trabalhar com o programa Windows, ele não está plenamente qualificado, pois cabe a ele buscar aprender como trabalhar também com o programa Linux, podendo assim, repassar esse aprendizado aos seus alunos, e, no fim ambos sairão ganhando pois além de aprenderem os conteúdos curriculares, aprenderam a trabalhar com os dois programas. E, convenhamos, aprender nunca é demais!

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19.ed. Paz e Terra, 1987.. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Coleção Leitura. Paz e Terra. 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era informática.** 5. Reimpressão. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

(Org.). **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: SEPE, 2004.

PICONEZ, Stela c. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: Editora Papyrus. 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre Educação de Adulto.** São Paulo, Editora Cortez. 1982.

SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

STRAUB, Sandra Luiza Wrobel. **Estratégias, desafios e perspectivas do uso de informática na educação – realidade na escola pública.** Cáceres (MT): Editora UNEMAT, 2009.

TAJARA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade.** 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo. Editora Atlas. 1987.

ZACHARIAS, Vera Lúcia Câmara, **Tecnologias Pedagógicas e Didáticas.** Disponível no site. www.educaçãotecnologia.com. Acesso em 02/01/2017.

ZAMBALDE, André Luiz & ALVES, Rêmulo Maia, **Informática e educação.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2009.

**- O papel do profissional da informação como intermediário da
informação (Iraci Zottis)**

O papel do profissional da informação como intermediário da informação

Iraci Zottis²¹

DOI: 10.5281/zenodo.12613986

RESUMO

O profissional da informação atua como um mediador crucial da informação, transcendendo o papel tradicional de guardião de livros. Ele seleciona e adquire materiais relevantes, organiza acervos através da catalogação e indexação, e oferece assistência direta aos usuários em suas pesquisas. Além disso, capacita os usuários a utilizarem os recursos informacionais de forma autônoma, promovendo a alfabetização informacional. No contexto tecnológico, o profissional da informação adapta e utiliza ferramentas digitais para facilitar o acesso à informação, gerenciando bibliotecas digitais e sistemas de recuperação de dados. No aspecto educacional, ele desenvolve habilidades de pesquisa e pensamento crítico nos usuários, ajudando-os a avaliar a qualidade e a relevância das informações encontradas. Socialmente, garante o acesso equitativo à informação, promovendo a inclusão e atendendo às diversas necessidades da comunidade. Desafios como a atualização constante em tecnologias e a gestão da sobrecarga informacional são contrabalançados por oportunidades de inovação nos serviços oferecidos e pela expansão do papel do profissional da informação em contextos educacionais e comunitários. Assim, a mediação da informação pelo profissional da informação enriquece a comunidade, fomentando um ambiente mais informado e crítico. Este papel adaptativo e proativo é essencial para conectar as pessoas à informação certa, no momento certo, promovendo o conhecimento e a alfabetização informacional.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecário. Desafios. Usuário. Tecnologias digitais.

Introdução

A era contemporânea é marcada pela revolução tecnológica, impactando todas as áreas do conhecimento. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) desempenham um papel crucial no aprimoramento das diversas profissões, incluindo a Biblioteconomia. Os profissionais da área são responsáveis por preservar, organizar, tratar e disseminar informações, sendo

²¹ falcao_alex@hotmail.com

vital que acompanhem as mudanças nesse contexto. Este trabalho explora o papel adaptativo do bibliotecário diante do avanço tecnológico na mediação da informação, com foco em estudos realizados em bibliotecas. O tema foi escolhido para compreender como os bibliotecários se posicionam no ambiente informacional, observando suas práticas e adaptações às mudanças, além de identificar as principais tecnologias que utilizam. Esse processo de interação entre humanos e tecnologia é caracterizado pela "sociedade da informação", substituindo o conceito de "sociedade pós-industrial" e introduzindo um novo paradigma técnico-econômico. A nova era tecnológica provocou transformações em todos os setores da sociedade, conforme discutido por Wertkein (2000).

Neste cenário de mudança na disseminação da informação, os profissionais da área precisam adquirir novas competências, reconhecendo a natureza transnacional do conhecimento e das novas tecnologias em constante evolução. Isso implica que os bibliotecários devem ampliar suas habilidades, adotando uma abordagem multidisciplinar e buscando constantemente novos conhecimentos e técnicas. Diante desse desafio, surge a questão de pesquisa: como os bibliotecários estão utilizando as tecnologias de informação e comunicação para mediar a informação, com o objetivo de agilizar o acesso dos usuários?

Foram reunidos os principais pontos abordados ao longo do trabalho, oferecendo uma síntese reflexiva sobre as descobertas e conclusões alcançadas. Além disso, foram apresentadas as referências dos documentos utilizados como base para embasar a pesquisa, destacando a solidez teórica e a fundamentação empírica do estudo. Esse momento permite uma análise mais profunda dos resultados.

Desenvolvimento

Tecnologias de informação e comunicação utilizadas nas bibliotecas

A trajetória da humanidade é marcada pela incessante evolução, impulsionada pela tecnologia. Desde tempos antigos, os seres humanos têm buscado maneiras de registrar e compartilhar informações, transitando por uma diversidade de suportes ao longo dos séculos. Desde as pinturas nas cavernas até os dispositivos digitais como pen drives, o desenvolvimento dos meios informacionais reflete a busca incessante da humanidade por novas formas de comunicação e registro do conhecimento. A ascensão da Internet desencadeou uma revolução na sociedade da informação, quebrando os paradigmas anteriormente estabelecidos em relação à comunicação.

Santa-Anna (2015, p. 02) nos esclarece:

(...) o desenvolvimento tecnológico possui seu apogeu a partir da década de 60, com o surgimento da internet. A internet revolucionou os fazeres profissionais dos bibliotecários devido à sua capacidade de transferir a informação, facilitando seu acesso, rompendo barreiras geográficas e temporais.

Para se adaptarem à revolução tecnológica, as unidades de informação precisaram passar por um processo de modernização, integrando novos equipamentos e capacitando seu pessoal para utilizá-los de forma eficaz. Essa mudança afetou não apenas os métodos de catalogação, classificação e indexação, mas também desafiou os paradigmas tradicionais que antes predominavam nesse ambiente. Atualmente, nas bibliotecas, uma variedade de recursos é empregada para facilitar a disseminação da informação em um amplo contexto virtual. A internet, por exemplo, hospeda sites especializados na busca de informações, os quais podem ser classificados em três categorias distintas., de acordo com Vieira (2014, p. 172)

Existem diversos tipos de sites especializados em pesquisa de informações na internet, cada um com sua função específica:

Diretórios ou repertórios de assuntos – é o pioneiro na busca web; funciona como uma biblioteca de sites organizados e estruturados com categorias e subcategorias em seus bancos de dados. Por exemplo: Yahoo, Google Directory, etc. • Mecanismo de busca – faz indexação automática da informação, sem preocupação com

classificação ou seletividade recupera a 13 maior quantidade possível de informações relacionadas. Por exemplo: Google, Ask, etc. • Metamecanismo de busca – também denominado “metabuscador” ou “metamotor”; faz busca por meio de diversos mecanismos; não possui banco de dados próprio, funcionando como um intermediário que busca e repassa os resultados de forma unificada. Por exemplo: Copernic, Mata Hari etc.

Essas plataformas são ferramentas disponíveis comercialmente, projetadas para ajudar profissionais de informação a aprimorar o gerenciamento e a recuperação de dados. O propósito é disseminar essas informações com um nível superior de qualidade.

Transformação da utilização das tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas ao longo do tempo

A necessidade de transmitir informações tem sido uma constante na história humana, desde as pinturas rupestres em Tassili de los Ajjer até a tradição oral e o advento da escrita por volta de 3200 a.C. A evolução da transmissão de informações seguiu um caminho que incluiu a escrita manuscrita, a invenção da imprensa e, finalmente, a era digital, representada pelo computador na contemporaneidade.

A mais antiga biblioteca registrada na história é a Biblioteca de Elba, datada do terceiro milênio a.C. Seu acervo consistia em placas de argila com escrita cuneiforme, totalizando cerca de 15 mil tábuas organizadas em estantes temáticas, além de outras 15 mil tábuas contendo resumos dos conteúdos disponíveis. Martins (2001, citado por Morigi, 2005, p.3) esclarece:

(...) as bibliotecas da Antiguidade não se diferenciavam muito das bibliotecas do período medieval. Elas se constituíam locais de armazenamento de documentos, com sistemas precários de recuperação e acesso. Elas se ocupavam em armazenar a maior quantidade de rolos de papiro e, posteriormente, pergaminho atribuindo status e poder aos seus imperadores nas regiões onde se encontravam. Estas bibliotecas reuniam escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios.

O livro só se tornou amplamente difundido durante a "Europa Moderna", baseada no Renascimento do século XVI, que trouxe uma renovação social, cultural, artística, literária, científica e econômica, redescobrando a civilização greco-romana. Foi nessa época que surgiram as primeiras bibliotecas particulares e o desenvolvimento do mercado editorial. A demanda por obras de autores gregos e romanos aumentou significativamente. No século XVI, surgiu o bibliófilo, apreciador e colecionador de livros raros e preciosos. No século XVII, o livro se consolidou como uma ferramenta essencial para pesquisas científicas e trabalhos intelectuais, abrangendo todas as áreas do conhecimento humano.

A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, por volta de 1440, com tipos móveis, foi crucial para a disseminação dos livros. Gutenberg imprimiu uma Bíblia em dois volumes entre 1455 e 1500, o que permitiu a difusão em larga escala dos livros na sociedade. As bibliotecas desempenharam um papel fundamental na disseminação de ideias, oferecendo espaços para leitura, pesquisa e aprendizado. O termo "Ciência da Informação" surgiu por volta de 1841 com a publicação do livro "Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques" por Léopold Auguste-Constantin Hesse, definindo a organização e gestão de bibliotecas.

A evolução da informação deu um salto significativo com o desenvolvimento de várias tecnologias de informação e comunicação (TICs), transformando a vida cotidiana. O intercâmbio de informações se acelerou, e tanto o hardware quanto o software se sofisticaram ao longo do tempo. As TICs envolvem componentes tecnológicos e de comunicação, operando mudanças significativas na maneira como as pessoas trocam informações.

Para se ajustar às ferramentas de informação disponíveis, o profissional da informação sente a necessidade de ampliar seu conhecimento e habilidades no uso desses recursos, o que permite a disseminação mais eficaz e rápida da informação. Para isso, é crucial que o especialista se mantenha atualizado e esteja engajado na revolução tecnológica em andamento.

No campo da informação, há uma variedade de sistemas com o objetivo principal de disseminar informações. Esses sistemas são descritos de várias maneiras por diferentes pesquisadores. Por exemplo, Araújo (2006, p. 307) define os sistemas de informação como:

(...) aqueles que, de maneira genérica, objetivam a realização de processos de comunicação (...) Esses sistemas, cuja origem remonta às bibliotecas de terracota na Babilônia, de pergaminho em Pérgamo e de papiro em Alexandria, atravessaram grandes transformações, até chegar aos modernos sistemas com bases de dados em registros magnéticos capazes de mandar de um canto ao outro do mundo grandes volumes de mensagens a velocidades fantásticas e de armazenar milhões de itens de informação em minúsculos chips.

As tecnologias de informação e comunicação foram desenvolvidas para revolucionar o mundo da informação. Dispositivos como computadores e tablets são ferramentas físicas que sustentam várias formas de disseminação da informação, incluindo sites, bancos de dados e outros meios que facilitam a entrega rápida dessas informações aos usuários. Conforme apontam Bueno e Messias (2013, p. 2).

(...) os instrumentos auxiliares à atuação não se limitam a catálogos e manuais. As redes telemáticas, e em especial a internet tem sido decisiva para a prestação dos serviços essenciais nas unidades de informação. Os catálogos manuais migram para o meio eletrônico, os softwares que gerenciam o acervo mantêm comunicação direta e integrada com uma infinidade de outros sistemas, os acervos transcenderam os limites físicos da biblioteca e atualmente ocupam o ciberespaço, os usuários não se restringem ao acesso local, mas, sobretudo a acessos remotos.

Entender e empregar essa diversidade de ferramentas tornou-se um grande desafio para o aprimoramento profissional do especialista em informação. Embora desempenhem o papel de disseminadores de informação, frequentemente esses profissionais não estão adequadamente preparados para o mercado de trabalho, pois não possuem conhecimento ou domínio das ferramentas tecnológicas que se tornaram essenciais no cenário informacional.

(...) com a proliferação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o mercado de trabalho passa a exigir profissionais capazes de

dominar as ferramentas tecnológicas atuais, adaptando e/ ou criando novos produtos e serviços, na busca de seus clientes ou usuários. Na área de biblioteconomia e ciência da informação, não é diferente. A atual realidade requer profissionais com maior domínio em TIC e em ferramentas de gestão de serviços de informação, desde sua pesquisa, seu tratamento e, principalmente, sua disseminação aos usuários (SANTOS et al. 2003, p.86).

O bibliotecário tem o compromisso de fornecer aos usuários meios para acessar a informação desejada de forma rápida e eficiente, sem comprometer a qualidade. Isso reflete a aplicação da quarta lei de Ranganathan, que preconiza "Poupe o tempo do leitor", e em uma interpretação moderna, poderia ser entendida como "Poupe o tempo do usuário". Em relação a essa lei, Campos (2006, p. 4).

(...) evidência que, para que as atividades do bibliotecário possam funcionar satisfatoriamente, é necessário que este profissional de informação não se comporte como um mero repassador de informação/documento, aceitando métodos e técnicas estabelecidos, mas criando em seu fazer diário instrumentos e formas de ação mais adequados ao Sistema de informação no qual está inserido.

Durante o avanço promovido pelas tecnologias na intermediação da informação, emergiram as redes digitais virtuais. Sobre esse assunto, Jambeiro (2009, p. 21) afirma que:

(...) a chamada Sociedade da informação se caracteriza, principalmente por; a) formação e desenvolvimento de redes digitais virtuais, que ligam pessoas e grupos, independentemente de tempo e espaço; b) reorganização interativa dos processos políticos, sociais, econômicos, culturais e institucionais, com base em tecnologia avançada de informação e comunicação; c) reconfiguração da vida cotidiana dos indivíduos, grupos sociais, governos, empresas e entidades em geral, por afeito da consolidação e crescente expansão de redes digitais.

A rede mundial de computadores desempenha um papel crucial na intermediação da informação, atuando como um canal essencial para a troca e compartilhamento de dados na teia virtual de conexões. Os recursos digitais, como sistemas de busca online e bases de dados bibliográficas, representam uma fonte valiosa a ser explorada pelo profissional da informação. Sua responsabilidade de facilitar o acesso à informação adquiriu uma amplitude

ainda maior com as tecnologias disponíveis no mercado da informação. O especialista em informação expandiu seu campo de atuação para além das fronteiras físicas da biblioteca. Com a internet, a informação pode ser disseminada em todas as direções no vasto universo da informação.

Neste ambiente tecnológico, o especialista em informação deve se familiarizar com as ferramentas disponíveis para facilitar o acesso à informação e reconhecer que ocorreu uma mudança prática nas bibliotecas. Junto a essas transformações, surgem novas oportunidades para o uso de recursos na obtenção da informação. Além disso, é essencial que o profissional da informação oriente o usuário a buscar a informação por si mesmo, em vez de simplesmente fornecê-la pronta, como tem sido comum. Para isso, é necessário que o usuário se adapte a esse novo procedimento. Nesse contexto, Souto (2005, p. 34) nos alerta que:

(...) é fundamental que os bibliotecários adotem políticas internas direcionadas para o treinamento e orientação dos usuários, e ainda, programas de capacitação de “auxiliares” voltados para o ensino de técnicas de atendimento, que poderão vir a garantir a satisfação dos usuários mesmo quando estes não conseguirem localizar facilmente os documentos que necessitam.

É amplamente reconhecido que o campo da Ciência da Informação engloba não apenas aspectos de administração, organização, gestão estratégica e planejamento, mas também recursos humanos em unidades de informação, incluindo gerenciamento, liderança, entre outros. Para que o profissional da informação se envolva nesse mundo diversificado de gerenciamento de informações, é fundamental que ele esteja familiarizado e seja proficiente nas tecnologias de informação e comunicação.

Todas as bibliotecas e unidades de informação devem buscar modernização e adotar ferramentas tecnológicas adequadas ao seu ambiente, visando facilitar a circulação de informação tanto para os usuários quanto entre as próprias unidades e bibliotecas. Ao mesmo tempo, os profissionais precisam estar aptos a utilizar equipamentos e suportes tecnológicos. É fundamental ressaltar que não é possível construir um ambiente orientado para a nova era

da informação do século XXI sem profissionais que conheçam e saibam operar as técnicas necessárias para isso.

As bases de dados são desenvolvidas para armazenar informações vitais em diversas áreas do conhecimento humano. Sem elas, a recuperação dessas informações seria extremamente demorada. Portanto, hoje em dia, em todos os setores da sociedade - seja em instituições, empresas, escolas ou unidades de informação - sua criação é de extrema importância para armazenar e disseminar conhecimento, tanto de forma acadêmica quanto informativa. Além das bases de dados, as redes de unidades de informação em geral também desempenham um papel significativo nesse universo de conhecimento.

Isso destaca que as redes de unidades de informação têm como principal objetivo proporcionar o acesso mais ágil a qualquer conhecimento buscado por usuários, empresas, instituições, escolas etc., formando assim uma cadeia interminável de informações que alimenta o processo de aprendizado de pessoas e setores cada vez mais abrangentes. Por outro lado, indivíduos que estão desvinculados da informação correm o risco de se isolarem, já que a troca de informações é constante e perene. Portanto, é responsabilidade do profissional da informação integrar-se a essa realidade e utilizar mecanismos que facilitem o acesso à informação. É importante ressaltar que nem todas as unidades de informação e bibliotecas têm acesso a essas tecnologias. Sobre esse aspecto, Sancho (2008, p. 18) esclarece:

(...) as tecnologias de informação e comunicação não são neutras. Estão sendo desenvolvidas e utilizadas em um mundo cheio de valores e interesses que não favorecem toda a população. Além de considerar que um grande número de pessoas seguirá sem acesso às aplicações das TIC em um futuro próximo.

Diante dessa realidade, o profissional da informação, como mediador da informação, deve adotar uma postura proativa junto à instituição mantenedora da unidade de informação na qual atua, enfatizando a importância de implementar recursos tecnológicos com o objetivo de integrar os usuários da comunidade à "sociedade da informação", baseada na internet. No entanto,

para acessar esses recursos, é necessário seguir procedimentos burocráticos que não estão sob controle direto do profissional da informação, mas sim de uma hierarquia superior. Apesar disso, sua participação em promover a disseminação da informação nesse contexto é de grande relevância.

Intermediação da informação por meio de tecnologias digitais

A intermediação da informação na Ciência da Informação sempre foi crucial, pois permite ao profissional da informação atender plenamente ou parcialmente as necessidades, dúvidas e buscas dos usuários por informação. Com o surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), as atividades dos especialistas em informação se ampliaram. Para ilustrar sua importância, optou-se por exemplificar alguns conceitos. Assim, segundo Almeida Jr. (2008, citado por Sanches e Rio, 2010, p. 109): mediação é toda interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente: individual ou coletiva: que propicia a apropriação de informação que satisfaça, pela ou parcialmente, uma necessidade informacional. (...) a mediação não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário, em todo fazer desse profissional.

Com o advento das TICs, surgiu a necessidade de uma mudança de comportamento por parte dos profissionais da informação. Além de se familiarizarem com as novas ferramentas disponíveis para facilitar a intermediação da informação, eles também devem compartilhar esses conhecimentos com os usuários, que são os principais destinatários da informação. Nesse contexto, nota-se que a profissão de profissional da informação, assim como muitas outras atualmente, exige adaptação ao mundo digital, pois a informação está sendo disseminada de forma cada vez mais rápida. Sobre isso, Santos et al. (2003, p. 86) esclarecem:

(...) com a proliferação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o mercado de trabalho passa a exigir profissionais capazes de dominar as ferramentas tecnológicas atuais, adaptando e/ou criando novos produtos e serviços, na busca de seus clientes ou usuários. Na área de biblioteconomia e ciência da informação, não é diferente. A atual realidade requer profissionais com maior domínio em TIC e em ferramentas de gestão de serviços de informação, desde sua pesquisa, seu tratamento e, principalmente, sua disseminação aos usuários, que cada dia se tornam mais exigentes e apressados na obtenção de informações pontuais e relevantes, ou seja, a informação exclusiva, eficiente e direcionada à sua necessidade.

Cabe ainda ressaltar que, com as transformações que as TICs trouxeram para os meios de informação e comunicação, também emergiu uma nova abordagem na prestação de serviços em unidades de informação. O profissional da informação contemporâneo precisa direcionar sua atenção tanto para usuários físicos quanto virtuais, investigando suas demandas e necessidades informacionais, o tipo de pesquisa que pretendem realizar e quais materiais bibliográficos e eletrônicos podem auxiliá-los nessa busca.

No entanto, é importante lembrar que a internet oferece uma vasta quantidade de material que nem sempre é confiável, e os profissionais da informação precisam estar atentos para garantir a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários. Como mencionado anteriormente, o profissional da informação media as informações buscando fornecer ao usuário aquelas que satisfazem suas necessidades informacionais.

Para que isso aconteça, é necessário organizar, armazenar e tratar as informações para que sejam recuperadas de maneira eficiente, utilizando novos métodos de trabalho, cuidado no tratamento de dados e controle de atualização dos endereços eletrônicos identificados no padrão URL (Uniform Resource Locator), uma função bastante séria, já que as páginas da internet mudam com muita frequência.

Diante de uma grande quantidade de informações, o profissional da informação precisa organizá-las para que possam ser disseminadas eficientemente. A intermediação não ocorre apenas no atendimento ou no serviço de referência e informação; ela está presente em todas as atividades

do profissional da informação, desde a aquisição do acervo, passando pela indexação e catalogação, até a interação com o usuário.

Sem a adoção dos novos conhecimentos que as tecnologias de informação e comunicação trouxeram para o mundo globalizado da informação, o profissional da informação não consegue realizar um trabalho que esteja alinhado com as mudanças na sociedade da informação.

É importante ressaltar que as interações virtuais entre usuários são uma realidade nas redes cibernéticas. Por isso, os profissionais precisam promover produtos e serviços nas mídias sociais para alcançar um número crescente de usuários e internautas que navegam nessas plataformas. Existem diversos meios para essa promoção, como sites, blogs, e-mail, Facebook, Twitter, entre outros. As redes institucionais foram desenvolvidas para facilitar a troca imediata de informações, aproximando o mundo, fisicamente distante em suas fronteiras, por meio das redes virtuais.

Adicionalmente, o profissional da informação tem à sua disposição uma vasta gama de recursos para adquirir informações, utilizando ferramentas que visam compartilhar informações de forma confiável.

Papel do profissional da informação frente às tecnologias de informação e comunicação para atender às demandas de informação do usuário.

Muito se tem discutido sobre as transformações que o mundo tecnológico trouxe para várias profissões, incluindo a Ciência da Informação. Ao ingressar nesse mercado, o profissional se depara com mudanças tanto estruturais quanto comportamentais. Surgem questionamentos sobre como lidar com esse novo cenário: estará ele preparado para trabalhar de forma autônoma nesse ambiente redefinido na era moderna? Como interagir com usuários que já estão imersos no mundo virtual? Essas questões levantam reflexões sobre a formação desse profissional. O aprendizado acadêmico será suficiente para fundamentar sua atuação no mercado de trabalho? É sabido

que o papel do profissional da informação no mundo contemporâneo é muito diferente do que era décadas atrás, quando eram vistos apenas como guardiões de livros. Essa percepção ultrapassada está sendo superada ao longo do tempo. Hoje, o profissional da informação busca ativamente seu lugar na sociedade da informação, desmistificando a imagem antiquada dos séculos anteriores.

Assim, percebe-se que no contexto globalizado da informação, o profissional da informação desempenha um papel crucial na mediação desse conhecimento. No entanto, para que isso aconteça, é essencial superar o estereótipo tradicional enraizado na sociedade.

(...) a sociedade está mudando, e este é o momento oportuno para que os bibliotecários consigam seu “lugar ao sol”. A necessidade de profissionais voltados para a gestão da informação e de uma infraestrutura tecnológica que lhes auxiliem em suas atividades já é uma realidade da qual não se pode mais fugir. Nesse sentido, espera-se que os bibliotecários assumam uma postura mais ativa e lutem por seu reconhecimento social (Souto, 2005, p. 29).

O profissional da informação começou a enxergar sua prática profissional por novas óticas, pois as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) abriram novos horizontes, trazendo consigo desafios expandidos. O avanço da tecnologia teve um impacto significativo na indústria, na sociedade, na economia, na cultura e na ciência. Assim, foi necessário estabelecer uma nova infraestrutura para o desenvolvimento dos serviços de informação, surgiram novos métodos e foram criadas ferramentas e plataformas para superar as barreiras físicas e promover a disseminação da informação de forma mais interativa.

Para atender às necessidades informacionais desse grupo de usuários, o profissional da informação de referência pode oferecer, entre outras atividades, treinamentos para realizar buscas na internet em catálogos online de bibliotecas e bases de dados específicas. Além disso, ele pode fornecer aos usuários listas de sites e portais confiáveis na web, levando em consideração os interesses da clientela, atuando assim como um intermediário entre a ferramenta de busca e o usuário. É importante ressaltar que as atividades de

catalogação, indexação e recuperação da informação mantiveram sua relevância, continuando a auxiliar o profissional de informação de referência.

Houve apenas mudanças na forma de execução dessas atividades, devido à implementação de novas tecnologias emergentes de informação e comunicação.

O profissional de informação de referência dispõe de diversas opções para auxiliar o usuário de forma remota, evitando a necessidade de deslocamento até a biblioteca. Essas opções incluem o Repositório Institucional, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o Catálogo Online, o uso de e-mail, Twitter, Facebook, além de acesso a livros e periódicos eletrônicos e uma variedade de sites de busca.

As ferramentas escolhidas para consulta dependerão do tema ou assunto solicitado pelo usuário. Como pode ser observado, existem diversas ferramentas disponíveis neste vasto universo de informação. É essencial que o profissional de informação de referência se familiarize com essas ferramentas e saiba como utilizá-las eficazmente para atender com sucesso às solicitações de informação dos usuários.

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica. Durante esse procedimento, uma análise da literatura foi conduzida, explorando tanto a disseminação da informação quanto as tecnologias de informação e comunicação. Vários autores foram consultados para ressaltar a importância para os profissionais da área de manterem-se atualizados com as mudanças introduzidas pelas tecnologias no cenário da informação.

Assim, foram analisados livros, dissertações e artigos, com o propósito de que este estudo pudesse estabelecer uma base teórica sólida e abrangente, proporcionando a oportunidade de se tornar uma fonte de consulta para pesquisadores futuros.

Considerações finais

Com o objetivo de contextualizar o papel do bibliotecário na era da tecnologia e da informação, inicialmente foram buscadas fundamentações teóricas para embasar o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Nesse sentido, foram selecionados textos que delineassem a jornada do profissional da informação, desde os primórdios das primeiras bibliotecas, que utilizavam materiais como papiro e pergaminho para armazenar informações, até os dias atuais com a presença do dispositivo de armazenamento USB. O propósito foi destacar a importância de os bibliotecários acompanharem as transformações de cada período histórico, pois a evolução tem sido uma constante na história da humanidade, inclusive no contexto tecnológico.

Explorar questões relacionadas à postura do profissional da informação em relação ao uso das tecnologias da informação e comunicação foi crucial para esta pesquisa. Esses questionamentos permitiram uma avaliação da importância fundamental de conhecer e saber utilizar essas tecnologias na mediação da informação. Sem esse domínio, o profissional corre o risco de ficar à margem de uma sociedade que cada vez mais se comunica por meio das redes sociais. Além disso, é crucial compreender que as novas produções científicas e literárias estão cada vez mais migrando do meio impresso para o meio eletrônico.

Esta pesquisa demonstrou que, nos dias de hoje, é essencial que o profissional da informação seja proativo, buscando constantemente novos métodos para oferecer suporte tanto em termos de informação quanto de organização, independentemente da plataforma utilizada. Portanto, é necessário que ele tenha habilidades tanto para arquivar documentos de forma apropriada quanto para gerenciar conteúdos na internet.

Diante deste panorama, é crucial utilizar as novas tecnologias de informação para promover o acesso à informação de forma mais eficiente. Com o lançamento contínuo de novos softwares no mercado, as unidades de informação devem contar com uma gestão que incentive e se preocupe em atualizar seu aparato tecnológico. Afinal, é inegável que a principal missão da biblioteca é servir à comunidade local. É importante reconhecer que, ao longo

das décadas, as bibliotecas têm sido referências na preservação e disseminação do conhecimento humano. No século atual, esse conhecimento está sendo armazenado não apenas em formato físico, mas cada vez mais em formato eletrônico.

No entanto, não é apenas a biblioteca, ou qualquer instituição de informação, que deve acompanhar as tecnologias de informação e comunicação. Isso também se aplica particularmente ao profissional que atua nesse ambiente. O profissional da informação precisa se familiarizar cada vez mais com essas tecnologias, a fim de continuar desempenhando seu papel como mediador da informação. No entanto, agora isso deve ser feito sob uma nova perspectiva, um novo paradigma e, principalmente, por meio de novas ferramentas e recursos.

Referências

ARAUJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva. 2006.

BUENO, Aparecida de Fátima Cavalheiro; MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva. **As novas tecnologias e os impactos nas bibliotecas: habilidades do profissional bibliotecário na atualidade**. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em: Acesso em: 15 de maio de 2024.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **As cinco Leis da Biblioteconomia e o Exercício Profissional**. 2009. Disponível em: Acesso em: 15 de maio de 2024.

JAMBEIRO, O. Os pilares estruturais das comunicações contemporâneas. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTE, Edilson (Orgs). **A Cibercultura e seu espelho**. [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber, Instituto Itaú Cultural, 2009 (Coleção ABCiber, 1). Disponível em: Acesso em: 22 de maio de 2024.

MORIGI, José Valdir; PAVAN, Cleusa. **Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004. Disponível em: Acesso em: 23 de maio de 2024.

MORIGI, Valdir José. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: Acesso em: 23 de maio de 2024.

SANCHO, Juana Mariá; HERNÁNDEZ, F. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 198 p.

SANTA-ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários; da guarda informacional ao acesso. **Rev. digit.cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 138-155, jan/abr. 2015. Disponível em: Acesso em: 25 de maio de 2024.

SANTOS, Luciano Costa; FACHIN Gleisy Regina Bóries; VARVAKIS, Gregorio. Gerenciando processo de serviços em bibliotecas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003. Disponível em: Acesso em: 26 de maio de 2024.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **O Profissional da Informação em Tempo de Mudanças**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à Teoria Geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Revista Ciências da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: Acesso em: 28 de maio de 2024.

**- O TRABALHO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (Alessandro Spencer de Souza Holanda)**

O TRABALHO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Alessandro Spencer de Souza Holanda²²

DOI: 10.5281/zenodo.12788855

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho pedagógico na educação física escolar, abordando seus desafios, metodologias e impactos no desenvolvimento dos alunos. Com o objetivo de discutir o trabalho pedagógico no desenvolvimento dos alunos na educação física escolar. Utilizando uma revisão de literatura baseada em referências-chave, discutimos como a educação física pode ser organizada de maneira eficaz para promover um ensino inclusivo e de qualidade. A análise inclui as perspectivas de avaliação da aprendizagem, as desigualdades educacionais e as práticas pedagógicas em contextos de pobreza. Conclui-se que uma abordagem pedagógica bem estruturada na educação física é essencial para a formação integral dos alunos, promovendo não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento social e emocional.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Desafios metodológicos. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A educação física escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis, a socialização e o bem-estar geral. No entanto, a efetividade desse componente curricular depende diretamente da qualidade do trabalho pedagógico realizado pelos educadores. A literatura aponta para a necessidade

²² Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

de uma abordagem pedagógica que vá além do simples ensino de habilidades motoras, incorporando aspectos de avaliação da aprendizagem, inclusão social e adaptação às realidades socioeconômicas dos alunos.

Conforme argumenta Darido (2012), a avaliação na educação física deve ser um processo contínuo e reflexivo, voltado para o desenvolvimento integral do aluno. Libâneo (2012) destaca o dualismo presente na escola pública brasileira, onde há uma disparidade significativa entre a educação oferecida para os ricos e os pobres, o que também se reflete na educação física. Luckesi (2011) complementa que a avaliação deve ser vista como parte integrante do ato pedagógico, e não como um fim em si mesma.

A organização do trabalho pedagógico em contextos de pobreza é especialmente desafiadora. Silveira e Frizzo (2021) discutem como a educação física pode ser estruturada em ambientes socioeconomicamente desfavorecidos para proporcionar uma educação de qualidade. Betti (1999) questiona a limitação do ensino de esportes na escola, sugerindo uma abordagem mais ampla que inclua o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. Bracht (1999) traça a evolução das teorias pedagógicas na educação física, enfatizando a necessidade de uma prática educativa que seja crítica e reflexiva.

O desenvolvimento deste trabalho busca compreender melhor os desafios, as metodologias, e impactos no desenvolvimento dos alunos nas aulas de educação física. Logo, este artigo tem como objetivo de discutir o trabalho pedagógico no desenvolvimento dos alunos na educação física escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é uma revisão narrativa da literatura, que se propõe a analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre o trabalho pedagógico na

educação física escolar. Para a realização desta revisão, foram adotados os procedimentos a seguir:

As bases de dados, para pesquisa incluíram artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos oficiais, que abordam a temática do trabalho pedagógico na educação física escolar. As principais bases de dados consultadas foram Scielo, Google Scholar, Education Resources Information Center (ERIC).

Como critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos estudos publicados entre 1992 e 2023, que tratassem diretamente do trabalho pedagógico na educação física escolar. Estudos que abordassem exclusivamente aspectos técnicos ou fisiológicos, sem relação com a prática pedagógica, foram excluídos.

A coleta de dados envolveu a leitura detalhada e análise crítica dos textos selecionados. As informações relevantes foram organizadas em categorias temáticas, que permitiram uma síntese compreensiva das principais abordagens e debates sobre o tema.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar padrões, divergências e lacunas na literatura. Os dados foram interpretados à luz das teorias pedagógicas e das práticas educacionais contemporâneas, com o objetivo de oferecer uma visão crítica e informada sobre o trabalho pedagógico na educação física escolar.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Avaliação na educação física escolar

A avaliação é um componente essencial do trabalho pedagógico na educação física. Conforme Darido (2012), a avaliação deve ser um processo contínuo e reflexivo, que vá além da simples medição de habilidades motoras. Luckesi (2011) reforça que a avaliação deve ser parte integrante do ato

pedagógico, auxiliando no desenvolvimento integral dos alunos. Em um contexto de educação física, isso significa avaliar não apenas a performance física, mas também o engajamento, a cooperação e o desenvolvimento social dos alunos.

Betti (1999) critica a visão limitada da educação física que se foca exclusivamente em esportes, sugerindo uma abordagem mais ampla que inclua jogos cooperativos e atividades que promovam o desenvolvimento social e emocional. Esse tipo de avaliação holística pode ajudar a identificar as necessidades individuais dos alunos e adaptar as práticas pedagógicas de acordo. A adoção de métodos de avaliação diversificados permite um entendimento mais completo das capacidades e dificuldades dos alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

Desigualdades na educação física escolar

A disparidade na qualidade da educação física oferecida nas escolas públicas e privadas é um tema recorrente na literatura. Libâneo (2012) discute o dualismo perverso presente na escola pública brasileira, onde as escolas de elite oferecem uma educação voltada para o conhecimento, enquanto as escolas públicas muitas vezes se limitam a um acolhimento social. Esta desigualdade também se reflete na educação física, onde a falta de recursos e infraestrutura pode limitar a qualidade do ensino.

Silveira e Frizzo (2021) exploram a organização do trabalho pedagógico da educação física em contextos de pobreza, destacando a importância de adaptar as práticas pedagógicas às realidades socioeconômicas dos alunos. Em ambientes desfavorecidos, é crucial que os educadores sejam criativos e flexíveis, utilizando recursos disponíveis de maneira eficaz e promovendo atividades que sejam acessíveis a todos os alunos. A inclusão de jogos e atividades que não requerem equipamentos caros pode ajudar a nivelar o campo de jogo, proporcionando uma educação física de qualidade mesmo em contextos de escassez.

Evolução das teorias pedagógicas na educação física

A evolução das teorias pedagógicas na educação física reflete uma mudança significativa na compreensão e na prática do ensino desta disciplina. Tradicionalmente, a educação física nas escolas era centrada quase exclusivamente no desenvolvimento das habilidades motoras e na prática de esportes. No entanto, essa visão limitada tem sido progressivamente substituída por abordagens mais abrangentes e inclusivas, que reconhecem a importância do desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos.

Segundo Darido (2012), há diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola, que variam desde uma visão tecnicista, focada exclusivamente na habilidade física, até uma perspectiva mais ampla e humanista, que valoriza o desenvolvimento integral do aluno. Darido (2012) destaca que a educação física deve ser vista como um componente essencial da formação escolar, contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e cognitivas, além das físicas.

Bem como, Bracht (1999) argumenta que a constituição das teorias pedagógicas da educação física deve ser entendida como um processo contínuo de transformação, que responde às demandas e necessidades sociais e educacionais. Inicialmente, as práticas pedagógicas eram influenciadas por uma visão mecanicista do corpo e do movimento, onde a ênfase estava na execução técnica e na performance atlética. Com o tempo, essa perspectiva começou a ser questionada, dando lugar a uma abordagem mais holística e crítica.

O Coletivo de autores (1992) contribuiu significativamente para essa discussão, propondo uma metodologia de ensino da educação física que integra os aspectos físicos, cognitivos e sociais. Eles defendem que a educação física deve promover a reflexão crítica sobre as práticas corporais, permitindo que os alunos compreendam as implicações culturais e sociais do esporte e da atividade física. Esta abordagem metodológica visa formar indivíduos críticos e conscientes, capazes de questionar e transformar a realidade em que vivem.

Betti (1999) também enfatiza a necessidade de uma educação física que vá além do ensino de habilidades motoras e da prática esportiva. Ele argumenta que a educação física deve incluir atividades que promovam o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, como debates, reflexões e jogos cooperativos. Essas atividades ajudam os alunos a desenvolverem habilidades de pensamento crítico, comunicação e cooperação, que são essenciais para sua formação integral.

A integração de uma abordagem pedagógica crítica na educação física também implica a valorização da diversidade e da inclusão. Isso significa reconhecer e respeitar as diferenças individuais dos alunos, sejam elas relacionadas à capacidade física, ao gênero, à etnia ou à condição socioeconômica. SILVEIRA e FRIZZO (2021) destacam a importância de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos em contextos de pobreza, promovendo uma Educação Física que seja acessível e significativa para todos.

A evolução das teorias pedagógicas na educação física representa uma transformação necessária e contínua para assegurar que esta disciplina contribua efetivamente para a formação integral dos alunos. A adoção de uma abordagem crítica e inclusiva permite que a educação física se torne uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento físico, cognitivo e social, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e ativos em suas comunidades.

CONCLUSÃO

O trabalho pedagógico na educação física escolar é fundamental para a formação integral dos alunos. A avaliação deve ser contínua e reflexiva, focada no desenvolvimento global do aluno. As desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro exigem uma adaptação das práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A

evolução das teorias pedagógicas na Educação Física indica uma necessidade crescente de abordar o ensino de maneira holística, incorporando aspectos físicos, cognitivos e sociais.

Além disso, a educação física escolar deve ir além do ensino de habilidades motoras, promovendo um desenvolvimento integral que inclua a saúde física, o bem-estar emocional e a capacidade crítica dos alunos. Para alcançar isso, é necessário um esforço contínuo de adaptação e inovação por parte dos professores de educação física.

REFERÊNCIAS

BRANDL, C. E. H.; NISTA-PICCOLO, V. L.; BRANDL NETO, I. Situações problema: possibilidades significativas para as práticas pedagógicas na Educação Física Escolar. Anais do V Congresso Sul Brasileiro de Ciência do Esporte, Itajaí/SC, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n. 48, p. 65-76, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

BETTI, I. C. R. Esporte na escola: mas é só isso, professor? Motriz, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 25-31, jun. 1999. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n1/4_Irene_form.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, S. C. A avaliação da educação física na escola. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 6, p. 127-140, 2012.

DARIDO, S. C. Diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola. Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física, São Paulo, v. 1, p. 34-50, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41548/1/01d19t02.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LIBÂNIO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Leonardo Lemos; FRIZZO, Giovanni. A organização do trabalho pedagógico da educação física escolar em um contexto de pobreza. Educ. fis. cienc., Ensenada, v. 23, n. 3, e186, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612021000300186&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2024.

- Organização da informação e do conhecimento (Iraci Zottis)

Organização da informação e do conhecimento

Iraci Zottis

DOI: 10.5281/zenodo.12614109

RESUMO

O conhecimento é fundamental para a organização das informações onde, constitui a base para diversas atividades que são desenvolvidas no espaço. O uso da informação transforma o conhecimento da sociedade, assim este estudo apresenta a organização da informação e do conhecimento. O registro de informações é necessário, pois o ser humano tem limitações para conhecimentos e armazenamento de informações, assim a eficácia de fazer o conhecimento ser registrado para acessá-lo e transmiti-lo, não sendo apreciado só por quem tem mais acesso, mas por todos que tem interesse sobre o assunto. A tecnologia está avançando muito rápido, cada vez mais as informações vêm sendo armazenadas, acessadas e publicadas através dos meios tecnológicos, podendo também ser consideradas como forma de prevenção dessas memórias. Este artigo tem como objetivo colocar questões que vão ajudar nas questões relativas à Organização da Informação e do Conhecimento, onde se baseiam as competências essenciais concluindo que as informações devem proporcionar aos indivíduos experiências que possam ser compartilhadas.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento. Informação. Conhecimento.

Introdução

A organização da informação e do conhecimento são técnicas e estratégias atribuídas a identificar e otimizar necessidades informacionais, estruturando os fluxos formais da informação em diferentes ambientes.

A gestão da informação deve ter como guias: a missão, objetivos institucionais e visão de futuro aos quais a organizações devem obedecer. As informações devem resultar em serviços que atendam às necessidades dos cidadãos, conquistem a confiança e a credibilidade aumentando a produtividade.

Davenport e Prusak (2003) acrescentam que o conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e

insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações.

O conhecimento é o conjunto total que inclui cognição e habilidades que os indivíduos utilizam para resolver problemas. O conhecimento se baseia em dados e informação, mas, ao contrário deles, está sempre ligado a pessoas. O gerenciamento de dados, informações e conhecimento deve, portanto, estar sempre coordenado. (PROBST ET AL, 2002, p. 30)

De acordo com Marchand & Davenport (2004), grande parte do que se faz passar por Gestão do Conhecimento é na verdade Gestão da Informação, a Gestão de Conhecimento vai além da Gestão da Informação, pois incorpora preocupações como a criação e o uso do conhecimento nas organizações.

Os investimentos em tecnologias da informação são muito grandes, mas de acordo com Davenport (2002), todos os computadores do mundo de nada servirão se seus usuários não estiverem interessados no tipo de informação que esses computadores podem gerar.

A organização da informação e do conhecimento é básico para qualquer atividade humana e se torna indispensável para a tomada de decisões no ambiente ao qual ela está inserida. Sobre o papel da informação nas organizações, Beuren (2000, p. 43 apud FREIRE, LIMA, SILVA, ANDRADE, SILVA, 2012, p. 3) coloca que:

A informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão, bem como no controle das operações empresariais. Sua utilização representa uma intervenção no processo de gestão, podendo, inclusive, provocar mudança organizacional, à medida que afeta os diversos elementos que compõem o sistema de gestão. Esse recurso vital da organização, quando devidamente estruturado, integra as funções das várias unidades da empresa, por meio dos diversos sistemas organizacionais.

O sistema de organização do conhecimento tem um percurso teórico comum quanto a construção de sistemas de classificação, tesouros, taxonomias e ontologias de acordo com Carlan (2010, p. 134). Com o passar do tempo as reflexões sobre o tema e outros sistemas foram sendo incorporadas no

Sistemas de Organização do Conhecimento, como os tesouros, taxonomias, dicionários e glossários.

Soergel(1999), Brascher e Café (2008, p. 8), dizem que, entre os objetivos dos Sistemas de Organização do Conhecimento estão:

(...) prover uma mapa semântico para domínios individuais para os relacionamentos entre domínios, fornecendo orientação e servindo como um instrumento de referência; melhorar a comunicação e o ensino; prover uma base conceitual para a boa execução da pesquisa e implementação; prover classificação para a ação, isto é, o uso prático dos SOC em diferentes atividades profissionais, tais como a classificação de doenças para diagnósticos médicos e de mercadorias para o comércio; apoiar a recuperação da informação; prover uma base conceitual para sistemas baseados em conhecimento e para a definição de elementos de dados e hierarquias de objetos na engenharia de software, servir como um dicionário mono, bi ou multilíngue para uso pelo homem ou por sistemas automáticos de processamento da linguagem natural.

Para que se tenha um panorama das possibilidades de definições de Organização da Informação e Organização do Conhecimento é preciso recorrer a alguns autores. Sendo assim, Brascher e Café (2008, p. 5, grifo do autor) dizem que:

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da OI. Essas linguagens, segundo Svenonius (2000) subdividem-se em linguagens que descrevem a informação e linguagens que descrevem o documento (suporte físico).

Referencial Teórico

A Organização da Informação e do Conhecimento são fatores chave obtenção e criação de valor. Além de ajudar a detectar novas oportunidades e criar vantagens competitivas, elas defendem de ameaças.

A informação e o conhecimento é uma necessidade para qualquer setor da atividade e é indispensável.

Conforme Drucker (2002), “informação é o principal capital intelectual do executivo e é ele quem deve decidir que informação precisa e como usá-la”; dessa forma, onde a informação é um insumo essencial e estratégico para as instituições exercerem suas atividades, é igualmente importante saber administrar essa informação, transformando-a em diferencial estratégico.

Revisão da Literatura

Como citado na introdução deste trabalho, a organização da informação e do conhecimento foi analisada pelos autores de renome na área. A apresentação das teorias respectivamente.

Justificativa

A Organização da Informação e do Conhecimento de modo objetivo e não permitir que este se desenvolva ao acaso. Segundo Davenport e Prusak (2003) o conhecimento não é puro nem simples: é uma mistura de elementos variados; é fluido como também formalmente estruturado; acrescentam ainda que o conhecimento é intuitivo e, portanto, difícil de colocar em palavras ou de ser plenamente entendido em termos lógicos. O conhecimento está nas pessoas, assim o estudo é relevante permitindo que se aprofunde em abordagens sobre o tema a Gestão do Conhecimento.

Objetivos

O objetivo deste estudo é verificar o processo da organização da Informação e do Conhecimento na perspectiva dos autores selecionados. Para o alcance desse objetivo, tem-se como objetivos específicos:

- Relatar conceitualmente Organização da Informação e do Conhecimento;
- Descrever os modelos de Gestão do Conhecimento propostos pelos autores;
- Traçar uma síntese das melhores ações estratégicas apontadas pelos modelos;

Metodologia

A pesquisa é uma motivação em compreender como ocorre o processo de Organização da Informação e do Conhecimento, uma vez as organizações em conhecimento estão crescendo de forma significativa no mundo, o que leva a reconhecer a importância fundamental do conhecimento das informações.

Considerações finais

De acordo com esse trabalho foi possível entender que a organização da informação e do conhecimento é o insumo básico para qualquer atividade, sendo pessoal ou em organizações. Ela é indispensável para a tomada de decisões e conseqüentemente para o posicionamento no ambiente ao qual ela está inserida.

As mudanças ocorridas com as informações na sociedade, economia, tem como objetivo identificar informações nas organizações, visando administrar o conhecimento que é adquirido por seus colaboradores nas suas atividades. Com o avanço a organização da informação e conhecimento passa a contar com mais ferramentas, assim vai facilitando o acesso à informação.

A informação é um recurso para auxiliar na decisão e o gerenciamento da informação proporcionando o planejamento, conhecer sua missão, tendo uma visão no ambiente onde estão inseridos. Assim, a organização de

informação e conhecimento deve ter: objetivos, visão para o futuro e missão aos quais devem obedecer.

Referências:

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. São Paulo, **Anais...** São Paulo, USP, 2008. Disponível

em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CARLAN, Eliana. **Sistema de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. 100f. Dissertação(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UnB, Brasília, 2010.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 12ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

FREITAS, L. S. de. Entre o público e o privado: trajetos temático-discursivos da área de informação. Informação & Sociedade, v. 14, n. 1, p. 11-44, jan./jun. 2004.

**- Os benefícios do ensino da Geografia para incluir o aluno autista
(Germana Gonçalves de Lima Alves; Eduarda Graciele Passos Jacinto;
Eleni Nascimento Ruozo)**

Os benefícios do ensino da Geografia para incluir o aluno autista

Germana Gonçalves de Lima Alves²³

Eduarda Graciele Passos Jacinto²⁴

Eleni Nascimento Ruozo²⁵

DOI: 10.5281/zenodo.12627718

RESUMO

Na presente pesquisa serão analisados os benefícios do ensino da geografia para o aluno autista, destacando que o mesmo faz parte, sobretudo da parte ontológica do homem, possibilitando o aprendizado como uma realização, uma necessidade que desperte interesse e curiosidade, adquirindo conhecimento através das vivências, visando a inclusão social. Todos os alunos aprendem de forma significativa, constroem o conhecimento de si mesmos e do contexto em que vivem, aprendem, exploram e se descobrem. Para os alunos autistas, o ensino da geografia pode contribuir para vencer as questões frágeis que apresentam na parte da socialização dos mesmos, através de atividades que os mesmos possam desenvolver suas habilidades oportunizando a inclusão do mesmo.

Palavras-chave: Geografia; Benefícios; Inclusão. Autista.

ABSTRACT

In this research, the benefits of teaching geography for the autistic student will be analyzed, highlighting that it is part, above all, of the ontological part of man, enabling learning as an achievement, a need that arouses interest and curiosity, acquiring knowledge through the experiences, aiming at social inclusion. All students learn in a meaningful way, build knowledge of themselves and the context in which they live, learn, explore and discover themselves. For autistic students, the teaching of geography can contribute to overcoming the fragile issues that they present in terms of their socialization, through activities that enable them to develop their skills, providing opportunities for their inclusion.

Keywords: Geography; Ludic; Child education.

²³ Germana Gonçalves de Lima Alves. Aluno (a) do curso de Geografia do Grupo Educacional IBRA. E-mail: germanaglalves@gmail.com

²⁴ Eduarda Graciele Passos Jacinto. E-mail: eduardajgaciele@gmail.com

²⁵ Eleni Nascimento Ruozo. E-mail: leruzzo63@yahoo.com

Introdução

A importância de Milton Santos para o estudo da Geografia ele foi um geógrafo que mais visibilidade deu à Geografia brasileira. Sua militância permanente em prol da cidadania e da ética extrapolou os muros acadêmicos. Produziu uma obra numerosa e complexa, uma verdadeira teoria geográfica do espaço, que apresenta diferentes fases e faces e reclama ainda muita reflexão. O presente texto apresenta uma das muitas possibilidades de classificação de sua obra. Considera, para tanto, que seu pensamento e a organização de seu trabalho percorrem dois caminhos básicos, desde o campo das reflexões filosóficas sobre a natureza do espaço geográfico, até trabalhos de natureza empírica, quando buscava a reconstrução intelectual do mundo a partir das experiências específicas, dando destaque à categoria lugar.

Desde que nascem as crianças utilizam o espaço geográfico para relacionar-se com o outro, a geografia é uma área do conhecimento de suma importância, principalmente na educação infantil, pois nessa fase a criança precisa explorar o mundo que a rodeia como forma de orientar-se, localizar-se, deslocar-se e agir no meio expor suas vontades e interagirem com o meio ao qual se encontram inseridas. Além de ser uma ferramenta de auxílio, a geografia colabora no processo do desenvolvimento das habilidades sensoriais e espaciais da criança autista e ajuda principalmente, nas aptidões sociais e motoras. Com isso, o ensino de geografia se faz necessário nas primeiras fases da vida com vistas a promover o desenvolvimento cognitivo, corporal, social e cultural do indivíduo bem como contribuir para o entendimento das formas de relacionamento humano e suas ações no ambiente e vice-versa. Logo, pode-se afirmar que a Geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade, ou ainda, preocupar-se com o futuro através do inconformismo com o presente.

Assim acredita-se que o trabalho com o ensino da geografia seja de muita importância nas ações de todos os alunos já que, pois é principalmente por meio da exploração do mundo, os alunos conseguem observar tudo aquilo que é diferente.

O ensino da geografia assim relaciona-se com tudo e todos que se encontram ao seu redor. A partir dessa compreensão, defende-se, que o desenvolvimento espacial e sensorial auxilia a origem de diferentes funções, por exemplo as psicológicas como: a atenção, o raciocínio, a memória, a linguagem, dentre outras.

Com os benefícios desse ensino para o aluno autista pode-se destacar a melhora na parte comportamental, observa-se diminuição de movimentos estereotipados do autista, bem como diminuição de comportamentos agressivos e com isso visa-se a inclusão do mesmo.

Atualmente, em diversas tarefas que são responsabilidade dos professores no processo educacional, várias vezes sem recursos e condições, há questionamentos sobre a inclusão e sobre como o professor de geografia se submete á essa questão se em sua formação não deram suporte para trabalhar a inclusão e uma metodologia adequada.

No presente trabalho buscou-se entender as características desenvolvimentistas do aluno autista com os benefícios da geografia visando a inclusão, e como o educador deve agir/interagir como facilitador desse desenvolvimento por meio do mesmo.

O trabalho configura-se como pesquisa bibliográfica, centrando seu foco e objetivo nos benefícios que a geografia traz para o aluno autista, visando a inclusão.

CONCEITO DE AUTISMO

No ano de 1911, o psiquiatra Eugène Bleuler, foi o primeiro a falar sobre o termo autismo, com o objetivo de colocar em uma síndrome neurológica, on-

de a mesma se tem a manifestação em indivíduos com dificuldades de terem o contato com outras pessoas e com o real mundo, ausência ou dificuldade de desenvolvimentos comunicativas (BELISÁRIO JÚNIOR; CUNHA, 2010).

De acordo com pensamento de Vygotsky (1991) ele propõe que, entre o que a criança já desenvolveu e o que ela poderá desenvolver, existe um espaço onde, por meio de estímulos e mediação, a criança poderá atingir capacidades superiores às já alcançadas. Desta maneira, o que a criança consegue fazer com ajuda do outro (mediador) é tão valioso quanto o que ela consegue realizar sem essa mediação, já que, quando resolve um problema com o auxílio de alguma ferramenta, utiliza capacidades superiores e começa a desenvolver elementos mais complexos na estruturação psicológica. Assim, o brincar assume um papel essencial nesse processo, tendo em vista que, por meio das brincadeiras, o sujeito terá acesso a tais fontes de desenvolvimento.

Porém, foi o psiquiatra Plouller que colocou este termo dentro da literatura psiquiátrica desde o ano de 1906 (GAUDERER, 1993). Pode-se destacar também, que o psiquiatra Léo Kanner no ano de 1943, apresentou um grupo de crianças com algumas características em comum e com um grau de lesão alto, onde a mais que se destacava era a incapacidade de relação com as demais pessoas (GAUDERER, 1993).

Observa-se no Brasil uma grande ampliação sobre o debate entre a relação e a integração onde se pode encontrar alguns pontos fortes sobre a complexidade, e destaca-se dois focos de problematização: formação dos professores, polêmica em relação ao conhecimento pedagógico e o conhecimento específico sobre a educação especial, atendimento oferecidos aos sujeitos considerados “graves”, dentre outros (BAPTISTA; BOSA et al, 2002).

De acordo com lei 9.394/96, as escolas regulares começaram a aceitar alunos com necessidades especiais, é muito importante essa interação social entre crianças com qualquer tipo de síndrome, principalmente as crianças com autismo, com isso pode-se melhorar o quadro dos mesmos (BAPTISTA; BOSA et al, 2002).

2.1. Benefícios do ensino da geografia para a inclusão do Autista

Se voltarmos no tempo e pensarmos sobre a infância antigamente, conclui-se que as brincadeiras e exploração do espaço fizeram e ainda fazem parte na vida das crianças, representando uma importante etapa da vida.

Segundo Vygotsky (1998), defende que o indivíduo é um resultado de um processo sócio-histórico, ou seja, a aprendizagem ocorre através da interação do sujeito com o meio.

Através disso pode-se dizer que a problemática é: qual a importância do processo de ensino-aprendizagem da geografia? Por sua vez, a hipótese com a qual trabalhou-se é que o ensino da geografia promove a aprendizagem e favorece o desenvolvimento físico intelectual e social, ou seja, possibilita um desenvolvimento real, completo e prazeroso aos alunos. Além de observar que o professor na sala de aula pode-se trabalhar com a geografia noções de tempo e espaço e que ambos são muito importantes para os alunos autistas, pois, é o local onde a aprendizagem é construída, e eles evoluem socialmente.

Devido a esse fato, como as outras disciplinas da educação, o ensino da geografia necessita que os conteúdos sejam absorvidos e os ensinamentos ligados a esse ensino são desenvolvidos de forma abstrata que necessitam ser imaginados e interpretados. Com isso, os autistas aprendem de maneira diferente, pois, essa maneira de ensinar se depara com algumas dificuldades acometidas pelo aluno autista.

Para o aluno autista, deve-se ter como prioridade a ajuda para o mesmo, de modo que ele tenha uma adequada percepção adequada de si mesmo, tendo a compreensão de suas limitações e possibilidades, ao mesmo tempo, ajudá-lo a se expressar com uma liberdade maior, aperfeiçoando e conquistando novas habilidades e competências.

Quanto às partes: cognitiva e neurológica, o ensino da geografia auxilia os alunos explorarem o mundo exterior, fazendo com que experiências concretas possam auxiliar e ampliar seu repertório de atividades e na solução de problemas, conquistando diversas noções simples para o desenvolvimento na

parte intelectual, o que proporcionará conhecer o mundo a sua volta e dominar o relacionamento do meio com o corpo.

A evolução do ser humano tem duas origens: filogenética - a da espécie humana, e ontogenética - maturação biológica (neuropsicomotora). Para ao desenvolvimento pleno, necessita de mediação adequada do adulto e da cultura social. Assim sendo, a interação dinâmica e perpétua entre maturação biológica (natura) e relação com o meio (o ensino da geografia), com os objetos e com o outro (cultura), que, para o aluno autista, é que vai propiciar seu o desenvolvimento total.

A partir desse aspecto o aluno autista vai gradativamente aperfeiçoando essas noções para **entender o mundo a seu redor**. Com esse fato, o mesmo começa a fazer o manuseio de objetos, como uma maneira de **divulgar seus pensamentos e suas emoções**.

Atualmente há muitas discussões sobre e em torno da inclusão social, o deficiente continua ainda sofrendo muito com o preconceito pelo motivo da diferença. Em vários segmentos da sociedade há um discurso sobre a inclusão, dentre esses o ambiente escolar. A inclusão no ambiente escolar é algo importante, que vem crescendo e se efetivando, mesmo com dificuldades, sempre superando uma história de discriminação e preconceito. Além disso tem provocado muitos questionamentos e dúvidas.

Diante disso, pode-se concluir que a inclusão do jeito que está se efetivando, está muito longe do seu ideal, e não está dentro dos padrões estabelecidos pela Declaração de Salamanca (1994), a qual trata dos princípios, a política e a prática da educação para as necessidades especiais e recomenda que as escolas se ajustem as necessidades de todos os alunos.

As pesquisas dizem que a inclusão escolar não está agindo de forma adequada, além de estar longe do ideal, não há interesse e nem investimento sobre isso. Pois incluir um aluno na escola, não significa apenas mudá-lo de endereço, de escola ou sair da classe especial e ir para a classe regular. Existem muitos outros pontos importantes envolvidos em tudo isso, que estão deixados de lado e desconsiderados ao se efetivar a inclusão escolar.

A inclusão escolar, seu futuro dependerá de um esforço e trabalho coletivo com uma meta comum de garantir uma educação melhor e de qualidade para todos. É por meio de vários estudos e pesquisas que visem para aumentar conhecimentos e fazer testes de maneira que viabilizem a verdadeira inclusão escolar.

A escola inclusiva tem a finalidade de promover a educação para todos. Abre espaço para que todos os alunos possam conviver, se interagir e aprender juntos.

As barreiras de algumas pessoas com deficiência são quase sempre o que atrapalha o aprendizado. O objetivo principal da escola inclusiva é de romper e quebrar essas barreiras e transformar a educação em igualdade para todos. Dar o direito e oportunidades de todos serem iguais.

De acordo com Aranha (2004), escola inclusiva é aquela que garante um ensino de qualidade aos seus alunos, respeitando e reconhecendo a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Na verdade, a escola para ser inclusiva precisa garantir a permanência e o sucesso de todos os alunos, e isso se torna um desafio a todos.

A escola, para se tornar uma escola inclusiva de sucesso, necessita da participação e interação de todos. Desde as pessoas envolvidas no processo educacional (direção, docentes e discentes) até a comunidade em geral. Na interpretação de Saviani (2001), diz que o papel do professor no processo de inclusão é fundamental, pois, ele é mediador do processo ensino/aprendizagem.

É de muita importância sempre lembrar que uma escola para se tornar e se manter inclusiva necessita de muitas coisas e percebe-se que não é fácil colocar tudo isso em prática.

Muitas escolas incluem os alunos com deficiência na sala regular e pensam que é simples assim. Escola inclusiva é muito mais. A escola só passa a ser inclusiva quando todas as barreiras existentes (preconceito, medo e etc.)

forem removidas, mas segundo Mantoan (1997), a inclusão de alunos com alguma deficiência tem sido polemizado por diferentes segmentos.

Para a construção de uma educação inclusiva, é de suma importância trabalhar com salas de aula heterogêneas que possuem alunos diferentes um do outro, e atividades como confeccionar materiais que além dos benefícios o mesmo trabalha com o desenvolvimento gerando diversas discussões, pois, possuem diversas correntes da psicologia como um suporte fundamental para o aluno autista.

O ensino da geografia se relaciona com caráter analítico e reflexivo do espaço, esse local geográfico há uma ligação econômica, social e cultural que se unem, tornando uma matéria que faz o sentido a existência dos seres enquanto sociais. Além disso, a geografia faz com que haja vínculo entre a natureza e a sociedade através do território, lugar, paisagem e região. Esse conteúdo geográfico é muito importante, pois, através dele compreende-se as dimensões sociais, ambientais, econômicas e políticas.

Portanto, é fundamental ao aluno autista ter um ambiente povoado de objetos com os quais possa criar, imaginar, construir e, em especial, um espaço para usar a criatividade com o ensino da geografia. Isso pode ser o ponto principal de uma educação inclusiva, a partir permitem formas que auxiliam qualquer aluno a compreender os problemas e valorizar as diferenças e particularidades.

É importante que a metodologia de ensino da geografia tenham uma ligação com conversas com os alunos e que as mesmas sejam palavras de uma compreensão acessível a todos, de forma direta e concreta, principalmente na parte conceitual, já que os autistas possuem uma certa dificuldade com situações abstratas.

No ensino da geografia pode-se utilizar vários tipos de métodos, visando ligações com algumas representações como mapas, maquetes e figuras, com isso o aluno autista consegue desenvolver suas habilidades, potencialidades e se incluindo socialmente com os demais.

Todos, inclusive a escola, devem tomar para si mesmos a responsabilidade de todos os alunos e nunca correr o risco de negar as necessidades dos alunos com autismo, pois, uma escola inclusiva é uma escola para todos, capaz de lidar com diferenças e levar todos os alunos para um processo de conhecimento e inserção cultural.

Se a escola despertar a emoção humana, a fantasia e a imaginação, por meio da prática do ensino da geografia e um ambiente agradável, certamente contribuirão na formação de seres mais conscientes e reflexivos.

Como premissa para essa práxis pedagógica torna-se essencial que o educador conheça os benefícios do ensino da geografia, e o que cada um traz como temática e saiba como os se relacionam e se beneficiam com o mesmo.

Espera-se, por fim, diante do que foi dito, que o presente trabalho contribua como um possível caminho para a efetivação desta prática nas escolas, como proposta inclusiva, pois nos dá condições para desenvolver a inclusão e não somente no atendimento especializado e sim nas vivências do dia-a-dia dos alunos e que saiam da unidade escolar, contagiando as famílias e os amigos que cercam o cotidiano dos alunos.

Metodologia

Para analisar as diversas facetas do assunto, a pesquisa contará com uma revisão bibliográfica sobre a temática através de uma análise documental do assunto abordado. Nesse contexto, a presença de algumas características psíquicas e sociais em conjunto com os fatores neurológicos e ambientais é importante para identificação do transtorno. Geralmente, as crianças apresentam dificuldade na interação social, e isso inclui a capacidade de comunicação, compreensão e processamento de informações, além da evitação do contato com o outro como, por exemplo, a dificuldade de olhar nos olhos e de expressar e lidar com as emoções de maneira funcional. Outras dificuldades que também podem estar presentes nesses sujeitos dizem respeito ao desenvolvimento de brincadeiras imaginativas, à realização de

atividades em grupo, à capacidade de se colocar no lugar do outro, assim como às questões sensoriais, que influenciam diretamente o processo de autorregulação da criança.

A coleta de dados dar-se-á neste trabalho a revisão documental em livros, revistas pedagógicas, sites da Internet entre outros que segundo Gil (1991, p.48), a pesquisa documental e bibliográfica possui o desenvolvimento embasado em materiais elaborados e constituídos especialmente em artigos e livros com relações a pesquisa abordada.

Assim sendo, para a realização dessa pesquisa bibliográfica utilizaram-se os procedimentos técnicos abaixo:

a) Seleção de materiais de maneira bibliográfica e de documentos sobre o tema por meio da Internet, para que o pesquisador possa construir uma referência teórica com coerência sobre a temática em destaque.

b) Leitura dos materiais que foram selecionados;

c) Reflexão e análise de maneira crítica dos materiais selecionados;

d) Através de texto escrita a exposição dos resultados coletados.

(GIL,1991, p.49).

O método nas palavras de Garcia (1998, p. 44), é uma metodologia racional, ou seja, é construído através de básicos instrumentos que visam atingir os objetivos na pesquisa.

Segundo Ferreira; Torrecilha, Machado (2012, p.3), a observação é uma técnica usada em várias áreas ligadas ao conhecimento, e proporciona o pesquisador obter diversas informações.

A metodologia utilizada consiste na busca de conceitos, através da pesquisa bibliográfica, onde foi feito o levantamento de autores que analisam a temática aqui abordada., que discutem sobre a relevância da temática abordada na presente pesquisa.

Conclusão

Em virtude dos fatos mencionados, à luz da abordagem sócio histórica de Vygotsky (1991), percebe-se que o ato de brincar, seja ele exercido pela criança sozinha ou com os pares, desempenha um papel indispensável no desenvolvimento cognitivo, social, emocional e psicológico, já que estimula a formação do pensamento abstrato, da imaginação, da criatividade, da imitação, além de promover o aumento do repertório comunicativo e comportamental das crianças. Concluiu-se a partir dessa pesquisa a importância de firmar relações entre os benefícios do ensino da geografia e contribuições na vida do aluno autista para incluí-lo socialmente.

Diante disso, pode-se dizer que o ensino da geografia traz vários benefícios no desenvolvimento dos alunos autistas, e com isso acredita-se que através dessa pesquisa, os profissionais atuantes com esses alunos possam refletir sobre o quão é importante estimular esse ensino e reverem suas práticas pedagógicas e influírem sobre seu desenvolvimento positivamente de forma a analisarem esse aluno em todos seus aspectos.

Ao considerar que o tema escolhido para essa pesquisa seja de grande relevância para a prática pedagógica dos profissionais que atuam com essa clientela, permitindo-os avaliar e rever suas ações ao trabalhar o eixo da geografia.

A importância do tema tornou-se evidente nos estudos realizados na graduação de Geografia, os quais nos permitiram constatar que ao trabalhar com qualquer aluno é importante que o professor compreenda que esse nível de ensino abrange tanto a vertente do educar quando a do auxiliar, de maneira articulada.

Assim, até mesmo os momentos de auxílio são importantes para ensinar e cabe destacar que na realização de todas as atividades existe a geografia que proporciona as experiências e o contato com o outro, visando a inclusão social. O termo inclusão, literalmente, significa ação ou resultado de incluir, de abranger, de fechar, de encerrar, de introduzir, de inserir, dentro de alguma coisa.

Conseqüentemente, a educação inclusiva significa garantir a todos os estudantes, sem exceção, a igualdade de oportunidades educativas, para que possam usufruir de serviços educativos de qualidade dentro do contexto geográfico.

É importante salientar que além de compreender por meio da teoria a importância do trabalho com o eixo da geografia, foi possível observar, por meio do trabalho realizado com qualquer aluno enquanto professores, que no ambiente escolar ainda é muito comum a compreensão por parte dos professores e dos pais de que os alunos autistas não se interagem.

Dessa forma, entende-se que o trabalho com a geografia torna-se algo imprescindível para potencializar o desenvolvimento de qualquer aluno e proporcionar diferentes interações sociais e, por esse motivo, os profissionais que atuam nesse espaço devem compreender a necessidade de organizar o trabalho de modo a contemplar tal aspecto.

Assim, é preciso estarmos atentos à forma como a brincadeira é conduzida, já que não se trata de uma simples ação comumente exercida por crianças, mas, sim, de uma fonte de desenvolvimento de potencialidades. Dessa forma, garantir que seja uma experiência prazerosa e rica para a criança implica a formação de um sujeito atuante no mundo e repleto de possibilidades transformadoras.

Concluiu-se que o ensino da geografia tem uma importante contribuição do desenvolvimento de qualquer aluno, principalmente para o autista, levando em consideração que esse conteúdo vai além de um simples ensino, ele beneficia e desenvolve autonomia, quando os alunos constroem conhecimentos que são essenciais para que o mesmo desenvolva suas capacidades e habilidades proporcionando sua inclusão social.

Referências

ALMEIDA, D e SAMPAIO, A. **Ensino de geografia, sob a ótica da inclusão social, no início do século XXI**. In: Encontro nacional de prática de ensino de geografia porto alegre, 2009.

ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: transformação social ou retórica.** In OMOTE S. (org.). **Inclusão: intenção e realidade** (pp.37-60). Marília: Fundepe, 2004.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C.; Et al. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F. B., CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Transtornos Globais do Desenvolvimento**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases- Lei nº 9.394.** Brasília: Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 20 dezembro 1996. Disponível em: acesso em: 30 maio 2012.

FONSECA, Vitor. **Da filogênese à ontogênese da motricidade.** Artes Médicas: Porto Alegre. 1988.

GALLARDO, J. S. P.; OLIVEIRA, A. A. B.; ARAVENA, C. J. O. **Didática da educação física, criança em movimento: jogo, prazer e transformação.** São Paulo: FTD, 1998.

GAUDERER, E. C. **Autismo.** 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento.** São Paulo: Sarvier, 1985.

GESELL, A.; AMATRUDA, M. A. T. **Diagnóstico do desenvolvimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1990.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a construção do espaço na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação.** São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente.** 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

- Os efeitos do exercício físico em estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar: uma revisão narrativa (Alessandro Spencer de Souza Holanda)

Os efeitos do exercício físico em estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar: uma revisão narrativa

Alessandro Spencer de Souza Holanda²⁶

DOI: 10.5281/zenodo.12788896

RESUMO

Este artigo explora o impacto do exercício físico sobre estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar. A ansiedade é uma condição comum entre jovens e pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar geral. Este estudo revisa a literatura existente e analisa evidências empíricas para determinar como a atividade física pode contribuir para a redução dos sintomas de ansiedade e melhorar a saúde mental dos alunos. A revisão inclui dados de diferentes fontes acadêmicas e revisões narrativas, destacando a importância de intervenções baseadas em exercício dentro do contexto escolar.

Palavras-chave: Estudantes. Exercício físico. Transtorno de ansiedade.

INTRODUÇÃO

A ansiedade é um transtorno mental prevalente entre estudantes, frequentemente exacerbado pelo ambiente escolar e pelos desafios acadêmicos. Estudos indicam que aproximadamente 10-20% dos adolescentes enfrentam algum tipo de transtorno de ansiedade, o que pode impactar negativamente seu desempenho escolar, relacionamentos interpessoais e qualidade de vida geral (Gonzaga; Da Silva; Enumo, 2016). Esse transtorno é caracterizado por sentimentos excessivos de preocupação, medo e

²⁶ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

nervosismo, que podem manifestar-se em sintomas físicos e emocionais, prejudicando a capacidade do estudante de se concentrar e participar ativamente das atividades escolares (Araujo; Mello; Leite, 2007).

Diversos fatores contribuem para a ansiedade escolar, incluindo pressão acadêmica, desafios sociais e mudanças hormonais típicas da adolescência. A pressão para se sair bem em provas e a necessidade de se encaixar socialmente podem intensificar esses sentimentos, resultando em níveis elevados de estresse e ansiedade (Santos et al., 2016). Dentre as intervenções propostas para lidar com a ansiedade, o exercício físico tem emergido como uma abordagem promissora devido aos seus benefícios comprovados para a saúde mental e emocional (Lourenço et al., 2017).

A atividade física regular é conhecida por liberar neurotransmissores que promovem o bem-estar, como endorfinas e serotonina, que podem ajudar a reduzir os sintomas de ansiedade (Cunha, 2021). Além disso, programas de exercício físico bem estruturados podem oferecer uma oportunidade para os estudantes desenvolverem habilidades de enfrentamento, melhorar sua autoestima e reduzir a sensação de sobrecarga acadêmica (Nahas, 1997). Estudos recentes sugerem que a inclusão de atividades físicas nas rotinas escolares pode criar um ambiente mais favorável para a gestão da ansiedade, proporcionando um alívio eficaz e duradouro para os estudantes (Bezerra et al., 2019).

No entanto, a implementação de tais programas nas escolas requer uma compreensão aprofundada dos seus efeitos específicos e da maneira como diferentes tipos de exercícios podem impactar a ansiedade em contextos variados. A falta de dados conclusivos e a necessidade de adaptar as intervenções às necessidades individuais dos alunos representam desafios importantes para a prática educativa.

O objetivo deste estudo identificar o impacto do exercício físico em estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar. Por meio da revisão de literatura e análise de estudos existentes, este artigo pretende fornecer uma visão abrangente sobre como o exercício físico pode ser

integrado efetivamente no contexto escolar para melhorar a saúde mental dos alunos e reduzir os sintomas de ansiedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem de revisão da narrativa da literatura para investigar o impacto do exercício físico sobre estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar. A revisão da literatura foi escolhida como método principal devido à sua capacidade de sintetizar e analisar informações de diversos estudos anteriores, proporcionando uma visão abrangente sobre o tema em questão.

A seleção dos estudos foi conduzida com base em critérios específicos de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão englobaram artigos científicos revisados por pares, teses, dissertações e relatórios de pesquisa publicados entre 2007 e 2023, que abordassem diretamente o efeito do exercício físico em transtornos de ansiedade no contexto escolar. A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicas como PubMed, Scopus, Google Scholar e nas bibliotecas digitais de instituições de ensino superior, utilizando palavras-chave como "exercício físico", "ansiedade escolar", "transtornos de ansiedade" e "saúde mental infantil".

Os estudos selecionados foram avaliados quanto à sua qualidade metodológica, relevância e aplicabilidade. Foram incluídos artigos que apresentavam evidências empíricas, revisões sistemáticas e meta-análises. A análise envolveu a extração de dados sobre a metodologia empregada, os tipos de intervenções de exercício físico, os instrumentos de avaliação de ansiedade e os resultados obtidos. Particular atenção foi dada às características dos participantes, como faixa etária e nível de ansiedade, e ao tipo de exercício físico utilizado.

A revisão foi estruturada em três etapas principais. Primeiramente, foi realizada uma triagem inicial dos estudos para identificar aqueles que atendiam

aos critérios de inclusão. Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados para extrair informações relevantes sobre os efeitos do exercício físico na ansiedade. Por fim, os dados foram organizados e sintetizados para identificar o impacto do exercício físico na redução da ansiedade, os efeitos das intervenções de exercício físico no desempenho acadêmico e a qualidade do sono e sua relação com exercício físico e ansiedade.

A metodologia da revisão da literatura permitiu uma análise crítica dos estudos encontrados, oferecendo uma compreensão detalhada sobre a eficácia das intervenções de exercício físico na redução da ansiedade escolar. Essa abordagem possibilitou a identificação de melhores práticas e recomendações para a integração de atividades físicas nas rotinas escolares, bem como a identificação de áreas que necessitam de mais investigação.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Impacto do Exercício Físico na Redução da Ansiedade

A prática regular de exercício físico tem mostrado ser uma intervenção eficaz na redução dos sintomas de ansiedade entre estudantes. De acordo com Araujo, Mello E Leite (2007), a atividade física estimula a liberação de neurotransmissores, como endorfinas e serotonina, que desempenham um papel crucial na regulação do humor e na redução da ansiedade. Além disso, Cunha (2021) confirma que programas de educação física nas escolas não apenas ajudam a aliviar a ansiedade, mas também contribuem para um ambiente escolar mais positivo. A atividade física pode servir como uma válvula de escape para o estresse acumulado e promover um estado mental mais equilibrado.

O estudo de Lourenço et al. (2017) também aponta que atividades físicas realizadas durante o lazer estão associadas a menores níveis de

estresse percebido. A implementação de exercícios físicos nas escolas, portanto, não só melhora a saúde mental dos alunos, mas também contribui para a criação de um ambiente escolar mais saudável e menos estressante. A evidência sugere que a prática regular de atividade física pode ser uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios emocionais enfrentados pelos estudantes.

Efeitos das Intervenções de Exercício Físico no Desempenho Acadêmico

A relação entre exercício físico, desempenho acadêmico e qualidade de vida é significativa. Gonzaga, Da Silva e Enumo (2016) destacam que a ansiedade relacionada ao desempenho acadêmico pode ser mitigada por intervenções que promovam o bem-estar geral dos alunos, incluindo o exercício físico. A atividade física pode melhorar a concentração e a capacidade de lidar com desafios acadêmicos, ajudando os alunos a obterem melhores resultados acadêmicos.

Além disso, o professor de educação física tem um papel fundamental nas intervenções. Um exemplo disso é quando realiza a função de supervisor de estágio, que pode favorecer para que estagiários identifiquem estudantes com transtorno de ansiedade no ambiente escolar. O supervisor de estágio atua como um mediador entre o estudante, os professores e os colegas, criando um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor. Na maioria das vezes o estagiário é são responsáveis por identificar as necessidades específicas dos estudantes com transtorno de ansiedade, desenvolvendo estratégias de intervenção personalizadas que promovam a inclusão e o bem-estar emocional (Dal-Cin e Dendena Kleinubing, 2021)

Cunha (2021) reforça a ideia de que a atividade física escolar pode ser uma ferramenta valiosa para reduzir a ansiedade e melhorar o desempenho acadêmico. A integração de exercícios físicos no currículo escolar deve ser planejada de forma a maximizar seus benefícios, contribuindo para uma melhor preparação dos alunos para enfrentar as demandas acadêmicas. NAHAS

(1997) sugere que a educação física deve ser uma parte integral da formação dos alunos, promovendo um estilo de vida ativo que favoreça o desempenho acadêmico.

Qualidade do Sono e sua Relação com Exercício Físico e Ansiedade

A qualidade do sono é um fator crítico que influencia tanto a saúde mental quanto a eficácia das intervenções de exercício físico. SANTOS et al. (2016) relatam que a prática regular de exercícios físicos pode melhorar significativamente a qualidade do sono dos escolares, o que, por sua vez, ajuda a reduzir os níveis de ansiedade. A falta de sono adequado pode intensificar os sintomas de ansiedade e prejudicar a capacidade dos alunos de lidar com o estresse escolar (ARAUJO; MELLO; LEITE, 2007).

BEZERRA et al. (2019) destacam que a melhoria da qualidade do sono pode potencializar os benefícios do exercício físico na redução da ansiedade. Assim, a integração de programas de exercício físico nas escolas deve considerar não apenas a atividade física, mas também a promoção de hábitos saudáveis de sono. A implementação de estratégias que melhorem a qualidade do sono dos alunos pode criar um ciclo positivo, onde o exercício físico reduz a ansiedade e melhora o sono, e o sono adequado, por sua vez, contribui para um melhor estado mental e emocional.

A consideração da qualidade do sono nas intervenções escolares é essencial para garantir a eficácia das estratégias de redução da ansiedade. ROSSETO et al. (2022) sugerem que a educação sobre hábitos de sono saudáveis deve ser incorporada aos programas de atividade física, proporcionando uma abordagem holística para o bem-estar dos estudantes. A colaboração entre educadores e profissionais de saúde mental é fundamental para a implementação bem-sucedida dessas intervenções.

CONCLUSÃO

O exercício físico representa uma estratégia promissora para a redução da ansiedade em estudantes no ambiente escolar. As evidências analisadas sugerem que a incorporação de atividades físicas regulares pode oferecer benefícios substanciais para a saúde mental dos alunos e melhorar seu bem-estar geral. Recomenda-se a implementação de programas de atividade física nas escolas como uma medida preventiva e terapêutica para enfrentar o transtorno de ansiedade. Futuras pesquisas devem explorar a eficácia de diferentes tipos de exercícios e sua adaptação para atender às necessidades específicas dos estudantes com transtornos de ansiedade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Sônia Regina Cassiano de; MELLO, Marco Túlio de; LEITE, José Roberto. Transtornos de ansiedade e exercício físico. 2007.

CUNHA, G. M. R. Educação física escolar e transtorno de ansiedade: uma revisão narrativa. Universidade de Brasília. Faculdade de educação física. Graduação em educação física. Brasília, 2021.

DAL-CIN, J.; DENDENA KLEINUBING, N. Articulações entre pesquisa e estágio: a pesquisa-ação enquanto estratégia de formação em educação física. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/rpp.v24.65901.

GONZAGA, R.V.; DA SILVA, A.M.B; ENUMO, S.R. Ansiedade de provas em estudantes do ensino médio. *PsicolArgum*, v. 34, n. 84, p. 76-8, jan./mar., 2016.

LDB, Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [link]. Acesso em: 12 abr. 2014.

NAHAS, M. V. Educação física no ensino médio: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. Canais do IV seminário de educação física escolar/ escola de educação física e esporte, p. 17-20, 1997.

ROSSETO, Maria Luiza Raccolto et al. Escolha profissional e adolescência: velhas questões, novas reflexões. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 3, mar. 2022.

SANTOS, Isis Kelly dos et al. Sono e atividade física de escolares. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 25-30, jul./set. 2016.

LOURENÇO, Camilo L. M. et al. Atividade física no lazer como critério discriminante do menor nível de estresse percebido em adolescentes. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 25, n. 3, p. 90-97, ago. 2017.

CUNHA, G. de O. K. da; HARTWIG, T. W.; BERGMANN, G. G. Intervenções nas aulas de educação física e a saúde mental de escolares: Estudo de protocolo. *Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde*, v. 28, p. 1-9, jul. 2023. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/15012>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BEZERRA, Marcos Araújo Antonio; JULIÃO, Jamark Ferreira; BEZERRA, Gabriela Gomes de Oliveira; LOPES, Cibele Rodrigues; BOTTCHEER, Lara Belmudes. ANSIEDADE, ESTRESSE E NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ESCOLARES. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências - RIEC*, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2019. ISSN: 2595-0959. Disponível em: <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/56>. Acesso em: 19 jul. 2024.

- Prática pedagógica dos esportes alternativos nas aulas de educação física escolar (Alessandro Spencer de Souza Holanda)

Prática pedagógica dos esportes alternativos nas aulas de educação física escolar

Alessandro Spencer de Souza Holanda²⁷

DOI: 10.5281/zenodo.12785390

Resumo

A educação física escolar desempenha um papel crucial na formação integral dos alunos, os esportes alternativos no contexto da educação física escolar, exploram modalidades que podem contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. A inclusão de esportes alternativos nas práticas pedagógicas, promovem diversificação nas experiências esportivas dos alunos e atender aos caminhos e possibilidades de práticas pedagógicas. Este artigo tem o objetivo de discutir a importância dos esportes alternativos na educação física escolar. Abordaremos as o que são os esportes alternativos, suas características dos esportes alternativos, suas vantagens educacionais e os desafios na implementação dessas práticas nas escolas. Além disso, destacamos a relevância da diversidade esportiva no currículo escolar, promovendo inclusão e engajamento dos alunos nas aulas de educação física.

Palavras-chave: Esportes alternativos. Educação Física. Escola.

Introdução

A educação física escolar desempenha um papel crucial na formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento físico, emocional e social. Tradicionalmente, o currículo de educação física tem sido centrado em esportes convencionais como futebol, basquete e vôlei. Contudo, recentemente, houve uma crescente valorização e inclusão de esportes alternativos nas práticas pedagógicas, com o objetivo de diversificar as

²⁷ Doutor em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo (UNICAMP), mestre em Ciências da Saúde (UFPE) e residente especialista em Saúde da Família, Educação Física em Atenção Primária à Saúde (UFPE) e graduado em Educação Física (FG). Professor da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e Centro Universitário Brasileiro – (Unibra).

experiências esportivas dos alunos e atender às suas variadas habilidades e interesses.

Os esportes alternativos são modalidades não convencionais, frequentemente menos conhecidas e praticadas em comparação aos esportes tradicionais. Estas modalidades se distinguem por suas regras simplificadas, menor complexidade técnica e pela possibilidade de adaptação a diferentes contextos e recursos disponíveis nas escolas (BRASIL, 2018). Essas características tornam os esportes alternativos uma opção viável para enriquecer o currículo escolar e proporcionar novas experiências aos estudantes.

A incorporação de esportes alternativos nas aulas de educação física pode oferecer benefícios educacionais substanciais. Primeiramente, esses esportes proporcionam aos alunos a oportunidade de enfrentar novos desafios e ampliar seus repertórios motores e cognitivos. Além disso, promovem a inclusão social ao oferecer atividades acessíveis a um maior número de estudantes, independentemente de suas habilidades atléticas anteriores (FERMINO & FERMINO, 2018).

A diversificação das atividades esportivas na escola também contribui para um ambiente educacional mais inclusivo e democrático, onde todos os alunos se sentem valorizados e engajados nas aulas de educação física. Essa abordagem atende melhor às necessidades individuais dos alunos e estimula o trabalho em equipe, a cooperação e o respeito mútuo entre os colegas (BRANDL et al., 2010; LIMA & SILVEIRA, 2007).

No entanto, a implementação dos esportes alternativos enfrenta desafios significativos, como a resistência à mudança por parte de educadores e gestores escolares, a falta de recursos adequados e o conhecimento limitado sobre essas modalidades. Superar esses obstáculos exige um compromisso contínuo com a formação docente, o desenvolvimento de materiais educativos apropriados e o apoio institucional para promover práticas inovadoras em educação física (MARINHO et al., 2001).

Este artigo tem como objetivo discutir a importância dos esportes alternativos na educação física escolar. Destacando evidências empíricas e práticas recomendadas para maximizar os benefícios educacionais dessas modalidades.

Procedimentos Metodológicos

Este artigo trata-se de uma revisão de escopo, sobre esportes alternativos na escola. Foram delimitados os tipos de esportes alternativos a serem incluídos na revisão, considerando sua relevância para a prática educacional, impacto na aprendizagem dos alunos e inclusão nas políticas educacionais.

Referente a busca e Seleção de Fontes de Informação, foi realizada uma busca sistemática em diversas fontes de informação, incluindo bases de dados acadêmicas como Scopus, ERIC e Google Scholar, além de bibliotecas digitais e repositórios institucionais. Os termos de busca incluíram palavras-chave como "esportes alternativos", "educação física escolar", "modalidades esportivas não convencionais", entre outros relevantes.

Foram estabelecidos critérios claros para a inclusão e exclusão dos estudos identificados durante a busca, baseados em aspectos como relevância para o tema, tipo de estudo (pesquisa empírica, revisão, relato de caso), idioma (preferencialmente inglês e português), ano de publicação (últimos 10 anos, salvo estudos clássicos relevantes) e acesso ao texto completo.

Os dados relevantes dos estudos selecionados foram extraídos de forma sistemática, incluindo informações sobre autores, ano de publicação, objetivo do estudo, metodologia utilizada, principais resultados e conclusões. Esses dados foram organizados em tabelas ou quadros comparativos para facilitar a análise e a síntese dos resultados.

Foi realizada uma análise crítica dos estudos incluídos, avaliando a qualidade metodológica, consistência dos resultados e contribuições para o

campo dos esportes alternativos na educação física escolar. A síntese dos estudos foi apresentada de forma clara e objetiva, destacando tendências, lacunas de pesquisa identificadas e recomendações para práticas educacionais futuras.

Os resultados foram discutidos à luz dos objetivos da revisão, comparando e contrastando as evidências encontradas na literatura. Foram exploradas as implicações práticas e teóricas dos esportes alternativos na promoção da aprendizagem, inclusão social, desenvolvimento motor e cognitivo dos alunos, além de considerar o papel dos educadores e gestores escolares na implementação dessas modalidades. As recomendações práticas foram formuladas para professores de educação física que buscam promover a integração dos esportes alternativos no currículo de educação física escolar.

RESULTADOS

O que são esportes alternativos?

Os esportes alternativos são modalidades esportivas não convencionais que se distinguem dos esportes tradicionais, como futebol, basquete e vôlei, por suas regras adaptadas e implementos específicos (BRASIL, 2018). Esses esportes surgem como alternativas criativas, oferecendo novas experiências aos praticantes. Em contraste com os esportes mais populares, os esportes alternativos costumam ser menos complexos em termos técnicos e mais flexíveis em suas regras, o que facilita sua adaptação a diferentes contextos educacionais e grupos de alunos (FERMINO & FERMINO, 2018). Muitas vezes, esses esportes incluem modalidades como o tchoukball, beach tennis e corfebol, que oferecem dinâmicas únicas e inovadoras. A inclusão de esportes alternativos no currículo escolar permite que os alunos experimentem atividades que talvez não encontrariam fora do ambiente escolar, enriquecendo

suas experiências e habilidades motoras (SILVA & VERONEZ, 2015). Alguns exemplos de esportes alternativos são apresentados na tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Esportes alternativos

Esporte	Origem	Objetivo	Implementos	Benefícios
Squash	Inglaterra	Rebater a bola de maneira que o adversário não consiga rebatê-la	Raquete, bola específica	Fortalece músculos, melhora atenção e concentração
Corfebol	Holanda	Marcar pontos colocando a bola em uma cesta como no basquete	Bola redonda, postes de corfebol	Bem-estar, redução de estresse, ansiedade e depressão
Frescobol	Rio de Janeiro, 1950	Jogar a bola entre os jogadores sem deixá-la cair	Taco de madeira, bola específica	Força, resistência, cooperação
Beach Tennis	Itália, 1987	Passar a bola sobre a rede com um toque sem deixá-la cair	Raquete, rede, bola específica	Amplia cultura corporal, trabalha movimentos diferenciados
Tchoukball	Suíça, 1960	Passar a bola sobre um quadro de remissão após três passes	Dois quadros de remissão, bola estilo handebol	Desenvolvimento psicológico, habilidades sem contato físico
Kin-Ball	Canadá, 1986	Jogar uma bola gigante entre três equipes formando uma base	Bola de 1,2 metros	Concentração, cooperação em equipe
Punhobol	Grécia Antiga, Alemanha século 19	Rebater a bola com o punho, evitando erros	Bola, rede	Desenvolvimento motor, cognitivo e social
Manbol	Pará, Brasil, 2004	Fazer a bola tocar na quadra adversária abaixo da linha do ombro	Duas bolas com formato de fruta manga, rede	Melhora habilidades motoras, flexibilidade, estimula sinapses neurais
Scorebol	Peru, 2018	Fazer a bola (medicine ball) tocar a área adversária	Medicine ball, rede	Melhora força, potência, agilidade e resistência muscular

A tabela 1, resume os principais aspectos dos esportes alternativos discutidos, destacando suas origens, objetivos, implementos utilizados e os benefícios associados à prática dessas modalidades no ambiente escolar.

O esporte alternativo nas aulas de Educação Física Escolar

Na Educação Física Escolar, a introdução de esportes alternativos desempenha um papel crucial no enriquecimento do currículo e na promoção

de uma educação física mais inclusiva e diversificada. Incorporar essas modalidades oferece aos professores a oportunidade de expandir o repertório esportivo dos alunos e de promover valores como cooperação, respeito mútuo e responsabilidade (BRANDL et al., 2010). Os esportes alternativos estimulam a criatividade dos estudantes e proporcionam um ambiente de aprendizagem que valoriza tanto as habilidades individuais quanto coletivas, independentemente do nível de habilidade atlética de cada aluno. Além disso, a prática de esportes alternativos pode reduzir a monotonia das atividades físicas tradicionais e engajar mais os alunos, promovendo um ambiente educacional mais dinâmico e interessante (UVINHA, 2001). Isso contribui para uma experiência educacional mais rica e adaptada às diversas capacidades e interesses dos alunos, promovendo um ambiente mais democrático e acolhedor nas aulas de educação física (LIMA & SILVEIRA, 2007).

A importância dos esportes alternativos nas aulas de Educação Física Escolar

A inclusão de esportes alternativos no currículo de Educação Física é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos. Essas modalidades ampliam o repertório motor dos estudantes e oferecem benefícios cognitivos e sociais significativos. Estudos indicam que os esportes alternativos melhoram habilidades como coordenação, agilidade e estratégia, além de incentivar um estilo de vida ativo desde a infância (MARINHO et al., 2001). A prática desses esportes é essencial para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos se sintam motivados a participar e contribuir para as atividades físicas. A diversidade esportiva nas aulas de educação física ajuda a atender melhor às necessidades individuais dos alunos e promove um ambiente de aprendizado mais rico e envolvente, essencial para o desenvolvimento pleno dos estudantes (FERMINO & FERMINO, 2018). No entanto, a implementação de esportes alternativos pode enfrentar desafios,

como a resistência de professores e a falta de recursos adequados. A superação desses obstáculos exige um compromisso contínuo com a formação docente e o desenvolvimento de materiais educativos específicos, além de um suporte institucional robusto (SILVA & VERONEZ, 2015).

Conclusão

A inclusão de esportes alternativos nas aulas de educação física escolar é essencial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e diversificado. Ao diversificar as atividades esportivas oferecidas, as escolas podem não apenas atender melhor às necessidades individuais dos alunos, mas também promover o desenvolvimento de habilidades interpessoais e a inclusão social. Apesar dos desafios na implementação, como a resistência de alguns educadores e a falta de recursos, os esportes alternativos têm o potencial de enriquecer a experiência educativa do aluno em sala de aula.

A valorização e a incorporação dos esportes alternativos na Educação Física escolar são passos importantes para a criação de um currículo mais inclusivo e adaptado às realidades e potencialidades dos estudantes. A experiência adquirida com a prática desses esportes pode contribuir para a formação de alunos mais completos e preparados para enfrentar os desafios tanto no contexto escolar quanto na vida cotidiana.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRANDL, C. E. H.; NISTA-PICCOLO, V. L.; BRANDL NETO, I. Situações problema: possibilidades significativas para as práticas pedagógicas na

Educação Física Escolar. Anais do V Congresso Sul Brasileiro de Ciência do Esporte. Itajaí/SC, 2010.

FERMINO, P. H. D.; FERMINO, R. S. A inclusão do tema esportes alternativos em aulas de Educação Física na rede pública de ensino do estado de São Paulo. In: Anais VII Seminário de Metodologia de Ensino da Educação Física. USP. Jul/2018.

LIMA, D. F.; SILVEIRA, D. C. Esportes alternativos: uma abordagem crítico emancipatória no contexto escolar. In: IV Congresso Científico Latino-Americano da FIEP. FiepBulletin 2007; v. 77.

MARINHO, A.; SCHWARTZ, G. M.; LETIZIO, J. B. Atividades de Aventura no contexto acadêmico. Anais do II Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e VIII Simpósio Paulista de Educação Física. Motriz Revista de Educação Física UNESP Rio Claro (SP), nov. 2001.

SILVA, L. F.; VERONEZ, L. F. C. Obstáculos para o desenvolvimento de esportes alternativos na opinião de professores da cidade de Pelotas. R. n. 207, Ago. 2015.

UVINHA, R. R. Juventude, lazer e esportes radicais. São Paulo: Manole, 2001.

- Projeto Pequenos Leitores (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)

Projeto Pequenos Leitores

Camila Oliveira De Marchi
Frádia Cícera de Castro Tsukamott
Lucinete do Carmo Viana de Campos
Roselene de Jesus Motta da Silva
Thelma Pires Geronimo Motta

DOI: 10.5281/zenodo.12735062

Apresentação

Este projeto será desenvolvido com os alunos do 1º ano “A, B e C e sala de recurso” da Escola Municipal Vitória Régia. E tem como proposta estimular, incentivar os alunos a leitura e escrita em todos os seus aspectos e criar condições para que as atividades propostas se desenvolvam de maneira lúdica e prazerosa.

Justificativa

Diante da perspectiva de que a leitura é fundamental e que a escola possui um papel importante nesse processo do hábito da leitura nas crianças, considera-se importante a realização desse projeto. Através da contação de histórias, o aluno entra em um mundo de magia, brincando com palavras, expressando seus sentimentos. O objetivo é desenvolver a leitura mediante metodologias diferenciadas de vários autores como estratégia no gosto pela leitura.

A história representa um vasto campo dentro de uma escola, desenvolve a linguagem, cria possibilidades, estimula a criatividade do aluno. Toda história

transmite algo a mais no desenvolvimento da criança, de uma forma criativa e reflexiva. A arte de contar e recontar história amplia o universo literário, desperta o interesse pela leitura e estimula a imaginação

O ato de contar e ouvir histórias surge como uma possibilidade de aprendizagem e como uma atividade de suma importância na construção do conhecimento, desenvolvimento ético e significativo da criança enquanto ser humano. Em geral as crianças têm muito interesse por histórias. Narrar uma história será sempre um exercício de renovação da vida, um encontro com a possibilidade, com o imaginário e o desafio de em todo tempo e em todas as circunstâncias, construir um final da maneira de cada leitor e ouvinte, atuando no desenvolvimento comunicativo que leva a criança a dialogar com seus colegas ouvintes e recontar a história para seus amigos.

A inserção de um projeto de leitura através das histórias na rotina escolar pode trazer para as atividades e para o espaço da sala de aula, a ludicidade e a interatividade que fazem parte do campo de desejos dos alunos. Neste sentido a escolha deste projeto cria um contexto de estudo, organização e pesquisa muito envolvente para elas, contribuindo, assim, para que se esforcem e se dediquem em todas as etapas do projeto e também na construção do produto final. Além disso, este projeto permite que as crianças conheçam diversas histórias, estratégias e recursos necessários ao fazer o conto. Torna possível também a reescrita de várias histórias, aprimorando o conhecimento sobre a estrutura do texto. Os alunos vão trabalhar com diversos tipos de textos, imagens e outras fontes de pesquisa, para a obtenção de informações sobre como contar histórias e recursos que podem utilizar para melhorar a comunicação, atenção, iniciativa e principalmente, a segurança.

Competências

- Estimular a arte de contar histórias, incentivando o hábito da leitura e despertando a imaginação.

Habilidades

- (EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.
- (EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.
- (EF12LP18) Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, sonoridades, jogos de palavras, reconhecendo seu pertencimento ao mundo imaginário e sua dimensão de encantamento, jogo e fruição.
- (EF12LP19) Reconhecer, em textos versificados, rimas, sonoridades, jogos de palavras, palavras, expressões, comparações, relacionando-as com sensações e associações.
- (EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
- (EF15LP02) Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.
- (EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.

- (EF15LP06) Rer e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.
- (EF15LP09) Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.
- (EF15LP10) Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.
- (EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.
- (EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.

- (EF02MA16) Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas(incluindo contorno e de polígonos utilizando unidades de medida não padronizadas, metro, centímetro, e milímetro e instrumentos adequados)

- (EF02CI06) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre plantas, o ambiente e os demais seres vivos.

Fundamentação Teórica

A contação de histórias é um instrumento muito importante no estímulo à criatividade, pois desenvolve a Linguagem, seja ela qual for; é um passaporte para despertar o senso crítico e principalmente fazer sonhar. As histórias têm a função de transmitir conhecimento, educar, instruir, preparar e também promover a inclusão. Dentro desse estímulo do desenvolvimento encontra-se principalmente o estímulo à imaginação, uma vez que, tanto ao assistir quanto ao reproduzir uma história, a imaginação é a principal ferramenta condutora. O contador transfere para o público todas as possibilidades gestuais e de expressão para demonstrar aquilo que é contado; utiliza-se do desenvolvimento do imaginário para ajudar a quem presencia a construção verdadeira.

Segundo Abramovich (1997, p. 17): 'é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário'. Nesta perspectiva, a prática de contação de histórias pode contribuir no processo ensino/aprendizagem, bem como, no processo de inclusão, pois ao utilizar-se de diferentes recursos didáticos, como ler as histórias juntos, de formas variadas e representá-las por meio da oralidade, leitura e escrita de textos, desenhos, ilustrações, dramatização com fantoches, histórias em sequências, músicas, o aluno aproxima-se da leitura de forma prazerosa.

Com essa proposta, busca-se incentivar os alunos a desenvolver suas habilidades de expressão oral, leitura e escrita por meio da contação de histórias, desperta na criança o lado lúdico, característica muito importante para seu desenvolvimento, as quais contribuirão para a formação de um leitor crítico, autônomo e consciente.

Ao ouvir histórias o aluno sente emoções importantes com os personagens, bem como conhece lugares e outros tempos que não são os seus. Isso porque a contação conduz os alunos a fazerem uma leitura por meio da escuta, levando-os a pensar e a verem com olhos da imaginação. Por isso, destacamos a importância do contador, pois esse deverá utilizar medidas que chamem a atenção dos ouvintes e provoque o gosto pela atividade proposta, a qual deverá ser sinônimo da alegria, prazer e descontração.

Torna-se interessante que essa arte, esteja presente em sala de aula, nas horas de leitura de literatura, para que o professor possa se aproximar e interagir com os alunos. A contação de histórias contribui ativamente para a formação do leitor, pois possibilita o contato e a familiaridade com a leitura daqueles que ainda não dominam textos escritos. Assim, incentiva o gosto pela leitura e mostra a necessidade de aprender a ler. A arte de contar histórias também estimula a leitura dos que leem textos escritos, pois, serve como ponte de incentivo para se ler as histórias que ouviu. Sabemos a importância que a leitura desempenha em nossas vidas, não só a leitura de textos escritos, mas também a leitura do mundo, dos desenhos, das imagens.

Ler abre caminho para desenvolver o processo de imaginação e adquirir conhecimentos. Vale destacar que a contação de histórias contribui para o desenvolvimento da oralidade do aluno em sala de aula, também amplia o ato de saber ouvir, reter informações para posteriormente refletir e socializar com os colegas, Girardello (2006, p.134) narra que "através das rodas de histórias as crianças encontram na escola a valorização de uma de suas formas de expressão mais importantes". Logo, depreende-se que o estudante passa a cultivar valores da solidariedade, da amizade, e, do respeito às diferenças.

Nesse contexto, cabe ao professor enquanto mediador que conduz o aluno ao texto e a aprendizagem. Esse deverá utilizar diferentes estratégias de contação de histórias e atividades com vistas à formação do leitor. Lembrando que o mestre será exemplo para o aprendiz, por isso, deverá ser leitor assíduo e amante da literatura.

Metodologia

- Será feita uma seleção mensal das histórias literárias a serem trabalhadas;
- Leitura das histórias literárias;

- Utilização do caderno de produção para desenvolver sequencia didática atividades relacionadas as histórias selecionadas;
- Conto, reconto, interpretação, **o que acontece depois do final já conhecido e** fazer ilustração do que mais gostou da história;
- Acontecerá roda para que cada dia um aluno reconte a história literária juntamente com a ilustração e conte como produziu **o que acontece depois do final já conhecido;**
- Contação de histórias utilizando fantoches, varal, mural, avental e dramatização;
- Visita a biblioteca da escola e a biblioteca municipal;
- Apreciar filme no Cine Xin;
- Realizar piquenique literário;
- Finalizar o projeto com dramatização de uma história, iremos escolher uma história onde os alunos irão apresentar a escola e aos pais.

Histórias:

- ✓ O coelhinho que não era da Páscoa (Ruth Rocha) (ABRIL);
- ✓ A formiguinha e a neve (João de Barro) (MAIO), (prof.: Lucinete para dramatização);
- ✓ Chapeuzinho vermelho (*Charles Perrault*) (JUNHO), (prof.: Rose para dramatização);
- ✓ Cáceres: Nossa história, nossa cultura! (Lenda da ponte branca); (AGOSTO E SETEMBRO);
- ✓ Bom-dia, todas as cores! (Ruth Rocha) (OUTUBRO), (Prof.: Camila e Prof.: Fradia para dramatização);
- ✓ Sujeito a alteração.

Conteúdos a serem abordados

- Linguagem oral e escrita;
- Práticas de leitura e escrita;
- Produção textual: reconto e **o que acontece depois do final já conhecido**;
- Interpretação de texto;
- Dramatização;
- Expressão oral e corporal;
- Expressividade;
- Pintura, ilustração da história, recorte e colagem;
- Valores;
- Família;
- Movimento;
- Fazer artístico;
- Dentre outros.

Avaliação

A avaliação acontecerá mediante observação de alguns aspectos: reconto de histórias com as características próximas a original, interatividades, iniciativa, trabalhos individuais, equipe ou coletivo e o desenvolvimento dos alunos em relação aos avanços do uso da linguagem oral e escrita. E a participação em todas as atividades propostas.

Recursos didáticos

- Livros literários diversos;
- Atividades xerocopiadas;

- Cartazes com imagens ou textos;
- Papeis variados;
- Fantoches;
- Caneta de quadro branco;
- Quadro branco;
- Lápis de cor;
- Tinta Guache;
- Pincel;
- Caixa de papelão;
- Folha sulfite;
- Barbante;
- Tesoura;
- Cola;
- Cartolina;
- EVA;
- Cola quente;
- Tnt;
- Tecido de algodão cru;
- Lápis preto;
- Borracha;
- Apontador;
- Régua;
- Canetinhas hidrocor;
- DVD;
- Data show;
- Pen drive;
- Caixa de som;
- Celular;
- Notebook;
- Grampeador;
- Grampo;

- Pistola de cola quente;
- Dentre outros, etc.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº. 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Publicado no D.O.U de 18 dez. 2009, Seção 1, p. 18.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº. 20, de 11 de novembro de 2009. Brasília- DF. Publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14

GIRARDELLO Gilka. **Baús e Chaves da Narração de Histórias**. 3º ed, Florianópolis: Editora Coleção Mil bocas, 2010.

KLEIMAN, Ângela B. **Oficina de Leitura – Teoria e Prática**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MERMELSTEIN, Mirian. **Sobre o gosto de leitura na escola**. Centro de referências em Educação. 2004

TERZI, Sylvia Bueno. **A construção da leitura: uma experiência com crianças de meios iletrados**. 3ª Ed. Campinas/SP: Pontes, 2002.

Cronograma do Projeto: Pequenos leitores

ATIVIDADES	EV	AR	BR	AI	UN	UL	GO	ET	UT	OV	EZ
Definição do tema											
Levantamento e realização...											
Leitura necessária a pesquisa											
Seleção de livros											
Elaboração do projeto											
Entrega do projeto a secretaria											
Apresentação do projeto aos alunos											
Aplicação do projeto											
Visita a biblioteca											

da escola										
Visita a biblioteca Municipal			2/05							
Visita ao cinema								1/10		
Piquenique literário SICMATUR									4/11	
Encerramento do projeto Culminância.										
Avaliação do projeto										

TURMAS: 2º ano A, B, C e sala de recurso. TOTAL: 80 alunos.

OBS: Cronograma sujeito a alterações.

**- Psicometricidade: Importância e Abordagens na Educação (Luzinete da
Silva Mussi)**

Psicomotricidade: Importância e Abordagens na Educação

Luzinete da Silva Mussi²⁸

DOI: 10.5281/zenodo.12760728

RESUMO

A psicomotricidade é uma abordagem interdisciplinar que integra aspectos motores, emocionais e cognitivos, essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Este campo promove o aprimoramento das habilidades motoras, contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional, e fortalece as habilidades sociais. A psicomotricidade pode ser aplicada de diferentes maneiras na educação, incluindo abordagens relacional, educativa e terapêutica. Atividades lúdicas, ambientes estimulantes e a formação contínua de educadores são estratégias fundamentais para sua implementação nas escolas. Além disso, a integração com a comunidade e as famílias é vital para fortalecer o aprendizado e a consciência social. Ao reconhecer a importância da psicomotricidade, educadores podem promover um ambiente mais propício ao desenvolvimento humano, preparando as crianças para uma vida mais saudável e consciente. Essa abordagem não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também contribui para a construção da autoestima e das habilidades sociais, formando indivíduos mais integrados e conscientes de suas emoções e interações no mundo.

Palavras chaves: Psicomotricidade. Desenvolvimento Integral. Educação. Habilidades Sociais.

Introdução

A psicomotricidade é uma área interdisciplinar que integra aspectos psicológicos e motores, sendo fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Ela envolve a relação entre movimento, emoção e cognição, desempenhando um papel crucial na formação da identidade e na socialização dos indivíduos. Ao conectar corpo e mente, a psicomotricidade permite que as

²⁸Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

crianças desenvolvam não apenas habilidades físicas, mas também emocionais e sociais. Este artigo explora a importância da psicomotricidade, suas aplicações na educação e suas contribuições para o desenvolvimento humano.

A compreensão de que o movimento é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento global das crianças abre caminho para intervenções educativas e terapêuticas que visam promover uma infância saudável e equilibrada. A psicomotricidade atua na promoção de um desenvolvimento harmonioso, onde aspectos físicos, emocionais e cognitivos são trabalhados de maneira integrada. Essa abordagem permite que as crianças explorem suas capacidades motoras enquanto desenvolvem habilidades fundamentais para a vida em sociedade, como a empatia, a cooperação e a autoestima.

Além disso, a psicomotricidade tem sido amplamente reconhecida por sua eficácia na melhoria do desempenho acadêmico das crianças. Ao estimular diferentes áreas do cérebro por meio do movimento, ela facilita processos de aprendizagem, memória e atenção, resultando em um melhor desempenho escolar. Por isso, a inclusão de atividades psicomotoras no currículo escolar não só promove a saúde física, mas também potencializa o desenvolvimento intelectual e emocional das crianças.

Este artigo pretende aprofundar a compreensão sobre a psicomotricidade, destacando suas múltiplas facetas e sua relevância para o desenvolvimento infantil. Serão exploradas diferentes abordagens da psicomotricidade na educação, bem como estratégias práticas para sua implementação em contextos escolares, visando maximizar os benefícios dessa prática para o desenvolvimento integral das crianças.

O que é Psicomotricidade?

A psicomotricidade é um campo interdisciplinar que investiga a interação entre o corpo e a mente, destacando a expressão motora como um meio

fundamental para o desenvolvimento emocional e cognitivo. A partir da premissa de que o movimento é essencial para a formação da personalidade e para o desenvolvimento de habilidades sociais, a psicomotricidade oferece às crianças uma plataforma vital para explorar suas emoções, construir sua identidade e fortalecer suas habilidades interpessoais.

Por meio de atividades psicomotoras variadas, como jogos, exercícios físicos e brincadeiras direcionadas, as crianças são incentivadas a experimentar, expressar e regular suas emoções de maneira segura e eficaz. Essas experiências não apenas estimulam o desenvolvimento motor, promovendo a coordenação e o equilíbrio, mas também cultivam competências sociais essenciais, como colaboração, comunicação e resolução de conflitos.

Assim, a psicomotricidade não se limita apenas ao aspecto físico do movimento; ela abrange o potencial transformador que o movimento possui na construção integral da criança, integrando aspectos emocionais, cognitivos e sociais. Ao proporcionar um espaço onde as crianças podem explorar e expandir suas capacidades físicas e emocionais, a psicomotricidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento global e no bem-estar das crianças em seu caminho para a maturidade.

Carvalho, Ciasca e Rodrigues (2015) destacam que:

a dimensão cognitiva da psicomotricidade é explorada por meio de práticas que estimulam funções perceptivas, atenção e memória. Jogos que envolvem a observação e discriminação visual, por exemplo, contribuem para aprimorar as habilidades cognitivas necessárias para a leitura e a escrita.

Estratégias que integram movimento e cognição, como atividades que exigem planejamento motor e tomada de decisão, também são necessárias para o desenvolvimento de habilidades

Importância da Psicomotricidade no Desenvolvimento Infantil

Desenvolvimento Motor

A psicomotricidade promove o desenvolvimento das habilidades motoras, que são essenciais para o aprendizado e a autonomia das crianças. As habilidades motoras incluem tanto as habilidades motoras finas, como a destreza manual necessária para escrever ou manipular pequenos objetos, quanto as habilidades motoras grossas, como correr, pular e manter o equilíbrio.

As atividades propiciadas [...] devem ser organizadas de forma a garantir que habilidades motoras sejam adquiridas e refinadas de acordo com o esperado para a idade da criança. Portanto, atividades organizadas [...] devem ser estruturadas para garantir que o desenvolvimento pleno seja alcançado, considerando as necessidades e competências motoras esperadas nos respectivos períodos desenvolvimentais (Rodrigues et al., 2013, p. 50).

Através de atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras, as crianças aprimoram sua coordenação motora, que é a capacidade de usar diferentes partes do corpo de maneira coordenada e eficiente. Essas atividades ajudam a melhorar o equilíbrio, necessário para manter a estabilidade do corpo em diferentes posições e durante movimentos variados. Além disso, as brincadeiras e jogos desenvolvem a consciência corporal, que é a percepção e o entendimento que a criança tem do seu próprio corpo em movimento e em repouso, bem como a sua relação com o espaço ao redor.

Ao participar regularmente de atividades psicomotoras, as crianças ganham mais controle sobre seus movimentos, o que contribui para um senso de competência e confiança em suas habilidades físicas. Essa confiança é fundamental para a exploração do ambiente, a interação social e a execução de tarefas cotidianas de maneira independente. A psicomotricidade, portanto, não apenas favorece o desenvolvimento físico, mas também fortalece a autoconfiança e a autonomia, preparando as crianças para enfrentar desafios em diferentes contextos da vida.

Desenvolvimento Cognitivo

As atividades psicomotoras também favorecem significativamente o desenvolvimento cognitivo. O movimento estimula áreas do cérebro responsáveis por funções críticas, como a aprendizagem, a memória e a atenção. Essas áreas são ativadas e fortalecidas através de atividades que combinam movimento e cognição, promovendo uma integração mais eficaz das funções cerebrais.

Quando as crianças engajam em atividades psicomotoras, elas não apenas praticam movimentos físicos, mas também desenvolvem habilidades cognitivas essenciais. Por exemplo, jogos que envolvem seguir instruções, resolver problemas ou lembrar sequências de movimentos exigem que as crianças utilizem suas capacidades de atenção e memória de trabalho. Essas atividades ajudam a melhorar a concentração, a capacidade de resolução de problemas e a flexibilidade cognitiva, que são fundamentais para o sucesso acadêmico.

Além disso, o desenvolvimento motor e o cognitivo estão intimamente ligados. A coordenação olho-mão, necessária para escrever e desenhar, é aprimorada através de atividades psicomotoras que exigem precisão e controle. A percepção espacial, que é crucial para a compreensão de conceitos matemáticos e científicos, também é desenvolvida através de movimentos que exploram o espaço ao redor da criança.

Vigotsky (1987) afirma que "o desenvolvimento cognitivo é profundamente influenciado pelas interações sociais e pelas atividades físicas que as crianças realizam."

Pesquisas têm mostrado que crianças que participam regularmente de atividades psicomotoras tendem a apresentar melhor desempenho. Isso ocorre porque o movimento estimula a produção de neurotransmissores que facilitam a comunicação entre neurônios, melhorando assim a capacidade de aprendizagem. Portanto, a incorporação de atividades psicomotoras no currículo escolar pode ser uma estratégia eficaz para promover não apenas o

desenvolvimento físico, mas também o cognitivo das crianças, preparando-as para desafios mais complexos.

Desenvolvimento Emocional

A psicomotricidade é um importante meio de expressão emocional, permitindo que as crianças utilizem o movimento como uma forma de manifestar seus sentimentos e emoções. Através de atividades psicomotoras, as crianças têm a oportunidade de explorar e expressar suas emoções de maneira segura e construtiva. O movimento corporal serve como uma linguagem natural e instintiva, facilitando a comunicação de sentimentos que muitas vezes são difíceis de verbalizar.

Ao engajar-se em atividades psicomotoras, as crianças desenvolvem habilidades de autocontrole, aprendendo a regular suas emoções e comportamentos. Jogos e brincadeiras que envolvem regras e turnos ajudam as crianças a praticarem a paciência, a frustração e a capacidade de esperar, promovendo o desenvolvimento de estratégias de autocontrole. Essas habilidades são essenciais para a gestão emocional e para o comportamento social adequado.

Além do autocontrole, a psicomotricidade também promove o desenvolvimento da empatia. Atividades em grupo incentivam as crianças a reconhecerem e responder às emoções dos outros, a colaborar e a trabalhar em equipe. Essa interação social é fundamental para a construção de relações saudáveis e para a compreensão das perspectivas alheias, fortalecendo a capacidade de empatia.

A expressão emocional através do movimento também contribui significativamente para a construção da autoestima e da autoconfiança. Quando as crianças conseguem expressar suas emoções e ver que são compreendidas e aceitas, elas desenvolvem uma imagem positiva de si mesmas. A participação bem-sucedida em atividades psicomotoras reforça a

sensação de competência e de valor pessoal, fatores cruciais para uma autoestima saudável.

Portanto, a psicomotricidade não apenas apoia o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, mas também desempenha um papel vital no seu crescimento emocional. Ao proporcionar um ambiente onde as emoções podem ser expressas e reguladas através do movimento, a psicomotricidade contribui para o bem-estar emocional e para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais essenciais para a vida.

Desenvolvimento Social

A participação em atividades psicomotoras em grupo oferece às crianças oportunidades valiosas para o desenvolvimento social. Essas atividades envolvem a interação com os colegas, permitindo que as crianças aprendam a conviver, respeitar regras e trabalhar em equipe. Através dessas experiências, elas desenvolvem habilidades sociais que são fundamentais para a convivência em sociedade.

Atividades psicomotoras em grupo exigem cooperação e colaboração, incentivando as crianças a trabalharem juntas para alcançar objetivos comuns. Elas aprendem a dividir responsabilidades, a se comunicar de maneira eficaz e a tomar decisões coletivas. Esse processo ajuda a desenvolver a habilidade de trabalhar em equipe, que é essencial tanto na escola quanto em outras áreas da vida.

O respeito às regras é outra habilidade social importante que é cultivada através das atividades psicomotoras. Jogos e brincadeiras frequentemente têm regras específicas que as crianças devem seguir, o que ensina a importância de respeitar limites e diretrizes estabelecidas. Essa prática ajuda as crianças a entenderem a necessidade de normas sociais e a importância de segui-las para o bem-estar do grupo.

Além disso, a convivência em atividades de grupo proporciona um ambiente onde as crianças podem praticar a resolução de conflitos e a negociação. Elas aprendem a lidar com desentendimentos, a ouvir as perspectivas dos outros e a encontrar soluções que beneficiem a todos. Essas habilidades de resolução de conflitos são cruciais para a manutenção de relacionamentos saudáveis e para a integração harmoniosa na sociedade.

A interação social promovida pelas atividades psicomotoras também contribui para o desenvolvimento da empatia e da compreensão mútua. Ao trabalhar e brincar juntas, as crianças têm a oportunidade de conhecer melhor seus colegas, desenvolver laços de amizade e aprender a valorizar as diferenças individuais. Isso fortalece a capacidade de se colocar no lugar do outro e de compreender as emoções e necessidades dos demais.

Portanto, as atividades psicomotoras não só ajudam no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, mas também desempenham um papel vital na construção de habilidades sociais. Elas preparam as crianças para uma vida social ativa e saudável, ensinando-as a colaborar, respeitar regras e conviver em harmonia com os outros.

Abordagens da Psicomotricidade na Educação

A psicomotricidade, disciplina que integra o movimento corporal ao desenvolvimento psicológico, tem se mostrado essencial na educação infantil e básica. Diversos teóricos contribuíram para a compreensão e aplicação dessa abordagem nas escolas.

Henri Wallon, um dos pioneiros no estudo do desenvolvimento infantil, destacou a importância da motricidade no processo de construção do conhecimento. Segundo Wallon, "o movimento é a primeira linguagem da criança" (Wallon, 1942), ressaltando que a interação com o ambiente através do movimento é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Outro teórico relevante é Jean Piaget, que enfatizou a importância das experiências sensório-motoras no desenvolvimento cognitivo. Piaget afirmou que "a ação é a base do conhecimento" (Piaget, 1952), destacando que o desenvolvimento motor e cognitivo são processos interdependentes.

No campo específico da psicomotricidade, André Lapierre e Bernard Aucouturier são referências significativas. Eles desenvolveram uma abordagem prática que visa o desenvolvimento global da criança, através de atividades que estimulam a coordenação, o equilíbrio e a percepção corporal. Segundo Aucouturier, "a prática psicomotora educativa é um meio de ajudar a criança a encontrar uma harmonia entre seu corpo e suas emoções" (Aucouturier, 1995).

A inclusão da psicomotricidade no currículo escolar visa não apenas o desenvolvimento motor, mas também a promoção de habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Estudos mostram que atividades psicomotoras contribuem para a melhoria da concentração, autoestima e capacidade de resolução de problemas, aspectos fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

Em suma, as abordagens da psicomotricidade na educação, fundamentadas nos trabalhos de teóricos como Wallon, Piaget, Lapierre e Aucouturier, oferecem uma perspectiva integradora do desenvolvimento infantil, onde o movimento e a emoção desempenham papéis cruciais na construção do conhecimento e do bem-estar dos alunos.

Psicomotricidade Relacional

A psicomotricidade relacional foca na interação entre o educador e a criança, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuo. Esta abordagem reconhece a importância das relações interpessoais no desenvolvimento psicomotor, considerando que a qualidade da interação entre o educador e a criança é crucial para o sucesso das atividades propostas.

O principal objetivo da psicomotricidade relacional é estabelecer uma conexão emocional positiva, onde a criança se sinta segura e acolhida. Esse ambiente de confiança permite que a criança explore suas emoções e movimentos sem medo de julgamento ou reprovação. O educador desempenha um papel fundamental nesse processo, atuando como um facilitador que encoraja a expressão livre e autêntica da criança.

A relação estabelecida entre o educador e a criança é baseada no respeito, na escuta ativa e na empatia. O educador deve ser sensível às necessidades e aos sentimentos da criança, respondendo de maneira adequada e acolhedora. Essa postura ajuda a criança a desenvolver um senso de valor próprio e a construir uma imagem positiva de si mesma.

Além disso, a psicomotricidade relacional valoriza a individualidade de cada criança, respeitando seu ritmo de desenvolvimento e suas particularidades. O educador deve adaptar as atividades psicomotoras às necessidades específicas de cada criança, oferecendo desafios que sejam ao mesmo tempo estimulantes e alcançáveis. Isso promove a autoconfiança e incentiva a criança a superar seus próprios limites. A emoção e o ato motor atuam unidos no desenvolvimento do indivíduo; a emoção é como que uma espécie de presença que está ligada ao temperamento dos hábitos do mesmo. A emoção imprime tom ao movimento corporal; a cada emoção diferente o corpo irá reagir de acordo com o temperamento emocional do ser humano, resultado da interatividade entre a motricidade e a atividade emocional. (WALLON, 1971)

A interação constante entre o educador e a criança também possibilita a observação e o acompanhamento contínuo do desenvolvimento psicomotor. O educador pode identificar possíveis dificuldades ou atrasos no desenvolvimento e intervir de maneira precoce e eficaz. Esse acompanhamento personalizado é fundamental para garantir que todas as crianças recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral.

Portanto, a psicomotricidade relacional não apenas promove o desenvolvimento motor e cognitivo, mas também fortalece os vínculos

emocionais e sociais. Ao criar um ambiente de confiança e respeito, o educador facilita o crescimento emocional e a autoexpressão da criança, contribuindo para seu bem-estar e desenvolvimento global.

Psicomotricidade Educativa

A psicomotricidade educativa incorpora atividades psicomotoras no currículo escolar, visando o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem reconhece a importância de integrar o movimento e a expressão corporal no ambiente educacional, promovendo uma aprendizagem mais holística e equilibrada.

A psicomotricidade educativa utiliza uma variedade de jogos, atividades físicas e dinâmicas que estimulam a criatividade, o aprendizado e o desenvolvimento físico. Essas atividades são planejadas para serem lúdicas e envolventes, tornando o processo de aprendizagem mais agradável e eficaz. Jogos que envolvem correr, pular, equilibrar-se e manipular objetos ajudam as crianças a desenvolverem habilidades motoras grossas e finas, ao mesmo tempo que promovem o trabalho em equipe e a socialização.

Além do desenvolvimento físico, as atividades psicomotoras também são projetadas para estimular as capacidades cognitivas dos alunos. Jogos que requerem planejamento, resolução de problemas e memória fortalecem as habilidades cognitivas essenciais para o sucesso acadêmico. Ao combinar movimento e cognição, a psicomotricidade educativa facilita a integração dos conhecimentos adquiridos, tornando a aprendizagem mais significativa e duradoura.

A criatividade é outro aspecto fundamental da psicomotricidade educativa. Atividades que incentivam a imaginação, como dramatizações, dança e jogos simbólicos, permitem que as crianças explorem e expressem suas ideias de maneira livre e criativa. Isso não só enriquece o aprendizado,

mas também contribui para o desenvolvimento emocional, proporcionando uma maneira segura e construtiva de expressar sentimentos e emoções.

No campo da psicomotricidade educativa, André Lapierre e Bernard Aucouturier são figuras de destaque. Eles desenvolveram uma metodologia prática que visa o desenvolvimento global da criança através de atividades lúdicas que estimulam a coordenação motora, o equilíbrio e a percepção corporal. Aucouturier afirmou que "a prática psicomotora educativa é um meio de ajudar a criança a encontrar uma harmonia entre seu corpo e suas emoções" (Aucouturier, 1995), destacando a importância da integração entre o físico e o emocional no processo educativo.

A incorporação da psicomotricidade no currículo escolar também promove um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo. Ao oferecer uma variedade de atividades, os educadores podem atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Crianças que podem ter dificuldades em contextos tradicionais de sala de aula muitas vezes se destacam em atividades psicomotoras, encontrando novas formas de participar e aprender.

Além disso, a psicomotricidade educativa pode ser uma ferramenta valiosa para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Atividades adaptadas podem ajudar esses alunos a desenvolverem habilidades motoras, cognitivas e sociais, promovendo sua integração no ambiente escolar e fortalecendo sua autoestima.

Portanto, a psicomotricidade educativa não apenas apoia o desenvolvimento físico e cognitivo, mas também enriquece o ambiente escolar, tornando-o mais interativo, criativo e inclusivo. Ao incorporar atividades psicomotoras no currículo, as escolas promovem o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios acadêmicos e sociais com confiança e competência.

Psicomotricidade Terapêutica

A psicomotricidade terapêutica utiliza atividades psicomotoras com objetivos terapêuticos, ajudando crianças com dificuldades de aprendizagem, transtornos de desenvolvimento ou questões emocionais. Esta abordagem é voltada para crianças que necessitam de suporte adicional para superar desafios específicos, oferecendo intervenções personalizadas que promovem seu desenvolvimento integral.

O acompanhamento por profissionais especializados é fundamental na psicomotricidade terapêutica. Esses profissionais, que podem incluir psicomotricistas, terapeutas ocupacionais, psicólogos e educadores, trabalham em conjunto para criar planos de intervenção individualizados. Eles avaliam as necessidades e habilidades de cada criança, desenvolvendo atividades que são adaptadas para abordar suas dificuldades específicas.

As atividades psicomotoras terapêuticas são projetadas para estimular o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional de maneira integrada. Para crianças com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, essas atividades podem ajudar a melhorar a coordenação motora fina e grossa, que são essenciais para tarefas acadêmicas como escrever e manipular objetos escolares. Ao trabalhar em habilidades motoras, as crianças podem ganhar confiança em suas capacidades físicas, o que pode se traduzir em uma maior motivação e sucesso nas atividades escolares.

Para crianças com transtornos de desenvolvimento, como o transtorno do espectro autista (TEA) ou o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), a psicomotricidade terapêutica pode ajudar a desenvolver habilidades sociais e comportamentais. Atividades que incentivam a interação social, a cooperação e o respeito às regras ajudam essas crianças a aprenderem a se relacionar com os outros de maneira mais eficaz. Além disso, técnicas específicas podem ser usadas para melhorar a atenção, a concentração e o autocontrole, abordando alguns dos desafios comportamentais associados a esses transtornos.

Questões emocionais, como ansiedade, depressão ou dificuldades de regulação emocional, também podem ser abordadas através da psicomotricidade terapêutica. Atividades que promovem a expressão corporal e emocional permitem que as crianças explorem e processem seus sentimentos de maneira segura e construtiva. O movimento pode servir como uma válvula de escape para emoções reprimidas, ajudando as crianças a desenvolverem estratégias de enfrentamento saudáveis e a melhorar seu bem-estar emocional.

Além disso, a psicomotricidade terapêutica pode criar um ambiente de apoio e aceitação, onde as crianças se sentem compreendidas e valorizadas. A relação terapêutica estabelecida entre o profissional e a criança é essencial para o sucesso das intervenções. Essa relação baseada na confiança e no respeito mútuo encoraja a criança a participar ativamente nas atividades e a se empenhar no processo terapêutico.

Portanto, a psicomotricidade terapêutica desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, oferecendo intervenções personalizadas que abordam suas dificuldades específicas e promovem seu bem-estar geral. Ao combinar o conhecimento especializado com atividades psicomotoras adaptadas, essa abordagem contribui para o desenvolvimento integral das crianças, ajudando-as a alcançar seu pleno potencial.

Estratégias para Implementar a Psicomotricidade nas Escolas

Atividades Lúdicas

As atividades lúdicas são fundamentais para a psicomotricidade, incorporando jogos e brincadeiras que estimulam o movimento, a criatividade e o desenvolvimento integral das crianças. Essas atividades não apenas promovem o exercício físico, mas também oferecem oportunidades para

explorar habilidades motoras, sociais e emocionais de maneira divertida e envolvente.

Durante as aulas de educação física ou em momentos de recreação, as crianças podem participar de uma ampla variedade de jogos que são projetados para desenvolver diferentes aspectos psicomotores. Jogos como corrida de saco, queimada, danças coletivas, circuitos de obstáculos e jogos de equipe incentivam o movimento físico, melhoram a coordenação, o equilíbrio e a resistência.

Além do desenvolvimento motor, as atividades lúdicas também estimulam a criatividade das crianças. Jogos que envolvem improvisação, dramatização, desenho ou construção com materiais diversos permitem que as crianças explorem sua imaginação e expressem suas ideias de maneira única. Essas atividades não só desenvolvem habilidades criativas, mas também promovem a autoexpressão e a confiança pessoal.

A interação social é outro aspecto crucial das atividades lúdicas. Participar de jogos em grupo ajuda as crianças a desenvolverem habilidades de cooperação, comunicação e resolução de conflitos. Elas aprendem a trabalhar em equipe, a respeitar as regras estabelecidas e a valorizar a diversidade de habilidades e perspectivas entre os colegas.

Além disso, as atividades lúdicas proporcionam um ambiente seguro e estimulante para que as crianças experimentem diferentes papéis sociais, aprendam a lidar com vitórias e derrotas de maneira positiva e desenvolvam um senso de pertencimento ao grupo. Essas experiências são essenciais para o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais que são fundamentais para a interação saudável e construtiva na sociedade.

Portanto, incorporar atividades lúdicas no ambiente escolar não só promove a saúde física das crianças, mas também enriquece seu desenvolvimento psicomotor, social, emocional e criativo. Ao oferecer um espaço onde elas possam explorar, experimentar e interagir de maneira positiva, as atividades lúdicas contribuem significativamente para um aprendizado integral e para o bem-estar geral das crianças.

2. Ambiente Estimulante

O ambiente estimulante é um elemento crucial na psicomotricidade, pois promove o desenvolvimento integral das crianças através da interação entre movimento, percepção e emoção. Diversos teóricos destacam a importância de um ambiente rico e variado para o crescimento saudável e equilibrado.

Jean Piaget, em seus estudos sobre o desenvolvimento infantil, destacou que "a criança aprende através da ação e da interação com o ambiente" (Piaget, 1952). Piaget argumentou que um ambiente estimulante, cheio de oportunidades para exploração e descoberta, é essencial para o desenvolvimento cognitivo.

Henri Wallon também enfatizou a importância do ambiente no desenvolvimento psicomotor. Segundo Wallon, "o movimento é a primeira forma de comunicação da criança" (Wallon, 1942). Ele acreditava que um ambiente que encoraja o movimento e a expressão corporal ajuda na construção da identidade e das habilidades sociais da criança.

André Lapierre e Bernard Aucouturier, pioneiros na prática psicomotora, desenvolveram métodos que utilizam o ambiente como um meio para promover o desenvolvimento global da criança. Aucouturier afirmou que "um ambiente psicomotor deve ser seguro e ao mesmo tempo desafiador, permitindo que a criança explore suas capacidades e enfrente novos desafios" (Aucouturier, 1995).

Lev Vygotsky, com sua teoria sociocultural, também contribuiu para a compreensão da importância do ambiente no desenvolvimento. Vygotsky destacou que "o desenvolvimento cognitivo da criança é influenciado pelas interações sociais e culturais" (Vygotsky, 1978), sugerindo que um ambiente estimulante deve incluir oportunidades para interação social e aprendizado colaborativo.

Em resumo, um ambiente estimulante na psicomotricidade é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Ele deve ser seguro, variado e desafiador, proporcionando oportunidades para o movimento, a exploração e a interação social, conforme destacado pelos teóricos Piaget, Wallon, Aucouturier e Vygotsky. Esses elementos são essenciais para promover o crescimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Salas de Aula Flexíveis:

As salas de aulas flexíveis são ambientes educacionais projetados para atender às necessidades diversas dos alunos, promovendo um aprendizado dinâmico e interativo. Na psicomotricidade, essas salas desempenham um papel crucial ao oferecer um espaço onde as crianças podem se mover livremente, explorar e desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas.

Jean Piaget, em seus estudos sobre o desenvolvimento infantil, enfatizou que "a criança aprende através da ação e da interação com o ambiente" (Piaget, 1952). Nesse contexto, uma sala de aula flexível, que permite rearranjos frequentes e a utilização de diversos materiais, favorece a exploração e o aprendizado ativo.

Lev Vygotsky também destacou a importância do ambiente de aprendizado. Segundo ele, "o desenvolvimento cognitivo da criança é influenciado pelas interações sociais e culturais" (Vygotsky, 1978). Uma sala de aula flexível facilita essas interações ao criar um espaço que pode ser adaptado para atividades em grupo, promovendo a cooperação e a comunicação entre os alunos.

Henri Wallon, com seu enfoque na psicomotricidade, ressaltou que "o movimento é a primeira forma de comunicação da criança" (Wallon, 1942). As salas de aula flexíveis, ao permitirem a livre movimentação e a utilização de diferentes recursos didáticos, ajudam a integrar o desenvolvimento motor e cognitivo, promovendo uma aprendizagem mais holística.

André Lapiere e Bernard Aucouturier, pioneiros na prática psicomotora, argumentaram que "um ambiente psicomotor deve ser seguro e ao mesmo tempo desafiador" (Aucouturier, 1995). As salas de aula flexíveis cumprem essa função ao proporcionar um espaço seguro, mas também estimulante, onde as crianças podem enfrentar novos desafios e desenvolver suas capacidades.

Áreas Externas para Brincadeiras:

As áreas externas para brincadeira são fundamentais para o desenvolvimento infantil, proporcionando um espaço onde as crianças podem explorar, interagir e aprender através do movimento e da brincadeira livre. Diversos teóricos destacam a importância desses ambientes para o crescimento físico, emocional e social das crianças.

Friedrich Froebel, fundador do jardim de infância, foi um dos primeiros a reconhecer a importância do brincar ao ar livre. Ele acreditava que "a natureza é o maior campo de jogos" (Froebel, 1826), enfatizando que a interação com o ambiente natural é essencial para o desenvolvimento integral da criança.

Lev Vygotsky, conhecido por sua teoria sociocultural do desenvolvimento, também destacou a importância das brincadeiras para o aprendizado. Vygotsky argumentou que "as crianças aprendem e desenvolvem através da interação social" (Vygotsky, 1978), sugerindo que as áreas externas são ambientes ricos para a construção de habilidades sociais e cognitivas através da cooperação e da comunicação.

Jean Piaget contribuiu significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil através do brincar. Ele sugeriu que "a brincadeira é o trabalho da infância" (Piaget, 1962), destacando que as atividades lúdicas são cruciais para o desenvolvimento cognitivo, permitindo que as crianças experimentem e compreendam o mundo ao seu redor.

Em suma, as áreas externas para brincadeira são vitais para o desenvolvimento saudável das crianças. Elas oferecem oportunidades únicas

para a exploração, a interação social e o aprendizado através do movimento e da brincadeira livre, conforme destacado por teóricos como Froebel, Vygotsky,

Conclusão

A psicomotricidade se revela uma ferramenta poderosa e indispensável na educação, pois integra aspectos fundamentais do desenvolvimento humano. Ao promover a conexão entre corpo e mente, essa abordagem contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças, indo além das habilidades motoras. A psicomotricidade ajuda as crianças a expressarem suas emoções, formarem suas identidades e socializarem-se de maneira saudável, estabelecendo bases sólidas para a vida adulta.

Além disso, a importância da psicomotricidade se estende ao ambiente escolar, onde o aprendizado se dá de forma mais significativa. A inclusão de atividades psicomotoras no currículo não apenas melhora a coordenação e o equilíbrio das crianças, mas também estimula sua capacidade de concentração e atenção. Essas habilidades são essenciais para o desempenho acadêmico e para a formação de um ambiente de aprendizagem colaborativo e dinâmico.

Outro aspecto crucial é o desenvolvimento emocional proporcionado pela psicomotricidade. As atividades lúdicas permitem que as crianças explorem seus sentimentos e aprendam a lidar com emoções de forma construtiva. O autocontrole e a empatia, desenvolvidos por meio do movimento, são competências valiosas que influenciam positivamente as relações interpessoais e a autoestima dos alunos.

Ademais, a abordagem psicomotora reforça a importância da convivência social. Ao participar de atividades em grupo, as crianças aprendem a respeitar regras, a colaborar e a desenvolver habilidades sociais que são fundamentais para sua formação como cidadãos. Esse aspecto social é vital para a construção de comunidades mais coesas e solidárias.

Por fim, é essencial que educadores e instituições de ensino reconheçam a relevância da psicomotricidade e se empenhem em sua implementação nas práticas pedagógicas. Isso não só prepara as crianças para um futuro mais saudável e consciente, mas também transforma a escola em um espaço de aprendizado integral, onde o desenvolvimento motor, emocional e social caminha lado a lado. Assim, investindo na psicomotricidade, estamos formando indivíduos mais completos e preparados para os desafios da vida.

Referências

AUCOUTURIER, B. (1995). *A prática psicomotora: Uma terapia*. Porto Alegre: Artes Médicas.

AUCOUTURIER, B. *A psicomotricidade: uma abordagem da criança*. São Paulo: Ed. Summus, 2000.

BRAZ, A. *Psicomotricidade: um caminho para a inclusão escolar*. Curitiba: Editora Positivo, 2016.

CARVALHO, M. C.; CIASCA, S. M.; RODRIGUES, S. D. Há relação entre desenvolvimento psicomotor e dificuldade de aprendizagem? Estudo comparativo de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dificuldade escolar e transtorno de aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*; 32(99): 293- 301, 2015.

FONSECA, V. *Psicomotricidade: corpo, ação e emoção*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1997.

FROEBEL, F. (1826). *A Educação do Homem*. Nova York: A. Lovell & Company.

GONÇALVES, J. *Desenvolvimento motor e psicomotricidade na infância*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.

LAPIERRE, A., & Aucouturier, B. (1974). *A Simbologia do Movimento: Psicomotricidade e Educação*. Buenos Aires: Kapelusz..

LE BOULCH, J. *Psicomotricidade e educação: uma abordagem prática*. Lisboa: Edições 70, 1997.

LOUV, R. (2005). *Última Criança na Floresta: Salvando Nossas Crianças do Transtorno de Déficit de Natureza*. Chapel Hill, NC: Algonquin Books..

MONTEIRO, C. M.; MOREIRA, L. *Psicomotricidade: teoria e prática*. Porto: Porto Editora, 2015.

PEREIRA, L. F. *Psicomotricidade: fundamentos e práticas na educação*. São Paulo: Ed. Moderna, 2013.

PIAGET, J. (1952). *As Origens da Inteligência nas Crianças*. Nova York: International Universities Press.

PIAGET. (1962). *Brincadeira, Sonhos e Imitação na Infância*. Nova York: Norton.

RODRIGUES, D.; AVIGO, E. L.; LEITE, M. M. V.; BUSSOLIN, R. A.; BARELA, J. A. Desenvolvimento motor e crescimento somático de crianças com diferentes contextos no ensino infantil. *Motriz*, Rio Claro, suplemento, v. 19, nº 3, 2013.

ROSA NETO, F. *Manual de avaliação motora*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, A. S.; GOMES, M. A. *O papel da psicomotricidade no desenvolvimento integral da criança*. *Revista Brasileira de Educação Física*, v. 32, n. 2, p. 45-56, 2018.

SOUZA, R. *Psicomotricidade na educação infantil: teoria e prática*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

WALLON, H. (1942). *As Origens do Caráter na Criança: Os Prelúdios do Sentimento de Personalidade*. Paris: PUF.

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

- Reciclagem divertida: os animais e suas curiosidades (Camila Oliveira De Marchi; Frádia Cícera de Castro Tsukamott; Lucinete do Carmo Viana de Campos; Roselene de Jesus Motta da Silva; Thelma Pires Geronimo Motta)

Reciclagem divertida: os animais e suas curiosidades

Camila Oliveira De Marchi
Frádía Cícera de Castro Tsukamott
Lucinete do Carmo Viana de Campos
Roselene de Jesus Motta da Silva
Thelma Pires Geronimo Motta

DOI: 10.5281/zenodo.12735178

Apresentação

Desde a infância, é de grande importância o estudo sobre o meio ambiente e noções de atitudes de preservação do mesmo. Esse cuidado deve iniciar desde cedo e não deve ser tratada como algo distante do cotidiano dos alunos e sim como parte de suas vidas. Um fator essencial para a preservação do meio ambiente é a reciclagem. E, na tentativa de mudar algumas atitudes dos alunos, de suas famílias e da comunidade escolar em geral, fez-se necessário desenvolver o presente projeto com as turmas dos 1º anos: A, B e com aos alunos da sala de recursos multifuncional da Escola Municipal Vitória Régia. Tendo como proposta estimular, incentivar e propor uma reflexão sobre a importância da preservação da fauna brasileira, através da construção de animais utilizando materiais recicláveis como caixas de papelão entre outros materiais que iriam para o lixo, trazendo a proposta da reciclagem. Sabendo-se da importância do lúdico no contexto escolar, que enquanto brincam os alunos aprendem, assim foi possível enfatizar as diversas formas de reciclagem, em foco, reciclar caixas de papelão. Com o desenvolvimento deste trabalho pretendemos explorar a curiosidade dos alunos acerca do tema em questão, os animais e a reciclagem, e desenvolver uma ação educativa para que todos os envolvidos percebam e entendam as consequências ao meio ambiente devido

a ações praticadas por todos nós, em casa, na escola e em espaços comuns. A partir daí, investir numa mudança de mentalidade que os conduzissem à adoção de novas atitudes que levam, efetivamente, a contribuir para a busca de um meio saudável e uma melhor qualidade de vida.

Justificativa

Neste ano letivo de 2024, iremos trabalhar com o tema gerador: Meio ambiente. E, a partir deste tema delimitamos como tema central do nosso projeto Reciclagem divertida: os animais e suas curiosidades, enfatizando a importância da preservação da fauna brasileira, incluindo o respeito e o cuidado com todas as formas de vida do nosso planeta. Desde os primeiros anos escolares é importante que os alunos aprendam sobre os animais, uma vez que são seres que estão presentes de várias formas no nosso cotidiano. Nesse sentido é um dos papéis da escola trabalhar sobre a biodiversidade no reino animal, valorizando e aprendendo a cuidar e respeitar os habitats naturais.

O presente projeto, possibilita o interesse natural dos alunos favorecendo as interações e o letramento, considerando que o animal tem uma relevante presença no dia a dia dos mesmos, através de desenhos animados, histórias e músicas e possuem um caráter de identificação de suas vivências pessoais e sociais, contribuindo desta forma para uma aprendizagem mais significativa.

Será possível dialogar com todos sobre a consciência ecológicas importante para a formação de cidadão mais responsáveis com meio ambiente e todos os seres vivos que estão presentes, inclusive os animais.

No decorrer do ano letivo será construído alguns animais escolhidos pelos alunos com materiais recicláveis, utilizando caixas de papelão de diversos tamanhos e espessuras, e outros materiais que possam ser reciclados.

Competência

- Argumentar com base em fato , dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta e **adquirir conhecimentos e atitudes sensíveis sobre o meio ambiente, lixo e reciclagem através de experiências significativas, vinculadas ao lúdico e ao contexto do qual os alunos estão inseridos.**

Habilidades

- (EF01LP19) Recitar parlendas, quadras, quadrinhas, trava-línguas, com entonação adequada e observando as rimas.
- (EF12LP18) Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, sonoridades, jogos de palavras, reconhecendo seu pertencimento ao mundo imaginário e sua dimensão de encantamento, jogo e fruição.
- (EF15LP18) Relacionar com ilustrações e outros recursos gráficos.
- (EF15LP10) Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.
- (EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de

encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

- (EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada utilizando diferentes estratégias como pareamento e outros agrupamentos.
- (EF01MA15) Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fina, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros para ordenar objetos de uso cotidiano.
- (EF01MA21) ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples.
- Nas metodologias ativas, as práticas pedagógicas são estruturadas com a finalidade de fazer com que os alunos participem do seu processo de aprendizado. Além disso, essas metodologias estimulam a resolução de problemas práticos, contribuindo para o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico. Diante disso, a participação do aluno no processo de aprendizagem será de uma forma significativa, com:
 - Aula expositiva e dialogada utilizando recursos diversificados;
 - Desenvolvimento de projetos;
 - Confecção de murais temáticos;
 - Roda de leitura;
 - Leitura deleite com livros diversos;
 - Espaço da leitura;
 - Contação de histórias utilizando recursos variados;
 - Trabalho individual, em dupla e em equipe;
 - Atividades com brinquedos e jogos pedagógicos;
 - Atividades com diferentes gêneros textuais;
 - Resolução de problemas;
 - Reconto oral/escrito de histórias lidas ou ouvidas;
 - Pesquisas didáticas;
 - Visualização de alguns filmes temáticos;

- Confecção de portfólio e caderno de leitura, produção de texto e interpretação;
- Músicas variadas;
- Sequências didáticas;
- Atividades lúdicas;
- Atividade extraclasse como, aula campo, visita em biblioteca e outros.
- Promover a inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo estratégias significativas para que se expresse, se comunique de maneira a ser compreendida, criando possibilidades para que de fato aconteça a participação efetiva desse aluno no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com suas possibilidades e limitações impostas pela deficiência apresentada
- (EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artísticas (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografias e etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas e convencionais e não convencionais.

Fundamentação teórica

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima das pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma a compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender nas trocas sociais, com diferentes indivíduos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. Brincando, ela não apenas se diverte, mas recria e interpreta o mundo em que

vive e se relaciona com os outros. Assim, resolve a maioria de seus conflitos e expressa a sua forma de representação da realidade.

De acordo com Walter Benjamin (2002) e Gianni Rodari (1992) referem-se à infância como esse tempo mágico e lúdico onde a vida, constituída de todos os materiais e acontecimentos, é instrumento para a descoberta e a criação, por isso, não se pode separá-la em áreas de conhecimento, em disciplinas. Para as crianças, não existem fronteiras, nem para seu corpo no espaço e no tempo, nem para o conhecimento e a invenção. O importante é manter essa curiosidade, alimentá-la e preservá-la em relação à vida, ao cuidado e ao respeito.

De acordo com as teorias piagetiana e vygotskyanas, a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais e sociais superiores, por isso, indispensável à prática educativa (Oliveira 1993).

Ainda de acordo com Piaget (1975), pai da gênese das estruturas lógicas do pensamento, afirma que a criança adquire estas estruturas, sobretudo, pelo efeito de sua própria ação sobre o meio e os objetos e que a ação pedagógica está na obrigação de favorecer essa construção. Para ele, a tarefa essencial da educação consiste na criação de situações em que a criança seja levada a operar por si mesma, quer o domínio da atividade seja física, matemática, das ciências naturais, da língua materna, etc.

É importante, antes de tudo, colocar os educandos em condição de descobrirem por si mesmos. Hoje, sabe-se que a construção em sala de aula é uma das estratégias didáticas que possibilita à criança a descoberta e a construção de conhecimentos, principalmente, se utilizadas com a compreensão da teoria de Piaget.

Toda criança nasce em uma cultura, ou seja, seu entorno social é marcado pelo tempo e pelo espaço que ocupa, descobre, explora e com os quais se relaciona durante a vida. O contato com a matéria, a descoberta e a exploração do meio ambiente, o conhecimento do lugar onde se vive é essencial para a formação de sujeitos conscientes de si e do mundo. A relação com a natureza passa pela cultura.

De acordo Morin (2000) alerta que é preciso aprender e ensinar “a ver”, a “estar aqui”, o que se aprende por meio de culturas singulares. A escola precisa se constituir num tempo/espço para significar e dar sentido à vida. Essa compreensão precisa ser alimentada desde cedo, quando ainda é possível se deparar com a novidade da infância, o que inclui, além do potencial, a compreensão das crianças como atores sociais que vivem e sofrem as complexidades da vida.

Já de acordo com Dewey (1936), compreender é apreender significações, e isso só acontece quando o indivíduo estabelece relações com o objeto e se apropria dele, tornando-o conceito dotado de importância. E não se dá importância ao que não se vê e não se sente. Rubem Alves (2003) concorda quando afirma que muitas pessoas de visão perfeita nada veem. O ato de ver não é coisa natural, mas precisa ser aprendido e instigado.

É possível desenvolver noções numa relação vital com o meio ambiente, uma relação de respeito, encantamento, cuidado e responsabilidade. Os tempos, os lugares, atividades, pessoas, marcam a vida de cada indivíduo. Pelas memórias de infância pode-se constatar a intensidade de sentido que produziram. Isso permite dizer que o tempo e o espaço precisam ser humanizados, o contato com a natureza precisa desencadear a ação das crianças, o seu desenvolvimento, potencializando sua curiosidade e imaginação.

Para desenvolver a capacidade de observação das crianças, é necessário, portanto, propor desafios que as motivem a buscar os detalhes, usar da capacidade de observar e a curiosidade que é inerente a cada um, guiadas por uma vontade de saber mais sobre algo novo.

Nesse universo de relações e apreensão das coisas, todos devem estar unidos, família, escola, sociedade para promover estudos e debates no sentido de avaliar ações para ter uma visão mais ampla e segura diante da realidade que os cerca (Mendonça, 2000).

Um dos grandes problemas da atualidade é a grande quantidade de resíduos. O ser humano colocando o seu resíduo na lixeira ou atirando em

terrenos baldios resolve o seu problema individual, não se dando conta de que as áreas de depósito das cidades estão cada vez mais escassas e contaminam uma grande quantia de solo.

De acordo com Lima (1999) descreve que o Brasil estaria em 5º lugar entre os países que mais produzem resíduos sólidos. Segundo o autor, com a modernidade, um ser humano, do nascimento aos 70 anos de idade, produziria uma quantidade de 25 toneladas de lixo ao longo de sua vida. O autor ainda aponta que “O lixo é um indicador curioso de desenvolvimento de uma nação. Quanto mais pujante for a economia, mais sujeira o Brasil vai produzir. É sinal de que o país está crescendo, de que as pessoas estão consumindo mais” (LIMA, 1999, S/P).

Diante destes fatos, destaca-se a reciclagem como instrumento para a prática de

educação ambiental no contexto escolar e no fazer diário das famílias. Elaborando projetos de coleta seletiva, propicia-se aos educandos um conjunto de estratégias orientadas para diminuir o desperdício, identificando e valorizando as possibilidades de reutilização e reciclagem dos resíduos como meio de preservação ambiental.

Metodologia

Nas metodologias ativas, as práticas pedagógicas são estruturadas com a finalidade de fazer com que os alunos participem do seu processo de aprendizado. Além disso, essas metodologias contribuem para o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico. Diante disso, a participação do aluno no processo de aprendizagem será de uma forma significativa, com:

- Aulas expositiva e dialogada utilizando recursos diversificados;
- Desenvolvimento de projetos;
- Confecção de murais temáticos;
- Roda de leitura;

Leitura deleite com livros diversos;
Trabalho individual, em dupla e em equipe; e em família
Atividades com brinquedos e jogos pedagógicos;
Atividades com diferentes gêneros textuais;
Pesquisas didáticas;
Visualização de alguns filmes temáticos;
Confecção de fichas técnicas sobre os animais
Sequências didáticas;
Atividades lúdicas;

Promover a inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo estratégias significativas para que se expresse, se comunique de maneira a ser compreendida, criando possibilidades para que de fato aconteça a participação efetiva desse aluno no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com suas possibilidades e limitações impostas pela deficiência apresentada.

Histórias

Rimas da floresta – autores: José Santos e Laurabeatriz
Bichodário – Telma Guimarães
Qual o sabor do pêssego – autor
Qual o sabor da lua – autor
Como? Onde? Porque?
Bichos – autor: Ronaldo S. Coelho
Os três jacarezinhos
ZOO – autor: Jesus Gabán
A casinha do tatu – autora: Elza Sallut
Festa no céu –
A vaca que botou um ovo

Conteúdos a serem abordados

- Linguagem oral e escrita
- Práticas de leitura e escrita
- Produção textual coletiva
- Interpretação de texto
- Dramatização
- Formação de palavras e textos
- Poesias e rimas
- Pintura, desenho, recorte e colagem;
- Números de letras e sílabas
- Leitura compartilhada
- Adivinhas
- Ordem alfabética
- Representação de gráficos e tabelas
- Numerais (leitura e escrita)
- Tamanhos: maior e menor
- Proteção da fauna
- Diferenças entre os animais selvagens, domésticos
- Representação de animais
- Classificação dos animais
- Espécies extintas
- Habitat dos animais
- Fazer artístico
- Material reciclável

Avaliação

A avaliação acontecerá mediante observação de alguns aspectos: construção de animais com materiais recicláveis, reconto de histórias selecionadas com as características próximas a original, interatividades, iniciativa, trabalhos individuais, equipe ou coletivo e o desenvolvimento dos alunos em relação a preservação da fauna brasileira, considerando a participação dos mesmos no desenvolvimento das atividades propostas.

Recursos didáticos

- Livros literários diversos
- Atividades xerocopiadas
- Cartazes com imagens ou textos
- Papeis variados
- Fantoches
- Giz
- Quadro
- Lápis de cor
- Tinta Guache
- Pincel
- Caixa de papelão
- Folha sulfite
- Barbante
- Tesoura
- Cola
- Cartolina
- EVA
- Cola quente
- Tnt
- Tecido de algodão cru
- Lápis preto

- Borracha
- Apontador
- Régua
- Canetinhas hidrocor
- DVD
- Data show
- Pen drive
- Som
- Celular
- Notebook
- Grampeador
- Grampo
- Pistola de cola quente

Referências bibliográficas

ALVES, R. **Conversas sobre educação**. São Paulo, Verus Editora, 2003.

ALVES, R. **O amor que acende a lua**. Campinas, SP: Papirus: Speculum, 1999. BARRA.

LIMA, Jaqueline da Silva. **A importância do brincar e do brinquedo para crianças de três a quatro anos na educação infantil**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Maurício. Um bebê = 25 toneladas de lixo. **Revista Veja**. Edição Abril, 1999.

MENDONÇA, R. **Educador ambiental- 6 anos de experiência e debates**. São Paulo: Wwf Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky e o processo de formação de conceitos**. In: LA TAILLE, I.de et al. *Piaget, Vygotsky e Wallon, teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar/MEC, 1975.

Cronograma

ATIVIDADES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Definição do tema	x	x									
Pesquisa didática		x									
Levantamento bibliográfico		x									
Seleção de livros		x									
Elaboração do projeto		X									
Entrega do projeto a secretaria		x									
Apresentação do projeto aos alunos		x									
Aplicação do projeto		x	X	X	X	X	X	X	X		
Culminância										x	
Avaliação geral do projeto											x

- Reflexões sobre a dislexia no ambiente escolar (Neuzeli Rodrigues dos Santos)

Reflexões sobre a dislexia no ambiente escolar

Neuzeli Rodrigues dos Santos²⁹

DOI: 10.5281/zenodo.12999843

RESUMO

A alfabetização é essencial na vida de uma pessoa; indo muito além de codificar e decodificar palavras, ela faz parte de toda uma prática social de uma sociedade. Sabemos que uma das etapas mais importante na vida escolar de uma criança é a alfabetização, pois aprender a ler e escrever é um dos objetivos, mais esperados pela família e pelos próprios educandos. Algumas crianças passam por essa fase de alfabetização sem nenhuma dificuldade, porém outras não conseguem se apropriar desse tipo de linguagem. O presente trabalho trata da dislexia no âmbito escolar cujo objetivo refletir sobre a dislexia no ambiente escolar, no qual busca conhecer esse transtorno, bem como abordar o processo de alfabetização das crianças que tem transtorno de aprendizagem. Refletir sobre a dislexia é buscar um meio de sanar esse déficit na sala de aula, buscando alternativas de trabalhar o ensino aprendizagem com o aluno que possui esse tipo de transtorno. Como caminho metodológico utilizou-se de pesquisas bibliográficas referente ao tema por meio de artigos, monografias da internet que dão embasamento teórico a discussão proposta, a fim de colher informações de autores que já abordaram o assunto. Como objetivo central procurou compreender a dislexia no ambiente escolar, uma vez que esse tipo de transtorno acaba por afetar a linguagem oral, a leitura e a escrita da criança. Tendo como objetivos específicos os seguintes: apresentar uma breve reflexão sobre a dislexia abordando o conceito e também o que ela afeta nas crianças; bem como o processo de alfabetização dos estudantes com esse transtorno, pois ler e escrever com competência e compreensão é a chave para o acesso a inúmeras habilidades e conhecimentos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia. Ambiente escolar. Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a dislexia no ambiente escolar, no qual busca conhecer esse transtorno, bem como abordar o processo de alfabetização das crianças que tem transtorno de aprendizagem.

²⁹ neuzelirodrigues15@hotmail.com

Refletir sobre a dislexia é buscar um meio de sanar esse déficit na sala de aula, buscando alternativas de trabalhar o ensino aprendizagem com o aluno que possui esse tipo de transtorno.

A escolha do tema se deu pelo fato de estar em contato direto com a educação e por perceber que a dislexia pode ser sanada por meio atividades que auxiliam a aprendizagem dos alunos disléxicos mediadas pelo professor.

Como caminho metodológico utilizou-se de pesquisas bibliográficas referente ao tema por meio de artigos, monografias da internet que dão embasamento teórico a discussão proposta, a fim de colher informações de autores que já abordaram o assunto.

Diante de uma primeira análise sobre a dislexia, orientou-se a pesquisa no sentido de compreender o conceito desse transtorno, procurando diagnosticar como o educador pode auxiliar no processo de aprendizagem das crianças com perturbação da aprendizagem. Como objetivo central procurou compreender a dislexia no ambiente escolar, uma vez que esse tipo de transtorno acaba por afetar a linguagem oral, a leitura e a escrita da criança. Tendo como objetivos específicos os seguintes: apresentar uma breve reflexão sobre a dislexia abordando o conceito e também o que ela afeta nas crianças; bem como o processo de alfabetização dos estudantes com esse transtorno.

No desenvolvimento foi possível discutir sobre as estruturas da dislexia a partir do mecanismo do neurodesenvolvimento, assim como debateu sobre a importância da alfabetização, contextualizando processos que incentivam no desenvolvimento do aprendizado da criança disléxica, finalizando com a conclusão do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conhecendo a dislexia

A dislexia é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta habilidades básicas de leitura e linguagem. Segundo (ABD, 2016 online) citado por Silva (2021) a dislexia é definida como uma dificuldade ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, sendo o distúrbio de maior incidência nas salas de aula.

Para o manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5) a dislexia é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia. (DSM 5, 2014, p. 67 apud Silva, 2021, 13).

Segundo Tavares & Lima (2020) a dislexia pode ser definida como uma perturbação constitucional primária, geneticamente transmitida, havendo dificuldade de a criança adquirir a capacidade normal de leitura, pelos métodos normais de ensino. Geralmente o nível mental dos disléxicos é normal, mas a maioria deles apresenta lentidão anormal no desenvolvimento da fala. O distúrbio deve-se a uma desorientação têmporo-espacial, e os disléxicos têm dificuldade em ler letras com semelhança visual, como d e b; p e q, por exemplo.

Sobre a dislexia Gomes (2010) aborda:

Distúrbio ou dificuldade de aprendizagem é um termo que se refere a um grupo heterogêneo de desordem que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e na utilização da compreensão auditiva da fala, da leitura, de escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens consideradas intrínsecas ao indivíduo podem ser devidas a uma disfunção do sistema nervoso central e podem perdurar durante toda a vida. (GOMES, 2010, p. 140 apud BARBOSA, 2014, p. 13).

A dislexia é considerada um transtorno específico da aprendizagem porque seus sintomas geralmente afetam o desempenho acadêmico de estudantes, sem que haja outra alteração (neurológica, sensorial ou motora) que justifique as dificuldades observadas. A dislexia é um transtorno que aparece claramente na escola durante a alfabetização. É hereditária e

congenita, sem causas culturais, intelectuais e emocionais. (KAPPES et al 2012, PIMENTA, 2012, p.1 apud CARREIRA, 2016, p.14).

Há diferentes graus de dislexia, descritos como leve, moderado e severo. O grau de dislexia baseia-se, em geral, na severidade das dificuldades apresentadas pelo indivíduo. É na infância que essa dificuldade desponta e ela está relacionada a um distúrbio no reconhecimento e orientação das letras e de sua sequência ou significação nas palavras. Entretanto, a percepção visual e a orientação espacial dos sujeitos disléxicos permanecem intactas (ORTON, 1925 apud BARBOSA, 2014, p.12).

Algumas crianças, ao chegarem ao processo de aquisição da linguagem escrita de forma sistemática, apresentam algumas dificuldades, dificuldades essas que as impedem de chegar à fase da escrita condizente com a norma culta. Esta dificuldade muitas vezes, está ligada a diversos fatores, desde emocionais, até disfunções de escrita. Carreira (2016) comenta:

A dislexia não é considerada uma doença e seus sintomas podem ser identificados já na educação infantil. Disléxicos apresentam um funcionamento peculiar do cérebro para os processamentos linguísticos relativos à leitura, não estando relacionados a distúrbios visuais e auditivos, ou ainda a problemas psicológicos ou socioculturais. A dificuldade central apresentada pelo do disléxico está em associar o símbolo gráfico às letras, e estas ao som que representam, e também de e organizá-las mentalmente numa sequência temporal. (CARREIRA, 2021, p.14).

Analisando os aspectos de disfunção da escrita tem-se a dislexia, uma das geradoras dessa dificuldade de aquisição da escrita convencional. Para tanto, é necessário que o professor, não somente das séries iniciais, mas de todas as demais séries do Ensino Fundamental, tenha conhecimento do que vem a ser dislexia, evitando assim “erros” quanto ao ensino da linguagem escrita de seus alunos. A dislexia acaba por exigir um jeito diferente de aprender, individualizado, partindo da ideia de que toda criança tem uma forma de ser e de aprender. (SILVA, 2021, p. 14).

Vale ressaltar que a dislexia não é causada por escolaridade deficitária, estrutura familiar fragilizada, recusa em aprender ou rebaixamento cognitivo.

Portanto, o processo de aprendizagem de leitura do disléxico é extremamente lento. Quando o indivíduo começar a ler, irá construir ao longo do tempo um estoque de palavras que serão adequadamente armazenadas em seu cérebro. De acordo com Domiense (2011):

A priori percebemos que as crianças com dislexia apresentam seu potencial e que é útil ao educador conhecer mais e melhor seus caracteres e também do sistema e unidades cerebrais para oferecer e desenvolver um trabalho de qualidade, respeitando suas limitações e seu tempo e ritmo de aprendizagem. (DOMIENSE, 2011, p. 23).

Segundo Domiense (2011) um indivíduo disléxico pode ser, e em geral é, normal em tudo, menos no aprendizado ou no desempenho da leitura e escrita. Assim, a dislexia revela-se essencialmente como uma síndrome pedagógica, e é partir desse aspecto que uma criança disléxica ou mesmo suspeita, pode ser reconhecida e caracterizada entre as demais.

Mediante este sentido, com base em Domiense (2011) os professores e os pais devem estar atentos a sinais de alerta que podem indicar um estudante disléxico, fazer observações e várias investigações, isto é, se preocuparem em encontrar traços, indícios em crianças consideradas aparentemente normais, já nos primeiros anos de educação infantil, envolvendo desde crianças de 4 e 5 anos de idade, pois caso contrário, não diagnosticando até os 8 e 9 anos, no ensino fundamental, a criança irá apresentar perturbações de ordem emocional, afetiva e linguística. Alguns dos sinais de alerta são: Leitura lenta; Dificuldade com a soletração e reconto de histórias com poucos detalhes; pular linhas ao ler; trocar as palavras ou os sons das palavras na escrita e na oralidade; ter leitura silabada e imprecisa; apresentar falta de compreensão do que acabou de ler; Espelhamento de letras na escrita; Dificuldades com cálculos e de decorar a tabuada de fato.

Sobre a escrita, Carreira (2016) expõe:

Por exemplo, na escrita erros de soletração e ortografia, mesmo nas palavras mais frequentes; omissões, substituições e inversões de letras e/ou sílabas; dificuldade na produção textual, com velocidade abaixo do esperado para a idade e a escolaridade. É comum às crianças em fase de alfabetização não escreverem ortograficamente

muitas das palavras que já conhecem, pois ainda estão em processo de aprender as regras de escritas, como o uso da letra “m” antes do “p” e “b”, etc. (CARREIRA, 2016, p. 16).

Segundo Gonçalves & Navarro (2012) citado por Patriota (2014) cabe à escola juntamente com o professor, incluir o aluno com dislexia na sala de aula, trabalhando para que ele consiga amenizar seu distúrbio de aprendizagem, é importante enfatizar que a dislexia não amenizada sem tratamento apropriado. Não se trata de um problema que é superado com o tempo, ela não pode passar despercebida.

Segundo Marco (2020) a Psicopedagogia é uma área da ciência que estuda a aprendizagem humana. Assim, o psicopedagogo Institucional trabalha dentro das escolas, com o objetivo de prevenir as dificuldades em aprender dentro da instituição escolar e possivelmente os possíveis problemas de aprendizagem.

Para Carreira (2016) O trabalho do psicopedagogo juntamente com o professor de sala tem grande importância, pois é através da avaliação que este profissional faz que podemos distinguir, dentro de uma sala de aula, as crianças que estão passando pelas dificuldades comuns à sua faixa etária e série e as crianças que apresentam a dislexia.

Mediante esta concepção, é necessário tirar o foco do transtorno e voltar a preocupação para as práticas pedagógicas desenvolvidas para desencadear o processo de aprendizagem em todos os educandos, contemplando toda a diversidade da sala de aula.

2.2 Reflexão sobre a alfabetização de uma criança com dislexia

A aquisição da escrita ocorre por dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p.14 apud MARCO, 2020, p. 29).

Ainda de acordo com o autor Marco (2020) desse modo, a alfabetização ocorre por meio do contato com as letras e do reconhecimento do som que as

mesmas representam, estabelecendo a correspondência fonema (som) e o seu traçado (grafema) para a decodificação das palavras. E, a partir desse processo, o emprego da leitura das palavras nas práticas sociais promove o letramento. Assim, o letramento está intrinsecamente ligado ao processo de alfabetização.

Sobre o processo de alfabetização Soares (2004) aborda:

A alfabetização é muito mais do que ler palavras grafadas, e sim reconhecer seu significado e saber empregá-las no cotidiano, ou seja, nas vivências sociais, compreendendo criticamente o que lê e o que escreve, enquanto uma competência para a cidadania. (SOARES, 2004 apud MARCO, 2020, p. 29).

Mediante este contexto, na alfabetização é que podemos ver a dislexia emergir, em forma de dificuldades nos processamentos da linguagem. A criança começa a apresentar dificuldade em reconhecer, reproduzir, identificar e organizar os sons das letras. Segundo Silva (2021) O processo de alfabetização tem grande importância quando se pensa a escolarização das crianças.

Logo, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ênfase da ação pedagógica gira em torno do ensino da leitura e da escrita. Sobre a alfabetização a Base nacional comum curricular (BNCC) aborda:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p.59 apud SILVA, 2021, p. 35).

Uma vez que a criança nasce com a dislexia, sua inteligência não é afetada, mas encontra dificuldades no processo de leitura, como diferenciar fonemas de sílabas e identificar palavras. O processo de alfabetização se torna um desafio, já que a leitura é um grande esforço para a criança com dislexia. BNCC comenta:

É preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras). (BRASIL, 2017, p.89 apud SILVA, 2021, p. 35).

A proposta de alfabetização tem que estar muito bem estruturada e trabalhar principalmente o som e a associação dos símbolos sonoros: as letras dos sons, instrução de sílaba, a morfologia das palavras. Silva (2021) expõe:

O trabalho da consciência fonológica é fundamental para todas as crianças durante a alfabetização, não somente para aquelas com dificuldade de aprendizagem. É preciso estimular a criança para que percebam as diferenças dos sons e aos poucos vá associando as letras. (SILVA, 2021, p. 35).

A alfabetização estruturada deve ser sistemática e cumulativa, ou seja, com começo, meio e fim. A criança deve partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato e, gradualmente, aumentar a dificuldade. Com base na BNCC:

Alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante, para isso é preciso conhecer relações fono-ortográficas, isto é, as, relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (BRASIL, 2017, p.90 apud SILVA, 2021, p. 36).

O olhar individualizado para o sujeito é fundamental no processo de alfabetização na dislexia, que se dá, basicamente, pela alfabetização multissensorial; repetição sistemática e frequentes revisões e aprendizagem baseada no acerto. Barbosa (2014) aborda:

É preciso evitar pedir para que o aluno com esse distúrbio faça coisas, na frente dos colegas, que o deixe constrangido, envergonhado. Em vez disso, deve-se primar pela estimulação da aprendizagem fazendo uso de certos instrumentos auxiliares, tais como o aparelho gravador de voz, o método da tabuada, calculadoras eletrônicas, e outros recursos tecnológicos que estimulam o aluno pelo manuseio de determinados equipamentos ou pela aplicação de outros métodos (visuais ou auditivos, por exemplo). (BARBOSA, 2014, p. 23).

As atividades multissensoriais envolvem o uso de sentidos como tato, visão e audição. Elas ajudam as crianças disléxicas a absorver e processar informações e auxiliam na identificação e sequenciação do processo de leitura e escrita. Esse método busca combinar diferentes sensores no ensino da linguagem escrita, visa unir as modalidades visual, auditiva, tátil e cenestésicas com o objetivo de facilitar a leitura e a escrita quando se estabelece ligação com os sensores. (SILVA, 2021, p. 37).

Segundo a ABD as crianças disléxicas, em razão da deficiência fonológica, têm dificuldades para reconhecer palavras. Dessa forma, o uso do método multissensorial pode auxiliar diretamente para suprir essa dificuldade, pois propicia um ensino sistemático e explícito sobre como as letras se relacionam com os sons, a segmentação das palavras, identificação de sílabas; as pistas estão na própria palavra e não no contexto. Após algum tempo a criança terá elementos suficientes para analisar e identificar novas palavras que lhe são apresentadas (ABD, on-line apud SILVA, 2021, p.37).

Sobre deficiência fonológica, Hudson (2019) explica:

Na área da leitura, o professor deve sempre lembrar que os alunos com Dislexia levam mais tempo para ler e para compreender aquilo que foi lido, visto que apresentam prática leitora mais dificultosa; então, é válido incentivá-los a lerem mais de uma vez para processarem melhor o conteúdo, podendo, se for o caso, utilizar até marcadores de texto para destacar palavras-chave. O professor, ainda, deve ter cuidado na hora de imprimir atividades, priorizando o uso de fontes maiores e claras, com fundos de cores diferentes, sempre experimentando e ouvindo o aluno para identificar o que é melhor para ele. (HUDSON 2019 apud COSTA & BARBOSA, 2022).

Para Titoni (2010) o professor em sala de aula deve buscar trabalhar o auxílio temporal e sequencial procurando ouvir fatos, em vez de deixar o aluno

ler sozinho, usar métodos multissensoriais, cartazes e linhas do tempo, utilizar revistas velhas para selecionar figuras que representam o conteúdo a ser organizado em sequência, conduzirá a criança no processo da alfabetização.

De acordo com Silva (2021) Um dos métodos multissensoriais que ajuda as crianças dislexias é o método das boquinhas. Consiste num esse método que se utiliza estratégias fônicas (fonema/som) e visuais (grafemas/ letras).

O método das boquinhas foi desenvolvido para atender crianças com dificuldade de aprendizagem e, reúne reflexões sobre o som, observação da articulação orofacial, exercícios de traçado com dedos sob diferentes superfícies, entre outras propostas de caráter lúdico, com a finalidade de promover o desenvolvimento do processamento fonológico (MARADEI; MAIA; SEABRA, 2020, p. 12 apud SILVA, 2021, p. 37).

Mediante esta concepção, há vários pontos estratégicos que o professor deverá utilizar para não prejudicar ou inibir o aluno com dislexia, como nos fala Domiense (2011):

Uma boa dica ao iniciar um conteúdo, é entregar uma folha com informações importantes sobre o tema para o aluno com dislexia no início da aula. Isso ajuda a criança a fazer anotações com mais calma, usando o material de apoio para ajudar a escrita. De preferência dê a ele um resumo, da atividade a ser executada; sempre estabeleça horários dos seus deveres, de dormir, das recreações; incentive-o a cuidar do corpo e vestir suas roupas; além do quadro, deverá usar outros recursos para dinamizar sua aula; nas revisões, que o tempo seja suficiente; nunca force seu aluno a ler em voz alta; sempre dê suas instruções orais e escritas de forma separada; será necessário o respeito do seu ritmo. (DOMIENSE, 2011, p. 39).

Observar como o aluno dislexos faz as anotações da lousa e auxiliá-lo a se organizar; desenvolver hábitos que estimulem o aluno a fazer uso consciente de uma agenda para recados e lembretes; na hora de dar uma explicação usar uma linguagem direta, clara e objetiva e verificar se ele entendeu. No momento das correções, busque valorizar ao máximo a sua produção, e se possível converse com ele confirmando algumas respostas a respeito do que ele quis dizer. Seja paciente e compreensivo, pois é normal que ele leve mais tempo para concluir suas atividades. (DOMIENSE, 2011, 40).

Sobre fazer anotações da lousa, Hudson (2019) acrescenta que:

Muitas atitudes dos professores podem ajudar aos alunos disléxico, como por exemplos: evitar ditados de palavras, porém se tiver que ditar não pode ser rápido demais, quando escrever no quadro negro usar cores variadas para que haja menos probabilidade de que os alunos disléxicos pulem linhas, usar caligrafia legíveis, grande e fácil de ler. Provavelmente com essas atitudes muitas crianças disléxicas vão se sentir mais seguras em sala de aula. (HUDSON, 2019 apud SILVA, 2021, p. 40).

Procurar escrever palavras e frases com materiais táteis, usando cola, glitter, areia, macarrão, LEGO, miçangas. Trabalhar a amarelinha ou pula corda para praticar a ortografia — as crianças soletram palavras quando saltam e pulam. Os alunos podem trabalhar em dupla e se revezarem para ditar e soletrar palavras. Trabalhar Caça ao tesouro, onde os alunos em equipes vão escrever sílabas em pedaços de papéis e esconda-os pela sala de aula. As equipes devem encontrar as letras para construir a palavra que lhe foi atribuída e, em seguida, colá-las em um cartaz. Os alunos podem usar marcadores coloridos para destacar palavras chaves a ler perguntas ou instruções. Isso é muito importante nas provas quando o nervosismo contribuir para probabilidade de erros disléxicos. O professor pode criar uma lista de grafia fundamentadas para cada tópico, elaborar um vocabulário ou glossário, usar cores para animar a lista de vocabulário, usar uma cor para substantivo e outra cor para verbo, isso pode ajudar a criança disléxica a lembrar das palavras que escrever. Dar mais tempo ao aluno com dislexia para realizar os trabalhos de casa. Se demora um dia para ser concluído, entregue-o em na sexta-feira para que a criança disléxica tenha o fim de semana inteiro para fazer a tarefa. (SILVA, 2021).

Segundo Titoni (2010) dar instruções claras para os exercícios de escrita, reescrever as instruções com suas próprias palavras, usar um processador de texto para digitar o trabalho.

Contudo, no processo da leitura são indicados livros com palavras curtas e mais simples, texto pequeno e letra bastão maiúscula; com o tempo, o texto pode se tornar maior, com palavras mais complexas até que a criança adquira

a velocidade ideal para uma leitura em voz alta fluente; temas instigantes, atuais e relacionados à sua cultura podem proporcionar maior motivação para que se mantenha na atividade. Ao realizar uma leitura, ajuda se o aluno usar uma régua para marcar o ponto em que está. É possível adquirir régua de leitura, que possuem uma pequena janela para ler, isso ajuda o aluno a não pular linhas. Usar lâminas transparentes coloridas auxilia alguns alunos. Os alunos devem ler livros com histórias com ritmo ágil, impressão clara e maior, ilustrações e descrição não muito telhada. Ouvir Audi livro de obras literárias proporcionará aos alunos uma visão geral, além disso, os alunos devem tentar obter uma cópia do livro, preferencialmente com uma impressão maior, para ler Também (HUDSON, 2019, p.46 apud SILVA, 2021, p.40).

Sobre interpretação de texto, Teixeira (2014) aborda:

Deve-se também estimular o aluno disléxico a expressar-se oralmente sobre aquilo que lhe foi ensinado ou lido. Essa é uma forma de desenvolver um outro tipo de raciocínio do educando, que geralmente é pouco estimulado. Isso ocorre devido à sua dificuldade com as palavras e de efetivar sua conexão com os fatos. (TEIXEIRA, 2014, p. 48).

Alunos disléxicos, se estimulados, adquirem o hábito da leitura. Deve-se, portanto, respeitar seus gostos e preferências literárias, o que não impede de apresentar-lhes outros gêneros que, se bem aceitos, aumentarão seu universo de leitura.

Nesse contexto, as atividades que trabalham a percepção auditiva ajudam os alunos com dislexia a perceber o som e as formas das palavras. Usar a música e as rimas, trabalhando ritmo, concentração, atenção, o som e suas formas, é ótimo para estimular a aprendizagem dos alunos com dislexia. Os disléxicos necessitam de diferentes formas para ser alfabetizados. Para ler e escrever eles precisam de materiais concretos, ouvir sons repetidamente (por exemplo uma determinada aula, para que possa entender os conteúdos), precisa gravar e ouvir repetidamente para poder aprender. (SILVA, 2021, p. 40).

3 CONCLUSÃO

Conclui-se ainda que, a criança disléxica pode ser alfabetizada desde que os planejamentos didáticos englobem diferentes estratégias de ensino, valorizando a sua necessidade e a sua individualidade, proporcionando resultados positivos e uma educação de qualidade.

Ter Dislexia não é sinal de que não se vai aprender ou que necessariamente para se alfabetizar o aluno tenha que sofrer, pelo contrário, pensar nos alunos disléxicos é se renovar como profissional, buscar desbravar novos horizontes e alcançar diferentes alunos de maneira mais equânime.

A intervenção com crianças disléxicas baseia-se no treinamento da escrita e da leitura, a fim de irrememorizando a maneira correta de ler e escrever determinadas palavras ligando o som à grafia. Diante disso, quando a dislexia é precocemente descoberta, é maior a probabilidade de a criança não sofrer muito com suas dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita, tornando mínimos seus problemas emocionais durante sua caminhada escolar e em sua convivência social.

A qualificação do professor é de suma importância para trabalhar com alunos disléxicos. Portanto, o resultado do desempenho do aluno está ligado ao que se chama de motivos intra-escolares, o que suscita a responsabilidade do educador, do orientador educacional, e de outros profissionais que desenvolvem atividades dentro da escola.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cláudia Freitas Franco. DISLEXIA: dificuldades de aprendizagem na escola, 2014. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20858/2/MD_EDUMTE_2014_2_19.pdf. Acesso: 18 jan 2024.

CARREIRA, Fátima Kleidir do nascimento. Reflexões sobre dislexia e o papel do professor, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8018/1/Dislexia%20reflex%>

C3%B5

es%20sobre%20o%20papel%20da%20fam%C3%ADlia%20e%20da%20escola .pdf. Acesso: 18 jan 2024.

DOMIENSE, Maria do céu de Souza. Dislexia: um jeito de ser e de aprender de maneira diferente, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3359/1/2011_MariadoCeudeSouzaDomiens e.pdf. Acesso: 18 jan 2024.

MARCO, Alessandra de. Dislexia no âmbito escolar e a alfabetização, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8483/TCC%20Alessandra%20de%20Marco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 19 jan 2024

PATRIOTA, Maria da Dores Brito Simões. Dislexia: dificuldades de leitura e escrita, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6107/1/PDF%20-%20Maria%20das%20Dores%20Brito%20Sim%C3%B5es%20Patriota.pdf>. Acesso: 19, jan 2024.

SILVA, Jailma Xavier da Silva. Dislexia: reflexões sobre o papel da família e da escola, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8018/1/Dislexia%20reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20papel%20da%20fam%C3%ADlia%20e%20da%20escola .pdf>. Acesso: 18 jan 2024.

TAVARES, Daniel da Silva; LIMA, Vanderlei da Silva. A dislexia: um problema recorrente na escola. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA1_0_ID2757_27082020000144.pdf. Acesso: 18 jan 2024.

TITONI, Cátia Cilene da Silveira. Dislexia na educação escolar: técnicas e metodologias para trabalhar com o aluno dislético, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39540/000823342.pdf>. Acesso: 19 jan 2024.

**- TOD - Transtorno Opositor Desafiador: Uma Visão Teórica e Prática
(Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior)**

TOD - Transtorno Opositor Desafiador: Uma Visão Teórica e Prática

Luzinete da Silva Mussi³⁰

Lúcio Mussi Júnior

DOI: [10.5281/zenodo.12764597](https://doi.org/10.5281/zenodo.12764597)

Resumo

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD) é um distúrbio comportamental caracterizado por um padrão persistente de comportamento desobediente, hostil e desafiador em relação a figuras de autoridade, mais comum na infância e adolescência. Segundo o DSM-5, os sintomas incluem perda frequente de paciência, discussões com adultos e comportamento deliberadamente irritante, entre outros. Teóricos como Russell Barkley, Alan Kazdin e Ross Greene contribuíram para a compreensão do TOD. Barkley associa o TOD a déficits nos processos de autocontrole e função executiva. Kazdin enfatiza a importância das interações familiares e estilos parentais, enquanto Greene sugere uma abordagem colaborativa para resolver os problemas subjacentes ao comportamento desafiador. As intervenções para o TOD incluem treinamento de pais, terapia cognitivo-comportamental (TCC) e programas escolares que promovem habilidades sociais e emocionais. O treinamento de pais ensina técnicas de manejo comportamental, a TCC desenvolve habilidades de autocontrole e resolução de problemas, e as intervenções escolares envolvem a colaboração entre pais, professores e terapeutas. Com intervenções apropriadas e baseadas em teorias e pesquisas, é possível ajudar crianças com TOD a desenvolverem habilidades mais adaptativas e reduzir comportamentos desafiadores. A colaboração entre profissionais de saúde mental, educadores e famílias é crucial para o sucesso no manejo do TOD.

Palavras chave: Comportamento desafiador. Autocontrole. Abordagem colaborativa. Habilidades sociais. Intervenções escolares. Interações familiares.

Definição e sintomas

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD) é uma condição comportamental que afeta principalmente crianças e adolescentes,

³⁰ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

caracterizada por um padrão persistente de comportamento desafiador, desobediente e hostil em relação a figuras de autoridade, como pais, professores e outros adultos. Este transtorno pode interferir significativamente no funcionamento diário do indivíduo, causando dificuldades nas relações sociais, desempenho acadêmico e em atividades familiares.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TOD é diagnosticado quando a criança ou adolescente apresenta, por pelo menos seis meses, um comportamento negativista, desafiador e hostil que se manifesta através de pelo menos quatro dos seguintes sintomas:

1. **Perda frequente de paciência:** A criança ou adolescente demonstra uma intolerância elevada, ficando frequentemente irritada ou zangada em situações que não provocariam uma reação tão intensa em outras crianças da mesma idade.
2. **Discussões frequentes com adultos:** O indivíduo engaja-se regularmente em disputas verbais com figuras de autoridade, contestando regras, instruções e limites estabelecidos.
3. **Desafio ativo ou recusa em cumprir regras ou solicitações:** Há uma resistência constante a seguir instruções e cumprir regras, muitas vezes desafiando diretamente os pedidos dos adultos.
4. **Comportamento deliberadamente irritante:** A criança ou adolescente pode agir de forma intencional para incomodar ou irritar outras pessoas, incluindo colegas, familiares e professores.
5. **Culpa os outros por seus erros ou mau comportamento:** Atribui a responsabilidade de seus próprios erros e comportamentos inadequados a outras pessoas, negando sua própria culpa.
6. **Ser suscetível ou facilmente irritado por outros:** Reage de maneira exagerada a provocações ou críticas, mostrando-se frequentemente ressentida e magoada.

7. **Ser raivoso e ressentido:** Exibe uma atitude persistente de raiva e ressentimento em relação aos outros, mantendo-se constantemente mal-humorada.

8. **Ser vingativo:** Demonstra comportamentos vingativos ou rancorosos, buscando retribuir com hostilidade qualquer percepção de ofensa ou injustiça.

Esses comportamentos devem causar um impacto significativo no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional do indivíduo.

A presença do TOD pode levar a problemas adicionais, como baixo rendimento escolar, dificuldades em formar e manter amizades, e conflitos familiares constantes. A criança ou adolescente com TOD pode ser percebida como difícil e problemática, o que pode resultar em isolamento social e baixa autoestima.

Os sintomas do TOD podem variar de intensidade e frequência, sendo influenciados por fatores contextuais e ambientais. Por exemplo, situações de estresse familiar, ambientes escolares desfavoráveis ou a presença de outros transtornos mentais, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), podem exacerbar os sintomas.

O diagnóstico do TOD deve ser realizado por um profissional de saúde mental qualificado, que utilizará uma avaliação abrangente, incluindo entrevistas com a criança, os pais e os professores, bem como a aplicação de questionários e escalas de comportamento. A compreensão detalhada do histórico de desenvolvimento e do contexto familiar e social é fundamental para um diagnóstico preciso e para a elaboração de um plano de tratamento eficaz.

Comportamento desobediente e hostil

Crianças e adolescentes com TOD exibem comportamentos que desafiam diretamente normas e expectativas sociais, muitas vezes provocando conflitos com pais, professores e colegas. Este padrão de comportamento pode

incluir discussões frequentes, resistência ativa a regras e demandas, comportamento deliberadamente irritante e atribuição de culpa a outros. Segundo Russell Barkley, um dos principais pesquisadores no campo dos transtornos comportamentais, o TOD pode estar relacionado a déficits nos processos de autocontrole e função executiva, frequentemente observados em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (Barkley, 2013).

Impacto no desenvolvimento social e emocional

O TOD pode interferir significativamente nas relações sociais e no desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes afetados. Alan Kazdin, destaca que as interações familiares e os estilos parentais desempenham um papel crucial na formação e manutenção do TOD.

Ele sugere que ambientes familiares caracterizados por conflito constante, falta de habilidades de manejo e interações negativas podem reforçar comportamentos opostos (Kazdin, 2005). Este ambiente pode levar a um ciclo de comportamento desafiador e resposta negativa, exacerbando os sintomas do transtorno.

E, Gerald Patterson, através de seu modelo de Coerção, sugere que os comportamentos opostos em crianças são frequentemente resultado de interações familiares disfuncionais, onde as respostas negativas dos pais reforçam o comportamento desafiador da criança (Patterson, 1982).

Além disso, a intervenção precoce e o apoio contínuo são essenciais para mitigar os efeitos do TOD. Pesquisas indicam que estratégias de intervenção que envolvem a modificação dos padrões de comunicação familiar, o fortalecimento das habilidades parentais e a promoção de interações positivas podem ser eficazes na redução dos comportamentos opostos (Dishion & McMahon, 1998). Programas de treinamento parental, como o Parent Management Training (PMT) desenvolvido por Kazdin, têm

demonstrado sucesso significativo ao ensinar pais a aplicar técnicas de disciplina consistentes e reforçadoras de comportamentos positivos. Dessa forma, a compreensão e o tratamento do TOD necessitam de uma abordagem multifacetada que inclui tanto a reformulação das dinâmicas familiares quanto a implementação de estratégias terapêuticas baseadas em evidências.

Perspectivas teóricas

Além de Barkley e Kazdin, outros teóricos também contribuíram para a compreensão do TOD. Ross Greene, conhecido por sua abordagem “The Explosive Child”, argumenta que as crianças com TOD frequentemente apresentam habilidades de resolução de problemas atrasadas e dificuldades em manejar frustrações. Greene propõe uma abordagem colaborativa e proativa para resolver os problemas subjacentes ao comportamento desafiador, enfatizando a importância de trabalhar diretamente com a criança para identificar e abordar suas necessidades específicas (Greene, 2014).

O TOD pode interferir significativamente nas relações sociais e no desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes afetados. Alan Kazdin, um teórico influente no estudo de transtornos comportamentais infantis, destaca que as interações familiares e os estilos parentais desempenham um papel crucial na formação e manutenção do TOD. Ele sugere que ambientes familiares caracterizados por conflito constante, falta de habilidades de manejo e interações negativas podem reforçar comportamentos opostos (Kazdin, 2005). Este ambiente pode levar a um ciclo de comportamento desafiador e resposta negativa, exacerbando os sintomas do transtorno.

Consequências acadêmicas

No contexto acadêmico, crianças com TOD podem apresentar dificuldades significativas devido ao comportamento desafiador e desobediente. Esses comportamentos podem resultar em conflitos com professores e colegas, suspensão escolar, baixo desempenho acadêmico e atitudes negativas em relação à escola. Segundo a pesquisa de Barkley, a co-ocorrência de TOD e TDAH pode intensificar essas dificuldades, tornando essencial uma abordagem de intervenção integrada que aborde tanto os sintomas comportamentais quanto os cognitivos (Barkley, 2013).

Abordagens de tratamento

O tratamento do TOD geralmente envolve uma combinação de intervenções comportamentais, terapias familiares e, em alguns casos, medicamentos. O treinamento de pais, baseado nos princípios de aprendizado social de Kazdin, tem se mostrado eficaz em ensinar habilidades específicas aos pais para manejar e modificar comportamentos desafiadores. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) também é amplamente utilizada para ajudar as crianças a desenvolverem habilidades de autocontrole e resolução de problemas.

Ross Greene, em seu livro "A Criança Explosiva", propõe uma nova abordagem para compreender e lidar com crianças que apresentam frustrações facilmente e são cronicamente inflexíveis. Greene destaca a importância de identificar os problemas subjacentes que levam ao comportamento desafiador e sugere uma metodologia colaborativa e proativa para ajudar essas crianças a desenvolverem habilidades de resolução de problemas e de autocontrole (Greene, 2014).

Em suma, o Transtorno Opositor Desafiador representa um desafio significativo para crianças, adolescentes, suas famílias e educadores. No entanto, com intervenções apropriadas e baseadas em teorias e pesquisas, é possível ajudar essas crianças a desenvolverem habilidades mais adaptativas e reduzir comportamentos desafiadores. A compreensão detalhada das contribuições teóricas de pesquisadores como Barkley, Kazdin e Greene é

fundamental para o desenvolvimento de estratégias de tratamento eficazes que promovam o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças afetadas pelo TOD.

Conclusão

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD) representa um desafio significativo no campo da saúde mental infantil, impactando o desenvolvimento social, acadêmico e emocional das crianças e adolescentes afetados. A compreensão deste transtorno, fundamentada nas contribuições teóricas de pesquisadores como Russell Barkley, Alan Kazdin e Ross Greene, é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e abrangentes.

A natureza complexa do TOD, caracterizada por comportamentos desobedientes, hostis e desafiadores, exige abordagens multidimensionais que envolvam a colaboração entre pais, educadores e profissionais de saúde mental. Intervenções baseadas em evidências, como o treinamento de pais e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), demonstraram eficácia na redução dos sintomas e na melhoria do funcionamento diário das crianças com TOD.

A identificação precoce e a intervenção são cruciais para mitigar os impactos negativos do TOD e promover o desenvolvimento saudável. O papel das famílias e das escolas é fundamental, e a aplicação de estratégias de manejo comportamental e de resolução de problemas pode ajudar a criar ambientes mais favoráveis para o crescimento e aprendizado dessas crianças.

Em suma, o Transtorno Opositor Desafiador, apesar de seus desafios, pode ser gerido de forma eficaz com uma abordagem compreensiva e colaborativa. A contínua pesquisa e inovação nas estratégias de tratamento, juntamente com o apoio incondicional das famílias e comunidades, são essenciais para melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes com TOD, permitindo-lhes alcançar seu pleno potencial.

Referências

Associação Americana de Psiquiatria. (2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª ed.). Arlington, VA Associação Americana de Psiquiatria.

BARLEY, R. A. (2013). Crianças Desafiadoras: Manual Clínico para Avaliação e Treinamento de Pais.

DISHION, T. J., & McMAHON, R. J. (1998). Monitoramento Parental e a Prevenção de Comportamentos Problemáticos em Crianças e Adolescentes: Uma Formulação Conceitual e Empírica. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1(1), 61-75.

GREENE, R. W. (2014). A Criança Explosiva: Uma Nova Abordagem para Compreender e Educar Crianças Facilmente Frustradas e Crônicamente Inflexíveis.

PATTERSON, G. R. (1982). *Processo Familiar Coercitivo*. Eugene, OR".3.5

KAZDIN, A. E. (2005). *Treinamento de Pais: Tratamento para Comportamentos Opositores, Agressivos e Antissociais em Crianças e Adolescentes*.

